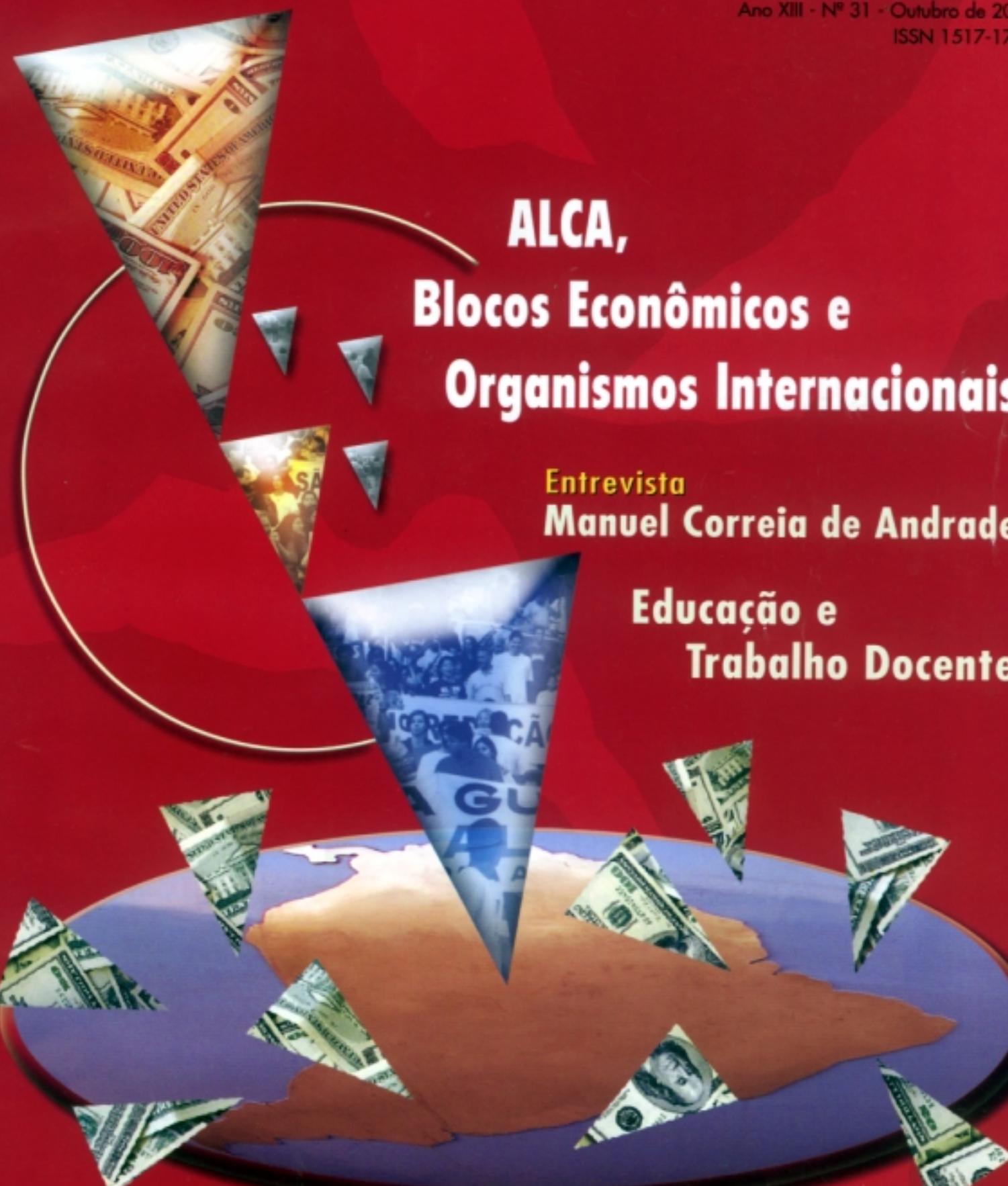


UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

31

Ano XIII - Nº 31 - Outubro de 2003
ISSN 1517-1779



ALCA, Blocos Econômicos e Organismos Internacionais

Entrevista
Manuel Correia de Andrade

Educação e
Trabalho Docente

Sumário

ALCA, Blocos Econômicos e Organismos Internacionais

- 9 Do Mercosul à ALCA: o canto de cisne da burguesia sul-americana.
Oswaldo Coggiola
- 32 A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil.
José Menezes Gomes
- 50 Bancos multilaterais: inteligência artificial e reformas neoliberais.
Adalto Herculano Guessier
- 60 A ALCA e os movimentos sociais.
Célio Maranhão e Antônio da Silva Câmara
- 63 O funcionamento do Fundo Monetário Internacional.
Gianfranco Pala
- 71 A Organização Mundial do Comércio.
Umberto Calamita
- 80 O Banco Mundial.
Umberto Calamita
- 88 Após 9 anos de NAFTA, México vive pobreza e desemprego.
Marco Aurélio Weissheimer
- 92 A ALCA e a exploração das mulheres.
Altamiro Borges
- 99 **Entrevista:** Manuel Correia de Oliveira Andrade



Educação e Trabalho Docente

- 107 Os movimentos sociais, as organizações não-governamentais e a educação.
Celi Zulke Taffarel
- 120 Uma abordagem jurídica da precarização do trabalho docente nas Universidades Públicas.
Aparecido Inácio e Lara Lorena

- 128 Políticas públicas e trabalho docente - mapeando a conjuntura pós-moderna.
Maria Jucilene Lima Ferreira
- 132 O Ensino de História e a Doutrina de Segurança Nacional.
Maria Izabel Ladeira Silva
- 138 Religião, Educação e Saúde: a missão central do Brasil.
Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento
- 145 Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo.
Kátia Regina de Souza Lima

- 156 **Memória do Movimento Docente:** Osmar de Oliveira Marchese

Debates Contemporâneos

- 161 A utopia renegada.
Antônio da Silva Câmara
- 167 Economia brasileira e política econômica.
César Benjamin (com Rômulo Tavares Ribeiro)
- 175 Conselhos: forma de governo e de poder/forma de inserção democrática.
Ana Maria Ramos Estevão
- 182 Flexibilização do trabalho: novas demandas para a formação no campo da odontologia.
Maria Helena Santana Cruz e Karina Santana Cruz.
- 189 Literatura e Revolução em Walter Benjamin.
Martha D'Angelo
- 199 A Coluna Prestes - Poder local e a cidade de Sertãozinho - uma história nunca contada.
Arlete Aparecida Mantoani.
- 205 Capitalismo patrimonial nos trópicos? Terceira via e governo Lula.
Álvaro Bianchi e Ruy Braga

- 217 **Ensaio Fotográfico** - ALCAtéia... de homens?





Do Mercosul à ALCA: o canto de cisne da burguesia sul-americana

*Oswaldo Coggiola **

O ACORDO ARGENTINA-BRASIL (a Ata de Iguazu, firmada em 1985 pelos governos de Alfonsín-Sarney) e a posterior criação do Mercosul (em 1991)¹ parecia querer retomar, em nome da democracia, a velha bandeira da luta pela unidade latino-americana, que remonta aos primórdios da nossa existência como países independentes. O primeiro grande marco em termos de “integração latino-americana” é apontado no Congresso do Panamá, de 1826, que ficou conhecido também como

Congresso Anfictiônico, sendo em grande parte oriundo do pensamento e da ação de Simon Bolívar, tal como apresentado na *Carta da Jamaica*, de 1815, que tinha em vista a reunião das novas repúblicas ibero-americanas numa mesma comunidade, em um sistema confederativo. Isto não se realizou. Os estreitos interesses das oligarquias agro-exportadoras prevaleceram no processo pós-independência, e as novas nações desenvolveram-se de costas umas para outras, ignorando-se mutuamente,

quando não se hostilizaram francamente. Ao final do século XIX, o espírito confederal inspirado na Carta da Jamaica perdeu lugar gradativamente para o “pan-americanismo”, liderado pelos Estados Unidos da América do Norte (EUA). O modelo de confederação “latino-americana” foi esquecido e passaram a predominar os interesses de cada “nação” (isto é, os interesses das classes dominantes, crescentemente subordinadas ao capital financeiro internacional). Em finais do século XIX, houve a primeira iniciativa dos EUA de propor, na I Conferência Internacional dos Estados Americanos, realizada em Washington, durante o inverno de 1889-1890, “um sistema baseado numa união aduaneira hemisférica”. Ele visava combater a influência política e econômica da Europa, na América Latina, ao mesmo tempo em que deveria possibilitar a expansão do comércio exterior dos EUA. Essa fórmula permitiria, por exemplo, uma grande exportação de tecidos americanos em detrimento das vendas européias.

Defendia-se assim um liberalismo econômico para os outros países do continente, que se constituía numa maneira de conquistar, dominar e garantir mercados para os produtores e comerciantes dos EUA. A maioria dos temas da agenda da Conferência, que foi elaborada e aprovada pelo Congresso daquele país, que também autorizou o presidente a organizá-la, dizia respeito à integração econômica do hemisfério, tratando da formação da união aduaneira do continente, do estabelecimento de comunicações regulares entre os portos, de uma ferrovia pan-americana, de um sistema uni-

forme de regulamentos de alfândega, pesos, medidas, leis de patentes e marcas. Recomendou-se o estabelecimento de um Escritório Internacional Americano para levantamento e divulgação de informações referentes à produção, comércio, leis e regulamentos de aduana dos países americanos. Foi proposta a criação de um Banco Internacional Americano, com sede nos (EUA) e sucursais nos demais países, a fim de fomentar os negócios do continente, e até chegou-se a propor a implantação de moeda de prata comum, uniforme em peso e pureza, emitida por cada governo, para ser usada em todas as transações comerciais entre os cidadãos dos países americanos. Apesar de terem relatórios apresentados e aprovados pela maioria dos delegados à Conferência, tais propostas não ganharam o interesse dos países latino-americanos, à medida que lhes retirava a liberdade de negociar. Assim, a proposta de União Aduaneira sofreu forte oposição da Argentina, apoiada pelo Chile e Bolívia, que a considerou contrária a suas estreitas ligações econômicas com a Europa e aos interesses de seu comércio exterior.

Nesse quadro é que se concretizou, em janeiro de 1891, o acordo aduaneiro entre os EUA e o governo provisório da recém instalada República Federativa do Brasil, que deveria favorecer as exportações de açúcar para o primeiro e praticamente só resultou em concessões do Brasil, pois logo os americanos abriram seu mercado à entrada livre de açúcares de outras procedências. Com esse tratado, esperava-se estimular a produção de açúcar no Brasil e escapar do risco do governo dos EUA voltar a adotar taxas sobre os produtos do

Brasil, como café e couros. As facilidades concedidas aos americanos poderiam terminar anuladas pelo fato dos instrumentos facilitadores do comércio exterior brasileiro estarem, ainda, sob as mãos dos ingleses, muito ativos no comércio de importação e exportação, nos bancos, companhias de seguro e empresas de navegação. Assim, os norte-americanos não disputam de meios de transporte e relações bancárias para o Brasil, suficientes para tirar todo proveito possível do novo acordo.² Ficavam isentas de direitos nos EUA as importações de alguns artigos produzidos no Brasil: os norte-americanos passavam a gozar de isenção total ou redução de 25% sobre os direitos de importação no Brasil, para uma lista bem maior de produtos primários e industrializados: combustíveis, produtos agrícolas não-manufaturados e manufaturados, além de produtos industrializados, máquinas e ferramentas.³

Em 1933, na VII Conferência Internacional dos Estados Americanos, em Montevideu, houve resistência à proposta dos EUA em defesa de um programa de redução tarifária e também de outros entraves ao movimento de mercadorias, serviços e capitais, invocado para vencer a estagnação do comércio regional e alcançar um comércio livre em nível mundial. Os países latino-americanos se manifestaram mais interessados em obter financiamento para o comércio e o desenvolvimento. O Brasil, nesse quadro, queria liberdade para fazer sua reforma de tarifas, enquanto todos estavam empenhados na reabilitação ou promoção de suas economias, afetadas pela crise de 1929-1930, necessitados de injeção de recursos e de facilidades de



crédito, e não de estabilização da moeda, como propunham os norte-americanos. Dever-se-ia, também, conforme recomendação da Conferência, criar um Banco Inter-Americano, autônomo e com funções de banco central continental, unificar a legislação de propriedade industrial, as normas aduaneiras e formalidades de porto, além de estabilizar as moedas de cada país, empregar uma base metálica possibilitadora de fácil conversibilidade, e organizar seus bancos centrais. Os EUA continuaram, durante o governo de Franklin Delano Roosevelt, a insistir na assinatura de tratados que estendiam as tarifas reduzidas para todas as nações. Em 1944, na Conferência das Comissões Inter-Americanas de Desenvolvimento, realizada em Nova York, propunham uma união aduaneira, com a eliminação de taxas e restrições comerciais entre os países. Ficava aberta a todos a possibilidade de constituir uniões aduaneiras de caráter sub-regional, desde que o ingresso de novos sócios da região fosse sempre permitido. Mas havia duas condições finais, estabelecendo que as tarifas para nações não participantes não seriam elevadas, em decorrência da implantação

dessas uniões, e não constituiriam empecilho à redução de barreiras ao comércio internacional. Era simplesmente a condenação do protecionismo que as nações latino-americanas tentavam usar.

Poder-se-ia buscar os antecedentes do Mercosul a partir dos tratados bilaterais entre Brasil e Argentina, no início da década de 1940, que documentam um esforço crescente de aproximação e colaboração no intercâmbio comercial e nas relações econômicas. De 27 de janeiro a 6 de fevereiro de 1941, por iniciativa dos governos da Bolívia e do Paraguai, ocorreu, em Montevideú, a Conferência Regional dos Países do Prata, envolvendo Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Aí, concordou-se em constituir uma “união aduaneira regional” com tratamento tarifário preferencial para a Bolívia e o Paraguai, e que promoveria o transporte fluvial e rodoviário, as comunicações e o turismo entre os países signatários. Esse foi um tratado que teve oposição dos EUA e da Grã-Bretanha, não sendo ratificado pelos próprios signatários, devido, supostamente, ao temor de uma hegemonia argentina. Mas, a partir de então, as relações Brasil-Argen-

tina evoluíram, com a assinatura pelos dois países, em Buenos Aires, cerca de dois meses depois, de um acordo comercial objetivando criar um intercâmbio livre entre eles, aberto à adesão dos países vizinhos. Em 9 de abril de 1941, foi assinado, entre o Brasil e a Argentina, um convênio sobre facilidades recíprocas para a importação e venda de produtos industriais, regime de câmbio e supressão de sucedâneos nos gêneros alimentícios. Esta foi uma situação que se complicou à medida que ocorreu num período em que os produtores brasileiros tinham feito importantes aquisições de maquinaria. Em novembro de 1941, o governo brasileiro ratificou o Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em janeiro de 1940, pelo qual as partes concederam-se tratamento incondicional e ilimitado de nação mais favorecida. Ainda em fins de 1941, os ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina assinaram um tratado concedendo dez anos de isenção de direitos para indústrias novas. Este acordo nunca foi realmente concretizado. Este processo também teria sido freado pelas diferentes posições tomadas pelos dois países com a entrada dos EUA na II Guerra Mundial.

A idéia de integração econômica latino-americana ressurgiria após a Segunda Guerra Mundial por influência dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina, CEPAL. Esse organismo da ONU elaborou estudos sobre desenvolvimento econômico, que conduziram à priorização da expansão das forças produtivas internas e promoção da população local, procurando pensar

Começaram então as grandes privatizações favorecendo as grandes empresas multinacionais, protegidas pelos Estados imperialistas, ciosos da defesa de suas fronteiras e agressivos em suas ações no mercado internacional.

o subcontinente como um todo passível de se integrar numa vasta união aduaneira. Em 18 de fevereiro de 1960, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru assinaram o Tratado de Montevideu que estabeleceu uma zona de livre comércio e instituiu a Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC). A ele aderiram posteriormente, Colômbia, Equador, Bolívia e Venezuela. A ALALC tinha como princípios básicos eliminar gradualmente as barreiras comerciais; aumentar os mercados regionais e nacionais; proporcionar um melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis; buscar fórmulas de adaptação do comércio e, antes de tudo, incrementar o comércio entre os países-membros. A ALALC foi sucedida pela Associação Latino-americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI), em 1980: ambas não tiveram sucesso,⁴ exceto na formação de técnicos, promoção e confecção de estudos, manutenção e divulgação do ideal da integração econômica. Suas tarefas constituíram-se na formulação e difusão da ideologia da união e do desenvolvimento do mercado interno. As duas crises do petróleo, em 1973 e em 1979, e a da dívida externa, provocada pela introdução do sistema de juros flutuantes, re-pactuados semestralmente, obrigaram os países como o Brasil a exportar mais, gerando superávit comercial, para pagar os juros dos empréstimos tomados no exterior. Aliou-se a isso uma

grande dívida interna acumulada, sem um programa de adaptação do país à nova situação marcada por petróleo e empréstimos caros. Tudo contribuía para a geração de uma inflação de tipo galopante e de um descontrole econômico geral. Começaram então as grandes privatizações favorecendo as grandes empresas multinacionais, protegidas pelos Estados imperialistas, ciosos da defesa de suas fronteiras e agressivos em suas ações no mercado internacional, onde exigem dos outros o cumprimento das regras do liberalismo mais extremado.⁵

Depois do Tratado de Montevideu de 1980, que instituiu a ALADI, em 1986, foi assinada a Ata para a Integração e Cooperação Econômica Brasil-Argentina. Em julho de 1990, foi firmado, em Buenos Aires, o Tratado para o Estabelecimento de um Estatuto das Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas e, logo a seguir, em dezembro do mesmo ano, surgiram os Acordos de Complementação Econômica, concluídos bilateralmente entre o Brasil e a Argentina. Tinha continuidade, ainda no âmbito da ALADI, um processo, iniciado anteriormente, de acertos visando adotar medidas para a retomada do desenvolvimento e cooperação tecnológica entre os países signatários do movimento, no qual logo o Uruguai se inseriria, seguido, em 1991, da adesão do Paraguai, quando, então, negociou-se e firmou-se, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção (*Tratado para*

a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai) dando origem ao Mercosul.⁶ Contemporaneamente, dentro da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), a porcentagem de exportações inter-regionais, em 2000, representou 13%; na Comunidade Andina das Nações, 8,8%; no MERCOSUL, atingiu 21,1%; no Mercado Comum Centro-Americano, chegou a 22,4%; e na Comunidade do Caribe (CARICOM), foi de 17,7%. As tendências em cada um destes blocos têm sido instáveis desde 1990.

Foi também a partir de meados de 1991, que o fenômeno do ingresso de capitais estrangeiros atingiu toda a América Latina. A entrada líquida total de capitais, que era em 1989 de 9,3 bilhões de dólares, passou a ser de 60,8 bilhões de dólares, em 1992. Esse mesmo fenômeno de ingresso de capital especulativo aconteceu na Ásia, e acabou sendo o principal causador da crise asiática de outubro de 1997. A América Latina e os países endividados de outros continentes seguiram as receitas do FMI. O diagnóstico era quase sempre o mesmo: "excessiva presença de empresas estatais na economia", "excessivo volume de incentivos fiscais e subsídios creditícios", "restrições às importações" e "aumentos salariais acima da produtividade". Como solução, o FMI apresentava o mesmo remédio e, conseqüentemente, os países sofreram as mesmas conseqüências: recessão econômica, taxas altas de inflação, crise social e aumento da pobreza. A política externa de aproximação do Brasil com os países da

América do Sul começou na década de 1970, com a construção de Itaipu, exploração do gás boliviano, colaboração industrial com a Venezuela etc. O Mercosul previu três fases de cooperação entre seus membros. A primeira é a construção de uma Zona de Livre Comércio (ZLC) na região, com a eliminação de tarifas alfandegárias e não-alfandegárias. A segunda, sustentar uma política comercial externa unificada, com relação a outros países, estabelecendo uma Tarifa Externa Comum (TEC) e por último, a formação do Mercado Comum, com livre circulação dos bens, do capital, do trabalho e do conhecimento.⁷

Mas o endividamento externo acelerou a dependência externa e principalmente a perda de autonomia dos países membros para definir as políticas econômicas internas, que passaram a ser definidas pelos pilares da ordem mundial capitalista: o G8, o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e o governo dos EUA. Na década de 1980, surgiram propostas que enfatizavam a redução/reestruturação parcial da dívida, como forma de dar maior fôlego aos países devedores. Os países extremamente pobres tiveram abatimento de uma pequena parcela da dívida em troca de reformas estruturais, indicadas pelo FMI. Há propostas que defendem simplesmente o não pagamento com o argumento de que as taxas de juros flutuantes e a capitalização dos juros fizeram com que o estoque da dívida crescesse enormemente, apesar de os países devedores terem pago uma ou mais vezes o equivalente ao que lhes fora emprestado. Os países integrantes do Mercosul têm imensa dívida interna, provocada por políti-

cas econômicas que visam atrair capitais estrangeiros e evitar as suas saídas; para isso as taxas de juros foram fixadas em nível várias vezes superior aos juros internacionais (em maio de 2000, por exemplo, a taxa de juros anual norte-americana foi de 6%, enquanto no Brasil ela era de 18%; em novembro de 1997, chegou a ser de 42%). No ano de 1997, a dívida externa dos quatro países integrantes do Mercosul era de 331,7 bilhões de dólares, equivalentes a 50% de toda a dívida externa da América Latina, com o Brasil e Argentina como responsáveis pela maior fatia desse bolo. A dívida externa mundial corresponde a cerca de 5% do estoque de capital financeiro existente no mundo: 2 trilhões, em 37 trilhões de dólares, segundo cálculos de Eric Toussaint. Num só dia, o mercado financeiro internacional de câmbio movimentou recursos equivalentes ao total da dívida externa mundial.⁸

Foi, no caminho de abertura do mercado e liberalização da economia, que o Brasil entrou para o Mercado Comum do Cone Sul, Mercosul, ao mesmo tempo em que negocia com a União Européia. Trata-se da adesão ao mercado regional, num movimento preparatório de uma maior e mais profunda integração ao mercado mundial, globalizado em benefício das áreas mais ricas e das grandes empresas transnacionais. A constituição acelerada do Mercosul deve-se, antes, à pressão externa, mas também a uma outra interna, à medida que o novo bloco regional possibilitaria aumentar o tamanho do mercado, sem se tocar no problema do seu crescimento no país ou na repartição de renda. Passa-se, assim, para um mercado alargado, sem ne-

cessidade de atender às reivindicações de aumentos de salários, melhorias de condições de vida e de distribuição mais equitativa de riqueza, em termos sociais e regionais. As empresas forçaram concessões de vantagens para si, instalando-se em países que melhores condições lhes ofereciam, satisfazendo, de modo mais perfeito, às suas necessidades de operarem com maiores escalas de produção, estimulando uma verdadeira corrida dos poderes públicos para lhes oferecer recursos, favores, doações e isenções fiscais. Este foi o caso, por exemplo, da criação da Autolatina, através da fusão, no Cone Sul, da Ford e da Volkswagen. Para o imperialismo ianque e europeu, o Mercosul é uma plataforma privilegiada pelo volume de negócios que possibilita e porque não está disposto a que esse imenso mercado seja açambarcado pela concorrência asiática e japonesa ou por setores ianques e europeus rivais. Nos calçados, por exemplo, as divergências não são entre “argentinos e brasileiros”: quando o governo argentino aprovou uma resolução para travar as importações de calçados do Brasil, “lideradas por Grimoldi, dona de 60 lojas na Argentina, Lady Stork e Piccadilly-Distrinando, distribuidoras de marcas como Nike, Adidas e Reebok, reclamaram perante a Justiça argentina”.⁹

Na evolução do Mercosul, pode-se constatar um crescente volume de intercâmbios entre os membros do bloco, ao mesmo tempo em que uma aceleração das desigualdades econômicas e demográficas entre eles, conforme demonstram as tabelas que seguem:¹⁰

Os Acordos de Alcance Parcial e de Complementação Econômica,

Participação Percentual de cada País na População Total do Mercosul								
País/Ano	1960	1970	1980	1990	1995	1997	1998	1999
Brasil	74,09	76,73	78,10	78,79	78,82	78,79	78,84	78,83
Argentina	21,35	19,15	18,03	17,31	17,21	17,20	17,13	17,11
Paraguai	1,84	1,88	2,00	2,25	2,39	2,46	2,47	2,51
Uruguai	2,72	2,24	1,87	1,65	1,58	1,55	1,56	1,55
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean*. 1975 edition, New York: United Nations, 1976, p. 62; *Idem*, 1997 edition, New York: United Nations, 1998, p. 169; *Idem*, 1999 edition, New York: 2000, p. 171.

Participação percentual do PIB de cada país no PIB total do Mercosul								
País/Ano	1960	1970	1980	1990	1995	1996	1997	1998
Brasil	55,36	60,09	68,20	73,19	71,06	69,38	70,24	69,45
Argentina	38,32	35,22	29,28	24,17	26,27	28,01	26,99	27,73
Paraguai	1,12	1,04	0,75	0,96	0,96	0,91	0,86	0,85
Uruguai	5,20	3,65	1,77	1,68	1,71	1,70	1,91	1,97
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean*. 1983 edition, New York: United Nations, 1984, pp. 196-197; *Idem*, 1997 edition, New York: United Nations, 1998, pp 184-185; *Idem*, 1999 edition, New York: United Nations, 2000, p. 195.

Participação do Mercosul no Comércio Exterior Total de Mercadorias do Brasil (em %)							
Exportações	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998
Mercosul	8,93	3,86	4,20	13,23	12,75	17,06	17,36
Importações	1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998
Mercosul	4,20	4,99	10,46	13,16	14,77	15,56	15,24

Fonte: *Statistical Yearbook for Latin America and the Caribbean*. 1997 edition, New York: United Nations, 1998, p. 542-585. Cálculo sobre exportações FOB de cada país. Dem. 1999 edition, New York, 2000. pp. 596-603.

Comércio Exterior do Brasil: participação percentual de cada região - 1993		
Bloco	Exportações	Importações
Europa	26,8	26,7
América do Norte	24,1	26,9
Ásia	15,0	11,3
Mercosul	13,9	13,0
Restante da América do Sul	7,2	4,0
Restante do Mundo	13,0	18,1
Mundo	100,0	100,0

Fonte: SECEX In: Thorstensen, V. *O Brasil Frente a um Mundo Dividido em Blocos*. São Paulo: Nobel, 1994, pp. 47 e 57.

celebrados entre os países membros do Mercosul individualmente com países membros da ALADI, foram outro fator de desagregação.¹¹ A maioria desses acordos é de natureza bilateral e trazem tratamentos diferenciados para cada país. A leitura do Tratado de Assunção, que constituiu o Mercosul, por outro lado, revela que seus objetivos são prioritariamente comerciais, de liberalização e abertura de mercados, sem pretensão efetiva à coordenação de políticas macroeconômicas e à formulação de programas comuns, o que seria o objetivo de uma integração sul-americana capaz de produzir um efeito real; fica mencionada apenas sua conveniência, sem estabelecer compromissos ou indicar mecanismos para atingir tais fins, tal qual o Tratado de Montevidéu.

Em 20 de junho de 2003, o presidente Lula, durante curta visita aos EUA, assinou um comunicado junto ao imperial presidente dos EUA, George Bush Jr., assumindo o compromisso de “cooperar para a conclusão bem-sucedida” da implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) dentro do prazo previsto (janeiro de 2005). Uma semana antes, em 13 de junho, 14 ministros latino-americanos, reunidos em Maryland, num encontro organizado pelo representante de comércio dos EUA, Robert Zoellick, comprometeram-se informalmente a destravar as negociações da ALCA. A ALCA, cujo processo se iniciou em 1994, tenta criar uma zona de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo, com a participação de 34 países, com um potencial de 800 milhões de consumidores. Até agora há grandes temas sem solução, como a agricultura, devido à política de sub-

O Brasil, que compartilha a presidência do processo negociador com os EUA, avançara precisamente a idéia de uma ALCA reduzida, embora o chanceler Celso Amorim esclarecesse não se tratar de uma "ALCA light".

sídios agrícolas praticada pelos EUA. O Brasil, que compartilha a presidência do processo negociador com os EUA, avançara precisamente a idéia de uma ALCA reduzida, embora o chanceler Celso Amorim esclarecesse não se tratar de uma "ALCA light". Formalmente, ainda, não está nada decidido, e será necessário esperar a reunião de ministros a ser celebrada em Miami, no mês de novembro próximo. Ao encontro de 13 de junho assistiram delegados de Brasil, Canadá, México, El Salvador, Costa Rica, Jamaica, Trinidad-Tobago, Colômbia, Peru, Chile, Argentina, Panamá, República Dominicana e Uruguai, além dos EUA.

Com a ALCA pretende-se tornar realidade os objetivos que os EUA quiseram impor ao mundo inteiro por meio do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), tentando retirar dos governos nacionais o poder de regular os movimentos dos investimentos estrangeiros e de limitar as remessas de lucros. Tal Acordo foi repudiado pela Organização Mundial de Comércio (OMC) por considerá-lo oposto aos princípios soberanos dos países. Os Estados Unidos esperam, com a ALCA, eliminar, em toda a América Latina e Caribe, as tarifas alfandegárias e não-alfandegárias, assim como obter acesso às compras governamentais e realizar investimentos em qualquer setor das economias latino-americanas. Quer-se a abertura total nos setores estratégicos e nos serviços financeiros,

ou seja, a ALCA não compreende apenas uma área de livre comércio, mas também os serviços, o setor financeiro, as compras governamentais e os investimentos. Tudo aquilo que representa obtenção de lucro para o grande capital internacional deve ser liberalizado e desregulamentado. Já faz tempo que este processo começou. O que se pretende é sua institucionalização, seu aprofundamento e, em conseqüência, sua irreversibilidade. Segundo o valor do Produto Interno Bruto total do conjunto dessas 34 nações para 2002, nos EUA, foi de 78,7%, Brasil 6%, Canadá 5,5% e nos demais 31 países, apenas somaram os 9,8% restantes. A Colômbia, embora ocupe o sexto lugar, não representa nem um dólar em cada cem produzidos anualmente no continente. Os EUA são, também, com 63% das exportações, 55% das importações e, em termos de consumo, com uma renda *per capita* que setuplica a do México, decuplica a do Brasil e mais de 15 vezes a da Colômbia, o centro das compras do hemisfério. Finalmente, para cada dólar que a Colômbia vende ao exterior, os EUA vendem 150. Na indústria manufatureira, em 1999, o salário-hora no Chile e no Brasil era um sétimo dos EUA; o de Costa Rica, um oitavo; o da República Dominicana e o de El Salvador, um nono; o do Panamá, México, Colômbia e Paraguai, um onze-avos; e o resto, daí para baixo.

Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, “a proposta da ALCA, que ainda não existe, tem apenas um caráter aparentemente comercial, mas inclui aspectos normativos para serviços, investimentos, compras governamentais e propriedade intelectual que afetam diretamente a capacidade reguladora dos países, seu poder de decisão sobre a política econômica, que passaria a ser ditada unilateralmente pelos EUA. Os EUA, por outro lado, não garantem livre acesso a seu mercado aos produtos em que o Brasil tem vantagens comparativas, não apenas os produtos agrícolas, mas também industriais. Os subsídios agrícolas e as medidas anti-dumping foram excluídos das discussões e ao Mercosul foi reservado tratamento menos favorável, com prazos de abertura mais longos do que os oferecidos a outros países do continente. O princípio subjacente da política comercial dos Estados Unidos é claro, como definiu explicitamente a antiga secretária do Comércio Americano, Charlene Barshefsky: ‘Apoiar a prosperidade dos Estados Unidos, os empregos nos Estados Unidos e a saúde das empresas americanas’. Não é outro o objetivo da ALCA. Ela não visa beneficiar o Brasil nem os demais países do continente. Um estudo divulgado em 2 de maio de 2002 pela Secretaria da Receita Federal demonstrou que os Estados Unidos, México e Canadá seriam os países mais beneficiados com a formação da aliança, cujo comércio estaria concentrado em empresas multinacionais que sempre distorceram os preços, o mais das vezes para transferir lucros ou prejuízos de um país para outro. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp),



por sua vez, calculou que o Brasil perderia US\$ 1 bilhão por ano em seu comércio exterior, a partir de 1º de janeiro de 2006, data prevista para a implantação do acordo. A Associação Latino-americana de Integração (Aladi) concluiu que a ALCA traz mais ameaças do que oportunidades para o Brasil, levando-o a perder o mercado para 176 produtos exportados por suas empresas, principalmente nos setores de manufaturados, ou seja, máquinas e equipamentos, automóveis, papel e celulose e produtos químicos, em virtude da concorrência dos EUA e Canadá, provocando a destruição de boa parte do seu parque industrial, particularmente nos setores mais sofisticados, em que os Estados Unidos predominam. *E há o risco de que, uma vez conseguidos seus objetivos, os EUA denunciem o acordo sobre a Alca.* Os Estados Unidos não são um país confiável” (grifo nosso).

O país latino-americano que mais depende de um único mercado é o México, cujas exportações para

os EUA significam 88% do total, enquanto o Chile apresenta uma maior diversificação: EUA, 16%; América Latina e Caribe, 22%; União Européia, 22%; Ásia (Japão incluído), 29%. O Brasil é outro país com um comércio diversificado: América Latina e Caribe, 24%; EUA, 24%; União Européia, 24%; Ásia (Japão incluído), 12%. Os países da Comunidade Andina e do MCCA têm uma elevada dependência do mercado norte-americano, 51% e 45% respectivamente, embora sem chegar aos níveis do México. Dependentes da economia norte-americana, a “desaceleração” experimentada por esta desde o início do ano de 2001 gerou uma fase recessiva com diferentes graus de intensidade nas diversas economias, particularmente grave na Argentina, Uruguai e Brasil, nesta ordem. A participação no PIB das exportações latino-americanas para os EUA é determinante para muitos países da região: México, 23,7%; Mercado Comum Centro-Americano, 21%; países do Caribe, 17,3%; Comunidade Andina, 10,6%; Chile, 4,6%; e Mercosul, 1,9%, de acordo com os dados da CEPAL para o ano 2000. A dependência das exportações da América Latina quanto ao mercado norte-americano tem sua contrapartida pelo lado das importações: em 2000, 51% das importações regionais foram provenientes dos EUA. As mencionadas importações intra-regionais alcançaram o segundo lugar do total com 15%, a União Européia representou 14%, a Ásia (Japão incluído) 12,2%. Caso se considere a origem territorial das importações regionais, o Brasil e o México dominam o cenário.¹²

A proposta de formar uma área

de livre comércio do Alasca à Terra do Fogo foi lançada pelo ex-presidente dos EUA, George Bush, em junho de 1990. Por então, o presidente dos EUA anunciou a “Iniciativa para as Américas” (EAI), como um ponto de apoio na luta comercial contra o Japão e frente ao processo de integração européia, abrindo uma agenda de discussão para avançar na liberalização do comércio do Alasca à Terra do Fogo, propondo a remoção das barreiras alfandegárias que dificultavam os investimentos das corporações *yankees* no restante do continente. A assinatura do Tratado de Livre Comércio - TLC - entre Estados Unidos, México e Canadá, em 1994, foi o primeiro triunfo do imperialismo norte-americano nesta política de submissão dos países latino-americanos às corporações imperialistas. Em dezembro de 1994, realiza-se em Miami a Primeira Cúpula das Américas. Nesta reunião, os 34 países do hemisfério ocidental decidem concluir, antes de 2005, as negociações para a criação da ALCA. Em Santiago do Chile teve lugar a Segunda Cúpula das Américas, em abril de 1998, dando início efetivo às negociações. Ali se forma a “estrutura” de negociação, contando com uma Presidência das Negociações, rotativa a cada 18 meses; uma Comissão de Negociações Comerciais (CNC); e nove Grupos de Negociação que são: 1) Acesso aos Mercados; 2) Investimentos; 3) Serviços; 4) Compras Governamentais;

5) Solução de Controvérsias; 6) Agricultura; 7) Direitos de Propriedade Intelectual; 8) Subsídios, Anti-Dumping e Medidas Compensatórias; e 9) Políticas de Concorrência. Enquanto isso, constitui-se uma Comissão Tripartite formada pelo BID, CEPAL e OEA, em caráter de apoio analítico e assistência técnica ao processo de negociação. Em 1994, na cúpula de presidentes do continente acordou-se que a Alca devia estar definitivamente constituída em 2005. Para isso, conviu-se iniciar rapidamente as negociações. No entanto, essas negociações não chegaram a prosperar, como se pôs em relevo na cúpula de presidentes realizada em 1998, no Chile. O objetivo do imperialismo norte-americano com a ALCA é de que os países latino-americanos abram mais suas economias aos capitais ianques em detrimentos dos europeus e asiáticos. Particularmente, nos serviços financeiros (bancos, seguros, aposentadorias, telefonia etc.) e na propriedade intelectual. Porém, quando Clinton pediu autorização ao Congresso norte-americano para levar adiante essas negociações pela chamada “via rápida” (*fast track*), os congressistas ianques se opuseram. O Congresso não estava disposto a, em contrapartida, abrir o mercado norte-americano aos produtos latino-americanos ou a que os produtos europeus e asiáticos pudessem entrar nos EUA via América Latina. Há cinco anos, os EUA tratavam de

impor suas pretensões comerciais à China e ao restante dos países asiáticos, aproveitando a crise econômica e financeira do Japão e do Sudeste Asiático. Os EUA, já avançados no acordo com a China, retomaram sua ofensiva na América Latina. Como assinalou, em seu momento, Henry Kissinger (em maio de 1998), “uma área sul-americana de livre comércio claramente está emergindo sob a liderança do Brasil. Para os EUA, o êxito econômico da ALCA significa, basicamente, o acesso ao mercado brasileiro e, não nos esqueçamos, às faixas dos mercados latino-americanos hoje ocupados pelo Brasil”. O ex-chanceler norte-americano também destacou a importância da ALCA como um freio aos acordos do Mercosul com a União Européia. Agora, a ALCA também aponta para Cuba. A posição brasileira é a de liderar a América Latina para arrancar um tratamento privilegiado na distribuição do mercado latino-americano. A deserção argentina e uruguaia antecipa as poucas chances brasileiras. É evidente que o destino do Mercosul está selado. A disjuntiva continua a ser: colonização ianque ou unidade da América Latina.

Segundo os EUA, antes de novembro de 2003, haveria outras reuniões, postas diante do fato consumado do acordo Lula-Bush, depois de os EUA terem praticamente abandonado a perspectiva de iniciar a ALCA em 2005. Seu propósito era alcançar um tratado em finais de 2005, para que, durante 2006, os 34 parlamentos dos 34 países aprovassem o documento para estabelecer a zona de livre comércio. Desde que nascera a idéia da ALCA, o principal obstáculo foi a negativa dos

A posição brasileira é a de liderar a América Latina para arrancar um tratamento privilegiado na distribuição do mercado latino-americano. A deserção argentina e uruguaia antecipa as poucas chances brasileiras.

EUA de incluir nas negociações os subsídios agrícolas e a abertura de seu mercado aos produtos da região: "Não podemos abrir nosso mercado agropecuário enquanto os EUA mantiverem esse nível de subsídios", disse o vice-presidente peruano, Raúl Diez Canseco, antes de ir a Maryland. Os países latino-americanos insistiram na inclusão do tema agrícola na ALCA, não só dos bens e serviços, como pretendia Washington. O Secretário de Estado do governo de Bush, Colin Powell, disse, literalmente: "Nosso objetivo com a ALCA é o de garantir para as multinacionais norte-americanas o controle de todo o território desde o Pólo Ártico até a Antártica, com livre acesso e sem obstáculos para nossos produtos, serviços, tecnologia e capitais, em todo o hemisfério". Esse "domínio territorial" abarca a totalidade dos bens econômicos da região, como recursos hídricos e mineralógicos, gás, biodiversidade etc: um projeto neocolonial.

A ALCA não é um projeto de integração, mas de anexação e subordinação ao capital financeiro transnacional. Sem nenhuma compensação para os países mais fracos, não busca a adequação e integração entre economias tão diferenciadas como a dos EUA e América Latina. Os EUA declararam que preferem um acordo regional, ou seja, a ALCA, em vez de tratados bilaterais: além do Tratado de Livre Comércio (TLC) com México e Canadá, Washington firmou um acordo bilateral com Chile, depois de 10 anos de negociações, e agora está negociando outro convênio com cinco países da América Central, mas insiste na ALCA. Em relação à ALCA, Venezuela expressou abertamente

suas objeções, considerando-a como parte de uma tentativa hegemônica dos EUA. Mal os EUA anunciaram o começo das negociações com o Chile para formar uma "zona de livre comércio" com o Nafta (associação dos EUA, Canadá e México) e para dar "um ímpeto adicional às negociações para a ALCA (Área de Livre Comércio nas Américas)", eclodiu uma crise política no Mercosul. Não apenas porque, com essa decisão, o Chile retrocedia à proposta de se incorporar plenamente ao Mercosul, mas porque rapidamente os governos da Argentina e Brasil entraram em choque em torno da resposta que devia ser dada à decisão chilena.

A ALCA é um tratado de desregulamentação e flexibilização comercial e financeira entre a maior potência econômica, financeira, cultural, mediática, científica, tecnológica e militar, os EUA, e seus vizinhos, para enfrentar a concorrência européia e asiática, visando: 1) consolidar sua hegemonia político-militar, trasladando os mecanismos de controle atingidos durante a guerra fria para uma suposta "guerra contra o narco-terrorismo"; 2) controlar as crises e explosões econômico-sociais do continente e evitar migrações "descontroladas" de hispano-americanos para os EUA; 3) garantir o acesso preferencial dos investidores norte-americanos aos recursos estratégicos do hemisfério, especialmente na região andino-amazônica (petróleo, gás, minerais e madeiras) e também aos recursos básicos (biodiversidade genética, água, oxigênio) transformados em mercadoria; 4) monopolizar os mega-projetos estratégicos de integração do continente, como a grande rede intermodal de

transporte, o sistema de telecomunicações via satélite e por cabo, e a produção de energia.

Para a região andino-amazônica, estão colocados os seguintes objetivos específicos: a) o canal alternativo ao do Panamá, no Chocó colombiano (Atrato-Truandó); b) a rede fluvial sul-americana (SARS-IFSA) que uniria o rio Orinoco com os rios Negro, Amazonas, Madeira, Mamoré-Guaporé, Paraguai, Tietê, Paraná e o Rio da Prata, permitindo o transporte fluvial da Venezuela até Buenos Aires; c) a comunicação a partir do delta do Amazonas com o Oceano Pacífico, através do rio Putumayo, atravessando os Andes pelo seu ponto mais estreito e baixo para chegar por auto-estradas ao porto de Tumaco (Nariño) na Colômbia, e até San Lorenzo (Esmeraldas) no Equador; d) o domínio da zona chamada "das cinco fronteiras": (Colômbia, Equador, Peru, Brasil e Venezuela) onde se encontra um gigantesco lençol de petróleo compartilhado, na atualidade explorado por esses países, e enviado por dutos transandinos aos portos de Tumaco e Esmeralda; e) a "estrada marginal da selva" que, desde o Peru, chegue até o Suriname; f) o controle da região onde nascem os grandes rios originando a reserva de água doce mais importante do planeta, no Grande Amazonas: os rios Caquetá, Putumayo, Apaporis e Vaupés, na Colômbia; Napo, no Equador; e Marañón e Ucayalli, no Peru.

O sociólogo Alain Touraine, por sua vez, declarou que o Mercosul, bloco integrado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo como associados Chile e Bolívia, "terminou", em virtude da "inevitabilidade" da ALCA. No entanto, "o Mer-

A União Européia decidiu adiar o tratamento da reforma dos subsídios à agricultura, por divergências internas e com os EUA; não tem nada que propor, então, ao Mercosul.

cosul se revitalizou", concluíram os jornais, depois da viagem do presidente argentino Kirchner ao Brasil, a inícios de junho. Mas só uma semana depois, quando da cúpula de presidentes do Mercosul, em Assunção, comentou-se: "Mais uma vez as ambições não chegaram ao papel. A cúpula do Mercosul fechou com uma declaração de 24 pontos e um anexo, que não reproduzem nem de perto os objetivos insinuados pelos presidentes Kirchner e Lula em seu projeto comum de relançar o bloco regional".¹³ Os grandes temas passaram para 2006, incluída a "moeda comum". Lavagna, Ministro da Fazenda de Kirchner, veio com a política de travar as importações argentinas do Brasil, com base na reclamação da *Unión Industrial Argentina*. Também afundou a integração do Mercosul via empreendimentos de infra-estrutura. Lula, que tinha oferecido a Kirchner o financiamento de obras bilaterais através do BNDES, informou que, pela primeira vez, o banco estatal teve, nos primeiros três meses deste ano, um forte "déficit operativo" de 1,059 bilhões de reais (quase 400 milhões de dólares) devido a que grandes empresas não estão honrando seus compromissos: os empréstimos morosos do banco cresceram de 1% até 4,5%. O que o BNDES refinanciaria é a reciclagem dos antigos engenhos-de-açúcar do Nordeste, enfrentando os produtores argentinos.

A crise internacional não abre nenhuma fenda para o Mercosul: o

Comissário de Comércio da UE, Pascal Lamy, advertiu que não se cogita considerar a eliminação ou redução dos entraves europeus às exportações latino-americanas. A União Européia decidiu adiar o tratamento da reforma dos subsídios à agricultura, por divergências internas e com os EUA; não tem nada que propor, então, ao Mercosul. A proposta de Lamy foi de avançar em outros pontos, como bens industriais, serviços e investimentos. Com a ALCA, a situação é semelhante. O negociador da Casa Branca, Peter Allgeier, se recusa a aliviar os entraves para o ingresso de produtos latino-americanos nos EUA, mas insiste na criação de normas que protejam os investimentos de empresas dos EUA na região. É com essa condição que se vinculam os acordos políticos mais recentes dos governos sul-americanos. No âmbito automotivo, a Argentina e o Brasil chegaram a um acordo facilitado pelo fato de as indústrias automobilísticas radicadas em ambos os países pertencerem às mesmas casas-matriz. Apesar disso, a diminuição da demanda de veículos nos dois países, longe de aumentar o intercâmbio e a especialização, continua acontecendo. Em 1998, a Argentina exportou automóveis para o Brasil pelo valor de 2,343 bilhões de dólares, e, em 2002, apenas 656 milhões.¹⁴

Pouco antes do acordo Lula-Bush (ou Bush-Lula), a cúpula de presidentes latino-americanos (Grupo do Rio) reunida em Cuzco, soli-

citou a intervenção das Nações Unidas no conflito da Colômbia. O "Consenso de Cuzco" reclama que a ONU chame as FARC a desarmar-se e iniciar negociações de paz, pois, se não o fizer, "buscar-se-iam outras alternativas". Segundo o presidente Uribe, "a mediação da ONU constitui a última oportunidade para a paz e, se rejeitada pela guerrilha, ela deverá ser 'derrotada militarmente com apoio internacional'". Esta colocação leva a assinatura de Lula, Lucio Gutiérrez, Lagos e o representante de Kirchner, mas foi criticada por Chávez. No mesmo dia, os chanceleres do G-8, reunidos na França, respaldaram em forma incondicional "a ação do presidente Uribe e do governo colombiano em favor do fortalecimento da autoridade do Estado" e sublinharam seu "apoio sem reservas à política de firmeza diante dos grupos armados ilegais". Condolezza Rice, secretária de Segurança Nacional dos EUA, disse que "os EUA são contrários a negociações com os terroristas (colombianos)". Está em preparação uma intervenção militar na Colômbia. No XIV Encontro da Comunidade Andina de Nações (CAN), na Colômbia (Lula foi convidado a participar), o presidente colombiano, Álvaro Uribe, afirmou que "para enfrentar e derrotar o narcotráfico e os grupos insurgentes armados requer-se a ajuda dos países vizinhos". É claro que o objetivo não é o "narco-terrorismo", mas a situação estratégica fundamental de Colômbia, como "esquina" entre o mar do Caribe e oceano Pacífico, e como ponte para a Amazônia, os Andes e a Venezuela.

Na Argentina, os Estados-Maiores das Forças Armadas esperam a

confirmação oficial do Congresso Nacional do pedido de "imunidade" para a entrada dos efetivos militares norte-americanos, para os exercícios Aguila III, que se realizarão entre a última semana de outubro e a primeira de novembro, no que foi descrito como "manobras de combate, no maior exercício já realizado na América Latina, incluindo sete países (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia e os EUA), que durarão 14 dias, com 70 vôos por jornada". Sob o governo De la Rúa, o Poder Executivo já autorizou o ingresso de tropas especiais dos EUA em operações de "um suposto campo de batalha composto por civis, organizações não governamentais e agressores potenciais", segundo denúncia de vários deputados. As operações precederiam a instalação de bases norte-americanas na Patagônia, no "Plano Escudo Antimísseis" dos EUA, em troca da dívida externa. Com o acordo Brasil-EUA para a implantação, nos prazos previstos, da ALCA, abre-se a porta para um vasto plano de colonização econômica, política e militar da América Latina pelos EUA. Para os EUA a América Latina é seu "espaço vital" e pretende manter um domínio territorial absoluto e indisputável. Um dos elementos estratégicos é o Plano Colômbia para a região, mas se complementa com a manutenção das bases militares que hoje têm em Porto Rico, Guantánamo, Honduras, Panamá, Equador, Bolívia. Os EUA querem, pelo menos, mais três bases: uma na Tríplice Fronteira entre a Argentina, Brasil e Paraguai; outra em Alcântara, na região amazônica, e uma terceira na zona de influência da Venezuela.

A verdade é que os parceiros do Mercosul - Argentina, Uruguai, Brasil, Chile, Peru - atravessam uma crise continental. O Uruguai possui uma impressionante dívida externa bruta de 370 bilhões de dólares (74% de seu PIB) que, como consequência do aumento de "risco país", deve pagar com uma taxa de juros que quase quadruplica a internacional, ao que se soma a crescente dificuldade para refinar sua própria dívida interna. No Paraguai, ainda sob o governo de González Macchi, sob a enorme pressão de camponeses marchando rumo a Assunção e a ameaça de uma greve geral por tempo indeterminado, o Senado acabou anulando a privatização da telefonia. O FMI agora ameaça cortar o "auxílio financeiro" ao Paraguai. A rebelião popular é consequência direta da bancarrota do Paraguai, cuja frágil estrutura sofreu um golpe demolidor com a crise argentina: não apenas as exportações paraguaias para a Argentina caíram 50% como, ademais, aumentaram as exportações argentinas, provocando uma deterioração comercial profunda; a desvalorização do guarani foi fulminante e a corrida aos bancos, que havia começado antes daquela argentina, agravou-se como consequência de que muitos dos bancos paraguaios possuíam ativos (ações e depósitos) na Argentina. A desvalorização uruguia e a crise brasileira significaram um golpe mortal para a Argen-

tina. De repente, esses mercados voltaram a "fechar-se" para as exportações argentinas. Rapidamente os negociadores argentinos puderam comprová-lo, na chamada "rodada automotriz do Mercosul", que fracassaram em sua tentativa de ampliar a cota de exportações automotoras argentinas para o Brasil. É que, conforme explicaram os funcionários brasileiros, a prioridade do governo brasileiro, nestas horas, passa pela demonstração, diante dos credores internacionais, de sua capacidade de pagamento da dívida, o que lhes impediria aumentar seu saldo comercial desfavorável com a Argentina. Mas, pelas mesmas razões, a Argentina precisa desesperadamente aumentar suas exportações para o Brasil. Os interesses "nacionais" das burguesias da Argentina e do Brasil levam sua própria criação, o Mercosul, à ruína. A redução do comércio, em todas as direções (as importações argentinas provenientes do Brasil e Uruguai caíram 70%), é a manifestação da definitiva falência do Mercosul. Como poderia se sustentar no quadro de uma recessão, de desvalorizações concorrenciais e de um colapso financeiro comum a todos os países membros? Este quadro de desintegração do Mercosul explica também que o Brasil começasse a negociar uma zona de livre comércio com os países andinos (Peru, Equador, Colômbia e Venezuela) e com o México, sem

Os interesses "nacionais" das burguesias da Argentina e do Brasil levam sua própria criação, o Mercosul, à ruína. A redução do comércio, em todas as direções (as importações argentinas provenientes do Brasil e Uruguai caíram 70%), é a manifestação da definitiva falência do Mercosul.

pedir o acordo argentino e numa clara violação do Tratado do Mercosul. O Brasil firmaria com esses países a possibilidade de comerciar com uma taxa inferior à taxa externa comum do Mercosul, que é de 35%. Os países andinos ou o México poderiam vender, então, no Brasil, a preços mais baixos os mesmos produtos que a Argentina provê.

O Mercosul, bloco comercial das burguesias do Cone Sul, morre de morte natural¹⁵ como consequência da quebra de cada um de seus integrantes. Sua instabilidade crônica demonstra sua inviabilidade, sua incapacidade para fazer frente a uma crise mundial de forma autônoma e unida. No tempo das vacas gordas, todo mundo é sócio; a questão é continuar a sê-lo durante a tempestade. O Mercosul é uma unidade parcial de certos grupos monopólios, sobretudo da indústria automotiva, controlada por capitais norte-americanos e europeus. Serviu para sangrar fiscalmente a Argentina e o Brasil, já que pagaram com isenções de impostos ou subsídios cifras superiores às investidas por esses monopólios do automóvel. A crise mundial atua como um efeito desintegrador deste acordo capitalista. Alguns meios capitalistas e também da esquerda dedicaram-se à defesa apaixonada do Mercosul, com a certeza de que era um meio de proteção contra a proposta norte-americana de criar um mercado livre, desde o Alasca até a Terra do Fogo. Fernando Henrique Cardoso chegou a posar de antiimperialista. A unidade comercial de alguns monopólios automotores ou leiteiros, especialmente norte-americanos, chegou a ser convertida na unidade nacional proposta por Bolívar. Precisamente por

sua natureza estritamente capitalista, o Mercosul não pode fazer frente autonomamente à crise. Seus governos aplicam os planos do FMI e não vacilarão em recorrer às “receitas” mais extremas deste. Já procederam à demissão maciça de operários e ao aumento de impostos sobre o consumo.

Na indústria automobilística, tanto o Brasil como a Argentina dispõem de regimes de privilégio (subsídios, reserva de mercado, cotas etc.) que venceram no ano de 2000. Havia-se estabelecido que, a partir dessa data, o comércio seria liberalizado com uma taxa comum de 20%. As automotivas norte-americanas e européias, que açambarcaram para si toda a região, querem uma taxa de importação. E a possibilidade de importar pela metade dessa taxa, 17,5%, os automóveis de suas matrizes. Ao mesmo tempo, propõem que a importação de autopeças se possa fazer com uma taxa de 12 a 16%, para montá-las dentro do Mercosul. Tudo isso põe em relevo que a chamada indústria automotora, no Mercosul, é um depósito de peças e componentes importados, sem nenhum valor agregado local, que vende os carros com um ágio de 40 a 60%. Esta posição das empresas montadoras colide abertamente com os fabricantes de auto-peças e demais fornecedores, em especial os siderúrgicos. Na Argentina, a siderurgia está monopolizada por Techint-Siderar-Siderca que, ademais, foi açambarcando parte da siderurgia latino-americana, porque possui a indústria Tamsa, no México; e Sydor, na Venezuela, e tem acordos acionários com algumas siderúrgicas brasileiras, como a Usiminas. As automotivas dizem que a Siderar

vende laminados de aço por U\$ 818, enquanto que nos EUA o preço é de U\$ 530. A Siderar afirma que as indústrias quase não compram laminados de aço argentinos porque os trazem do exterior e acusa as montadoras de vender os carros entre 40 e 60% mais caros. No Mercosul, o negócio siderúrgico está dominado por quatro grupos. “A Techint tem um pacto com a Usiminas para não se intrometer no mercado do outro”, dizem as automotivas. Os privilégios outorgados para que as grandes montadoras se radicassem na região provocaram “sangrias” irrefreáveis tanto na Argentina como no Brasil. Entre 1992 e 1997, as indústrias automotivas obtiveram na Argentina uma renda extraordinária, por subsídios, de 5,25 bilhões de pesos, porque puderam importar automóveis prontos e autopeças com taxas preferenciais, e vender os carros que produziam no Mercosul com uma proteção de quase 35%.¹⁶ Como as indústrias dizem que investiram 5 bilhões de dólares, resulta que todo o investimento que se atribuem os monopólios corresponde ao dinheiro dos consumidores. Para aproveitar a fundo essas “rendas”, elas importaram a não poder mais, a tal ponto que, entre 1992 e 1998, o déficit comercial do setor foi de 17 bilhões de dólares. Isto explica a crise do setor de autopeças, deslocado pela importação. Em outras palavras, o déficit externo e o déficit fiscal argentino explicam-se, em grande parte, por todos esses colossais benefícios oferecidos às indústrias automobilísticas. Agora, com os cofres vazios, tanto o governo da Argentina como o do Brasil querem eliminar essas taxas preferenciais. A resposta das montadoras foi clara: se

fizerem isso, retiramos os investimentos e nos concentramos no Brasil (algo que já se está fazendo), onde procederiam a uma pesada racionalização da indústria de autopeças.

No setor açucareiro, todos os países subsidiam a produção. Isso significa que o preço interno é alto e que a exportação se faz a preços irrisórios. Para se defender da importação, todos os países têm taxas altas. Na verdade, o Mercosul serviu apenas para conter, durante poucos anos, a crise argentina, graças à demanda especulativa impulsionada pelo Plano Real e a suculentos privilégios e subsídios que os governos de ambos os países ofereceram às custas das finanças públicas e de uma dívida externa maior.

Esse processo especulativo esteve limitado a algumas indústrias, como alimentos, petróleo e automóveis. O Mercosul era uma falsa união de países hipotecados; não havia integração econômica e, sim, vantagens para os grandes monopólios, especialmente os automotivos; esses subsídios aprofundariam a bancarrota dos países da região. Que Brasil e Argentina tenham regimes monetários distintos não constitui a causa da crise, ao contrário, é a sua expressão. A desvalorização no Brasil e a deflação na Argentina têm o mesmo efeito de baratear as exportações, mas nenhum deles consegue aumentá-las devido ao abarrotamento de mercadorias e de capitais no mercado internacional. É claro que o Mercosul fracassou, mas não pela discrepância entre suas políticas econômicas, senão porque sua natureza capitalista acentuou a vulnerabilidade da Argentina e do Brasil diante da economia capitalista internacional. Com o Mercosul, os dois

países ingressaram na ciranda da especulação financeira internacional, sem uma base industrial nem uma inserção independente no mercado mundial capaz de sustentá-la e canalizá-la. A rota do desenvolvimento dos países atrasados não é sua adaptação ao mercado mundial, mas a estatização dos grandes meios de produção sob a direção da classe operária e com um regime de planificação econômico-social.

O Mercosul é uma “integração” que foi impulsionada sob o comando das transnacionais instaladas no Brasil e na Argentina e dos grandes grupos locais. Com a “abertura econômica”, a “desregulação” e as privatizações, é uma tentativa de ampliar os estreitos mercados nacionais, obtendo “economias de escala” apetecíveis ao grande capital. A burguesia não pode superar as barreiras dos Estados nacionais, de cuja existência depende sua própria acumulação e domínio. Não pode conduzir a um verdadeiro mercado unificado nem a uma integração plena e harmoniosa. Aqueles que crêem que frente à ALCA é possível um Mercosul social, que permita o “desenvolvimento sustentável” da economia e da cultura da região, como defende a maioria dos participantes do Fórum Social Mundial, não dizem que a “integração” dos monopólios e do imperialismo apenas aprofunda a decomposição e a deformação das forças produtivas nacionais, e uma concentração e centralização colossal do capital sob o predomínio imperialista, que se choca com as fronteiras nacionais. Na realidade, é a velha fórmula dos reformistas que vêem um imperialismo malvado, os EUA, no caso, e um imperialismo mais com-

passivo e mais humano, o bloco europeu. Poupar o capitalismo *yankee* apoiando-se no imperialismo europeu é como trocar a guilhotina pela forca.

Os interesses dos EUA em apressar a instauração do livre comércio encontram suas bases materiais no aprofundamento das disputas interimperialistas pelos mercados, ou dito de outra maneira, na penetração maciça do capital estrangeiro na América Latina, que se converte ainda mais em cenário da concorrência entre os gigantes do capital mundial. Hoje, o dado mais espetacular desta concorrência constitui-se pelo colossal processo de fusões e aquisições que está transformando o elenco das grandes transnacionais. Os grandes grupos econômicos locais, alguns dos quais movem várias centenas de bilhões de dólares (como no Brasil, México ou Argentina), reduzem-se a pigmeus comparados com as monstruosas corporações que operam em escala global, manejam centenas de milhares de milhões de capital e empregam centenas de milhares de trabalhadores. A ALCA é a estratégia que busca estender o imperialismo norte-americano, para continuar e afiançar ainda mais o domínio de seus monopólios sobre o continente americano. De fato, entre 1990 e 1997, a América Latina foi o mercado mais dinâmico para os EUA, recebendo 20% das exportações norte-americanas, enquanto o Japão e Ásia Oriental receberam conjuntamente apenas 25%. Isso lhe permitiu enxaguar uma parte de seu déficit comercial com o Japão e a Europa. Um estudo da CEPAL afirma que os “EUA são o principal investidor na América Latina e Caribe”.¹⁷

Agora, o retrocesso do Mercosul é impressionante: o PIB em dólares da região caiu 40%, e a soma de seus “riscos-país” chegou a 10.000 pontos, tem o financiamento externo “voluntário” interrompido e conta com um endividamento interno e externo colossal (500 bilhões de dólares). E não desapareceram as disputas setoriais (como nos setores avícola e açucareiro), enquanto a estratégia de incorporar o Chile se desvaneceu, a partir do acordo de “livre comércio” que aquele país assinou com os EUA. Em 2002, o comércio entre os quatro países do bloco chegou aos 23 bilhões de dólares, quase 50% abaixo do pico de 41 bilhões de dólares registrado em 1997. Os valores comercializados no ano passado retrocederam para abaixo dos níveis alcançados em 1995. O peso das importações brasileiras para o Mercosul é insignificante: depois de haver exportado 9,043 bilhões, em 1997, em 2002, o Brasil vendeu somente 3,3 bilhões de dólares. A pressão do governo norte-americano pelo estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) tem provocado um aumento da tensão entre os países do continente latino-americano e sobretudo daqueles países que compõem o Mercosul. A confirmação do prazo de abril de 2005 para a consolidação da ALCA, firmada por Lula em sua recente viagem aos EUA, confirma a determinação do governo brasileiro de continuar as negociações, independente das reações populares que reivindicam a saída do Brasil das negociações.

A pressão da ALCA, por outro lado, aumenta as desavenças no Mercosul, que espera, congelado, os desdobramentos da crise argentina e

o processamento da renegociação da dívida brasileira, que está no horizonte. Ao se entrevistar recentemente com Bush Jr., Lula cedeu às pressões do imperialismo norte-americano, se comprometendo com a implantação da ALCA, a partir de 2005. Na América do Sul, a “união capitalista” já mostrou seus limites insuperáveis, que deverão ser superados pela união socialista de Nossa América, cujo alicerce regional é a unidade na luta dos trabalhadores da Argentina e do Brasil. O Mercosul quase desapareceu da agenda pública e privada e deixou de ser uma referência para o comércio ou investimentos. A última reunião de presidentes dos países do Mercosul, em dezembro de 2002, serviu somente para “acertar o passo” e não pôde fixar uma agenda técnica e política para livrar-se do beco sem saída no qual se encontra. Nem mesmo a agressão e os bombardeios contra o Iraque fizeram que o Mercosul pudesse emitir uma declaração comum, em vista do choque interno de posições e do alinhamento da Argentina com os Estados Unidos. A tendência desagregadora do Mercosul se acelera dia a dia. Ficou para trás a ilusão dos governos do Mercosul de que em algum momento poderiam negociar como um bloco autônomo e poderoso com a Europa e os EUA. O impasse do Mercosul aprofundou-se nos últimos anos pelas crises de seus países-membros, retração do comércio mundial, oscilações financeiras e das bolsas em

nível internacional, as pressões cruzadas a favor da ALCA e o acordo com a União Européia, e as crescentes tendências, tanto no Brasil como na Argentina, para obter um acordo privilegiado com os EUA.

As razões dos ianques são muito simples: não querem abrir o mercado norte-americano aos produtos do Sul do continente em plena crise de superprodução internacional. Exigem, sim, a abertura da América Latina, sem a reciprocidade que exigem os burgueses latino-americanos. Por isso, concentram sua pressão na abertura dos mercados financeiros e das telecomunicações, para proceder, a partir daqui, a uma completa colonização econômica.

O problema é, contudo, um pouco mais complexo. Acontece que o imperialismo norte-americano está conseguindo impor suas pretensões no âmbito da Organização Mundial do Comércio e aos países do Leste da Ásia, aproveitando, neste último caso, o desmoronamento de suas economias. Por isso, deslocou para um segundo plano o objetivo de criar uma fortaleza competitiva contra os imperialismos da Europa e do Japão, a partir de uma integração comercial do Alasca à Terra do Fogo. É fácil concluir que, logo que a crise mundial aguçe os enfrentamentos entre os grandes capitalistas dos diversos países, o Congresso norte-americano desenhará uma política para absorver rapidamente a América Latina. De uma forma ou de outra, o destino do

O destino do Mercosul está selado, pois sucumbirá, ou pelas imposições que se forjam no nível internacional, ou o fará diante da pressão final do imperialismo yanque.

O México ainda não conseguiu superar o golpe devastador provocado pela recessão do ano passado nos EUA, quando já se prognostica que a atual “recuperação” norte-americana, frágil e efêmera, pode se converter rapidamente em nova recessão.

Mercosul está selado, pois sucumbirá, ou pelas imposições que se forjam no nível internacional, ou o fará diante da pressão final do imperialismo ianque. De qualquer modo, o Mercosul entrou numa fase mais álgida de sua crise. Em todos os ramos da produção, como automóveis, siderurgia, energia, papel, calçados, têxteis, os choques se sucedem diariamente. As disputas são de tal magnitude que os governos não conseguem arbitrar entre as posições em luta. Fiat versus Ford, Techint contra Usinor são alguns dos protagonistas desta contenda que promete se resolver a ferro e a fogo.

O destino do Mercosul passou a depender mais do que nunca de uma arbitragem internacional. Mas não de uma arbitragem imparcial, porque o que quer o árbitro é impor uma maior abertura comercial e financeira que favoreça a instalação de capitais internacionais que lutam pelo mercado mundial. Há, por outro lado, não um único árbitro, senão dois e até três (Japão), com interesses divergentes. Por fim, a reconfiguração internacional afetaria muitos capitalistas menores nos EUA e na Europa, ou seja, colocaria uma depuração capitalista nas metrópoles. No entanto, antes disso tudo, os EUA e a União Européia devem decidir o desenlace da crise de pagamentos do Brasil e da Argentina. Em resumo, o desmoronamento do Mercosul responde a tendências revolucionárias que se manifestarão como consequência

disso. Um fracasso da arbitragem ianque-européia marcaria o início de uma deslocação do comércio internacional.

Comércio Intra Mercosul
 Importações e exportações
 entre os 4 países-membros
 (Em milhões de dólares)

1995	28,416
1996	34,182
1997	41,171
1998	40,822
1999	30,583
2000	35,336
2001	30,537
2002	23,000*

* estimativa

Fonte: CEI (Centro de Economia Internacional)

No México, supostamente beneficiado pelo NAFTA, o peso mexicano está sofrendo um ataque especulativo que o levou a seu nível mais baixo desde o ascenso de Vicente Fox ao governo, em junho de 2000. O principal motivo da preocupação, reconhece um jornal financeiro, são “seus estreitos laços com a economia norte-americana”.¹⁸ O México ainda não conseguiu superar o golpe devastador provocado pela recessão do ano passado nos EUA, quando já se prognostica que a atual “recuperação” norte-americana, frágil e efêmera, pode se converter rapidamente em nova recessão. Quando a América Latina se afundar, a “âncora” que devia “salvar” o México – sua integração comercial com os

EUA – o empurra para o abismo.¹⁹ Por outro lado, os fundos de investimentos norte-americanos que estão à caça de empresas endividadas em todo o continente acabam de reclamar o controle de um conglomerado petroquímico e têxtil mexicano, Cydsa, logo após ter comprado os bônus desvalorizados do grupo proprietário. Nos EUA, já se ouvem vozes políticas favoráveis à privatização do gigante petrolífero estatal mexicano, Pemex, uma empresa gigante, com 170.000 empregados, que aporta 35% dos recursos do orçamento nacional. Significa dizer que é a grande teta da burocracia estatal e dos negócios de toda a burguesia mexicana. Estima-se, por outro lado, que mais de um milhão de empregos se perderam nos EUA, devido às re-localizações de companhias no México para tirar proveito de sua regulamentação trabalhista mais frágil (flexível). Esses trabalhadores encontram trabalho... com menos segurança e salários que eram, em média, 77% do que recebiam anteriormente. Apesar das promessas de desenvolvimento econômico no México, somente a região fronteiriça viu incrementar-se sua atividade industrial. Mas este pequeno aumento não trouxe prosperidade. Mais de um milhão de mexicanos trabalham por menos que o salário mínimo de US\$ 3,40 por dia. Durante o período de aplicação do NAFTA, oito milhões de mexicanos passaram da “classe média” à pobreza.

A pressão sobre a Venezuela e a Bolívia aponta a garantir, para os EUA, o controle dos recursos energéticos estratégicos da América Latina, o petróleo e, sobretudo, o gás natural. A sobrevivência do governo neoliberal boliviano a uma insurrei-

ção nacional lhe permitiu agora encerrar o projeto entreguista estratégico exigido pelo imperialismo para garantir o pagamento da dívida externa, a completa colonização econômica da Bolívia, e para perseguir objetivos estratégicos mais amplos, também presentes no cerco à Venezuela e na guerra contra o Iraque: a venda do gás boliviano ao consórcio multinacional Pacific LNG. A saída buscada pelas classes dominantes é a exportação de gás por via marítima aos EUA, por meio das transnacionais do petróleo, que impuseram o porto de exportação. A espanhola Repsol-Ypf, as britânicas British Gas e British Petroleum, e Total, constituíram-se no único fator de poder: o Estado boliviano transformou-se em filial das companhias de petróleo. O território do porto de exportação seria arrendado em comodato por 99 anos, a área total negociada ultrapassaria 600 hectares. O gasoduto desembocaria na costa chilena, onde também se instalaria um complexo petroquímico e turístico. Os impostos do negócio serão recebidos pelo Estado boliviano. A histórica reivindicação nacional boliviana de saída para o Pacífico seria usada para dar base à maior entrega de sua história. O projeto Pacific LNG - integrado pelas petroleiras Repsol-YPF, British Gas e Pan American Energy - inclui a construção de um duto da Bolívia a um porto chileno do Pacífico. No terminal, o hidrocarburo será liquefificado e levado por barco até o México, onde será de novo gasificado para fornecê-lo à Califórnia, nos EUA. O grupo de empresas que distribuiria a energia nos EUA está encabeçado pela companhia Sempra Energy. O Peru, porém, oferece

condições mais vantajosas do que o Chile (apoiado pelos EUA). Com 52,4 trilhões de pés cúbicos, a Bolívia tem a segunda maior reserva latino-americana de gás natural (a primeira é a Venezuela, com 147 trilhões), atualmente só exportado ao Brasil, que compra 17 milhões de metros cúbicos/dia (cifra insignificante quando comparada com a projetada pelos EUA). A Rússia é o país com as maiores reservas mundiais (1.700 trilhões de pés cúbicos), os maiores consumidores, EUA e Japão, têm menos de 10% das reservas russas. O gás natural exibe, entre todas as fontes energéticas, os maiores índices de crescimento mundial, quase 4% anual, tendo passado de 53 bilhões de pés cúbicos em 1980, a 104 bilhões atualmente, com 167 bilhões projetados para 2020. Na Bolívia, as 52 bacias de reserva de gás certificadas como provadas, estão nas mãos de companhias estrangeiras. O Brasil paga 1,10 dólares por BTU (unidade térmica) de gás (os consumidores bolivianos pagam 5,48 dólares): a Pacific LNG, com o contrato previsto, pagaria 0,70 dólares por BTU.

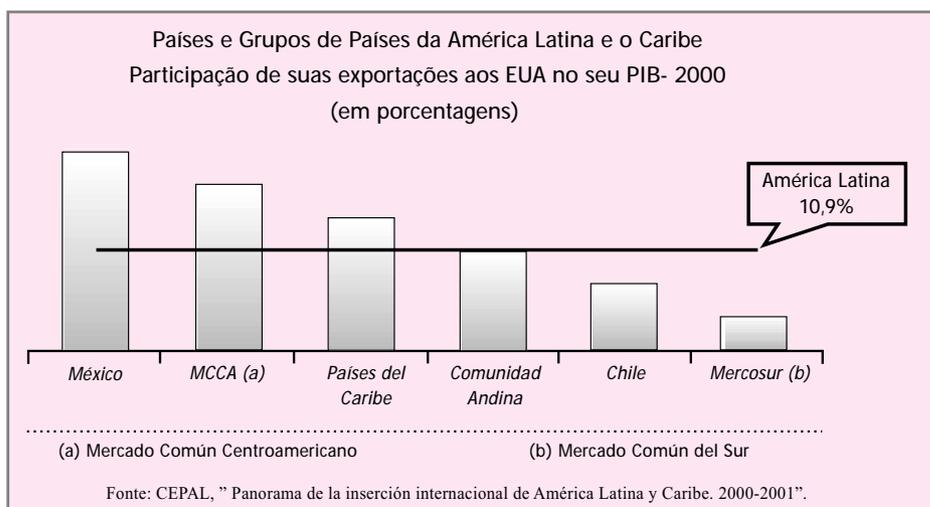
A questão da ALCA vincula-se à crise de superprodução que afeta a economia norte-americana, que lhe impele para conquistar mercados ampliados, e *cativos*. A crise do capitalismo dos EUA tem múltiplas manifestações. O endividamento descomunal, no qual se move a economia norte-americana, está muito relacionado à crescente dificuldade que encontram os capitalistas para obter lucros. No caso da Bolsa, isto fica muito claro porque hoje uma ação, em média, vale cem vezes o valor dos ganhos que se esperam delas, ou seja, rende 1% ao ano. Pa-

ra elevar essas margens, as empresas estiveram recomprando suas próprias ações: menos ações em circulação melhoram a taxa de ganho por ação. Mas as ações retiradas foram substituídas por dívidas; a emissão de bônus de dívidas privadas nos EUA passou de 180 bilhões de dólares, em 1994, para 700 bilhões, em 1998. O procedimento de substituir ações por dívida tem um limite: o que deixa aberto o caminho da crise e da bancarrota permite diminuir não só a circulação de ações, senão todo o valor do capital em circulação, seja em forma de ações ou de dívidas. Para elevar a taxa média de benefício, o capital primeiro precisa atravessar uma gigantesca crise.

As diferenças da dependência exportadora das economias latino-americanas em relação aos EUA são evidentes no quadro na página seguinte:

A Coordenação Latino-Americana de Ciências Sociais (CLACSO), sediada na Argentina, produziu um texto intitulado *Dez razões para dizer não à ALCA*, reproduzido a seguir:²⁰

1. ***ALCA estenderá a todo o continente um tratado cujas consequências sociais terríveis já estão claras.*** A ALCA é essencialmente uma expansão a todo o continente americano do NAFTA (acordo de livre comércio assinado por EUA, Canadá e México em 94). Em seu período de vigência, o NAFTA demonstrou as consequências que traz para os trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente. Citemos apenas alguns dados desta situação. Desde que o NAFTA entrou em vigor, o número de mexicanos que ganham menos de um salário mínimo au-



mentou em um milhão, e 8 milhões de famílias submergiram na pobreza. Por outro lado, na região das indústrias maquiadoras, ao longo da fronteira entre EUA e México, o crescimento da poluição e dos dejetos químicos, resultado da supremacia dos interesses comerciais consagrada no NAFTA, fez aumentar dramaticamente as taxas de hepatite e de defeitos nos recém-nascidos.

2. **O acordo foi elaborado em segredo.** Ignorando os chamados repetidos a um debate aberto e democrático, as negociações da ALCA, iniciadas em 1994, foram conduzidas sob completo sigilo. Nem os povos da região, nem o conjunto variado de organizações sindicais e sociais, nem os parlamentos puderam participar dos debates ou conhecer em detalhe o avanço dos acordos. Ao mesmo tempo, e com grande cinismo, os negociadores afirmam que tomaram nota das recomendações do Fórum Empresarial das Américas, e disseram que se trata de contribuições valiosas ao processo da ALCA. Agora, os governos prepararam-se para assinar, em poucas semanas, um tratado escrito de costas para os povos, e que ameaça aprofundar radicalmente as terríveis

consequências que as políticas neoliberais provocaram.

3. **O acordo degradará ainda mais os direitos trabalhistas e as condições de trabalho.** A experiência do NAFTA mostrou como os direitos trabalhistas mais básicos, e os direitos das trabalhadoras em

A ALCA, como o NAFTA, impedirá, sob pretexto de assegurar segurança absoluta para os investimentos, qualquer regulação estatal considerada nociva aos investidores,

particular, foram corroídos pelos acordos de livre comércio. O objetivo de assegurar a mais absoluta liberdade para que o capital se mova em todo o continente significará, como assinala a experiência recente, uma tendência ao rebaixamento dos salários e das condições de trabalho. A terrível situação enfrentada pelas funcionárias das indústrias maquiadoras no México (salários abaixo do mínimo, jornadas de mais de 12 horas, ausência de amparo legal, limitação da ação sindical, condições insalubres de trabalho, trabalho infantil) são um exemplo próximo do que nos oferece a ALCA. Por outro lado, os efeitos da livre importação de mercadorias amea-

çam condenar o setor industrial local à completa desapareção, aprofundando os altos índices de desemprego que castigam nossos países.

4. **O acordo ampliará a destruição do meio ambiente.** Depois da eventual assinatura da ALCA, para adotar qualquer norma destinada a preservar o meio ambiente ou a saúde, os Estados deverão assegurar que não se trata de um obstáculo desnecessário ao comércio ou ao investimento, reservando-se às empresas o direito de questionar judicialmente estas normas. Para nossos países, isso significará aprofundar uma política de depredação dos recursos naturais e descuido do meio ambiente e das populações locais. É o que já ocorre no NAFTA. No estado mexicano de Guerrero, por exemplo, 40% das florestas fo-

ram devastadas pela exploração predatória nos últimos anos, o que também provocou erosão do solo e destruição do habitat natural de inúmeras espécies.

5. **O acordo colocará em risco a saúde dos povos.** A ALCA vai ampliar para todo o continente as regras do NAFTA sobre o monopólio das patentes (particularmente importantes no setor farmacêutico), o que terá enormes consequências sobre o preço dos medicamentos e a saúde da população. Também legalizará os organismos geneticamente modificados. Além disso, a ALCA, como o NAFTA, impedirá, sob pretexto de assegurar segurança absoluta para os investimentos, qualquer

regulação estatal considerada nociva aos investidores, mesmo quando esta se apóie em considerações de bem-estar geral ou de defesa da saúde pública ou do meio ambiente. O Canadá, por exemplo, foi processado e condenado no NAFTA por proibir um aditivo para nafta considerado cancerígeno. O México enfrenta processos por causas similares.

6. O acordo confirmará e aprofundará a privatização dos serviços sociais. O projeto da ALCA se estende também aos serviços, obrigando os Estados a garantir o direito das empresas privadas a concorrer com os serviços públicos, exceto aqueles oferecidos de forma absolutamente gratuita. Isso abre espaço para privatizar o que ainda não foi entregue; entre outros setores, a educação e a saúde. A ALCA também exclui expressamente a possibilidade de reverter as privatizações já realizadas. O princípio geral é transformar os serviços sociais em mercadorias, cujo acesso será regulado pela capacidade individual de pagamento. Isso permitirá às empresas, como já ocorreu no Canadá e no México, exigir as mesmas isenções e privilégios com que contam os serviços públicos.

7. O acordo acelerará a quebra das pequenas e médias empresas e a desindustrialização. A eliminação das barreiras alfandegárias, a proibição de qualquer política estatal destinada a favorecer o uso dos bens nacionais ou privilegiar de qualquer forma o desenvolvimento local ou setorial, a obrigação de abrir as compras ou contratações do Estado em todas as suas esferas (nacional, estadual e municipal) a todas as empresas do continente, entre

outras questões, ameaçam condenar à desaparecimento as já abaladas empresas pequenas e médias. Também aprofundariam a desindustrialização da economia. Alguns dos países latino-americanos com agricultura desenvolvida ou especializada não poderão sequer se beneficiar de suas vantagens comparativas neste setor, já que os subsídios agrícolas (utilizados precisamente pelos EUA, para defender seus produtores) são uma das poucas exceções definidas pelo tratado.

8. O acordo limitará ainda mais os direitos democráticos da sociedade. Sob a ALCA, toda tentativa de regulação estatal, esteja ela baseada em critérios de desenvolvimento econômico local ou nacional, progresso social, bem-estar da população ou proteção do meio ambiente, poderá ser questionada com êxito pelo capital, como demonstra a experiência do NAFTA. Para nossos países, além disso, este acordo tornará irreversíveis as políticas neoliberais implementadas na última década. Nesse sentido, as cláusulas da ALCA vão impor, desde agora até o futuro, uma verdadeira trava contra as vontades e decisões da sociedade e o próprio funcionamento das instituições democráticas. Uma prova de seu caráter antidemocrático é que o acordo foi negociado de costas para os povos, sem consulta às organizações sociais e sem debate parlamentar. Por isso propomos, junto à Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, que tal acordo não pode ser assinado sem antes convocar a sociedade a se expressar por meio de um plebiscito.

9. O acordo espalhará e aprofundará a pobreza e a desigualdade. A aplicação de políticas econô-



micas de tipo neoliberal em nossos países, durante a última década, significou um aumento constante da pobreza, da desigualdade social, da precarização do trabalho e do desemprego. A ALCA vai reforçar e aprofundar esta situação. Ele significará a criação de uma zona econômica, do Alasca à Terra do Fogo, em benefício das corporações transnacionais estadunidenses e de alguns sócios locais. Desta maneira, o acordo constituirá na área econômica um novo instrumento que, junto com o Plano Colômbia e o Plano América, tenta subordinar ainda mais os países e povos da região à hegemonia dos EUA.

10. Porque outra integração é possível. As organizações sindicais nacionais e regionais, os grupos ambientalistas e de direitos civis, os movimentos camponeses, indígenas e de mulheres do continente se pronunciaram contra a ALCA. Há vários anos estas organizações vêm realizando fóruns e protestos contra este acordo.

As características dessa “outra

integração” não são explicitadas pela CLACSO, nem os termos de luta antiimperialista e classista em que uma unidade contra o pan-americanismo pró-ianque deveria se alicerçar.

Na área da educação superior, a perspectiva já está traçada, segundo informação trazida pelo *O Estado de São Paulo*. Investidores americanos, canadenses e europeus que aplicam seus dólares em fundos de investimentos estrangeiros - e nunca tiveram contato com o setor educacional - estão perto de se transformar nos novos donos de universidades e faculdades brasileiras. Empresas que administram esses fundos e buscam oportunidades mundo afora querem agora apostar suas fichas na aquisição total ou parcial de instituições privadas de ensino do País - em especial as de ensino superior, que movimentam R\$ 15 bilhões e cresceram 157% nos últimos nove anos. O objetivo, na maioria dos casos, é adquirir as instituições, injetar recursos, participar da gestão e finalmente revender as faculdades e universidades por um preço multiplicado. Operações desse tipo - chamadas no mercado financeiro de *private equity* - já vêm sendo feitas no Brasil com empresas dos setores de serviços e industriais, como redes de farmácias, laboratórios, empresas de alimentos e no ramo do *agrobusiness*: "Os fundos procuram investir em países emergentes, como o Brasil, países do leste europeu e da Ásia, que ainda têm potencial de crescimento maior que o dos mercados maduros. E o setor de educação no Brasil cresce muito mais que o de outros países. É isso que nos atrai", disse Patrice Etlin, um dos sócios do Advent International, multinacional que administra um fundo de US\$

Um dos serviços oferecidos pela Paulo Renato Souza Consultores é justamente buscar oportunidades de investimentos em educação para os fundos - que "também sejam boas para as instituições de ensino".

265 milhões e busca oportunidades em diversos setores no Brasil.

A empresa tem feito contatos e propostas a instituições de ensino. As universidades públicas atendem hoje menos de um terço da demanda, de 3 milhões de matrículas. De 1995 para cá, o número de instituições privadas de ensino superior subiu de 684 para 1.762. Nelas estudam 2,1 milhões de alunos. Projeções apontam que esse total será de 6,3 milhões em 2008, o que representa uma taxa de crescimento anual das matrículas de 11%. De olho nesses números, a JP Morgan Partners - maior empresa de *private equity* do mundo - também busca investimentos em educação aqui. A empresa, que já tem recursos aplicados no exterior, possui um fundo de US\$ 570 milhões para investir pelos próximos três anos em negócios na América Latina. Grupos brasileiros também querem entrar no jogo. O Pátria, por exemplo, está captando recursos no País e no exterior para formar um fundo para investir exclusivamente em educação e saúde. Não há barreira legal para investimentos desse tipo. "Em 1997, a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) abriu essa possibilidade e nós regulamentamos. Até então, o ensino superior não podia ter fins lucrativos", diz o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza, que agora trabalha como consultor. Um dos serviços oferecidos pela *Paulo Renato Souza Consultores* é justamente buscar oportunidades de investimentos em

educação para os fundos - que "também sejam boas para as instituições de ensino", explica o ex-ministro. Por enquanto, nenhum fundo conseguiu bater o martelo com instituições de ensino. Investidores dizem que muitos proprietários de faculdades e universidades superestimam o valor de venda de suas instituições. Ou então, falta a elas transparência administrativa suficiente para que se tornem negócios atraentes para os investidores. A participação de capital estrangeiro em escolas brasileiras é vista com muitas reservas por acadêmicos e especialistas, que denunciam o risco de mercantilização do ensino. "Os interesses das empresas são os lucros, e quem visa o lucro quer o mais rápido possível", diz a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wrauna Panizzi. "A educação mais duradoura, que forma cidadãos independentes, exige investimentos de mais longo prazo. As empresas têm outros objetivos".²¹

Os países imperialistas querem ampliar a discussão sobre participação externa no setor de educação. Liderados pelos EUA, pretendem incluir o tema na pauta da Organização Mundial do Comércio (OMC) e também nas negociações para a ALCA. Uma das propostas é de que sejam suspensas todas as limitações para que instituições de ensino estrangeiras abram filiais em outros



países. A educação entraria para o rol de serviços que se pretende liberalizar, algo que permitiria também que professores estrangeiros atuassem fora de seus países. "Ao se liberar, deixam de valer os parâmetros curriculares locais. Eles seriam uma barreira. As instituições teriam o direito de conceber a forma de ensino, os currículos e trabalhar com a sua visão do mundo", diz o professor de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e um dos sete membros do Órgão de Apelação da OMC, Luiz Olavo Baptista. A presença de universidades estrangeiras já é realidade em muitos países, especialmente nos ex-satélites da União Soviética. "Muitos países de economia marxista ocidentalizaram o ensino", disse.

Na América Latina, estão presentes 40% de todas as espécies animais e vegetais existentes no planeta, ou seja, quase a metade. Isso é um elemento fundamental quando se desatou uma verdadeira corrida para decifrar o código genético das espécies e procurar aplicações comerciais para a genética. Os grandes laboratórios dos EUA e da Europa estão patenteando os códigos genéticos e, por isso, os EUA põem tanta ênfase na defesa da Propriedade Intelectual. Por um lado, decifram os

códigos genéticos, em seguida os patenteiam, introduzem maciçamente os transgênicos, por exemplo, na agricultura e logo cobrarão dos agricultores e dos países pela utilização das espécies já registradas. Isto já está acontecendo, embora em pequena escala, no México.

Finalmente, merece referência o capítulo da Propriedade Intelectual. Nele, sob distintas formas de propriedade como patentes, marcas registradas, direitos de autor e de proteção especial, cria-se uma renda de monopólio aos inventores. E, embora este mecanismo seja divulgado como defesa da invenção nacional, não se pode esquecer que neste terreno é que ocorrem as "assimetrias". Em 1996, por exemplo, os EUA detinham o registro de 218.642 patentes em seu sistema, o mais importante do mundo e da ALCA. A IBM registrou 2.657 patentes em 1998, mais de 7 para cada dia do calendário, e as cinco empresas mais importantes do setor da biotecnologia agrícola possuem, direta ou indiretamente, cerca de 50% das patentes do

setor. Os EUA detêm 40% do orçamento anual mundial de pesquisa e desenvolvimento, e têm superávit de vários milhões de dólares graças a esse conceito. Este "invento" da propriedade intelectual é especialmente caro para os países de baixa e média renda em áreas tão sensíveis como a saúde, ao impôr-se a propriedade intelectual por décadas sobre as fórmulas dos medicamentos para males como HIV, câncer, hepatite, entre outros. Também sobre a nutrição, ao decretar-se sobre sementes e agroquímicos, a MONSANTO possui 91% das patentes das sementes de soja, e sobre o desenvolvimento industrial ao estar vigente para as descobertas técnicas e científicas por muitos anos. Na ALCA, a América pobre vai ingressar no mundo das cotações das rendas do monopólio assim constituídas, onde se configura o mais absurdo dos mercados: uma oferta única com uma demanda que quanto mais consumir de um bem, contrariando as leis mais elementares da racionalidade econômica, mais terá que pagar.²²

Como se coaduna a política entreguista dos governos latino-americanos em relação à ALCA, com a postura supostamente antiimperialista que, chefiados por Argentina e Brasil, adotaram nas negociações da OMC em Cancún, provocando o fracasso da reunião? Em Cancún, a reunião terminou num fracasso, mas não pela ação da Argentina. Junto ao Brasil e a outros países que confor-

Na ALCA, a América pobre vai ingressar no mundo das cotações das rendas do monopólio assim constituídas, onde se configura o mais absurdo dos mercados.

A crise do Mercosul, última tentativa das burguesias sul-americanas de associar-se ao imperialismo desde uma posição “independente”, a submissão daquelas à ALCA, assim como a sua subordinação crescente aos planos e ações militares e colonizadores do imperialismo ianque, expressam a falência dessas burguesias

maram o Grupo 21, havia aproximado posições com as dos EUA. “O Grupo 21 somou-se ao clamor pela eliminação dos subsídios agrícolas, a possibilidade de abrir os mercados destes países aos temas de Singapura”, ou seja, os “temas” que os Estados Unidos e a Europa reclamam, como a abertura dos serviços, propriedade intelectual, compras governamentais etc. Diante desta situação, “os países que não faziam parte deste G-21 (a maioria dos países asiáticos e africanos, e muitos Estados caribenhos) recusaram a proposta de ambos blocos. Definitivamente, foi o que determinou o fracasso da Cúpula de Cancún”.²³ “A Argentina não tomou parte nessa oposição porque os de Singapura não são temas que lhe provoquem temor, já que já se sintonizou com os pedidos dos países desenvolvidos durante os anos 1990. A resistência partiu da Índia, Malásia e muitas nações subdesenvolvidas da África, Caribe e do Pacífico. Na plenária de 148 países, o primeiro a declarar oposição foi o ministro de Botswana”.²⁴ Também o chanceler brasileiro, Celso Amorim, a quem todos apresentaram como um “duro”, confirmou a acomodação com os EUA: “O Mercosul poderá obter melhores condições de comércio agrícola com os EUA nas negociações 4 + 1”, disse Amorim, depois do fracasso da conferência ministerial da OMC. “O representante dos EUA para o comércio exterior, Robert Zoellick, já

concordou em levar adiante essas negociações, dentro dos marcos da Área de Livre Comércio das Américas. O resultado da reunião de Cancún pode ser especialmente frustrante com relação às reformas agrícolas, mas isso não quer dizer que não possamos obter coisas importantes na ALCA”, observou Amorim. Logicamente que a busca da integração com os EUA não pode dissimular a profunda crise em que se encontra o comércio mundial, e os choques comerciais. A reunião de Cancún foi o cenário onde voltaram a se manifestar esses choques, como uma fase da crise capitalista global. Com os principais ramos agroindustriais em superprodução, o capitalismo não pode avançar no comércio mundial senão mediante a substituição e a quebra da capacidade excedente. Essa crise é consequência de uma crise econômica e financeira mais ampla, cuja arrancada se deu em 1997 no Sudeste Asiático, estendeu-se pela Rússia em 1998, ao Brasil em 1999, propagou-se pela Argentina e Turquia e pelos países avançados, e opõe os EUA à Europa e ao Japão. A isto agora se agrega o choque entre a Europa e os EUA pelo controle da América Latina.²⁵

A crise do Mercosul, última tentativa das burguesias sul-americanas de associar-se ao imperialismo desde uma posição “independente”, a submissão daquelas à ALCA, assim como a sua subordinação crescente aos planos e ações militares e colo-

nizadores do imperialismo ianque, expressam a falência dessas burguesias (ou de suas sucedâneas pequeno-burguesas “de esquerda”) como classes dirigentes da nação. Não é uma estratégia antiimperialista, portanto, opor o Mercosul à ALCA. Para que América Latina conquiste sua efetiva independência, deveria unir-se em uma poderosa federação, guiada por uma política antiimperialista, tarefa que, na atual etapa histórica, só poderá ter um conteúdo socialista, pois só poderá ser executada pelo operariado e o campesinato de Nossa América, através de sua organização política independente, continental e internacionalista.

Notas

1. Em 1988 assinara-se o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, pelo qual os dois países expressaram o desejo de constituir, no prazo máximo de 10 anos, um espaço econômico comum, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco, para o qual se celebraram 24 protocolos específicos, em áreas como bens de capital, agrícola, industrial etc.
2. Humberto Bastos. *Rui Barbosa, Ministro da Independência Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. pp. 231-245.
3. Ver: Benedicto Heloiz Nascimento. Brasil, união continental e globalização. In: Osvaldo Coggiola. *História e Economia: Questões*. São Paulo, Humanitas, 2003.
4. Foi idealizado um programa de liberalização comercial, que deveria concretizar-se por meio da negociação periódica e coletiva de uma lista de produtos que deveriam ser libertados dos direitos aduaneiros e de qualquer outra medida de efeito equivalente, em um prazo máximo de 12 anos,

mas até 1970 não se havia chegado sequer a uma aproximação de uma lista comum daqueles produtos.

5. Os economistas classificam os acordos econômicos do seguinte modo: *Zona de Livre Comércio*: é um acordo multilateral que permite a circulação livre de bens, capitais e pessoas. Se esgota na livre circulação. *União Aduaneira*: incorpora um arancel externo comum. Os países do acordo agem frente a outros como se fossem um único país. É o caso do Mercosul. *Mercado Comum*: Possui políticas macroeconômicas comuns e convergentes. Por exemplo, o gasto público não pode superar uma percentagem determinada do PIB. É o caso da União Européia. *Integração*: Além dos econômicos, comporta acordos políticos e culturais. O parlamento europeu e os poderes judiciais da UE seriam os exemplos.

6. Já tinha havido a assinatura, em 6 de julho de 1990, pelos presidentes Collor e Menem, da ata de Buenos Aires, que fixou a data de 31 de dezembro de 1994 para a formação definitiva de um mercado comum entre os dois países. O Mercosul foi ratificado em 17 de dezembro de 1994 pelo protocolo de Ouro Preto, que definiu sua estrutura institucional. Em 1996 foi formalizada a adesão de mais dois parceiros no Mercosul, Chile e Bolívia, em encontro realizado em San Luís (Argentina) que reuniu os presidentes da Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e dos dois novos signatários, onde, efetivamente, os novos membros do Mercosul se tornaram reconhecidos como tais, porém esses dois novos signatários ficaram só com o status de parceiros privilegiados.

7. Há vasta bibliografia sobre o tema: Elizabeth Accioly Pinto de Almeida. *Mercosul e União Européia: estrutura jurídico-institucional*. Curitiba: Juruá, 2002; Paulo Roberto Almeida. *Mercosul: fundamentos e perspectivas*. Brasília: Editora Grande Oriente do Brasil, 1998; Welber Barral. *O Brasil e a OMC: os Interesses Brasileiros e as Futuras Negociações Multilaterais*. Florianópolis, Diploma Legal, 2000; Paulo L. Bonfiglio Jr. *Integração Hemisférica: a ameaça da Alca ao Mercosul. Anais do VI Encontro de Estudantes e Graduados de Relações Internacionais CONESUL*. Santa Cruz de La Sierra: 2000; Durval de Noronha Goyos Jr. *A OMC e os Tratados da Rodada do Uruguai*. São Paulo, Observador Legal, 1995; Benedito Guidolin. *Mercosul e Blocos Econômicos*. São Paulo: STS, 1999; Samuel

Pinheiro Guimarães. *Alca e Mercosul: riscos e oportunidades para o Brasil*. Brasília, IPRI/FUNAG, 1999; Sérgio Mourão Corrêa Lima. *Tratados Internacionais no Brasil e a Integração*. São Paulo, São Paulo: Editora LTR, 1998; Ande Lipp Pinto Basto Lupi. *Soberania, OMC e Mercosul*. São Paulo: Aduaneiras, 2001; João Bosco Machado. *Mercosul: processo de integração: origem, evolução e crise*. São Paulo: Aduaneiras, 2000; Vera Thortensen. *OMC – Organização Mundial do Comércio: As Regras do Comércio Internacional e a Rodada do Milênio*. São Paulo: Aduaneiras, 1999.

8. Reinaldo Gonçalves e Valter Pomar. *A Dívida Externa*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

9. “Os EUA estão interessados em debilitar os investimentos espanhóis na América Latina para recuperar sua hegemonia nesse mercado. A ferramenta que tem para isso é implacável: o FMI”, disse *Ambito Financiero*. Estas foram as conclusões de um seminário sobre “Iberoamérica e as empresas espanholas”, organizado pelo Banco Santander Central Hispano.

10. Extraídas de: Benedicto Heloiz Nascimento. *Op. Cit.*

11. A formação do Mercosul colocou em questão os Acordos de Alcance Parcial e de Complementação Econômica (AAP e ACE), que haviam sido celebrados anteriormente à ratificação do Tratado de Assunção entre cada país do Mercosul e os demais membros da ALADI. Esses acordos “perfuram” a Tarifa Externa Comum (TEC) de forma desigual. A título de exemplo, AAP entre os países do Mercosul e a Venezuela, o tratamento tarifário concedido pela Venezuela para um mesmo produto é desigual em relação a cada país do Mercosul e vice-versa, assim como é desigual o elenco de produtos incluídos em cada AAP bilateral. Com estas distorções proporcionadas pelos AAP e ACE, a desconfiança é inevitável sobre o verdadeiro papel desempenhado por tais acordos, já que os Tratados da ALADI e do Mercosul supostamente visam fomentar o comércio entre seus membros, mas passam pelo funcionamento dos Acordos de Alcance Parcial e de Complementação Econômica.

12. Alberto Acosta. Retos de la *globalización* para América Latina. *La Insignia*. Espanha, janeiro de 2003.

13. *Clarín*, 19 de junho de 2003.

14. Ismael Bermúdez. O Mercosul na geladeira. *Revista Adusp* n° 29, São Paulo, maio de 2003.

15. “O Mercosul está em uma etapa de retrocesso. Foi um grande sucesso nos primeiros quatro anos, de 1991 até 1994, mas a partir de então não se fez praticamente nada”, disse Elbio Baldinelli, diretor da *Fundación Banco de Boston*.

16. IEFÉ. *Costos y perspectivas de la industria automotriz*, maio de 1999.

17. “Las empresas estadounidenses se concentran en la industria manufacturera y en los servicios (telecomunicaciones y energía). Así en el sector manufacturero aprovechan ciertas ventajas (bajos salarios, proximidad geográfica y acceso privilegiado al mercado estadounidense) para incrementar su capacidad de competencia en su propio mercado y enfrentar a las empresas asiáticas” (CEPAL. *La cambiante presencia de las compañías transnacionales en América Latina*. 1998).

18. *Financial Times*, 21 de junho de 2003.

19. Ao amparo do capítulo 11 do TLCAN foi imposta ao México uma sanção de 16,685 bilhões de dólares, a serem pagos à empresa METALCLAD Corp. com sede na Califórnia, por “violar as regras sobre inversão (arts. 1105/1110) do TLCAN adotando medidas equivalentes a una expropiación” ao negar à METALCLAD autorização para operar um depósito de resíduos tóxicos no Município de Guadalcázar, San Luis Potosí.

20. Extraído de *Carta Maior*.

21. Diz uma notícia recente: “*No México, empresas estadounidenses (que trabajan para Novartis y Dow Chemical) mediante convenios con organismos locales como el Instituto de Biotecnología de la UNAM, obtienen muestras de microorganismos, hongos y plantas que luego de sufrir una mayor o menor manipulación genética son registrados como “invención” y son objeto de protección monopólica mediante patentes o certificados de obtentor*”.

22. Aurelio Suarez Montoya. *Crítica al Área de Libre Comercio para las Américas –ALCA*.

23. *Ambito Financiero*, 15 de setembro de 2003.

24. *Clarín*, 15 de setembro de 2003.

25. Julio Magri. Kirchner se alió a Bush en la OMC: apertura al imperialismo. *Prensa Obrera* 817, Buenos Aires, 18 de setembro de 2003.

***Osvaldo Coggiola é professor na Universidade de São Paulo e 2º Vice-presidente do ANDES-SN.**



A trajetória do FMI e do Banco Mundial e suas relações com o Brasil

José Menezes Gomes*

“O FMI não é uma instituição democrática baseada em um homem, um voto. É, isto sim, um oligopólio baseado em um dólar, um voto” (Darrell, 1984: 233).

Tendo em vista o papel relevante desempenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), na elaboração e implementação das políticas de “estabilização” dos países subdesenvolvidos, nos últimos vinte anos e especialmente nos anos 90, o objetivo deste texto é a investigação da origem, evolução e contemporaneidade dessas instituições

financeiras internacionais. Torna-se importante não só a reconstituição de suas trajetórias na economia mundial, mas especialmente a relação do Banco Mundial com a economia brasileira, no período que antecede a introdução da âncora cambial. Ou seja, de que forma o capital financeiro se utilizou dessas instituições multilaterais na busca de superação das condições próprias do desenvolvimento capitalista.

Dentro dessa investigação, um componente importante é a mudança de orientação ocorrida nos anos 80, quando FMI e BIRD passaram a ter praticamente a mesma finalidade. Outro aspecto é analisar seu caráter multiestatal, por um lado, e sua ligação com o capital financeiro, por outro. O grande divisor de águas desse período está justamente na eclosão da crise capitalista, manifesta no início dos anos 70, que determinou o eixo central de atuação dessas instituições sem mudar sua natureza: a defesa intransigente dos interesses imperialistas, em especial dos EUA. A evolução de suas políticas é marcada por duas fases principais. A primeira, que vai do imediato pós-guerra até início dos anos 70, e a segunda, que vai desde a eclosão dessa crise até o início dos anos 90, quando tem início um conjunto de políticas que tentaram dar nova vida aos problemas já agudizados no início dos anos 80, quando da crise da dívida.

O FMI e o Banco Mundial¹ foram instituídos na conferência de Bretton Woods, em 1944, com funções diferentes, embora complementares. O FMI foi criado para defender o Sistema Monetário Internacional, o que, na prática, significava ajudar governos a superar problemas em seus balanços de pagamentos, visando administrar as regras de Bretton Woods. Já o Banco Mundial deveria investir em programas que promovessem a reconstrução no pós-guerra. O cenário econômico no qual se insere o surgimento dessas instituições é marcado pela total hegemonia dos EUA nas dimensões econômica, militar, tecnológica e ideológica, por um lado. Do outro lado, uma total desordem na economia européia e japonesa, marcada

O FMI e BIRD foram inicialmente forjados como instrumentos da dominação americana, que se diferenciou da dominação inglesa pelo caráter multilateral que encobria sua essência.

pela destruição de parte do parque produtivo, grande deslocamento de força de trabalho da Europa, principalmente para os EUA, ausência de infra-estrutura, redução do mercado interno (fome e desemprego generalizados), crescente endividamento público e externo, desvalorização de suas moedas e dificuldade de manutenção das relações econômicas internacionais dada a falência do Padrão Ouro, desde os anos 30. Enquanto isso, os EUA tinham um excesso de capital que necessitava ser aplicado no exterior, mas que para tanto precisava de instituições especiais que possibilitassem essa alocação, gerando tranqüilidade aos investidores americanos. A tarefa central para alocar esses recursos estava em envolver os Estados europeus nesse processo de expansão, garantindo o investimento num momento em que a iniciativa privada não se dispunha a assumir riscos, nesse ce-



nário adverso, em que a taxa de lucro estava em queda. O papel desses Estados era intermediar recursos privados inativos vindos dos EUA, assumindo sua remuneração, e internamente investindo na recuperação da infra-estrutura e demais maneiras de fomento ao setor privado.

Da necessidade de uma economia global próspera, o Banco Mundial seria colocado a administrar “ajuda” de longo prazo para o desenvolvimento desses países industrializados, sendo o recurso do Banco muito pequeno para essa finalidade. O Plano Marshall reunia essa iniciativa² e o FMI³ fiscalizaria o Sistema Financeiro Internacional, proporcionando ajuda e assistência de curto prazo para permitir aos países superar as suas crises cambiais. O FMI e BIRD foram inicialmente forjados como instrumentos da dominação americana, que se diferenciou da dominação inglesa pelo caráter multilateral que encobria sua essência, disfarçado de benfeitor mundial, ou seja, encobriram o seu caráter de propagador do interesse do capital financeiro.

O FMI praticamente não funcionou durante os dez primeiros anos de existência, pois os controles de câmbio, os acordos bilaterais e os tipos de câmbios múltiplos continuaram proliferando nas relações econômicas entre países. Além de o volume de empréstimo do Fundo ser insignificante, ocorreram desvalorizações de várias moedas européias. Essa quase inexistência do Fundo

deve-se ao fato de que a promoção da estabilidade do câmbio só poderia ocorrer com a recuperação dessas economias e sua expansão no comércio internacional e, por sua vez, a convertibilidade de suas moedas, ocorrida a partir de 1958⁴. Sua atuação inicialmente se prendeu à América Latina, onde teve uma ação ostensiva quanto à tentativa de abertura comercial e na proposição de políticas de estabilização⁵. Além do que, o problema de “escassez de dólares”, ou de uma moeda de aceitação internacional, fora resolvido pelos EUA no sentido de atender às demandas do comércio internacional, aumentando também sua emissão monetária. Somente a partir da convertibilidade das moedas européias, em dezembro de 1958, o Fundo passou a agir mais próximo de seus princípios iniciais. Todavia, de 1959 a 1960, os EUA já demonstravam a debilidade do padrão monetário de Bretton Woods, quando tiveram perda aproximada de US\$ 5 bilhões. Entre 1964 e 1967, o FMI socorreu os EUA, mesmo passando por cima de suas normas, o que o transformou no maior devedor internacional do Fundo, fosse comprando “bonds” e notas do tesouro ou fosse financiando 10% do déficit do balanço de pagamentos americanos (Campos, 2001: 309).

Fruto do início dessa crise surgiu, em 1961, o *pool* do ouro⁶ para buscar estabilizar o seu preço, dada a tendência à alta que se manifestará e a incapacidade dos EUA isoladamente manterem o seu preço. O surgimento do G-10 implicou a criação de uma instância que, mais à frente, passou a elaborar previamente a política que, em seguida, era ratificada pelo Fundo. A criação dos

Direitos Especiais de Saques (DES)⁷ foi resultado da atuação desse Grupo e pretendia criar novos ativos de reserva internacional para reduzir a pressão sobre o dólar. O FMI e BIRD não sofreram maiores mudanças nas suas orientações oficiais, pois sua rígida ortodoxia respondeu sempre fielmente aos interesses dominantes dos bancos e dos governos dos EUA (Lichtensztejn e Baer, 1987: 8). Essas instituições, na sua origem, afirmavam a necessidade de cooperação monetária internacional para facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional⁸, contribuindo com isso para promover e manter altos níveis de ocupação e de rendimentos reais, e desenvolver os recursos produtivos de todos os países promovendo a estabilidade cambial (Lichtensztejn e Baer, 1987: 9).

Na criação conjunta das duas instituições, foi definida uma certa divisão de tarefas: *o FMI visava atender aos problemas de liquidez internacional e o BIRD atender aos problemas referentes à atribuição destinada à atividade produtiva nos diversos países, ou seja, atuavam em dois instantes necessários (circulação e produção) para a acumulação de capital, marcados pela complementariedade dos seus enfoques e funções.* (Lichtensztejn e Baer, 1987: 10). À medida que se concretizou o fim de Bretton Woods (1971-973) e se institucionalizou o euromercado de moedas, não só os Bancos Centrais, como o FMI, tiveram mais dificuldade de controlar a liquidez internacional. Com a crise da dívida, nos anos 80, ocorre uma superposição de funções, visando dar resposta por meio da renegociação da dívida: *a crise serviu, por-*

tanto, para deixar claro e sem falsos pudores, as forças em jogo e as funções reais que governam as duas maiores instituições internacionais do capitalismo contemporâneo, ou seja, ter surgido para expressarem a dominação dos EUA (Lichtensztejn e Baer, 1987: 14).

A trajetória dessas instituições está ligada aos rumos de Bretton Woods e, por sua vez, a trajetória da economia mundial, na defesa dos países que as hegemonizavam, tanto na vigência de Bretton Woods, quanto na sua ausência: *a crise internacional e as decisões unilaterais dos governos, especialmente dos EUA, mais que as meditadas propostas e planos de reestruturação, foram os fatores que mais levaram ao abandono de fato de muitos dos princípios originais de Bretton Woods (Lichtensztejn e Baer, 1987: 36).* Zelar pelo padrão ouro-dólar, que em tese era a principal função do Fundo, deveria ter significado a fiscalização da obrigatoriedade dos EUA manterem a convertibilidade de sua moeda na razão de US\$ 35 a onça. Entretanto, a crescente importância assumida pelo G 10 foi acompanhada por um grande esvaziamento do Fundo. Quando os EUA foram o epicentro da crise, jamais ouviram as recomendações do FMI. Em 1979, quando deram início à política de valorização do dólar via juros altos também ignoraram o FMI. O reconhecimento formal do Fundo, das flutuações cambiais, só ocorreu na Reunião Anual do México, em 1978, dentro dos princípios estabelecidos na Reunião Anual da Jamaica, em 1976, ou seja, depois de muito tempo, reconheceu aquilo que o G-10 já praticava.

A assistência financeira do Fun-

do tinha três modalidades: a primeira, e a mais importante, recebe o nome de *serviços*, tendo como objetivo direto o apoio aos países com dificuldades nos Balanços de Pagamentos, onde se exigem condições na gestão dos países envolvidos. A segunda é a transferência de recursos de fundos específicos administrados pelo FMI, dirigidos aos países subdesenvolvidos. A última reside nas operações realizadas com os Direitos Especiais de Saques, onde seu uso é automático e não sujeito às condicionalidades⁹. Com o agravamento da crise nos anos 70, o FMI ampliou o leque de operações de seus serviços. Todavia, durante os problemas cambiais que se seguiram, nos anos 70, e da insuficiência de recursos do Fundo, a saída dos países necessitados foi recorrer às fontes bancárias privadas (*euromercado* de moedas). Essa assistência financeira¹⁰, com exceção às dirigidas a determinados países, implica compromissos de política econômica expresso em cartas de intenções assinadas entre o FMI e o respectivo governo. Sua principal fonte de recursos era a subscrição de quotas de países-membro. Os empréstimos governamentais obtidos juntos aos países e dos exportadores de petróleo constituíram fonte adicional. A venda dos seus estoques de ouro corresponde a outra fonte de recurso. Por último, e de forma indireta, as operações com os Direitos Especiais de Saque - DES.

A tomada decisão ocorre em três instâncias, sendo a Junta dos Governadores a esfera mais importante, onde cada país é representado pelo Ministro da Economia ou pelo Presidente do Banco Central. A segunda é a Junta de Diretores, presidida

A eclosão da crise monetária e a manifesta incapacidade do FMI para restabelecer as regras do jogo em um Sistema Financeiro Internacional instável refletiram-se claramente em sua própria atividade creditícia.

pelo Diretor Geral (que tem grande influência nas decisões). A última é constituída pelo seu próprio corpo técnico. Operavam organicamente no FMI, nos anos 80, dois grupos de poder. O grupo dos 10 países desenvolvidos ou G-10, que teve papel decisivo na elaboração das principais iniciativas para tentar contornar a crise nos anos 70/80, e o Grupo dos 24 ou G-24, tendo origem no grupo de 77 países subdesenvolvidos, em resposta à existência do G-10. O traço principal do Fundo, nesse período, foi o predomínio dos EUA na sua concepção e implantação, determinando uma distribuição desigual de poder, marcada pela existência de quota na determinação do poder de voto de cada país, de acordo com o capital subscrito. Esse procedimento é semelhante aos critérios usados na definição do poder nas Sociedades Anônimas e permitiu que as nações imperialistas tivessem um poder quase absoluto na gestão dessas instituições. Dessa forma, é possível entender porque a distribuição do poder privilegiou aqueles países e suas políticas refletiram esse poder. Com isso, os cotistas majoritários (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra e França) definem os rumos dos empréstimos e das condicionalidades.

No decorrer das várias revisões de quotas ocorridas, os EUA foram perdendo posição na participação de suas quotas (33,7% em 1951, para 20,6% em 1983) sem, contudo, ter



ameaçada a sua hegemonia. Os países desenvolvidos, em geral, dominam o poder dentro do Fundo (de 80%, em 1951, para 65%, em 1983). Mesmo tendo crescido a participação dos países subdesenvolvidos (de 20,8%, em 1951, para 35%, em 1983), em nada ameaçou o poder dos países desenvolvidos. Além do que, o voto de cada país na maioria das vezes seguia a orientação dos EUA. Por outro lado, qualquer mudança mais brusca nos rumos do Fundo depende da obtenção de 85% do total de votos, o que dá verdadeiro poder de veto aos EUA. O fato de o diretor do FMI ser sempre europeu, também não altera em nada o poder dos EUA¹¹. Até fins da década de 50, houve um baixo volume de operações concretizadas pelo Fundo. Nos anos 60, sua atividade creditícia se expande, chegando a quintuplicar em relação ao período ante-

rior. Na primeira metade da década de 70, a eclosão da crise monetária e a manifesta incapacidade do FMI para restabelecer as regras do jogo em um Sistema Financeiro Internacional instável refletiram-se claramente em sua própria atividade creditícia. A partir de 1975, surge um papel mais ativo do FMI na concessão de créditos. Esse fato se acentuou ainda mais no início dos anos 80, quando o Fundo “apoiou” 46 países. Todavia, mesmo tendo ampliado sua influência, durante essa crise seu papel continuou ínfimo dentro do fluxo mundial de capital (Lichtensztejn e Baer, 1987:92-93). A crise da dívida, em 1982, recolocou a importância do FMI, perdida desde 1971, com o início da crise capitalista.

O Fundo foi projetado dentro de uma perspectiva teórica baseada na idéia da livre circulação de capitais e mercadorias, entre países, fato que contrastava com a realidade da economia dos EUA, que vivia uma profunda estatização, diretamente, de 50% do PIB, momento em que o consumo estatal da guerra substituiu temporariamente a necessidade do mercado externo. Terminada a guerra, a preocupação daquele país foi criar instituições que garantissem a sua expansão nos mercados mundiais, dentro de um novo marco de legalidade efetivada pelas instituições de Bretton Woods (FMI, BIRD e GATT). Desde sua origem, tanto o diagnóstico como o receituário não se alteraram muito e suas políticas refletiram isso. Assim, o FMI foi construído sobre os princípios de que os desequilíbrios para um determinado país se compensariam ao longo do tempo e que se distribuiriam aleatoriamente (Kindleberger,

Os EUA não só repassaram para os países subdesenvolvidos ônus que deveria ser seu, como usaram as condicionalidades, ainda mais severas, para aumentar seu grau de interferência nas políticas econômicas desses países.

1972, citado por Lichtensztejn e Baer, 1987: 73), supondo que o funcionamento das economias nacionais e do Sistema Monetário Internacional tenderia ao equilíbrio e à estabilidade, ou seja, em concorrência perfeita. Desta maneira, para o Fundo, os problemas surgidos nos vários países resultariam do mau uso da política econômica.

Quando a crise atingiu mais diretamente os países subdesenvolvidos, o FMI foi o protagonista da sua gestão. A concentração regional dos empréstimos, que num primeiro momento se destinava aos países desenvolvidos¹², a partir da década de 80, durante a crise de crédito, se deslocou quase que em sua totalidade para os países subdesenvolvidos. De 1947 a 1981, os países desenvolvidos ficaram com quase a metade dos empréstimos, não estando a maior parte sujeita às condicionalidades em suas políticas econômicas (Lichtensztejn e Baer, 1987: 97). Todavia, contrastando com o que ocorre em geral com os países desenvolvidos, no seu conjunto, ao longo de quase toda a história e, primordialmente na metade dos anos 80, o FMI fez prevalecer os empréstimos condicionados aos países subdesenvolvidos (Lichtensztejn e Baer, 1987: 105). A destinação de recursos do Fundo para os países subdesenvolvidos se elevou, de 1979 a 1981, ampliando-se ainda mais de 1982 a 1983, quando os mercados privados entraram em colapso.



A queda dos recursos do FMI, ocorrida na primeira metade dos anos 70, quando os investimentos financeiros já superavam os produtivos na economia mundial, se deve à grande expansão do euromercado, que substituiu a oferta de crédito sem as dificuldades impostas pelo FMI. A retomada do papel do FMI se acentuou, quando esse veio em socorro aos empréstimos tomados junto àquele sistema monetário privado. Esse cenário de crise exigiu a ampliação do papel do FMI, resultado da política de estabilização do dólar e de contenção da inflação implementada unilateralmente pelos EUA, ao elevar a taxa de juros, em 1979, durante o Governo Carter, seguido pelo Governo Reagan. Ao elevar os juros, que antes eram negativos, os países subdesenvolvidos e do antigo bloco soviético sofreram o impacto imediato daquela política

monetária, manifestado nas várias moratórias. Os EUA não só repassaram para os países subdesenvolvidos ônus que deveria ser seu, como usaram as condicionalidades, ainda mais severas, para aumentar seu grau de interferência nas políticas econômicas desses países: *quando os problemas financeiros internacionais envolvem os países subdesenvolvidos, os países industrializados em suas diferentes instâncias de negociação projetam suas políticas através do FMI, legitimando-o como 'agente regulador' das finanças internacionais e, portanto, como responsável direto e estratégico pelas decisões a serem adotadas.* (Lichtensztejn e Baer, 1987: 96).

Os bancos privados acabaram dando um papel estratégico ao FMI na administração da crise financeira privada¹³. Nessa tarefa, as condicionalidades cumprem um papel decisivo, já que se torna fundamental para os credores que a política econômica adotada incorpore as condições necessárias para o pagamento da dívida. As cartas de intenções são os veículos da expressão desse interesse. Mesmo com os seguidos fracassos dessas políticas de estabilização, novas condicionalidades eram incorporadas. Os Programas de Ajustes Estruturais sintetizam a evolução das crescentes demandas dos credores, implicando um ainda maior monitoramento dessas economias. Desde seu início, o papel essencial que os primeiros programas de estabilização desempenharam nos países la-

tino-americanos, especialmente, foi abrir suas economias à expansão e à integração do capital produtivo, especialmente dos EUA. Essa expansão produtiva foi favorecida, em parte, pelas políticas protecionistas que auxiliavam a política de substituição das importações, nos países subdesenvolvidos, já que as indústrias obsoletas dos países desenvolvidos passavam a desfrutar de novas vantagens oferecidas pelos respectivos Estados nacionais receptores.

As condicionalidades sofreram constantes mutações, à medida em que as contradições capitalistas se acirravam devido à crise capitalista. Mais recentemente, a mudança na política econômica não visava apenas o controle inflacionário e o ajuste do Balanço de Pagamentos, mas mudanças estruturais no processo de acumulação, quando foram exigidas a cada momento, mudanças constitucionais, ou seja, mudanças na ordem jurídica: *a reprodução do capital financeiro exige condicionar diretrizes da política econômica em conjunto nos campos cambial, monetário-creditício, fiscal, salarial e tributário.* (Lichtensztejn e Baer, 1987: 127). Por outro lado, o FMI e o BIRD converteram-se em centros de pesquisas e controles de dados da economia mundial como forma de orientarem os rentistas nas suas aplicações em títulos públicos dos variados países. Nos anos 80, os condicionantes de política econômica do FMI reforçaram a tendência recessiva da crise, mas, ao mesmo tempo,

estimularam mudanças mais profundas na estrutura econômica dos países subdesenvolvidos.

Mesmo que as condições do FMI sejam de natureza econômica, o seu conteúdo não deixa de apresentar dimensões políticas que definem os vários conflitos ocorridos no continente. O cartel de devedores constituído a partir de Cuba, Bolívia, Nicarágua foi desmobilizado devido ao poder de chantagem do FMI, quando estabeleceu um canal de negociação, em separado, junto a México, Brasil, Argentina e Venezuela. A influência do Fundo, no Brasil¹⁴, passou a ser crescente, de outra forma, a partir de 1986, com o Plano Cruzado, quando se inaugura a fase dos Programas de Estabilização, substituindo a fase dos pacotes. Esses constantes ajustes impostos pelo FMI aos países subdesenvolvidos dificultaram o crescimento econômico, mesmo contrariando o que estabelece o Artigo I (V), de que deveria evitar *a aplicação de medidas que prejudiquem a prosperidade nacional e internacional.*

Com a dissolução da antiga URSS, o FMI encontrou um novo espaço de atuação e também de intervenção nesses países. Esse fato implicou a entrada de todos países desse bloco nessas instituições financeiras. A hiperinflação na Rússia, nesse período, em parte, foi resultado da liberalização dos preços recomendada pelo FMI, dentro da iniciativa de converter aquele país à economia de mercado. Assim, primeiro ajudaram a criar a doença e depois ofereceram o “remédio”: o pacote de ajuste. Nos últimos anos, o FMI tornou-se um instrumento para a adesão de determinados países aos planos bélicos dos EUA. Durante a Primeira Guer-

A utilização do processo eleitoral dos países submetidos ao FMI, mesmo antes de ocorrer a eleição, tornou-se prática corrente do Fundo para impor essa política.



ra do Golfo, o Fundo “ajudou” com US\$ 3 bilhões alguns países do Oriente Médio. Tal fato voltou a ocorrer durante a Guerra contra o Afeganistão, quando Paquistão e outros países receberam recursos do Fundo em troca do apoio aos EUA; e também, na Segunda Guerra do Golfo, em 2002.

As várias crises surgidas no final dos anos 90 e início do século XXI resultaram em moratórias e profundas crises cambiais. Durante esse processo, foi colocada em xeque não só a limitação do FMI em fornecer crédito suficiente para conter a fuga de capitais, garantindo capacidade de cada país envolvido de pagar suas dívidas externas e internas, como a demonstração de ineficácia de suas políticas de estabilização. Tudo isso não impediu que seu velho receituário de ajuste continuasse a ser a cartilha a ser seguida. A utilização do processo eleitoral dos países submetidos ao FMI, mesmo antes de ocorrer a eleição, tornou-se prática corrente do Fundo para impor essa política. No Brasil, na eleição de 2002, os principais candidatos concordaram em manter o acordo com o Fundo, em circunstância próxima ao ocorrido na eleição Russa, em 1996,

e na Coreia do Sul, em 1997, tratando-se uma “chantagem” muito refinada¹⁵. Sobre a real finalidade dos recentes empréstimos do FMI do Tesouro dos EUA, o *Wall Street Journal*, um dos mais conservadores, em editorial, afirmou que o Governo George Bush mudou de opinião e aprovou o empréstimo para “socorrer” o Brasil, em agosto de 2002, porque “cedeu à crescente pressão dos bancos americanos”, que argumentavam que o calote brasileiro devastaria a economia latino-americana e teria repercussões nos EUA, ou seja, o FMI agiu para salvar os bancos dos EUA. O FMI emprestou US\$ 30 bilhões, quando o Brasil só tinha direito, pelas normas, a US\$ 12 bilhões, estabelecendo a manutenção de um superávit primário de 3,75% do PIB¹⁶, a ser revisado a cada trimestre, em 2003, mantendo esse percentual até 2006. Desses recursos, US\$ 6 bilhões foram sacados em 2002 e US\$ 24 bilhões em 2003.

Com a crescente crise capitalista e a incapacidade das políticas de estabilização em vigor de contorná-las, a relação de amor e ódio ficou ainda mais clara, como no caso argentino. Se, ao longo da década de

1990, a Argentina foi aclamada pelo Banco Mundial e os demais representantes do capital financeiro como o “aluno exemplar”, que tinha feito a lição de casa ultraliberal como nenhum outro fizera, a partir do final de 2001, a Argentina passou a ser tratada como pária por aqueles mesmos organismos e governos que a apoiavam, negando qualquer tipo de apoio, além de responsabilizá-la pela crise. A efetivação de moratória no Brasil só não ocorreu devido ao grande empréstimo de US\$ 41 bilhões, em 1998, que ajudou a reeleger Fernando Henrique, ao empréstimo *stand by* de US\$ 15,7 bilhões, em setembro de 2001, durante a crise Argentina, e ao último, de agosto de 2002, de US\$ 30 bilhões. Outros países receberam pacotes maiores (mas incluindo a ajuda bilateral dos Estados Unidos e de outros países), como o México, em 1995, de US\$ 50 bilhões, e a Coreia do Sul, com US\$ 58 bilhões, em 1997. Mas, nenhum deles recebeu tantos recursos do FMI, como o Brasil. Por esse motivo, o Brasil é hoje o maior devedor do FMI, com uma dívida líquida de US\$ 25,47 bilhões¹⁷, superando a da Turquia (US\$ 23,22 bilhões) e a da Argentina (US\$ 14,85 bilhões). Juntos, eles respondem por 62,2% do total de empréstimos concedidos pelo organismo e ainda não pagos. Só as dívidas do Brasil e da Argentina chegam a 39,5% do total.

As duas instituições, ao continuarem diretamente controladas pelos países ricos, especialmente os EUA, permitem-se funcionar como braços auxiliares do Tesouro dos EUA, pois aplicam receitas econômicas nos países subdesenvolvidos seguindo as premissas do modelo

americano, do chamado Consenso de Washington, que incluíram a desregulamentação da economia, o fortalecimento das corporações e a livre movimentação de capitais.

O Fundo, desde o seu surgimento, passou por quatro momentos distintos de política cambial. Até 1971 tivemos o câmbio fixo e a convertibilidade do dólar, dentro das condições de paridade das moedas dentro do padrão-ouro dólar. De 1971 a 1973, até início dos anos 90, viveu o câmbio flutuante. Do início dos 90 até final dessa década, com as várias crises (asiática, russa, e brasileira etc), com o câmbio fixo (especialmente nos países subdesenvolvidos). E, por último, com o câmbio flutuante.

A decretação da moratória da dívida externa Argentina, em dezem-

bro de 2001, pelo novo presidente argentino, Adolfo Rodríguez Saá, logo após a renúncia de Fernando de la Rúa, e por sua vez a inconvertibilidade do peso ao dólar, implicou grandes perdas para os trabalhadores e médios empresários (já que os grandes tiveram parte da dívida estatizada). Durante esse episódio, os EUA, juntamente com o FMI, foram rápidos em condenar tal fato, alegando quebra de contratos. No entanto, a declaração de inconvertibilidade mais marcante da história capitalista foi justamente a praticada pelos EUA, em 15 de agosto de 1971, durante o governo Nixon. Essa oficialização da crise do dólar e a flexibilização do câmbio, a partir de 1973, refletiu a crise capitalista capitaneada pelos EUA. Se fosse aplicada a lógica do FMI à maior econo-

mia devedora do mundo, os EUA, sua situação seria bem diferente, pois deveriam ter implementado maciços programas de austeridade para reduzir as dívidas interna e externa. Mas o que ocorreu foi exatamente o oposto. Quando os EUA estão em dificuldade, exige-se dos demais países a abertura de suas economias para ajudá-los, mediante a receita que o FMI prega aos países subdesenvolvidos, que promovem reformas políticas para legalizar os interesses americanos.

A redução do papel do FMI e do BIRD, certamente, implicaria a redução da interferência dos países imperialistas sobre as economias subdesenvolvidas, fato não desejado pelos grandes grupos capitalistas internacionais. Para eles, o FMI deve tornar-se um “policial”, fazendo

CRONOLOGIA DA RELAÇÃO DO BRASIL COM O FMI

1944 - O Brasil participa da conferência de Breton Woods, que criou o FMI.
1958 - O país faz o primeiro acordo formal com o Fundo, no governo Juscelino Kubistcheck para um empréstimo de US\$ 200 milhões, não concretizado.
1961 - Jânio Quadros busca ajuda de US\$ 2 bilhões com o FMI. Mas as negociações são interrompidas com sua renúncia. João Goulart acabou conseguindo um acordo de US\$ 200 milhões, dos quais apenas US\$ 78 milhões são liberados.
1965 - O general Castello Branco conseguiu um empréstimo de US\$ 125 milhões e se comprometeu a conter a inflação e equilibrar o Balanço de Pagamentos.
1982 - Durante a crise da dívida externa, o contato com o Fundo é retomado. O então Ministro da Fazenda Delfim Netto negociou empréstimo de US\$ 4 bilhões em quatro parcelas. Apenas duas são desembolsadas.
1983 - Feito um novo acordo, depois de uma maxidesvalorização de 30% e duas cartas de intenção fez empréstimo de US\$ 5,7 bilhões, só retirando US\$ 3,7 bilhões.
1984 - Acordo de US\$ 5,5 bilhões, onde apenas a metade chegou ao país.
1985 - Delfim Netto assina sua sétima carta de intenções ao Fundo, mas devido ao não cumprimento o FMI suspendeu os desembolsos.
1987 - Depois de longas negociações sem resultado e do lançamento do Plano Cruzado, em 1986, o Brasil decreta moratória unilateral da dívida externa.
1988 - O Brasil fechou mais um acordo com o Fundo: US\$ 1,4 bilhão, dos quais recebeu apenas US\$ 477 milhões.
1992 - O governo Collor fechou um acordo de US\$ 2 bilhões com o FMI, mas, com o <i>impeachment</i> que acontece em setembro, apenas US\$ 170 milhões são liberados.
1994 - O Presidente Itamar Franco renegocia a dívida externa e regulariza o crédito externo depois do lançamento do Real, quando FHC era o Ministro da Fazenda.
1998 - Crises na Ásia e na Rússia deixam o Brasil em situação vulnerável negociou um pacote de socorro de US\$ 41 bilhões, com o FMI, o Banco Mundial, o BID e o Banco de Compensações Internacionais (BIS)
2001 - O FMI socorreu novamente o país com um pacote de US\$ 15 bilhões a ser utilizado até o mês de dezembro deste ano.
2002 - Com a crise internacional agravada e problemas para rolar a dívida, o país toma emprestado mais US\$ 30 bilhões.

cumprir o papel contínuo na vigilância dos países subdesenvolvidos e determinando suas políticas econômicas. Se no início os banqueiros foram contra a criação do FMI, por verem nele um concorrente na alocação de recursos, três décadas após, o FMI salvou os banqueiros quando se transformou, em seguida, no principal instrumento de renegociação e imposição das condições para o pagamento da dívida externa (Moffitt, 1984:24).

Neste momento, investigaremos especificamente a trajetória do Banco Mundial. As questões fundamentais para o entendimento do BIRD passam pela evolução das funções do Banco, sua estrutura organizativa e o poder de interferência dos EUA e a capacidade de resolução da crise surgida especialmente nos anos 90. Sua ênfase inicial se voltou para a reconstrução da Europa, destruída pela Segunda Guerra. Somente no início dos anos 70, quando teve início a crise capitalista do pós-Segunda Guerra¹⁸, passou a atuar efetivamente nos países subdesenvolvidos. Nessa direção, o modelo de desenvolvimento implementado sempre foi complementar às demandas dos países desenvolvidos, à medida que abria caminho para a penetração do capital, incorporando novas regiões ao mercado mundial na busca de superação das contradições explicitadas nos países imperialistas. A tarefa de reconstrução da Europa, no imediato pós-guerra, pressupunha superar os impedimentos que o capital privado tinha para o reinvestimento da riqueza naquele momento. Alavancar aquele desenvolvimento requeria reconstituir um agente e um tipo de capital (estatal) que investisse sem estar preocupado com a ren-

A atuação do BIRD e FMI abriu caminho para uma maior internacionalização dos países subdesenvolvidos e para a expansão das empresas transnacionais em áreas dinâmicas de suas economias.

tabilidade imediata. A relação entre Estado e capital financeiro, própria do pós-Segunda Guerra, que impulsionou a fase de expansão conhecida como “trinta gloriosos”, teve no Banco Mundial uma tarefa importante. O capital necessário para a reconstrução europeia veio do excedente de capital privado inativo dos EUA, durante o Plano Marshall, quando o Banco Mundial administra a intermediação entre a fonte dos recursos e os Estados europeus, ou seja, deu o suporte para a transformação de capital privado inativo em capital produtivo (estatal) que garantiu o investimento na infraestrutura e nas políticas de fomento necessárias à retomada da economia europeia, contribuindo para restabelecer a taxa de lucro. Num cenário de grande endividamento público, queda nas receitas tributárias, em função da redução da atividade econômica devido às atividades de guerra, os Estados europeus recorreram a essa modalidade de financiamento.

A afirmação do Estado de Bem-Estar, naquele momento, foi de fundamental importância para a retomada do processo de acumulação, pois, ao garantir o atendimento dos serviços sociais básicos (saúde, educação, habitação etc.), gerava salários indiretos, permitindo um aumento do poder de compra dos trabalhadores sem que aumentasse o salário direto. Outra forma adotada para a retomada dessa economia foi a profunda estatização das empresas

privadas, a partir do capital estatal recém-constituído com base nos empréstimos externos. Essa grande intervenção estatal possibilitou a rápida recuperação europeia, representando, num primeiro momento, a expansão das multinacionais, vindas dos EUA. Todavia, no momento seguinte, essa recuperação implicou a disputa de fatias do mercado mundial, antes dominado pelos EUA.

Depois da recuperação europeia e do início da crise capitalista nos anos 70, voltou-se para os países subdesenvolvidos visando criar as condições para a penetração do capital em novas regiões. Já a partir dos anos 80, depois da crise dos empréstimos bilaterais, passa a suprir empréstimos, que, em tese, eram para combater as desigualdades regionais, mas, na essência, eram para permitir o pagamento da dívida externa. A preocupação com infraestrutura básica, que marcou os vinte anos de existência na Europa, na fase de reconstrução, em seguida deslocou-se para os países subdesenvolvidos. A constituição dessa infraestrutura era condição fundamental para criar as condições favoráveis para aquisição de bens de consumo e duráveis produzidos, inicialmente pelos países desenvolvidos: a atuação do BIRD e FMI abriu caminho para uma maior internacionalização dos países subdesenvolvidos e para a expansão das empresas transnacionais em áreas dinâmicas de suas economias (Lich-

tenzstejn e Baer, 1987: 180).

O Banco Mundial, desde sua origem, manteve uma relação de dependência dos recursos vindos dos EUA, especialmente dos seus banqueiros, seja do capital subscrito ou dos empréstimos feitos junto ao mercado financeiro, pois esses recursos não se originavam apenas das quotas vindas dos países signatários, mas também dos títulos emitidos pelo BIRD e adquiridos pelos bancos (comerciais e de investimentos) e companhias de seguros, bem como de empréstimos tomados diretamente aos bancos privados¹⁹. Em 1950, desembolsaram 86,5% do total de recursos provenientes da subscrição de capital. Com a recuperação europeia e japonesa, houve uma redução progressiva dos recursos dos EUA (1964, 64,9%; 1965, 57,2%; 1970, 33,8%; 1981, 22,6%). Em 1981, a Alemanha atingiu o primeiro lugar na contribuição, enquanto Japão, Suíça e países da OPEP passaram a se constituir como grande fonte de empréstimos (Lichtensztejn e Baer, 1987: 159). Mesmo com as alterações no poder de voto, fruto da mudança na origem dos recursos, a Presidência do BIRD²⁰ foi ocupada, de 1946 a 1986, por seis presidentes de origem americana. O mais revelador não é a origem americana, mas serem representantes diretos dos grandes bancos privados²¹, mesmo se tratando de um banco multiestatal.

O predomínio dos EUA nas decisões dependeu dos critérios adota-

dos na instituição para tomada de decisões internas do Banco. Por ordem de importância, as deliberações passam por quatro instâncias: 1) Junta de governadores, a instância máxima, que reúne-se uma vez por ano; 2) Presidência, que centraliza o poder máximo na instituição e coordena os diretores executivos; 3) Os diretores executivos, que são representantes diretos da Junta de Governadores (o poder de voto de cada depende do capital subscrito pelo país que representa, como numa Sociedade Anônima); 4) Corpo técnico.

Os países desenvolvidos mantiveram um poder de voto preponderante, embora decrescente, sendo os EUA o que mais perdeu²², sem ter deixado de ser o que mais influencia nas decisões, já que os demais países desenvolvidos seguem suas orientações. Essa influência refletia a influência que os banqueiros privados já tinham dentro do FED e do Tesouro dos EUA. Mais à frente, os bancos privados, em vez de emprestarem dinheiro ao Estado americano e esse em seguida emprestar ao Banco Mundial, preferiram emprestar diretamente ao Banco Mundial para conseguirem taxas de juros maiores.

Até metade dos anos 50, o BIRD só podia financiar projetos garantidos por governos. Em seguida, essa instituição passou a criar novas instituições filiadas para auxiliar os investimentos privados no exterior.

Em 1956, é criada a Corporação Financeira Internacional (CFI), com funcionamento a partir de 1961, para incentivar a expansão de investimento diretamente produtivo, realizando investimentos em ações que posteriormente eram transferidos à iniciativa privada. Em 1960, foi criada a Associação Internacional de Fomento - AIF, para outorgar empréstimos muito favoráveis aos países pobres (Lichtensztejn e Baer, 1987: 153). Em 1985, o Banco permitiu a constituição da Multilateral Investment Guarantee Agency - MIGA, funcionando como uma seguradora multilateral para minimizar riscos dos investimentos no exterior, fruto das decisões adotadas nos países subdesenvolvidos pelos respectivos governos, num momento em que o sistema capitalista vivenciava uma crise de crédito própria dos anos 80. Com isso, temos um retrocesso deste Banco em relação à sua concepção inicial. Para garantir diretamente investimentos dos EUA no exterior, esse país criou, em 1969, a Overseas Private Investment Corporation (OPIC), com grande participação privada. O caráter mundial do Banco nem sempre foi tão evidente, pois no seu início preocupou-se com a reconstrução dos países desenvolvidos destruídos pela guerra, enquanto ignorava os países subdesenvolvidos. Depois dos anos 70, deslocou-se para os países subdesenvolvidos como forma de criar as condições para a penetração do capital dos países centrais em crise, especialmente dos EUA, deixando de atuar diretamente nos países desenvolvidos²³. Até então, a tarefa de financiar projetos de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe era atribuída ao BID-Banco

O caráter mundial do Banco nem sempre foi tão evidente, pois no seu início preocupou-se com a reconstrução dos países desenvolvidos destruídos pela guerra, enquanto ignorava os países subdesenvolvidos.

Interamericano de Desenvolvimento, criado em 1959. Além disso, os países do chamado bloco soviético ficaram de fora dessas instituições, até final dos anos 80.

Essas instituições multilaterais pretendiam dar um caráter neutro e técnico às decisões que interessavam diretamente aos grandes grupos capitalistas, visando atenuar as contradições internas do desenvolvimento capitalista, pois sempre estiveram na ponta de lança da criação das condições para expansão do capital, especialmente dos EUA, em condições diferenciadas da fase do imperialismo inglês e mesmo durante a existência da Liga das Nações.

Se, inicialmente, o BIRD servia para a expansão do capital dos EUA, a partir da recuperação européia e japonesa, passou também a alocar capital excedente desses países, já que passaram da condição de países devedores para credores. Esse fato tem a ver com a crescente participação de recursos captados junto ao setor privado, passando a dar novos determinantes também na política de empréstimos do Banco. Ainda assim, os EUA continuaram a ser os grandes fornecedores de capital-dinheiro.

Mesmo tendo crescido enormemente o número de países membros por meio das lutas de libertação e descolonização dos anos 50/60, permitindo que, nos anos oitenta, 90% dos países membros fossem países subdesenvolvidos, o poder na mão dos países desenvolvidos se manteve. A crise capitalista dos anos 70, que teve na crise da dívida externa sua forma de expressão²⁴, impulsionou uma mudança de orientação dessas instituições. Os Programas de Ajustes Estruturais (PAE) foram

os instrumentos de imposição das medidas para tentar contornar a crise, mediante condicionamentos para liberação do fluxo de capitais. O México, em 1982, depois da moratória, foi o pioneiro na implantação do PAE. A cada etapa da crise da dívida externa aumentava o grau de intervenção do BIRD e do FMI. Durante os anos 60/70, essas instituições notabilizaram-se pelo apoio às mais sangrentas ditaduras na América Latina. Mesmo como entidades multi-estatais, acabaram sendo defensoras da ideologia do livre mercado, para os países subdesenvolvidos. A contração do crédito internacional e a moratória, ocorrida principalmente com o México e Argentina, e a busca da renegociação levaram a uma ampliação do papel do FMI e de suas condicionalidades e reorientaram o papel do Banco na mesma direção.

À medida que os canais bilaterais se desgastaram, os EUA passaram a implementar sua política de “ajuda econômica”, por meio dos mecanismos multilaterais, facilitada pela nova orientação do Banco de promover o desenvolvimento capitalista e de “combate à pobreza”. Do relatório Pearson²⁵ veio a advertência da necessidade de redefinir as funções do Banco, tornando-o “mais atento” aos desequilíbrios sociais internos e ao desenrolar da economia mundial. O suposto combate à pobreza fazia parte do combate anti-comunista, durante a Guerra Fria, pois achavam que a pobreza era um ambiente propício para a revolução. A crise capitalista e o fim da convertibilidade do dólar, evidentemente, tiveram impacto maior sobre as funções do Banco e seu relacionamento com os países subdesenvolvidos. A



partir desse momento, temos uma vigência tardia das instituições restantes de Bretton Woods, já que passaram a agir dentro de um cenário econômico adverso àquele período. A chamada “ajuda” aos países pobres faz parte da retórica do Banco para tentar controlar as áreas de conflitos. Desde então, passou a fazer parte do discurso do Banco, mesmo que, a cada etapa de execução do Programa, a pobreza se acirrasse ainda mais.

Em 1979, durante Reunião Anual da Junta de Governadores, foi proposto por McNamara²⁶ o empréstimo por ajuste estrutural, que em seguida foi reiterado pelo Plano Baker durante reunião do FMI e do BIRD, em 1985, na Coreia do Sul. As mudanças nas formas de empréstimos resultaram também das mudanças nas fontes de recursos do Banco. Se, no início do Banco, uma considerável parte dos recursos era repassada pelos respectivos Estados-membros, a partir dos anos 60, passaram a vir de forma crescente dos empréstimos contraídos pelo Banco junto no mercado de capitais internacionais²⁷. Dos anos 80 em diante, acentuou-se

esse papel de intermediador de recursos entre os banqueiros privados e os governos dos Estados subdesenvolvidos, mas com a redução da importância do capital subscrito pelos Estados-membros: *a necessidade de aumentar seus recursos sob condições impostas pelos mercados privados de capitais modificou os mecanismos operativos do Banco, no sentido de sua privatização, de diminuição de seus prazos, e de elevação de sua taxa de juros e de riscos cambiais*. (Lichtensztein e Baer, 1987: 152). Durante o Governo Reagan, a pressão sobre o Banco foi muito grande, resultando em brutal interferência na sua política. A Carta de Santa Fé²⁸, elaborada pelo Pentágono, em 1980, acabou se transformando no elemento norteador dessas instituições multilaterais para a América Latina, durante esse governo. Todavia, só foi aplicada, na sua totalidade, no início dos anos 90. A implementação dessa política aumentava a interferência dos EUA com um custo menor²⁹, já que a abertura comercial, as privatizações e a desregulamentação financeira e o pagamento da dívida externa produziram uma dependência ainda maior dos países subdesenvolvidos. Ao mesmo tempo, permitia, temporariamente, amenizar as contradições capitalistas do período, no epicentro capitalista. Parte desse problema da dívida, para o que agora o Banco procurava uma solução, foi amplificado, justamente quando os EUA elevaram a taxa de juros, em 1979, dando início a uma política de valorização de sua moeda e de combate à inflação, mesmo contrariando as recomendações dessas instituições, de desvalorização do dólar.

O financiamento do Banco a par-

tir dos mercados privados e as condições próprias desse mercado (taxa de juros, prazo de carência e de amortização) acabaram por impor diretamente as regras de mercado aos Estados tomadores de empréstimos, só que com a garantia oferecida pelo BIRD, já que esse tinha o poder de estabelecer uma política econômica, no país envolvido, voltada para o pagamento da dívida externa. A essência da proposta era apoiar o papel central do Banco no desenvolvimento: *o Banco Mundial deveria reformular sua atuação direta nos mercados financeiros para conceder um maior espaço à dinâmica produtiva e financeira internacional privada, acentuando ainda mais sua função de orientador do capital privado mediante o condicionamento das políticas econômicas dos países demandantes de financiamentos externos* (Lichtensztein e Baer, 1987: 168).

Se o FMI atuava no campo financeiro e o BIRD, no campo produtivo, a partir da crise da dívida externa de 1982, ocorre uma aproximação entre essas áreas de atuação, no sentido de uma ação conjunta que permitisse o estabelecimento de diretrizes de política econômica aos países subdesenvolvidos para garantir o pagamento da dívida externa. As duas instituições passaram a agir no sentido de impor a esses países mudanças na política macroeconômica, como condição para obterem financiamentos. Com o Plano de Ajuste Estrutural, o BIRD assumiu as responsabilidades globais inerentes à crise mundial, na qual as soluções para o pagamento da dívida externa e o combate ao subdesenvolvimento se entrelaçam com os problemas de expansão dos capitais produ-

tivo-financeiros internacionais e com uma estrutura desigual de poder no sistema de nações (Lichtensztein e Baer, 1987: 146), acirrando ainda mais as contradições, pois limitava as possibilidades de crescimento. Com os Programas Setoriais, pensava-se um modelo de crescimento no qual os principais objetivos seriam orientados para a superação dos problemas de disponibilidade de divisas e de inserção competitiva no comércio mundial.

Outra limitante ao desenvolvimento estava na elevação da taxa de juros de seus empréstimos. Desde 1975-76, as taxas de juros aplicadas pelo BIRD para a América Latina cresceram, seguindo a trajetória das fontes privadas de financiamento, já que grande parte dos recursos desse Banco provinha do mercado privado de capitais. A partir de 1980, se processa um novo patamar de realinhamento entre as taxas do Banco e do mercado privado, acelerando-se ainda mais a partir de 1982. A diferença entre as duas fontes de recursos esteve mais no prazo de carência e amortização, já que taxa de retorno exigida pelo Banco, nesse momento, era próxima às vigentes no mercado privado.

Quanto a política do Banco de “combate à pobreza”, iniciada na era McNamara, especialmente na agricultura, a conclusão é que tais iniciativas favoreceram os agricultores mais ricos, bem como os setores industriais voltados para a produção de insumos e implementos (grupos transnacionais) voltados para o setor (Gomes, 1991). Observa-se uma contradição entre a retórica do BIRD e a sua prática, em matéria de satisfação das necessidades básicas. Essa discrepância se explica principalmente

pela lógica econômica e social que se impõe à reprodução do grande capital, brecha que se alarga com a crise financeira e com o novo enfoque de ajuste estrutural (Lichtensztein e Baer, 1987: 228). O Banco Mundial, com o recente slogan "o nosso sonho é um mundo livre da pobreza", dá continuidade à linha inaugurada nos anos 70, que serviu de base para justificar a implantação dos Programas de Desenvolvimento Regional Integrados - PDRIs. Entretanto, longe de reduzirem a pobreza e as desigualdades regionais, amplificaram ainda mais. À medida que o Banco se aproximou mais dos critérios de empréstimos dos mercados privados, o BIRD continuou impondo condições ainda mais onerosas para os países subdesenvolvidos, afetando as bases do seu desenvolvimento. Assim, converteu-se em canalizador e fiador, em última instância, do capital privado, tendo nos programas de ajustes estruturais o instrumento para garantir o reembolso dos empréstimos. Além dessa finalidade, foi um poderoso instrumento da Guerra Fria e da política externa dos países imperialistas: *o Banco promoveu um novo reordenamento do sistema produtivo internacionalizado, articulando-o à expansão do sistema bancário privado internacional; isto é, apóia a hegemonia do capital financeiro transnacional.* (Lichtensztein e Baer, 1987: 235).

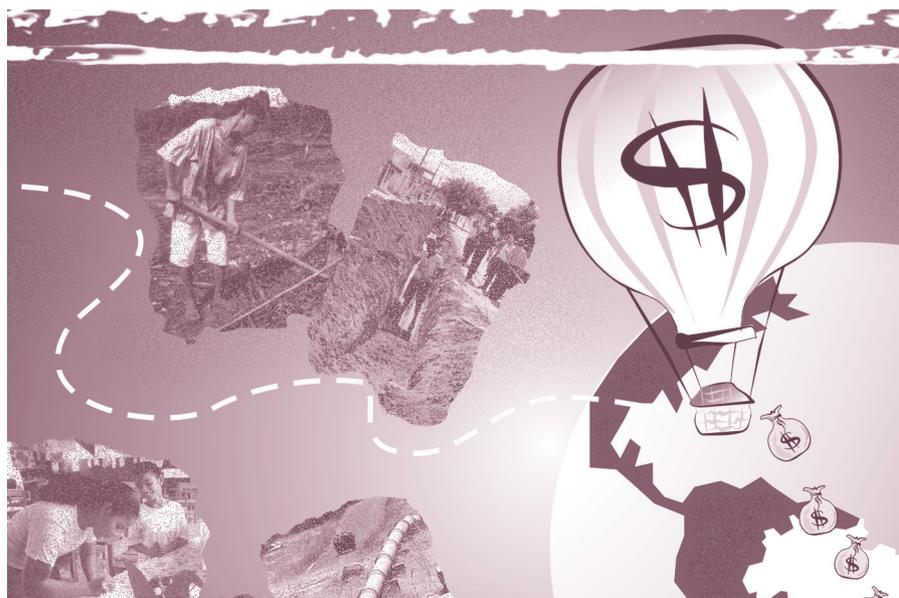
Nesse momento, faremos rapidamente uma reconstituição da relação entre o Banco Mundial e o Brasil, no período de 1949 a 1989, que antecede a ocorrência do plano Real, para identificarmos as etapas distintas na evolução da atuação do BIRD e suas implicações sobre as estratégias de desenvolvimento adotadas a cada

momento pelo governo brasileiro.

Mesmo o Brasil tendo participado da Conferência de Bretton Woods, que deu origem a essas instituições, a relação com o Banco Mundial foi bastante incipiente, na primeira fase, de 1949³⁰ a 1959, tendo em vista que a atuação do BIRD concentrou-se, basicamente, na reconstrução das economias européias. O ponto de partida desse relacionamento foi o início dos trabalhos realizados pela Missão Abbink (Comissão Técnica Brasil - EUA), constituída em 1948, e pela Comissão Mista Brasil-EUA de Desenvolvimento, resultante do acordo celebrado, em 1950, entre os governos brasileiro e dos EUA. O Relatório Abbink pressupunha uma forte intervenção estatal, para superar os obstáculos à expansão econômica. A totalidade desses empréstimos foi destinada aos projetos de investimentos de infra-estrutura econômica, especialmente para os setores de energia e transportes, sendo 90% dos recursos destinados ao setor energético. Durante o governo Getúlio Vargas (1951/1954), na relação do BIRD com o Brasil, houve plena

identificação entre as reformas prometidas pela política nacionalista no campo dos investimentos e as prioridades da política de empréstimos do BIRD, e a preocupação com construção de infra-estrutura e produção de insumos.

Dentro dessa primeira fase, destacou-se um aumento das tensões políticas e uma interrupção das negociações, durante os governos Juscelino (1956-1961) e Goulart (1961-1964), devido a uma certa incompatibilidade entre os objetivos do Banco e os objetivos dos governos, motivadas também, internamente, pelo crescimento dos movimentos sociais (ligas camponesas) e, externamente, pela Revolução Cubana e a onda anticomunista da Guerra Fria. Fruto das reações do BIRD, os empréstimos passaram de uma situação de declínio, nos anos 1953 e 54, para tornarem-se nulos, ao longo do período 1955-57, forçando o governo a recorrer a créditos externos de curto prazo. Os impedimentos surgidos anteriormente foram rompidos com a eclosão do Golpe Militar, em 31 de março de 1964, permitindo uma compatibilização entre o governo



O direcionamento dos empréstimos aos projetos de “combate à pobreza”, pelo BIRD, além de ser a aceitação de que o padrão desenvolvimento era concentrador de renda, foi o gerador das condições para a expansão capitalista.

militar e o Banco Mundial.

Na segunda fase, de 1960 a 1969, teve destaque a implantação do governo militar e, por sua vez, uma política econômica orientada para a penetração do capital estrangeiro objetivando restabelecer o crescimento econômico e o combate à inflação. Nesse momento, foi introduzida a correção monetária, como forma de permitir ao Estado financiamento por meio do endividamento público que assegurava aos possuidores de títulos que a inflação não ameaçaria o seu valor real. Com isso, o governo aperfeiçoou os mecanismos de endividamento público, ampliando a capacidade de financiamento do desenvolvimento capitalista. Esse governo, através de políticas de incentivos fiscais e subsídios, adicionado ao crédito (criação dos sistemas de crédito ao consumidor e do sistema nacional de habitação), buscou forjar condições para o investimento privado, apoiados diretamente na implantação de estatais na indústria de base. Até essa fase, o Brasil tomou emprestados do BIRD US\$ 359 milhões, ou 2,5% do total emprestado até 1989.

Com o fim do governo Castelo Branco, teve início o governo Costa e Silva (1967-1969) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED, mantendo a prioridade na infra-estrutura econômica e dando início aos investimentos em agricultura, Banco de Desenvolvimento, educação, abastecimento de água e sanea-

mento, expressando as prioridades do Banco Mundial: *não se pode dissociar tal ênfase do BIRD, do movimento global de expansão do capital mundial (...) a ampliação dos mercados, naquele momento, constituía uma exigência do próprio processo de acumulação de capital em nível internacional, o que requeria, em contrapartida, investimentos prévios nas economias receptoras, basicamente em infra-estrutura econômica (...) sendo que este movimento precedeu, por isso a implantação das industriais de bens de consumo duráveis.* (Gonzalez et al, 1990:35).

Na terceira fase, de 1970 a 1979, que coincide com o período de auge e crise do endividamento externo, tivemos a implantação do Primeiro e do Segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento - I PND e II PND, pelos governos Médici e Geisel, respectivamente. O interesse do BIRD na agricultura³¹ concretizou-se com o financiamento de projetos de desenvolvimentos relativos à produção e ao uso de fertilizantes, à pesquisa e à extensão rural, à concessão de crédito à agricultura, à irrigação, à melhoria e expansão da pecuária e à elaboração de grãos e armazenamento (Gonzalez et al, 1990:32). A abundância de crédito e as baixas taxas de juros contribuíram para expansão dessa modernização conservadora.

A política de integração nacional instituída pelo I PND, tinha uma

perspectiva de descentralização econômica e, por conseguinte, a reorientação dos fluxos migratórios, por meio da implantação de pólos regionais de desenvolvimento, com a inauguração do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agricultura do Norte-Nordeste (PROTERRA) (Gonzalez et al, 1990:51). No II PND (1975-79), visava-se adequar a estrutura produtiva interna à nova realidade econômica internacional, marcada por uma crescente vulnerabilidade da economia, a partir de uma nova etapa de substituição das importações, abrindo espaço para novas frentes de exportação. Nele, reafirma-se a política de integração nacional, instituída pelo I PND³², objetivando um maior equilíbrio entre regiões, reforçando os programas de desenvolvimento regional, bem como os de colonização e de ocupação produtiva (PIN, PROTERRA, PROVALE, PRODOESTE), o que inaugura a abordagem do desenvolvimento regional integrado (agropecuário e agroindustrial), por meio dos programas de áreas integradas (Polamazônia, Polonordeste³³, Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal e o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geo-econômica de Brasília) (Gonzalez et al, 1990:54). Durante o II PND, portanto, acelerou-se o processo de modernização no Centro-Sul, baseado no apoio aos grandes produtores. No final desse plano, começa a desaceleração dessa modernização, devido ao estrangulamento da dívida externa, e intensificam-se os recursos via BIRD, para a continuidade de algumas metas restantes do II PND. As alterações maiores que temos, entre

o I PND e o II PND, não foram nos rumos das diretrizes, mas sim no cenário econômico e social e político-nacional e internacional. Nesse período, a abundância de crédito e as baixas taxas de juros contribuíram para a expansão da modernização. Já no II PND, com a primeira grande crise da dívida externa e a elevação da inflação mundial, tivemos o início da retração dos créditos, o que provocou alterações na política de modernização agrícola.

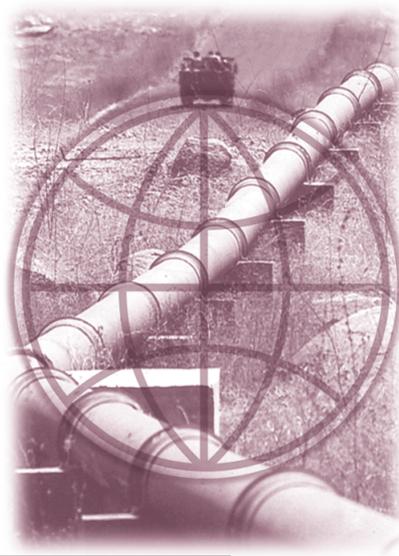
Com a implantação das políticas sociais, nos anos 70 - educação, saúde, nutrição, desenvolvimento urbano, abastecimento e saneamento - o Banco passou a agir diretamente nas estruturas de poder, seja na esfera nacional ou nos governos estaduais, determinando as diretrizes básicas dessas políticas. Assim, o Banco, que já tinha papel decisivo nas diretrizes do desenvolvimento econômico, voltou-se para a área social, com toda a carga, ideológica própria do capital financeiro, na nova estratégia de ganhar corações e mentes. O direcionamento dos empréstimos aos projetos de “combate à pobreza”, pelo BIRD, além de ser a aceitação de que o padrão desenvolvimento era concentrador de renda, foi o gerador das condições para a expansão capitalista nessas novas regiões. Nos estados de Mato Grosso e Rondônia, na época a nova fronteira agrícola, a liberação de recursos pelo Banco facilitava a eleição de governos e parlamentares voltados para o regime militar e os interesses do capital financeiro, a exemplo do ocorrido na região nordeste. Esses estados primeiro foram atingidos pelo Polonoroeste - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, duran-

Esta política global de investimentos do BIRD foi determinada por fatores políticos nacionais e internacionais, frutos do desenvolvimento histórico do capitalismo, através do processo de internacionalização do capital.

te os anos 80, e em seguida por uma nova versão, no início dos anos 90, que incluiu o Prodeagro - Programa de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso, com recursos de US\$ 219 milhões, e Planaflo - Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia, com empréstimo de US\$ 228,9 milhões do Banco. A tarefa principal desses programas foi prover infra-estrutura, inclusive na constituição de suas máquinas administrativas. Entretanto, acelerou a ocupação desordenada das novas áreas, com grande destruição ambiental e apropriação de terras públicas (novos latifúndios).

A intervenção direta do BIRD no setor industrial começa no final dos anos 60. Já no período 1970-79, o setor industrial seguiu a agricultura, na ordem de importância dos valores dos empréstimos contratados, caracterizando-se pela produção de insumos básicos. Foram assinados pelo Banco Mundial empréstimos para bancos de desenvolvimento (BNB, BNDE), que contribuíram para a ampliação de crédito para este setor.

A quarta fase, de 1980 a 1989, foi marcada pelo III PND (1980-85) e I PND/NR (Nova República) - (1986-1989), num cenário internacional de crise de crédito, devido à moratória do México e da Argentina e à elevação da taxa de juros, desde o Governo Reagan, deixando transparecer sérios desequilíbrios em seu balanço de pagamentos. A institui-



ção dos Programas Setoriais visava atenuar esses desequilíbrios. Foi a partir da década de 80 que a agricultura teve recursos relevantes, via Banco Mundial, pois o estímulo à modernização configurava uma exigência para a obtenção de um crescimento auto-sustentado. Essa revolução conservadora ou “revolução verde” requeria a utilização de máquinas e equipamentos, a construção de sistemas de irrigação, o uso de fertilizantes, como instrumentos capazes de elevar a produtividade da agricultura para viabilizar a criação de excedente para exportação. Na metade da década de 80, o objetivo do I PND/NR baseava-se, ainda, na sustentação do crescimento e “combate à pobreza”, com a estratégia no campo industrial que previa investimentos nos setores de ponta, com o desenvolvimento das atividades relacionadas à biotecnologia, microe-

letrônica e química fina.

Durante o período de 1949 a 1989, as alterações nos objetivos perseguidos pelo BIRD modificaram as políticas de desenvolvimento no Brasil. Dentro dessa atuação, a grande modificação se deu no papel atribuído ao Estado. No primeiro momento, de 1949 a 1980, o Banco recomendou uma forte atuação do Estado brasileiro, com a criação do BNDE, BNB, BASA e demais bancos estaduais e empresas estatais. No segundo momento, final dos anos 80, exigiu a retirada do Estado, por meio das privatizações, via reformas constitucionais, e a redução dos investimentos sociais. Essa política global de investimentos do BIRD foi determinada por fatores políticos nacionais e internacionais, frutos do desenvolvimento histórico do capitalismo, mediante processo de internacionalização do capital. Dessa forma, o conjunto de políticas do BIRD levou a alterações na composição e na ação do Estado brasileiro. Essas políticas “redistributivas” contribuíram para uma maior concentração da renda e da propriedade em mãos privadas, nos anos 80. Esses PDRI, de certa forma, serviram para reconstituir as relações sociais anteriores de forma ampliada, só que, agora, respaldadas pelo voto. Se num primeiro momento tínhamos o conservadorismo desses grupos no interior do Estado respaldados pelo regime militar, em seguida por meio destes e de outras

políticas, tivemos a reconstituição desses grupos reacionários no Estado, utilizando-se do clientelismo dessas políticas públicas. Cada programa efetivado teve como consequência a aceleração das desigualdades regionais e sociais, seja nos estados do Nordeste ou em Mato Grosso e Rondônia (Gomes, 1991). O Estado defendeu, ao mesmo tempo, os interesses de setores capitalistas: as empreiteiras, as indústrias dirigidas ao setor agrícola, aos grandes proprietários rurais (valorização fundiária) e, por último, a lucratividade do capital financeiro nacional e internacional (juro da dívida). Esses empréstimos eram, na verdade, a forma de captação de recursos externos para a amortização de juros da dívida externa, num momento em que os empréstimos privados quase inexistiam.

Com o restabelecimento do crédito internacional, por meio de renegociação da dívida externa dos países subdesenvolvidos, a partir do Plano Brady, e redução da taxa de juros nos EUA, a partir de 1991, os empréstimos privados foram retomados em grande quantidade. Mesmo o Banco tendo reduzido seus recursos para o Brasil, sua contribuição na elaboração e monitoramento das políticas foi cada vez maior. Seu eixo esteve justamente na busca do equilíbrio fiscal, fato não seguido pela política econômica dos EUA, que continuou a se endividar ainda mais. O predomínio dos EUA nessas

instituições permitiu que seus rumos fossem definidos sempre de forma a privilegiar esse país, independente do estatuto daquelas instituições. Dessa forma, a atuação dessas instituições financeiras, mesmo durante a vigência de Bretton Woods (até 1971) - ou sem Bretton Woods - favoreceu aquela economia, ou seja, serviu de fachada para o exercício da política necessária ao capital financeiro nas várias etapas. Nessa tarefa, o GATT (Acordo Geral de Tarifas), que tinha como objetivo a liberalização do comércio mundial, especialmente nos anos 60, após a recuperação européia, converteu-se nos anos 90 na OMC - Organização Mundial do Comércio - e desempenhou papel decisivo na abertura comercial dos países subdesenvolvidos. Por trás de uma suposta neutralidade de interesse e a partir de “critérios técnicos”, esconderam os reais interesses dos EUA, principalmente sobre os países subdesenvolvidos.

Se, nos primeiros anos de existência, o Banco fornecia empréstimos por projetos para fins específicos, durante os anos 60, passou a financiar programas de mais longo prazo, chegando aos anos 80 com programas ainda mais complexos, o que interferia diretamente na política econômica do Brasil. Com a crescente atuação do BIRD no planejamento do desenvolvimento brasileiro, o papel de planejamento interno foi, cada vez mais, reduzido e subordinado às linhas gerais colocadas por aquele banco. Desde 1980, fruto dos crescentes desequilíbrios externos provocados pela crise internacional, a modalidade de empréstimos por ajustes se ampliou. O Banco aumentou sua ênfase em relação

Por trás de uma suposta neutralidade de interesse e a partir de “critérios técnicos”, esconderam os reais interesses dos EUA, principalmente sobre os países subdesenvolvidos.

ao financiamento de Balanços de Pagamentos, por meio de empréstimos de ajuste estrutural e setorial. Com a retração dos mercados de capital privado, com a crise da dívida, o Banco transformou-se numa significativa fonte de financiamento. O Banco Mundial e o FMI são as formas disfarçadas sobre a roupagem multiestatal dos grandes monopólios mundiais ou resultado da interpenetração dos monopólios dentro do Estado. Só que não dentro apenas de um Estado, mas daquilo que representaria, dentro do direito internacional, o espaço de “consenso das relações” entre os Estados, de interesse dos países imperialistas. Essas instituições só foram possíveis devido à ocorrência da Segunda Guerra e a necessidade de expressar, sob o novo patamar, a hegemonia dos EUA. Nesse ambiente, que se supunha o momento de consenso nas relações entre os Estados envolvidos, se reproduziu a mesma dominação existente dentro de cada Estado nacional, ou seja, a dominação da classe capitalista expressa na representação do capital financeiro. Todavia, os critérios usados para a definição do poder nessas instituições, baseados nos princípios do número de quotas, tal como funcionam nas Sociedades Anônimas, permitiu aos EUA um exercício desse poder de forma quase que absoluta. Mesmo o Banco não tendo um enfoque oficial que determinasse sua estratégia, sua política sempre foi a necessária à acumulação de capital desejada pelo capital financeiro, tendo como referência o centro imperialista. Nesse sentido, a dívida global tornou-se o centro das ações do FMI e do BIRD. Se, na fase de dominação inglesa, os banqueiros nomeavam o cônsul nos

países onde tinham operações para zelar pelos seus interesses, a partir dos anos 80, o FMI e Banco Mundial passaram a desempenhar essa função com um poder muito maior ao impor uma política econômica que garantiu o pagamento da dívida.

Depois de 1971, com o fim de Bretton Woods, restaram apenas as instituições FMI, BIRD e OMC, que passaram a agir de forma tardia apenas no sentido de resguardar os interesses dos banqueiros internacionais, a fim de garantir os compromissos com o Sistema Monetário Internacional privado, por meio do pagamento da dívida externa.

Notas

1. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento BIRD.
2. No início do pós-guerra e na existência de grande volume de reservas norte-americanas, o Plano Marshall foi a política encontrada para aplicar em outros países, e com a garantia de seus Estados nacionais, com alegação de garantir as bases para a reconstrução européia (converteram capital inativo de origem produtiva em capital produtivo).
3. Segundo o Artigo 11, do seu Convênio Constitutivo, a missão do FMI seria fomentar a cooperação monetária internacional; facilitar a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional; fomentar a estabilidade cambial; ajudar a estabelecer um sistema multilateral de pagamentos, colocando os recursos gerais da instituição à disposição dos países membros com dificuldades de balança de pagamentos (com as garantias adequadas), zelando pela estabilidade do sistema financeiro internacional.
4. A União Européia de Pagamentos foi dissolvida em 1958 (Valance, 1992:108).
5. As primeiras Políticas de Estabilização inspiradas no FMI ocorreram na América Latina, no Chile, em 1954; na Bolívia, em 1956; em 1957, no Paraguai; e em 1958, na Colômbia. A Argentina firmou sua primeira carta de intenções em 1959 e o Uruguai realizou a reforma monetária e cambial no mesmo ano. No Brasil, as negociações foram suspensas, em 1959, quando o Governo Juscelino Kubitschek rejeitou suas recomen-

dações (Lichtensztein e Baer, 1987: 41).

6. Que acabou se convertendo no embrião do chamado Grupo dos Dez - G-10 - e demonstrando os limites que o FMI apresentava como foro de resolução de problemas monetários.

7. Surgiram em 28 de julho de 1969, visando um meio de generalizar o papel do dólar e de ao mesmo tempo tentar conter a hemorragia dessa moeda. A França, que inicialmente foi contrária, mudou de posição com o apoio à política de sustentação do Franco. Os DES permitiram aos EUA receberem créditos abertos em sua própria moeda, ou seja, a criação suplementar de moeda. Seu valor inicialmente era igual ao valor do dólar de US\$ 35 a onça (Zarifian, 1978:196). Atualmente, a importância do DES como ativo de reserva é limitada: em fins de abril de 2002, o DES representava menos de 11,25% das reservas dos países membros do FMI, excluindo o ouro. Além do mais, os esforços em promover o uso do DES nos mercados privados têm sido de pouco êxito. Em consequência, a principal função do DES é a de servir como unidade de conta do FMI e de outros organismos internacionais.

8. Nesse sentido, a criação do GATT - Acordo Geral de Tarifas - foi fundamental para a conquista de novos mercados.

9. O fato de que, para a sua emissão, ser necessário obter a maioria de 85% dos votos deu aos países desenvolvidos uma concentração desses ativos.

10. Crédito *stand-by* vigorava normalmente por seis meses, renováveis mediante cumprimento das condições impostas.

11. É por meio do FMI que a França define sua política de cumplicidade com os EUA na promoção das políticas gerais do imperialismo (Valance, 1992:113).

12. Até o final dos anos 60 chegou a quase dois terços dos créditos do FMI.

13. Sobre o real papel do Fundo, Karl Poehl, Governador do FMI pela República Federal Alemã, foi categórico ao afirmar que: *o FMI é a nossa única esperança. É a única instituição que pode emprestar dinheiro e colocar condições para fazê-lo. Nenhum governo pode realizar isto e tampouco nenhum Banco* (Jornal Clarín, Buenos Aires, 22.11.82, citado por Lichtensztein e Baer, 1987: 127).

14. Sua atuação no Brasil foi interrompida no final dos anos 50, só retomada a partir de 1964. No final dos anos 70, passou a ser o principal usuário dos recursos do Fundo, tendo nos anos 80, iniciando a primeira carta de

intenções, assinada no final de 1982. Entre 1983 e 1984, foram preparadas sete versões diferentes do programa de ajustamento, que não foram cumpridas. A sétima Carta de Intenção foi assinada em 20/12/84. Entretanto, nos governos FHC e Lula, aumentou o grau de subserviência, com a total obediência.

15. Em fevereiro de 1996, cinco meses antes da eleição presidencial, que reelegeu Boris Ieltsin (candidato da Casa Branca), o FMI fechou um empréstimo de US\$ 10 bilhões. Da mesma forma, na Coreia do Sul, em dezembro de 1997, o FMI e o governo dos EUA autorizaram um novo acordo, depois que o principal candidato de oposição (também apoiado pelos EUA) concordou com os termos.

16. O Ministro da Fazenda Pallocci, logo após tomar posse, afirmou que não aceitaria ordens do FMI. Fato confirmado, posteriormente, quando realizou um novo acordo com um superávit primário de 4,25%, até 2006. Em seguida, o ex- Ministro Pedro Malan e FHC afirmaram, na Folha de São Paulo, de 23 de maio de 2003, que Pallocci era muito ortodoxo.

17. O Brasil deve seis vezes mais do que sua quota depositada no Fundo, enquanto a Turquia deve 17 vezes mais, segundo dados de abril de 2003, divulgados pelo FMI.

18. De 1958 a 1983, os países subdesenvolvidos absorveram 91% dos recursos do Banco.

19. No final de 1955, os bancos privados, na maioria instalados nos EUA, participavam com US\$ 225 milhões (valores não corrigidos) dos empréstimos intermediados pelo Banco Mundial. Desses empréstimos, US\$ 59 milhões se beneficiavam de garantias absolutas do Banco Mundial, e, o restante, de uma garantia sob a forma de reembolso prioritário assegurado. (Perlo, 1976:36)

20. Além da presidência, os EUA tinham a maioria no corpo de executivos e das consultorias privadas contratadas.

21. Devido a um “acordo de cavalheiros” surgido em Bretton Woods, esse cargo deveria sempre ser ocupado por um americano e o FMI por um europeu.

22. Os países da OCDE tinham 71%, em 1947, e passaram para 60,9%, em 1983. Os EUA tinham 34,2, em 1947, e passaram para 19,6%, em 1983.

23. É claro que indiretamente contribuía com os países desenvolvidos, quando procurava abrir espaço para o capital excedente dos países centrais.

24. Naquele momento, a penetração do capital financeiro na América Latina exigiu

implantação de regimes militares por quase todo o continente.

25. A partir de 1969, como resultado do relatório preparado pelo ex- Primeiro Ministro canadense L. B Pearson, que criticava o limitado horizonte das funções do Banco em apoiar os países subdesenvolvidos apenas no investimento em infraestrutura.

26. Robert McNamara, de 1968 a 1981, foi o primeiro assumir o cargo sem ter ligação direta com os banqueiros, mas representava a intervenção direta da Guerra Fria nos destinos do Banco, já que, além de ex-Presidente da Ford, fora também Secretário de Defesa dos EUA, nos governos Kennedy e Johnson, marcados pelo fracasso da Guerra do Vietnã.

27. Essa forma de captação submeteu o BIRD ao euromercado de moedas (eurodólares) ainda mais, conferindo aos empréstimos do BIRD critérios e condições próprias do mercado privado.

28. Documento secreto que estabeleceu as principais linhas de ação dos EUA, que nos anos 90 ficou conhecido como política “neoliberal”, ou seja, a promoção de uma economia mundial voltada para os princípios de livre mercado para os EUA.

29. Por ‘custo menor’ compreende-se um menor desembolso dos EUA para o Banco à medida que aquele país reduzia sua obrigações no capital do BIRD, passando a depender quase que totalmente dos mercados financeiros privados na captação de recursos (Lichtensztejn e Baer, 1987).

30. Neste momento, surgem os empréstimos multilaterais, que no final da década de 70 substituíram, temporariamente, os bilaterais, quando teve início a crise de crédito dos anos 80.

31. Esse interesse do BIRD no setor agrícola, revelado a partir da década de 70, não correspondeu a uma prática específica de sua atuação no Brasil, ou seja, era prática conjunta para outros países. Esse interesse já se manifestava no decorrer da década de 60, quando em outros países do continente Africano tinham surgido os PDRIs.

32. Durante o I PND a economia brasileira registrou um crescimento acelerado, iniciado a partir de 1967; no período 1970 - 73, ocorreram altas taxas históricas de crescimento do PIB, perfazendo uma média de 11,5% a. a.

33. O Polonordeste, lançado em 1974 e constituído em 1975, tinha como meta criar pólos rurais de desenvolvimento, espalhados

estrategicamente pelo território nordestino, para frear o fluxo migratório e aumentar a produção de alimentos.

Referências Bibliográficas

ALIBER, Robert. *O Jogo monetário Internacional*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

CAMPOS, Lauro. *A Crise Completa: a economia política do não*. São Paulo, Boitempo, 2001.

GOMES, José M. *Desindustrialização e Opositividades no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro*. Campina Grande, UFPB-CG- CME, 1991 – Dissertação de Mestrado.

GONZALEZ, ET AL. *O Brasil e o Banco Mundial: Um diagnóstico das relações das relações econômicas - 1949 - 1989*. Contagem, MGMS Editores, 1990.

LICHTENSZTEJN, Samuel e BAER, Mônica. *FMI e BIRD: Estratégias do poder financeiro*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

MAGDOFF, Harry e SWEEZY, Paul. *A Crise do capitalismo americano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

MOFFITT, Michel. *O Dinheiro do Mundo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

PERLO, Victor. *O Império da Alta Finança: gênese do capitalismo monopolista de Estado nos EUA*. Lisboa, Editorial Estampa, 1976.

VALANCE, George. *Os Donos do Mundo: Alemanha, Estados Unidos, Japão*. Lisboa, Terramar, 1992.

XAVIER, Jurandir. *A Industrialização Subdesenvolvida: capital, classe e Estado na industrialização brasileira*. João Pessoa, UFPB Editora Universitária, 1993.

ZARIFIAN, Phillippe. *Inflação e Crise Monetária*. Lisboa, Guide Artes Gráficas, 1978.

* José Menezes Gomes é professor de economia na UFMA e doutorando em História Econômica na USP.

Bancos multilaterais: inteligência artificial e reformas neoliberais



Adalberto Herculano Guesser*

HÁ MUITO TEMPO QUE OUVIMOS AFIRMAR que as instituições financeiras multilaterais – IFM são responsáveis pelas orientações que determinam as políticas econômicas do Brasil. Acusam-se as IFM de afundarem o país num oceano de dívidas e de condicioná-lo a políticas de acordo com os interesses dos países hegemônicos que as

controlam. No entanto, as relações que existem entre as IFM e os governos não são unilaterais e não são formalmente imposições aos países. De fato, embora sejam apresentadas como organismos internacionais destinados ao desenvolvimento econômico, relatórios de organismos internacionais, como a ONU, e também de instituições

nacionais não governamentais demonstram que as IFM têm contribuído muito para o aprofundamento da pobreza, principalmente nos países pobres, em virtude da forma como atuam e das condicionalidades impostas para a concessão de seus empréstimos.

Um primeiro problema refere-se à lógica mercantil adotada para os

empréstimos concedidos. Afinal, são bancos, necessitam fazer empréstimos, dentro da lógica de mercado. Não doam recursos, fabricam dívidas. Além do mais, são atores econômicos. Atuam dentro de mecanismos atuais de reprodução do capital e a serviço dos mais fortes. O governo brasileiro, principalmente nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, conduziu a política econômica por um caminho que praticamente forçou o país repetidamente recorrer ao FMI, ao BIRD e ao BID, reforçando a atuação destas instituições no cenário político e econômico de forma muito contundente. Os acordos com as IFM, é verdade, não criam sozinhos a situação de precariedade social do Brasil, no entanto, as condições impostas por esses agentes agravam esta realidade.

O enorme poder das IFM transpõe não apenas nas condições embutidas nos acordos firmados diretamente com essas instituições, mas também nas articulações dessas IFM entre si e nas negociações do pacote de “ajuda” aos países. Entre as muitas condições impostas pelas IFM, merece destaque a geração de um superávit primário, exigência que se estende a estados e municípios. Frente a essa prioridade estrutural dos acordos de empréstimos, fica patente que qualquer declarada preocupação social é marginal e subordinada ao pagamento da dívida.

O financiamento da área social sofre as conseqüências dos “ajustes econômicos” promovidos pelo governo federal para cumprir os acordos com as IFM. Entre as várias medidas que foram tomadas no intento de adequar as contas públicas às obrigações da dívida, encontra-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias

(LDO), que, nos últimos anos, tem submetido os investimentos no país, inclusive os sociais, à produção do superávit primário. Algumas vezes, os recursos das próprias IFM são utilizados para o pagamento da dívida externa. Neste caso, as IFM tornam-se credoras e emprestam dinheiro para o pagamento de juros de outras dívidas contraídas delas mesmas, aumentando ainda mais o valor principal do empréstimo. Em outros casos, os recursos são utilizados como garantia de credibilidade, como recursos a serem gastos na estabilidade de conversibilidade das moedas.

Um segundo aspecto importante a ser considerado no contexto das IFM diz respeito aos empréstimos para políticas setoriais. Neste caso, os Bancos não só emprestam dinheiro, como também apóiam com assessoria técnica, assim como os recursos para a área econômica, que vêm acompanhados de orientações de natureza estrutural sobre o modelo de desenvolvimento, o mesmo ocorrendo para os casos desses recursos. Os bancos não só têm propostas para a área, como as adequam aos interesses maiores.

Podemos argumentar que as IFM não são sozinhas as únicas responsáveis pela política de corte nos gastos sociais. Cabe ao governante do país e à sua orientação político-ideológica a responsabilidade maior pela tomada de ações nesse ou naquele sentido. Porém, as condicionidades impostas pelas IFM para o seu auxílio aos países forçam os governantes a extrair recursos mesmo sem um aumento da produção interna. FHC mostrou estar bem afinado com as políticas estratégicas das IFM, inserindo o Brasil em um processo de dependência contínua des-

as instituições. A avaliação do próprio governo de FHC segue neste rumo, determinando as políticas a serem seguidas pelo seu sucessor:

*O cumprimento das metas de resultado primário estabelecidas na legislação, pelo terceiro ano consecutivo, consolida a reputação de responsabilidade fiscal e comprova o compromisso do Governo com o Programa de Estabilidade Fiscal. (...) Para que o ajuste fiscal iniciado nos últimos anos seja permanente, faz-se necessária a continuidade dessa política nos próximos exercícios (...)*¹.

Do outro lado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda na fase de campanha, como foi amplamente divulgado pela imprensa, assumiu o compromisso de dar continuidade aos acordos estabelecidos e a cumprir as metas e obrigações com o FMI, BIRD e BID. Igualmente, durante o período de transição, nenhuma novidade; em sentido contrário aos acordos já firmados, foi apresentada. Nessa perspectiva, cabe questionar se existirá possibilidades de Lula implantar suas promessas de campanha com a aplicação significativa de gastos na área social conjuntamente com a garantia de estabilidade monetária, seguindo a mesma política que orientou o governo de FHC, e subordinado às mesmas obrigações com as IFM.

O BIRD e o BID desempenham um papel muito importante para o Brasil; no entanto, deve-se ter em conta que essa importância se dá mais pela especificidade dos projetos que são financiados por essas IFM e pelas *estratégias* de atuação política (anexas às operações de crédito), que pelo montante do valor aplicado no país. Com efeito, como

Tabela 1

MOVIMENTAÇÃO DO BRASIL COM O BIRD E O BID, NOS ÚLTIMOS TREZE ANOS, EM MILHÕES DE DÓLARES (US\$).				
Ano	Desembolso	Amortização	Juros/Comissões	Transf. Líquida
1990	1.026	1.542	965	(1.481)
1991	1.081	1.545	915	(1.379)
1992	909	1.573	894	(1.558)
1993	807	1.584	914	(1.691)
1994	1.039	1.690	800	(1.451)
1995	1.327	1.732	774	(1.179)
1996	2.330	1.521	661	148
1997	2.793	1.376	697	720
1998	2.972	1.308	747	917
1999	4.470	1.246	934	2.290
2000	4.542	1.184	1.282	2.076
2001	2.662	1.112	1.201	349
2002*	2.533	1.379	983	171
Totais	28.491	18.792	11.767	(2.068)
*até novembro				

Fonte: SEAIN/MPO, 2003

demonstra a tabela 1, nos últimos anos, o Brasil recebeu um considerável montante de investimentos desses Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (doravante designados pela sigla BMD) para investimentos em setores essenciais do país, como educação, saneamento, saúde, educação básica etc.; no entanto, tais valores merecem algumas observações.

Desde 1949, o BIRD já financiou mais de 380 operações de crédito ao Brasil, totalizando um montante de 33 bilhões de dólares. Só no ano de 2002, o montante de projetos financiados pelo Grupo Banco Mundial, em execução, foi de mais de 13 bilhões de dólares. Deste valor, os empréstimos chegam a quase 5 bilhões de dólares. O BID, desde 1961, financiou ao Brasil 289 operações de crédito, que juntas acumulam a quantia de quase 18,5 bilhões de dólares. Só no ano de 2002, o valor correspondente aos 10 emprésti-

mos concedidos ultrapassaram a casa dos 2,3 milhões de dólares. De fato, o montante de recursos aplicados no país não é pequeno (ver tabela 2), porém contribui com uma fração muito reduzida do custeio dos gastos no país. O Orçamento Geral da União, encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional em 2002 é da ordem de mais de 280 bilhões de dólares². Considerando que os desembolsos do BIRD e do BID somados, para o mesmo período, é de pouco mais de 2,5 milhões de dólares (ver tabela 2), observa-se que corresponde a menos de 1% do Orçamento Geral da União.

Como vemos, os aportes exter-

nos recebidos dos BMD estudados, apesar de serem expressivos, não são nada significativos se comparados ao Orçamento Geral da União, descartando-se ainda todo os orçamentos de estados e municípios, também clientes dos BMD. E poderíamos nos perguntar se, diante do ônus que geram de juros e encargos, resulta vantagem ao país em recorrer a esse tipo de financiamento. É claro que existem outros fatores que influem no momento do processo decisório para a tomada de empréstimo junto às IFMs. O orçamento da União está comprometido com inúmeras finalidades e os recursos são divididos entre várias obrigações.

Tabela 2

TOTAL DE CRÉDITOS FINANCIADOS PELOS BMDs EM 2002.		
BMDs	Total de Projetos*	Total de Empréstimos*
BIRD	13.118,5	4.948,8
BID	13.300,1	5.183,4
*Em milhões de dólares		

Fonte: BIRD, Country Assistance Strategy, 2000 et BID, Country Paper, 2000.

Muitas dessas obrigações não correspondem às áreas de atuação dos BMD estudados. Neste caso, os BMD preenchem o vazio deixado pelo governo. Porém, percebemos que esse vazio não é preenchido no todo. Apenas alguns, das centenas de projetos encaminhados a essas IFM são aprovados, e em valores muito aquém dos solicitados, exigindo do governo uma contrapartida bastante alta.

Portanto, através desta análise, podemos afirmar que o Brasil não depende tão intensamente dos recursos externos desses BMD. De onde vem, então, a importância dessas IFM e o que as fazem ser tão respeitadas pelos governos e tão criticadas pelas Organizações da Sociedade Civil – OSC?

A primeira hipótese que sugerimos é a de que as IFM possuem uma importância que extrapola a do valor dos recursos e dos projetos que financiam. Temos percebido que, além de agentes financeiros, os BMD têm atuado no país como uma “inteligência auxiliar” do governo³. As IFM atuam na elaboração de projetos e programas que irão, mais tarde, influenciar ou determinar muitos dos ajustes estruturais, da aplicação e eleição das políticas públicas a serem implementadas e até no gerenciamento econômico do país.

Uma análise dos documentos de estratégias dos BMD

Ao se desenvolver uma leitura rápida e superficial sobre a CAS (Country Assistance Strategy) e sobre o CP (Country Paper), a primeira impressão que nos resta é a de que se tratam de documentos puramente técnicos. De fato, repletos de gráficos e tabelas, parecem dese-

Temos percebido que, além de agentes financeiros, os BMD têm atuado no país como uma “inteligência auxiliar” do governo.

nhar um perfil muito bem delineado do país, com riqueza de detalhes e quadros comparativos, e nos parece que nenhum detalhe foi esquecido e que o estudo não poderia estar mais completo.

No entanto, após algum tempo de manejo dos documentos e efetuando uma análise mais detalhada de suas páginas, percebemos que a CAS e o CP são mais que documentos de análise técnica que servem como base para a definição de projetos a serem aprovados. Ambos os documentos estão repletos de orientações, sugestões e propostas que acabam por delinear, às vezes, de forma detalhada, as políticas macroeconômicas a serem levadas adiante pelo governo brasileiro, os rumos estratégicos pensados para a reestruturação da economia nacional e as chamadas “reformas” que jugam necessárias para tal.

Os BMD também possuem uma clara afinidade entre si e também com o FMI. Esta afinidade está expressa nos itens 109 e 113 da CAS, caracterizados como “Parcerias de Desenvolvimento”, e nos itens 2.75 a 2.77 do CP, expressos neste documento como “Complementaridades com Outras Fontes”. Nesses itens, ambos os documentos apontam a complementaridade e o reforço mútuo de suas políticas para o Brasil, sua visão e seus projetos. De modo que podemos presumir que existem interesses maiores em jogo quando se elaboram tais estratégias. A preocupação em estabelecer bases e condicionantes para a aplicação de

ajustes e políticas específicas deve orientar-se, antes de tudo, pela a visão que tais IFM procuram difundir e defender.

Desafios ao desenvolvimento do Brasil segundo a CAS e o CP

Após vários estudos, os BMD possuem um perfil bastante claro da realidade do Brasil. A partir desse levantamento, determinam os desafios para o desenvolvimento do país e as frentes onde será priorizada a aprovação de projetos, de forma, a contribuir por meio de seu aporte financeiro e técnico.

O BID afirma cinco desafios para o desenvolvimento do Brasil, expressos nos seguintes termos:

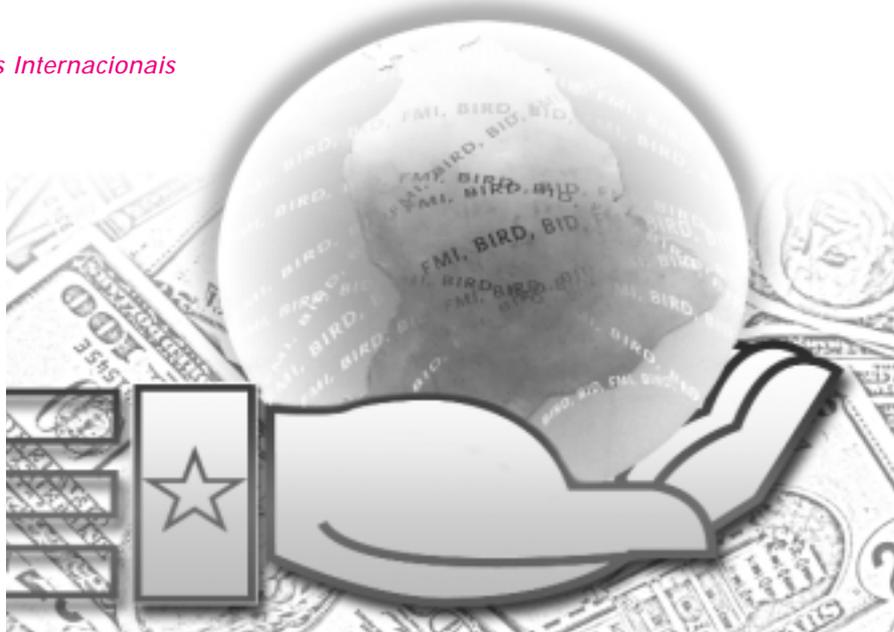
- 1) voltar a ter crescimento econômico, em condições de equidade social e respeito ao meio ambiente, preservando a estabilidade obtida;
- 2) reforma do setor público, considerando que a redução do déficit fiscal requer a conclusão acelerada das principais reformas estruturais;
- 3) o melhoramento da competitividade mediante uma redução importante do Custo Brasil, a modernização e o apoio às pequenas e microempresas;
- 4) os problemas sociais, em particular a pobreza, a distribuição desigual da renda, o acesso desigual à serviços sociais básicos e as deficiências no esforço de investimento social que o país realiza.
- 5) revitalizar e ampliar a integração regional (BID, 2000: 3).

O BIRD, na presente CAS, mos-

trou-se bastante favorável às políticas adotadas pelo governo FHC. De maneira muito enfática, o memorando executivo do presidente do BIRD indica que as políticas adotadas pelo governo foram um sucesso, enfatizando a “grande vitória conseguida de uma só vez”, através da estabilização econômica, introduzida com o Plano Real, em 1994. Para o BIRD, tal política de ajuste econômico formou a base para a redução da pobreza no país.

Os avanços substanciais conseguidos na consolidação das reformas assentaram as bases para um maior crescimento sustentável e para uma redução efetiva da pobreza no futuro, para além da grande vitória contra a pobreza conseguida de uma vez só com a estabilização e a introdução do Plano Real, em 1994 (BIRD, 2000: 4).

Por isso, na mesma linha, o BID, indica como questão primordial a ser priorizada a redução da pobreza. Apresenta também cinco frentes temáticas de atuação no país, embora todas relacionadas, de alguma maneira, como a questão da redução da pobreza, por meio da melhoria dos acessos e qualidade dos serviços públicos oferecidos. Ampliação da rede de seguridade social, acesso ao mundo do trabalho por meio de melhoria no sistema educacional, voltado para as necessidades da iniciativa privada etc. Faz também menção à necessidade de melhoria do ambiente, tornando-o propício para o desenvolvimento do setor privado. Melhorar a eficiência das instituições públicas, aumentando a transparência na administração e na gestão do dinheiro público (principalmente nas esferas dos governos subnacionais) e uma



reforma efetiva do sistema judiciário brasileiro. Segue, por último, um tópico específico para a questão ecológica, ressaltando a presença de importantíssimas reservas naturais dentro do território nacional e da necessidade de preservação de importantes ecossistemas mundiais, por meio do controle da poluição (principalmente em áreas urbanas) e conservação da biodiversidade.

Até aqui, nenhuma novidade. Se acompanharmos as políticas desenvolvidas pelo governo de FHC, perceberemos um alinhamento entre as proposições destacadas nos documentos dos BMD e as políticas de governo. Existe também a possibilidade de uma outra interpretação: a de que, ao contrário, foi o governo de FHC que se alinhou às políticas das IFM. No entanto, esta é uma afirmação perigosa demais para ser feita. O que podemos afirmar com certeza é que existiu, de fato, um ajustamento bastante visível entre as prioridades estabelecidas pelo governo FHC e aquelas estabelecidas pelos BMD.

No entanto, muitas das vezes, os posicionamentos dos BMD, expressos em seus documentos, são contraditórios. Vejamos abaixo algumas considerações que, embora simplifi-

cadas, nos fazem pensar sobre os desencontros das estratégias, com relação à realidade concreta do país.

A análise da “macroeconomia” brasileira na CAS e no CP

Os BMD expressam, por meio de seus documentos, uma posição bastante otimista quanto aos rumos econômicos do Brasil. Ambos apostaram no sucesso do Plano Real, mesmo que elaborados durante a crise, desde 1998, e publicados posteriormente. Quanto a este momento histórico, bastante sofrido da economia brasileira, após um período de euforia e estabilidade, o BIRD se pronuncia aplaudindo as atitudes do governo e aprovando as iniciativas tomadas pela equipe econômica de FHC.

O governo respondeu, de forma bem eficaz, a uma série de choques externos acontecidos nos últimos dois anos, por meio de uma combinação de políticas ativas de taxas de juros e um rigoroso ajuste fiscal, protegendo simultaneamente as despesas sociais essenciais. (...) Acima de tudo, ficou provada a solidez da estabilidade econômica (BIRD, 2000:4).

O BID segue na mesma linha. Embora reconheça a crise do final de 1997 e início de 1998 (itens 1.6 e

1.7, do CP), exprime declarações de reconhecimento e elogios às iniciativas do governo, como sendo as mais adequadas e benéficas para o país, facilitando o comércio, a atração de novos investimentos externos etc. Em seqüência, a análise do CP aponta para uma contradição e textualiza um panorama bastante descolado da realidade ao destacar o processo de privatizações levado a cabo no país. Para o BID,

O benefício acumulado das reformas estruturais, tais como a abertura, a integração regional, maior responsabilidade fiscal e as privatizações, está transformando o Brasil em uma nação muito mais moderna. (...) Nesse contexto, merece destaque o programa de privatização (...). Este programa de privatização, um dos maiores do mundo, contribuiu para a modernização e competitividade da indústria (BID, 2000:6).

Aparentemente, pelo que atestam diversos analistas de diversas OSC, principalmente, as centrais sindicais e institutos de pesquisa econômica não governamentais, as privatizações não cumpriram esse papel modernizante do país. Ao contrário, desarmaram o país do controle de importantes setores estratégicos da economia e da autonomia interna.

A necessidade e a contradição do ajuste fiscal

Ambos os documentos apontam para a necessidade fundamental de ajuste fiscal das contas do governo.

Embora os BMD tenham eleito a erradicação da pobreza como uma de suas principais metas, acabam eles mesmos sendo honestos, ao reconhecerem os efeitos negativos das tais políticas de ajustes sobre os pobres.

Tal elemento é citado em inúmeras partes do texto e sempre atrelando a sua necessidade para o desenvolvimento e para a redução da pobreza no país. O BID expressa claramente e com determinada ênfase que *o Brasil deverá aprofundar seus esforços para conseguir um ajuste fiscal adequado, já que as finanças públicas continuam sendo a principal fonte de desequilíbrio macroeconômico* (BID, 2002:7). O BIRD dedica uma boa parte do texto da CAS para analisar a questão, e, igualmente, define o ajuste como uma das prioridades a serem determinadas pelo governo e assumidas pelo país. A CAS determina os atrasos nos ajustes fiscais como *a fonte subjacente das grandes demandas de financiamentos externos por parte do Brasil e da sua vulnerabilidade aos sentimentos do mercado* (BIRD, 2002: 31). Portanto, ambos consideram que o ajuste precisa ser realizado com certa urgência de modo a estabilizar o cenário macroeconômico do país.

No entanto, sabemos que o principal elemento de desajuste das contas públicas tem sido as elevadas taxas de juros praticadas no país. Tais aumentos de taxas se justificam pela necessidade de o governo capturar dólares no exterior para equacionar o déficit das transações correntes, resultantes da combinação de uma abertura comercial desenfreada, de um câmbio valorizado e de pesados encargos finan-

ceiros do endividamento externo.

Manter uma política de taxas de juro alta de forma a atrair recursos externos transforma-se, nessa perspectiva, numa faca de dois gumes. Mesmo que o governo pretenda cortar apenas um lado, o outro também sairá ferido.

As conseqüências da reforma estrutural necessária para a estabilidade de vão, mais tarde, se refletir no corte dos investimentos, necessário para a diminuição dos gastos, de modo a financiar a estabilidade fiscal.

A ênfase na redução da pobreza

Como citamos acima, transcrevendo dos próprios documentos, ambas as IFM conferem à questão da redução da pobreza o elemento chave para o desenvolvimento do país. Mesmo que possa parecer uma constatação irônica, uma vez que chega a ser extremamente óbvia. Qual será o país onde não exista, ou exista, pobreza em percentuais bastante reduzidos, que não poderá ser considerado como desenvolvido?

De fato, condições de vida favoráveis, dignas e satisfatórias não são os referenciais das IFM. Um país será considerado “desenvolvido” quando puder competir no mercado e lograr o êxito de ocupar as melhores posições no *ranking* dos indicadores econômicos internacionais. Bem sabemos que, para atingir tais objetivos, quaisquer meios são utilizados. Na história da humanidade, não faltaram guerras e crueldades para comprovar a veracidade dessa afirmação.

Embora os BMD tenham eleito a erradicação da pobreza como uma de suas principais metas, acabam eles mesmos sendo honestos, ao reconhecerem os efeitos negativos das

tais políticas de ajustes sobre os pobres. Veja o texto da própria CAS ao avaliar as conseqüências das medidas de ajuste implantadas pelo governo de FHC:

O impacto imediato das medidas de ajuste, contudo, foi um freio no crescimento econômico e uma reversão temporária da tendência anteriormente positiva para a redução da pobreza. (...) A sucessão de crises econômicas, desde 1997, afetaram os pobres principalmente através da redução da demanda por trabalho e a redução resultante no emprego e/ou salários reais (BIRD, 2002:11).

O BID também faz sua avaliação, mostrando que as respostas do governo brasileiro para a crise, desde 1997, não foram tão benéficas para a população, principalmente os mais pobres. O item 1.31 do CP traça um perfil bastante negativo dos reflexos dos ajustes para a redução da pobreza:

Todavia, os benefícios produzidos pela estabilidade de preços deixaram de ter efeito sobre o poder aquisitivo dos pobres no final de 1997 (...). Durante este período recente, a criação de empregos no mercado formal diminuiu e a distribuição da renda continua sendo muito desigual (em 1998, os 40% mais pobres da população economicamente ativa receberam apenas 9,4% da renda total, enquanto que os 10% mais ricos receberam 46,5%) (BID, 2002:10).

As propostas de reformas

A CAS e o CP são, antes de tudo, instrumentos de articulação política. Mais que instrumentos de análise conjuntural e técnica, são também planos políticos bem desenhados e

estrategicamente definidos. Vimos, até este ponto, que tais documentos avaliam as políticas estabelecidas pelo governo e aplaudem ou criticam todas as determinações tomadas, dependendo do grau de interesse que possam ter. A articulação política fica explícita na série de recomendações que esses documentos estabelecem como orientações a serem observadas e seguidas pelo governo, de modo a garantir o sucesso e permitir o desenvolvimento.

Ancoradas numa forte corrente neoliberal, as orientações das IFM correspondem aos interesses do mercado, da liberdade da iniciativa privada, da exacerbação do consumo como meio de aumento da produção e da circulação, da baixa intervenção estatal (ao menos quando se trata de restrições ao mercado livre). Em resumo, tal política corresponde a um *Darwinismo Social*, onde vence o mais forte – leia-se por mais forte, o mais rico – o mais competitivo.

Para que tais medidas sejam implantadas e determinem o sucesso do mercado no Brasil, muitas mudanças deverão ser estabelecidas. Segundo o BIRD e o BID, o país ainda está confinado em um mundo ultrapassado, repleto de restrições ao desenvolvimento que se expressam na forma “arcaica” da estrutura político-administrativa, que não se adapta aos novos tempos e às exigências do mercado livre.

Para adequar o país “atrasado” aos novos tempos, se fazia necessária uma série de reformas, tanto estruturais, como políticas. As IFM foram as que mais influenciaram nesse processo de mudança, por meio de seus relatórios de desenvolvimento e seus documentos de estratégias.

Segundo o CAS, *à medida que estas reformas acontecerem, elas contribuirão para facilitar a política monetária. A retomada do crescimento impelida pelo setor privado levará então à redução do aperto fiscal, a uma maior redução da pobreza e a um apoio sistemático aos programas de reforma (BIRD, 2000:13).*

Reforma do mercado de trabalho

Essas reformas estão vinculadas à questão da estabilização macroeconômica do país. Segundo a CAS (item 7), esse conjunto de reformas permitirá a redução da vulnerabilidade e o estabelecimento de uma base para o crescimento e a redução da pobreza. O CP dedica vários itens (itens 2.25, 2.26, 2.27) ao apoio ao país, nas frentes em que o governo pretende atuar, desde que os projetos sejam orientados no sentido da implementação de uma nova reforma do mercado de trabalho, apoiando projetos de desenvolvimento da iniciativa privada. Para apoiar a modernização dos setores produtivos, o BID *aprofundará seu apoio à transição para mercados abertos e ajudará na implantação e sustentabilidade das reformas, apoiando os agentes públicos e privados* BID, 2000: 20). Em síntese, tais reformas se constituem de desregulamentação do mercado de trabalho e de redução do custo do trabalho.

A posição dos BMD é de que a legislação trabalhista em vigor, no Brasil, engessa demais a iniciativa privada, onerando muito o custo da produção, que no entendimento dessas IFM, é a principal responsável pelo desenvolvimento. Citam ainda a forte presença do trabalho informal no país, que cresce vultosamente a cada semestre, segundo os dados dos

institutos de pesquisa e da própria Organização Mundial do Trabalho (OIT)⁴. A legislação trabalhista brasileira precisa ser flexibilizada de modo a permitir um maior número de acessos ao mercado de trabalho, incluindo também aquele que hoje é ocupado pelo mercado informal. Isto somente ocorrerá, segundo os BMD, quando as restrições e obrigações trabalhistas e principalmente os custos, forem diminuídos.

Reformas da seguridade social

Na questão da seguridade social, a CAS é clara na sua determinação da necessidade urgente da reforma previdenciária do país (item 39). Para o BIRD *a questão da segurança social é a questão individual mais importante que os governos federal e subnacionais têm de enfrentar* (BIRD, 2000:35). O Banco Mundial é enfático ao afirmar que o déficit geral das pensões no país, incluindo-se os juros da dívida pública, alcança 9,5% do PIB. *Quatro quintos do déficit das pensões são causados pelas pensões do setor público (Regime Jurídico Único - RJU), metade desse valor em nível federal* (Ibidem). Segundo a CAS, o déficit das pensões do setor privado (Regime geral da Previdência Social - RGPS) também tem subido, mas ainda muito aquém do relativo ao RJU. Nesse sentido, a CAS propõe como desafio para o governo três metas a serem alcançadas:

- 1 - reduzir o custo das pensões RJU;
- 2 - reduzir as diferenças entre as pensões RGPS e RJU, cortando mais os benefícios RJU do que os benefícios RGPS e mantendo simultaneamente a eficácia do elemento da rede de segurança do sistema de pensões; e

As medidas de reforma propostas têm como meta adiar a data de aposentadoria dos trabalhadores e controlar o nível de benefícios.

3 - encorajar o crescimento sustentável dos planos de pensões financiados (Ibidem).

O BID (item 2.17) aponta também a gravidade do problema (...) e seu peso sobre o déficit fiscal (BID, 2000:40). E como medida de estratégia, estabelece como prioridade apoiar os esforços de reformas do sistema de previdência em todos os níveis do governo (Ibidem). Nessa questão, o BID é mais concreto e estabelece que terá papel significativo junto ao governo, garantindo o apoio e a aprovação de projetos que concretizem tais reformas.

O Banco pode contribuir significativamente para fortalecer os aspectos de gestão do sistema de previdência social privada e pública (contribuições e concessão de benefícios), bem como na definição de modelos de previdência social, no âmbito subnacional e na criação e gestão dos fundos de pensão (Ibidem, grifo nosso).

As medidas de reforma propostas têm como meta adiar a data de aposentadoria dos trabalhadores e controlar o nível de benefícios. Com isso, o governo corta gastos na área social e sobra mais dinheiro em caixa para poder equacionar as contas públicas que hoje são um tormento na contabilidade oficial.

Reforma fiscal

Os BMD, nos dois documentos estudados, elogiam as ações tomadas pelo então governo de FHC quanto às medidas de ajustes para o equilíbrio fiscal. Nesse sentido, os bancos esperam que as medidas se-

jam mantidas e vão trabalhar para impor condicionalidades cada vez maiores para que de fato se instaurem. A primeira medida tomada pelas IFM, desde o FMI, e depois seguindo seus passos, também os BMD, é a exigência do cumprimento de metas de *superávit primário*. Ou seja, o resultado do balanço de contas (receitas menos despesas), excluindo-se as obrigações com juros e serviços da dívida, que deve ser positivo e dentro de uma margem previamente estabelecida.

Ora, uma vez que as IFM preparam todo um trabalho técnico bastante acurado sobre as reais condições de produção do país e conhecem bem as suas potencialidades e fragilidades, fica fácil estabelecer metas dentro do limite da possibilidade máxima que o país pode alcançar. Uma vez estabelecido o máximo, não restará outra saída ao governo, senão a de cortar gastos em outras frentes de modo a gerar um saldo positivo.

A CAS reconhece (item 35) o esforço do governo e apóia as medidas. *O governo sustentou este esforço com uma persistência e uma disciplina notáveis na presença de grandes obstáculos* (BIRD, 2000: 33), mesmo que os meios fossem os mais agressivos para a grande maioria da população, principalmente, a classe trabalhadora. O próprio BIRD não deixa de reconhecer que, *as medidas para reduzir as despesas englobam níveis baixos de ajustes salariais (o governo federal manteve a política iniciada em 1994 de não conceder aumentos salariais lineares ao fun-*

cionalismo público), suspensão de contratações e promoções e cortes nos custos e investimentos sem envolvimento de mão-de-obra. As medidas para elevar as receitas englobam aumentos de CPMF, Cofins, contribuições para a Segurança Social, e de preços dos derivados de petróleo (Ibidem).

Reforma administrativa

No quadro administrativo, os BMD também se posicionam com relação às reformas iniciadas por FHC. Nos documentos anteriores, existia uma proposição no sentido de sugerir ao governo tais reformas. No atual, os termos são mais no sentido de aprovação de tudo que já foi implantado e ressaltar a importância dos pontos ainda não efetivados.

A mais importante reforma no campo administrativo foi a aprovação da *Lei de Responsabilidade Fiscal*. Esta lei estabelece um limite máximo na razão entre as despesas com pessoal e as receitas. Dentre outras inovações, a nova Lei permite que os governos que excedam esses limites demitam o pessoal efetivo (por meio de PDI – Programa de Demissão Incentivada). E mais, autoriza aos governos fazer contratações com base na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT - que rege o setor privado e é mais flexível, reduzindo, dessa forma, também custos com aposentadorias e permitindo demissões em caso de desempenho insatisfatório.

O BIRD estima que se forem tomadas *todas as medidas possíveis*

até os limites máximos estabelecidos, a poupança fiscal será da ordem de 5% - 10% da conta dos salários do setor público, ou 0,5% - 1% do PIB (BIRD, 2000:36).

A CAS também apóia reformas no sistema tributário, que hoje incide impostos sobre os produtos sob *efeito cascata*, o que virá a beneficiar o desenvolvimento da iniciativa privada, bastante onerada pelo sistema vigente.

A análise dos documentos de estratégia dos BMD para o período 2000-2003 nos permite realizar algumas constatações. Muitas delas ratificam o pensamento já cristalizado, presente no senso comum, nos vários segmentos da sociedade civil, centrais sindicais, ONG, movimentos sociais, partidos etc. Outros, revelam a face perversa escamoteada nos interesses defendidos pelos BMD, e que nem sempre são apresentados de forma clara e direta.

A primeira é o forte alinhamento entre a política oficial dos gestores brasileiros, com as políticas dos BMD, contidas nos documentos de estratégias por eles emitidos. Não é possível determinar se existiu algum grau de imposição direta dos BMD sobre os gestores brasileiros, ou se de fato o que ocorreu foi apenas uma simples concordância ideológica. No entanto, é possível verificar um alto grau de afinidade presente entre esses dois agentes, de modo que praticamente não existiram resistências de nenhuma das partes em desabonar ou recusar as políticas propostas pela outra.

A esse respeito, podemos dizer

que o governo FHC, ao menos no parecer dos BMD, foi o governo dos “novos tempos”, que possibilitou ao país a inserção no cenário de globalização financeira, regido pelo receituário neoliberal do *Consenso de Washington* e seus interesses hegemônicos. Um tipo de governo bastante afinado com os interesses internacionais e que deve ser continuado pelo seu sucessor, na visão dos BMD.

Outra constatação é aquela advinda da forte ênfase nas reformas necessárias ao país. Com a argumentação da “redução da pobreza”, os BMD incluem na lista das ações estratégicas as reformas neoliberais mais evidentes. As reformas são a garantia necessária que as IFM precisam para ter certeza de que o Estado vai estar “fora do caminho”, deixando o campo livre para a regulação do mercado, esse ente monumental que, segundo o neoliberalismo, é capaz de garantir o desenvolvimento e o progresso.

Quanto a essa questão, é pertinente ressaltar a posição dos BMD que, na defesa dos interesses maiores do mercado (estabilização, ajustes etc), não se fazem de rogados em suprimir e relegar a segundo plano os interesses dos trabalhadores. A reforma da previdência e a reforma do regime de trabalho brasileiro são exemplos claros dessa prioridade. Mais que beneficiar ou ampliar os direitos dos trabalhadores, prioriza o balanço de contas dos governos. Os BMD, no entanto, não fazem vistas grossas às conseqüências negativas sobre os trabalhadores, porém, consideram um “mal necessário”, que deve ser empreendido para assegurar o crescimento e o desenvolvimento. Mas afinal, quem cresce e quem se desenvolve com essas polí-

Com a argumentação da “redução da pobreza”, os BMD incluem na lista das ações estratégicas as reformas neoliberais mais evidentes.

O papel das IFM, como “inteligências auxiliares” aos governos nacional e subnacionais, determina a difusão de uma ideologia dominante, controlada pelos poderes hegemônicos, configurando dessa forma a instauração do pensamento único.

ticas? A resposta, embora seja óbvia, também se encontra escamoteada nos documentos dos BMD. Fala-se muito de redução da pobreza. No entanto, as medidas de ajustes têm levado o país a uma crescente nivelção da população brasileira, tendendo sempre para a base da pirâmide social. Ou seja, o cume está cada vez mais cúspide e a base, cada vez mais larga.

O papel das IFM, como “inteligências auxiliares” aos governos nacional e subnacionais, determina a difusão de uma ideologia dominante, controlada pelos poderes hegemônicos, configurando dessa forma a instauração do pensamento único, do qual não se abre espaço para as alternativas. Com referência a essa questão, vale lembrar da presente crise da *esquerda* mundial, da qual o Brasil compartilha, sendo mais evidente neste último período, com a tendência de aproximação do Partido dos Trabalhadores (PT) ao *centro*.

O conjunto de reformas apoiadas e incentivadas pelos BMD encaminham o país para o cenário neoliberal bastante conhecido: abertura comercial, privatizações, Estado mínimo etc. As vitórias do neoliberalismo atingidas com as reformas no país são, diante do cenário político-econômico atual, praticamente irreversíveis. Enquanto isso, a importância das IFM, como agências de fomento e regulação se evidencia e torna-se inevitável recorrer a esse tipo de “ajuda”, diante das crises constantes

do sistema capitalista atual.

Os BMD, seguindo a principal IFM reguladora, o FMI, atuam no financiamento de projetos, impondo-lhes condicionalidades. A principal delas é a interferência na condução da macroeconomia do país, determinando taxas de superávit primário e, por consequência, determinando prioridades de investimentos internos, engessando todas as possibilidades de financiamento com orçamento nacional. Para as demais áreas essenciais, entram em cena os BMD que suprem o vácuo, deixado pelos governos e gerado pela necessidade de corte de gastos, de modo a permitir o exíguo superávit nas contas.

É também a questão das condicionalidades que influencia ou até determina a aplicação desta ou daquela política por parte dos governantes, uma vez que estes estão dispostos a continuar a contar com os aportes e recursos financeiros dessas IFM.

Quanto à questão da redução da pobreza, podemos concluir que ela é utilizada mais como meio do que como fim. A redução da pobreza, no discurso dos BMD, serve mais como pretexto para determinar prioridades e como forma de justificar as suas propostas de reformas, do que como prioridade efetiva a ser alcançada. Prova disso são as constantes observações feitas tanto pelo BIRD quanto pelo BID com relação aos efeitos colaterais das políticas implementadas, sempre perversos e atingindo principalmente a população mais pobre.

Notas

1. Anexo de Metas Fiscais. Avaliação das metas relativas ao ano anterior (Artigo 4º, §2º Inciso I da Lei Complementar nº. 101/2000).
2. BRASIL. Lei 10.470, de 10 janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Seção 1, p.456.
3. O termo “inteligência auxiliar” do governo foi utilizado primeiramente por Aurélio Vianna Jr.(1998), consultor da *Rede Brasil*, e citado fartamente em diversas de suas manifestações públicas como conferências, palestras, e entrevistas na mídia que participamos e ouvimos.
4. Ver relatórios disponíveis no site oficial da OIT, dentre vários, OIT. Fuentes y Métodos: Estadísticas del Trabajo: Población económicamente activa, empleo, desempleo, oras de trabajo, encuestas de hogares. Ginebra: OIT, 1990.

Referências Bibliográficas

- BARROS, Flávia (org.). *As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil*. Brasília: Rede Brasil, 2001.
- BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento. *Documento de País: Brasil*. Washington: BID, 2000.
- _____. *Relatório anula 2002*. Washington: BID, 2002.
- BIRD, Banco Internacional para a Reconstrução e para o Desenvolvimento. *Estratégia de Assistência ao País para o Brasil*. Relatório n. 20160-BR. Tradução de Maria I. A. F. Bandeira & Mariane A. R. de Oliveira. Brasília: SIDOC/Senado Federal, 2000.
- OIT, Organização Mundial do Trabalho. *Fuentes y métodos: estadísticas del trabajo: población económicamente activa, empleo, desempleo, oras de trabajo, encuestas de hogares*. Ginebra: OIT, 1990.
- VIANNA Jr, Aurélio *et alli*. *Banco Mundial, participação, transparência e responsabilização: a experiência brasileira com o Painele de Inspeção*. In: BARROS, Flávia (org.). Brasília: Rede Brasil, 2001.
- _____. *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos*. Brasília: Rede Brasil, 1998.

**Adalto Herculano Guesser é mestrando em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSP/UFSC). E-mail: adalto@cfh.ufsc.br.*

A ALCA e os movimentos sociais

Célio Maranhão*
Antônio da Silva Câmara**

OS 34 PAÍSES que integram a América do Norte, a América Central, o Caribe (à exceção de Cuba) e a América do Sul apresentam economias com desempenhos absolutamente distintos. Os Estados Unidos concentram 79% do Produto Interno Bruto (PIB) de todo o continente, seguido do Canadá (5%), Brasil (4,7%), México (4,2%) e da Argentina (2,5%); a grande maioria dos países, no entanto, não supera o limite de 1%. Eis a razão pela qual a negociação sobre a ALCA se realiza em situação de desigualdade e assimetria. Isto significa afirmar que se sentem ameaçadas tanto as classes dominantes locais — que temem o aprofundamento da internacionalização do capital, com nítidas vantagens para as empresas transnacionais, na sua maioria sediadas no EUA —, quanto as classes trabalhadoras e grupos étnicos — que temem a perda do emprego, o aumento do custo de vida, a destruição de suas lavouras em função de uma agricultura industrializada e mais “competitiva” para os padrões capitalistas, a destruição da biodiversidade, enfim, sentem que a existência dos mais pobres encontra-se fortemente ameaçada.

Em que pese o crescente movimento contra a ALCA em todo o continente, os governos continuam negociando secretamente um texto preliminar que não incorpora as propostas das organizações do movimento social. Por outro lado, a sociedade civil, na maioria dos países lati-



no-americanos e caribenhos, encontra-se desinformada acerca das concessões que seus governantes fazem aos EUA, nessa negociação.

Os governantes, dessa forma, pactuam igual tratamento para países que se encontram em situação desigual de desenvolvimento tecnológico, concentração e centralização do capital, poder militar, acesso aos serviços públicos, bem-estar social etc. Certamente, a implementação

da ALCA gerará ainda mais desigualdade no continente.

Em toda a América Latina, os movimentos sociais têm se manifestado contra a implementação da ALCA, contrariando os governantes que mantêm as negociações e até marcam data para o início da vigência desse acordo. Aqui interessa-nos analisar os argumentos que se apresentam com frequência nos documentos desses movimentos, buscan-

do descobrir qual o fio unificador dos mesmos na luta comum dos povos latino-americanos contra os seus governantes e contra o expansionismo norte-americano.

No II Encontro Hemisférico contra a ALCA, realizado em Havana, em novembro de 2002, observou-se que a luta contra a ALCA teria permitido o surgimento de novos movimentos em toda a América latina, destacando-se, sobretudo, a ampliação das informações por meio dos meios eletrônicos e outros meios alternativos, na medida em que a grande mídia não abre espaço para divulgar essa luta. A recomendação para conquistar espaço, nos meios de imprensa, consistiu na conclamação aos movimentos sociais, no sentido de publicizarem a luta por meio de manifestações de massa.

No Fórum Social Mundial, em suas três edições, os movimentos sociais reagiram com vigor contra a globalização e contra a ALCA. Sté-dile, falando em nome do MST, analisa o crescimento do movimento camponês na América Latina e a participação efetiva do MST nos congressos camponeses e no Fórum Mundial, empunhando a bandeira de luta contra a OMC e contra a ALCA:

“Creemos que el imperio norteamericano está llevando adelante una ofensiva económica, militar, política e ideológica. Sin embargo su economía está en crisis. Por eso utiliza como justificación la lucha contra el terrorismo para imponer la guerra y desviar recursos públicos propios - y de todo el mundo - para reactivar la economía de Estados Unidos mediante el desarrollo de su poderoso complejo industrial-militar. Norteamérica busca hacerse del control de todos los recursos valiosos del plane-

ta. De América Latina los Estados Unidos quieren la biodiversidad de la Amazonia, quieren nuestro mercado, nuestra mano de obra barata, quieren - y necesitan - recolonizar el continente para hacer frente a la competencia con Europa y Asia. Y por eso nos quieren imponer el Alca. Pero eso trae una contradicción con los intereses de nuestras naciones y pueblos que puede unir a todas las organizaciones populares de Latinoamérica para enfrentar a Estados Unidos y su Alca. En eso estamos, tratando de unir. El MST cree que todas las fuerzas sociales, populares, políticas y eclesiales del continente deberían unirse para impedir que se materialice el Alca. En ese sentido estamos proponiendo la activación de las consultas populares en nuestros países. Para que los pueblos se manifiesten y decidan por sí mismos. Pero antes necesitamos de un largo trabajo de concientización, de politización del tema del Alca y de la globalización.”¹

Em Agosto de 2002, os movimentos camponeses da América Central, reunidos no Panamá, em Fórum contra o Plano Panamá e contra a ALCA, decidiram:

“El Foro decidió no negociar cómo nos van a matar, si por vía rápida o por vía lenta.”

Segundo PERALES, confrontaram-se, naquele fórum, os que combateram a ALCA e o processo de “globalização” em curso com os que se subordinam a essa lógica e aos tratados internacionais, inclusa a ALCA, por considerá-los inevitáveis. No entanto, ele aponta que predominou a visão crítica dos que consideram a ALCA como grave ameaça à vida no continente latino-americano. Os presentes a rejeitaram e propuseram-se a lutar pela vida e

pela dignidade humana, combatendo, por sua vez, a exploração capitalista. O congresso identificou não apenas as empresas transnacionais que lucrariam com a ALCA, como também os próprios grupos oligárquicos nacionais.

No Equador, em reunião realizada em janeiro 2001, as organizações populares dos países andinos (indígenas, negras e camponesas) posicionaram-se contra a criação da ALCA, considerando que ela seria prejudicial ao meio ambiente e à economia da América Latina.

Em abril de 2002, as mulheres camponesas, indígenas e pescadoras, em encontro realizado no Chile, também rejeitaram a ALCA em nome da vida, da liberdade e da solidariedade entre os povos.

No encontro hemisférico de 2002, em Havana, após as eleições de Lula e Gutiérrez, para o Brasil e o Equador, o líder indígena Evo Morales conclamou os dois presidentes a rejeitarem a ALCA:

“Quiero decirle al compañero Lula, al compañero Lucio Gutiérrez, al compañero Hugo Chávez, que estén al lado del pueblo y no al lado de las transnacionales. Hago un llamado, a nombre de los pueblos, para que no entren al ALCA.

Solamente con que Lula no entre, no habrá ALCA para Latinoamérica. Si nos complementamos con el compañero Hugo Chávez, con el compañero Lucio Gutiérrez, con seguridad por primera vez en Latinoamérica el imperio puede ser derrotado”.²

O Fórum Social Mundial de 2003 rejeitou novamente a ALCA e a OMC e, por fim, o Grito dos Excluídos, em setembro passado, novamente levantou a bandeira contra a ALCA, em todo o Brasil. Por outro

lado, ao longo destes dois anos, foram realizados plebiscitos contra a ALCA, em todo o continente, obtendo ampla participação e simpatia da população latino-americana.

Esta breve exposição mostra que os movimentos sociais, seguindo, de certa forma, a lógica do Fórum Social Mundial, têm construído redes internacionais de luta contra a implantação da ALCA nas Américas. Utilizam, como exemplo, o México, constantemente lembrado como modelo de subordinação econômica aos EUA e de perda de autonomia política, econômica e administrativa. A unidade de segmentos tão diversos como indígenas, camponeses, operários, mulheres e intelectu-

mesmo tempo, os seus governantes e as suas burguesias nacionais, avançando no sentido da construção de uma centralização continental das lutas contra o capital. As recentes decepções com Lula e Gutierrez, eleitos pela massa popular e com apoio dos movimentos sociais, que, após a posse, mostram cada vez mais aproximação da política dos EUA, são elementos para reflexão, pois todos os líderes políticos que, em nome dos trabalhadores, aliam-se às suas respectivas burguesias, serão incapazes de interromper a negociação sobre a ALCA ou mesmo postar-se contra as políticas financeiras e comerciais que são impostas pelo “mercado” internacional.

Os movimentos sociais, na luta contra a ALCA, só obterão sucesso se enfrentarem, ao mesmo tempo, os seus governantes e as suas burguesias nacionais.

ais demonstra o dinamismo dessa luta contrária à ALCA e à “globalização” capitalista.

Sem dúvida, esse movimento internacional marca um novo ascenso das lutas sociais na América Latina e Central. No entanto, observa-se que o conteúdo dos debates ainda é contraditório, pois as articulações internacionais envolvem aqueles que, dominados pela rejeição à ALCA, acreditam que as burguesias nacionais podem oferecer resistência à implantação desse projeto — o que efetivamente só pode ocorrer de forma limitada e exclusivamente em função de seus próprios interesses, visando à manutenção da realização das suas elevadas taxas de lucro.

Parece-nos que os movimentos sociais, na luta contra a ALCA, só obterão sucesso se enfrentarem, ao

O desenvolvimento da América Latina exige, nos dias atuais, a ruptura com a dimensão da exploração capitalista dos recursos humanos e naturais. Do movimento indígena de Chiapas, no México, ao MST, no Brasil, os deserdados da terra clamam por outro modo de produção, que permita o trabalho coletivo e a divisão coletiva e equânime do seu resultado. Os trabalhadores urbanos observam também que, em todo o continente, tenta-se criar legislação trabalhista “mínima”, que permita a unificação dos mercados, e percebem que as suas burguesias nacionais apóiam essas mudanças em função de ganhos imediatos e, em alguns países, até mesmo as suas centrais sindicais, parasitadas por velhas e novas burocracias, apóiam, discretamente, tais reformas.

As estatísticas, na maioria desses países, indicam um alarmante aumento de pobreza, qualificada atualmente como exclusão social. Há um imenso abismo entre os grupos que se apropriam da riqueza e a maioria da população, que se encontra abaixo da linha de pobreza. A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não leva em conta este grave problema e poderá agravá-lo no futuro. Por isso, é necessário que, na retomada da dimensão da emancipação social, implicando solidariedade daqueles que sofrem a dominação em todo o continente, na perspectiva de construir novas formas de produção e de convivência social e política, excluam-se as ilusões nas classes dominantes nacionais e nos segmentos burocratizados da classe trabalhadora, que tentam barrar o seu percurso, a partir da visão mesquinha do pragmatismo, das realizações possíveis dentro do quadro limitado desta ordem mundial.

Notas

1. Entrevista a Manuel Cabieses. In *Rebelion*. 26/01/2002. Endereço eletrônico: <http://www.rebelion.org/>
2. Geraldo Arreoloa. *La Jornada*. In *Rebelion*. 22 de Novembro de 2002.

**Célio Maranhão é Engenheiro de Minas, formado pela Universidade Católica do Salvador; Coordenador do Comitê Baiano Contra a ALCA; Membro da Consulta Popular sobre a ALCA – Bahia e Membro do grupo Tortura Nunca Mais – Bahia.
E-mail: cemarperes@hotmail.com*

***Antônio da Silva Câmara é Doutor em Sociologia pela - Universidade Paris; professor do Departamento de Sociologia/Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia e Presidente da APUB-SSind.
E-mail: antcamara@superig.com.br*

O funcionamento do Fundo Monetário Internacional



*Gianfranco Pala **

Os fenômenos econômicos que, na era contemporânea, a do imperialismo, particularmente em sua fase transnacional – aparecem sempre mais, ao primeiro impacto, em sua forma monetária, têm um fundamento bem diferente. Que os fatos monetários se colocam em evidência em relação às questões internacionais está acima de dúvidas: seja em termos das informações superficiais de massa, seja até daquelas provenientes dos organismos supranacionais, à frente das quais estão o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM).

Em 22 de julho de 1944, com os acordos de Bretton Woods, chega-se a uma solução negociada para a “guerra fraterna”, não declarada, mas conduzida e vencida pelos EUA contra o Reino Unido. Tratava-se

de concluir aquele conflito – já ocorrido com a I Guerra Mundial – que havia definido a transferência do comando do imperialismo mundial. As disputas pelo controle do mercado mundial já haviam passado pela conferência de Teerã, novembro de 1943 (ocupação americana da Europa continental, com exceção da região dos Bálcãs); o início da conferência de Bretton Woods precede de pouco tempo aquela de Dumbarton Oaks, em agosto-outubro de 1944 (instrumento das “Nações Unidas” na luta contra o eixo Alemanha-Itália-Japão), preparação da Confe-

rência de Yalta, em fevereiro de 1945 (definição das zonas de influência e dos “blocos”) e do Acordo de Potsdam, em agosto de 1945 (divisão da Alemanha).

A *pax americana*, em termos de poder econômico mundial, foi estabelecida com referência aos problemas de ajuste financeiro, liquidez, confiança. Sob a sombra de um compromisso entre as duas potências em disputa, a solução saída de Bretton Woods consolidou o processo de centralização em torno do capital dos EUA. Com o controle do mercado mundial dos capitais, assumido pelos Estados Unidos, toda a história da economia mundial daquela fase foi determinada pela hegemonia americana.

A época de pleno domínio dos EUA foi aquela compreendida entre o final da II Guerra Mundial e os últimos anos da década de 1960: a época da guerra fria e do funcionamento inicial do FMI e dos outros organismos supranacionais do pós-guerra (os primeiros vinte e cinco anos de um período de cinquenta anos), a época que Victor Perlo veio a definir como “economia de guerra em tempo de paz”. Não é por acaso, então, que as etapas e mudanças do sistema de Bretton Woods coincidem com as fases desse período. O clima do período entre o final do desenvolvimento pós-bélico, com seu sistema de Bretton Woods, e o início da última grande crise, começou a se apresentar cada vez mais ameaçador entre 1967 e 1969. Desde então, sob os golpes das crises da superprodução, o abandono das restrições monetárias, o aumento do volume de moeda circulante, o desenvolvimento dos mercados de valores, que representaram o início da atuação

estratégica “cartácea” do dólar. Nos presságios das crises estavam presentes os sinais antecedentes da velha ordem mundial construída em Bretton Woods: e, ao lado desta, também encontramos os antecedentes da crise da qual, também na Itália, economistas se propunham entender e sair. O quadro do declínio norte-americano, na fase da última crise, enquadra-se facilmente nas mudanças que nasceram do FMI e dos vértices a ele relacionados.

A renovada função do FMI e dos outros organismos supranacionais que nasceram do acordo de Bretton Woods, após os primeiros 25 anos de hegemonia absoluta dos EUA, foi organizar entre as “nações” a circulação de um capital cada vez mais “sem nação”, em busca de um novo excedente. Depois dos primeiros 25 anos, o período crítico (1944-1969), portanto, permaneceram as dificuldades que marcaram a grande crise do monopólio do poder americano sobre o mercado mundial, ao ter posto o FMI e o BIRD frente às tarefas para as quais estes órgãos não estavam preparados. Neste quadro, no qual estava posta a necessidade de transformação funcional dos organismos supranacionais nascidos de Bretton Woods, se desenvolvem os acontecimentos internacionais da crise de superprodução, concentradas na recessão que marcou o biênio 1974-1975, no qual, por meio do chamado “Plano Kissinger”, foi formulada a essência neocorporativa planetária da fase que viria.

Hoje, o neocorporativismo representa a tendência dominante da *nova ordem mundial*. De encontro a um declínio geral e inexorável do processo de acumulação, a única resposta provisoriamente dada foi a

tendência centralizadora dos capitais existentes, juntamente com a retomada do *absoluto comando sobre o trabalho*. E é na lógica do imperialismo que tal processo se traduz inevitavelmente numa centralização cada vez mais despótica e violenta do poder político – do plano social ao plano militar. O FMI foi chamado a desenvolver um papel fundamental nessa estratégia.

De 1º a 22 de julho de 1944, em Bretton Woods, em New Hampshire (EUA), foi formulado o acordo sobre o sistema monetário e financeiro internacional, com a redação dos artigos constitutivos do Fundo Monetário Internacional (FMI, ou IMF, segundo as iniciais inglesas) e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, ou IBRD), mais conhecido como Banco Mundial (BM, ou WB). Os artigos do acordo foram aprovados em 27 de dezembro de 1945, por 29 governos, traduzindo assim a amargura da depressão pós-segunda guerra mundial em um sistema monetário internacional estável e cooperativo. A Alemanha e o Japão passaram a fazer parte do FMI em 14 de agosto de 1952.

O FMI incorporou os princípios de Bretton Woods, encarando situações de crise, sustentando eventos que os seus promotores jamais teriam imaginado.

Em 15 de agosto de 1971, o governo dos EUA informou o FMI da decisão de declarar a convertibilidade do dólar em ouro para os pagamentos internacionais: com o fim da conversão do dólar e do regime de paridade fixa dos câmbios de valores, caíram duas características fundamentais do sistema Bretton Woods. Em 18 de dezembro do mesmo ano,

foi estabelecido o realinhamento das moedas dos países industriais, com uma “*flutuação generalizada*” que se consolidou a partir de 19 de março de 1973, quando a CEE introduz seu próprio sistema monetário europeu de flutuação em relação ao dólar.

Nesse meio tempo, em 26 de julho de 1972, a máxima autoridade do FMI tinha nomeado uma comissão para a reforma do sistema monetário internacional, que concluiu seus trabalhos em 13 de junho de 1974, indicando algumas linhas gerais para a adoção do sistema de câmbio flutuante. Em 1 de abril de 1978, a segunda emenda ao acordo de 1944 consente aos membros a adoção do sistema de câmbio livre.

Em 30 de abril de 1978, o FMI estabelece uma estratégia coordenada para promover o desenvolvimento econômico, e, em 25 e abril de 1980, decide ampliar seu próprio papel em matéria de ajustamento e financiamento dos desequilíbrios das balanças de pagamentos dos estados membros, fornecendo assistência por períodos mais longos e aportes maiores, após a estabilização.

Em 22 de fevereiro de 1987 (acordo de Louvre, entre os seis países mais industrializados), foi estabelecida uma maior coordenação das políticas econômicas.

Depois das mudanças que o mundo viu em cinquenta anos, os objetivos do FMI permaneceram no centro da dinâmica internacional: promover a cooperação monetária internacional, facilitar a expansão equilibrada do comércio internacional, promover a estabilidade do sistema de câmbios, assistir a formação de um sistema de pagamentos multilaterais, conceder créditos aos

Uma estrutura prevista como órgão de “governo” permanente do FMI jamais foi formada e, em seu lugar, desde outubro de 1974, funciona uma Comissão Interina.

países membros, disponibilizando os recursos existentes, reduzir a duração e intensidade dos desequilíbrios das balanças de pagamentos.

À luz dos recentes eventos, foram indicados cinco pré-requisitos para um “desenvolvimento sustentável e de alta qualidade”:

- quadro macroeconômico sólido e estável, com regime fiscal disciplinado, política monetária antiinflacionária e anticíclica, taxas de juro e de câmbio realistas;

- políticas estruturais capazes de se opor a baixas taxas de poupança e investimentos e de encorajar um vigoroso setor privado;

- liberação do comércio e do fluxo dos câmbios;

- políticas sociais como amortização dos ajustes econômicos;

- bom governo;

O papel fundamental atribuído às fortes políticas macroeconômicas, de modo a garantir resultados de longo prazo das reformas estruturais, para atingir o “desenvolvimento sustentável”, foi estendido recentemente aos países em via de desenvolvimento e às economias em “transição” para o livre mercado, cuja tarefa histórica merece o apoio pleno e conjunto da comunidade internacional.

Por outro lado, baixas taxas de inflação nos países industrializados são demandas da estratégia de desenvolvimento. O FMI põe rapidamente em funcionamento sua assistência financeira e técnica para aqueles países que, nas circunstân-

cias próprias de cada um deles, seguem uma adequada estratégia em termos fiscais, salariais, monetários e estruturais. Não obstante, a pobreza e o baixo desenvolvimento persistiram nos países menos desenvolvidos.

Turbulências no curso dos câmbios entre as principais moedas provocam rápidos deslocamentos nos mercados internacionais de capitais, como no caso das inversões de fluxo de capitais com o México. O suporte sem precedentes fornecido ao México, em fevereiro de 1995 – 30 trilhões de liras, o maior financiamento concedido pelo FMI, seguido dos 11 trilhões concedidos a Rússia, em abril do mesmo ano – visou limitar a especulação e seus efeitos “contagiosos”. Em seguida a tal experiência, os organismos do FMI formularam novas recomendações: um confronto mais estrito e contínuo entre o Fundo e os seus membros, para uma descrição mais sincera dos riscos ligados a algumas políticas; aquisição frequente dos dados econômicos dos países membros e um melhor uso por parte do Fundo dos dados relacionados ao mercado financeiro; publicação periódica e exaustiva dos dados, e levantados com critérios homogêneos; maior atenção às atividades de monitoramento do FMI sobre a solidez das políticas financeiras dos estados membros, com particular compreensão dos riscos relativos à fácil inversão dos fluxos de capitais.

Organização

A estrutura organizacional do FMI foi definida no artigo do acordo aprovado em dezembro de 1945 (com três emendas acrescentadas posteriormente). Ela prevê um Conselho dos Governantes, um Comitê Executivo, um Diretor Geral, com um escritório internacional e empregados. Uma estrutura prevista como órgão de “governo” permanente do FMI jamais foi formada e, em seu lugar, desde outubro de 1974, funciona uma *Comissão Interina*, além de uma Comissão para o Desenvolvimento. Juntas, estas comissões são compostas por 24 governantes ou ministros de finanças que se reúnem duas vezes por ano.

Existem também, ao lado desses organismos oficiais fixos, estruturas decisórias mais ou menos informais e ocasionais, dada uma das quais denominadas Grupos [G] seguidos de um número, correspondente ao número de países participantes. [o menos formal, e que não mais se reúne oficialmente, é o G-3, constituído pelos três países mais fortes do mundo: EUA, Japão e Alemanha]. O primeiro nível reconhecido é o G-5, formado pelos estados cujas moedas constituem a base de cálculo da unidade de medida do FMI, os *Direitos Especiais de Empréstimo* [DSP, ou SDR], ou seja, G-3 mais França e Reino Unido. Depois do G-5, o mais conhecido atualmente, desde 1987 é o G-7, composto pelos sete países mais industrializados, ou seja, G-5 mais a Itália e o Canadá, representados no nível de chefes de Governo. O G-10 foi formado em 1962, por aqueles países que tinham constituído o G-7, mais Bélgica, Holanda e Suíça, aos quais foi agregada também a Suécia (como o décimo pri-

meiro estado, naquele momento, ainda não membro do FMI, o que só veio a ocorrer em 1992), para a gestão do Acordo Geral sobre os Empréstimos, *GAB*, e dos recursos financeiros colocados à disposição dos participantes¹. Do grupo dos 77 países em fase de desenvolvimento reunidos em Lima, em 1972, foi criada uma estrutura intergovernamental eletiva, o G-24, composto exatamente pelos 24 representantes de tais países, sendo 8 de cada uma das áreas: África, Ásia e América Latina.

A máxima autoridade do FMI é representada pelo Conselho dos Governantes. Ele é composto por um governador e um vice-governador (normalmente ministros das finanças, presidentes de bancos centrais ou cargos equivalentes) indicados por cada um dos países membros que, por norma, se reúnem uma vez por ano. A primeira reunião do Conselho dos Governantes ocorreu de 8 a 18 de Março de 1946, em Savannah, Geórgia (EUA). Nesta ocasião, estabeleceu-se que a sede da Administração Central do FMI fosse em Washington. Em 1º de março de 1947, o FMI começou a operar efetivamente.

O Conselho dos Governantes delegou a maior parte de suas funções ao Comitê Executivo, que é o órgão de decisões permanentes do FMI, com sede no mesmo local, em Washington. Este último representa 179 países [para um total de cotas expressas em Direitos Especiais de Saques]. As tarefas desse Comitê compreendem:

- monitorar as políticas de câmbio;
- a assistência financeiramente e a consulta periódica dos estados membros;

- Ele elege o diretor geral do FMI: desde 1946 até os dias de hoje, os diretores gerais foram um belga, dois suíços, um holandês e três franceses.

Em 29 de setembro de 1967, o Conselho de Governantes instituiu os direitos especiais de saque [DSP ou SDR], que, em 28 de julho de 1969, após a primeira emenda ao artigo original do acordo, foram tomados como base para as condições de financiamento e, a partir de 1º de janeiro de 1970, para a subscrição das quotas. Em 13 de Junho de 1974, foi estabelecida uma nova base de cálculo dos DSP ancorada nas 16 moedas principais. Em 17 de setembro, foi decidida a simplificação da base de cálculo dos DSP (que passou a vigorar em 1º janeiro de 1981), lastreada pelas 5 principais moedas: dólar, marco alemão, yen japonês, franco francês e esterlina inglesa. Os DSP representam a unidade de cálculo do FMI e de outras organizações internacionais, atualmente 15, quase sempre bancos continentais ou macro-regionais. O valor dos DSP é determinado pelas cotações das cinco moedas que compõem a média ponderada.

A ponderação de tal média é revista periodicamente para refletir as variações da importância relativa das moedas, nas finanças e no comércio internacional. Em 1º de janeiro de 1986, foi revisto o peso das diversas moedas, aumentando o valor do yen e diminuindo os valores do franco e da libra esterlina; uma variação posterior foi apontada em 1º de janeiro de 1991, aumentando o peso do marco e do yen, em detrimento das outras três moedas.

Também a taxa relativa de juros dos DSP é calculada como média ponderada dos rendimentos dos bô-

nus do tesouro, emitidos a cada três meses pelos cinco países. O FMI pode indicar quais estados membros podem fornecer moedas em troca de DSP, levando em consideração a força de suas balanças de pagamentos e de suas reservas.

O uso dos DSP entre os países membros e o FMI consiste na transferência recíproca para pagamentos e financiamentos. Os países membros também podem usar os DSP para diversas transferências voluntárias. Ultimamente, considera-se que, no futuro, os DSP desempenharão papéis mais relevantes.

Atualmente, cada um dos países membros tem uma cota – expressa em DSP e paga pelos 25% em DSP ou em moedas de outros países, indicada pelo FMI – que reflete a sua relativa força econômica. Em 30 de abril de 1995, os países membros detinham 2,6% das próprias reservas de valor em DSP. A cota em DSP determina o poder de voto de cada país membro, na proporção de um voto para cada 100 mil DSP, dessa cota, mais uma base fixa de 250 votos de cada país membro. Em função da cota é determinado também o nível máximo de acesso aos financiamentos concedidos. Em 5 de outubro de 1991, a URSS firmou com o FMI um acordo para uma assistência técnica; em maio de 1992, o Comitê Executivo aprovou a adesão de vários países nascidos da dissolução da URSS. Em 29 de maio de 1992, é a vez da Suécia aderir ao Fundo.

As cotas dos membros fundadores do FMI, desde o início dos anos 60, eram determinadas pela fórmula de Bretton Woods, que considerava os fluxos de exportação e importação, as reservas de ouro e de dólares e o rendimento nacional. Desde

1963, passaram a ser considerados, paralelamente, indicadores sobre as transações e entradas em conta corrente, ao invés dos dados sobre exportação e importação. No início dos anos 80, os critérios para o cálculo das cotas foram novamente revistos e simplificados: os dados sobre o PIB – Produto Interno Bruto – substituíram aqueles sobre o rendimento nacional, foram seguidos critérios mais amplos pela valorização das reservas oficiais e os dados sobre transações de conta corrente substituíram definitivamente aqueles sobre exportação e importação.

Por ter conhecimento do crescimento da economia mundial e das variações nas posições ocupadas pelos países membros, a cada cinco anos, é promovida uma revisão das cotas. Em 28 de junho de 1990, com a nona revisão geral das cotas, foi elevada a disponibilidade total do FMI de 90,1 a 135,2 bilhões de DSP até atingir o nível de 144,9 bilhões de DSP, em 1º de agosto de 1994. Ficou estabelecido então que nenhuma alteração poderia ser aprovada com maioria inferior a 85% dos votos (até 30 de dezembro de 1991 e por 70%, após esta data. A décima revisão das cotas, em dezembro de 1995, foi concluída sem aumentos.

A estrutura financeira do FMI é baseada no princípio de que a subscrição das cotas permanece, a fonte principal de financiamento; todavia a obtenção de empréstimos, primeiramente por parte dos países exportadores de petróleo (1974), em seguida dos organismos oficiais, como o *Banco dos Regulamentos Internacionais* [BRI ou BIS] e os bancos centrais dos países membros (1987), representou uma importante integração temporária da disponibilidade do

próprio FMI, que, a partir de 1962, tinha formulado o *Acordo Geral sobre Empréstimos* [GAB]. O acordo foi revisto e renovado outras vezes. Com a “crise da dívida”, em 30 de dezembro de 1983, o G-10 pautou outra revisão, alargou as linhas de crédito combinadas e introduziu a possibilidade de recurso, ao acordo, também dos não participantes, tendo já estendido o acordo à Arábia Saudita. Para os não participantes os empréstimos foram condicionados a programas de ajustes sustentados pelo FMI, para enfrentar as situações excepcionais do balanço de pagamentos que poderiam ameaçar a estabilidade do sistema monetário internacional. Atualmente, o crédito potencial extensível pelo GAB é de cerca de 45 bilhões de libras. Mas o G-7, na cúpula de Halifax, em junho de 1995, solicitou o mais rápido possível o dobro da dotação.

Supervisão

Com base no artigo IV do acordo que constituiu o FMI, seus funcionários encontram-se, regular e anualmente, com representantes de governos da cada um dos Estados membros para analisar seu respectivo desenvolvimento, política econômica, políticas monetária, financeira e fiscal e o andamento da balança de pagamentos, dando também relevo às implicações internacionais de tais políticas. Em particular, ao impor diretrizes sobre a política de câmbio dos Estados membros, exercem um forte monitoramento sobre estes, analisando todos os aspectos das políticas macroeconômicas e estruturais, ao passo que estas últimas, em seu conjunto, sofreram fortes perdas devido às variações do câmbio.

Com o passar dos anos, a exten-

O FMI encoraja os diversos países a adotarem políticas econômicas adequadas às dívidas contraídas, para sustentarem um desenvolvimento econômico não inflacionário.

são de tais intervenções ficou maior, buscando efeitos de médio prazo e quanto a reformas estruturais. Assumiram maior relevo as temáticas inter-governamentais e macro-regionais, relativas às conseqüências macroeconômicas e estruturais sobre o desenvolvimento e bem estar de todos os países, à medida em que tais conseqüências podem incidir significativamente sobre a credibilidade e sustentabilidade de tais políticas. Nos anos mais recentes, a supervisão do FMI tem se voltado sempre mais para questões sociais, como a pobreza e problemas industriais, ocupacionais e ambientais.

O FMI encoraja os diversos países a adotarem políticas econômicas adequadas às dívidas contraídas, para sustentarem um desenvolvimento econômico não inflacionário. Aparece nesse quadro a atenção dispensada às profundas alterações acontecidas na economia mundial, com o rápido desenvolvimento e internacionalização dos mercados de capitais privados, a maior vulnerabilidade do sistema monetário internacional em relação a desequilíbrios macroeconômicos entre os diversos países, os relevantes deslocamentos em relação a integrações monetárias e macro-regionais, as tendências neoliberalizantes e de reformas em direção à economia de mercado.

Discussões multilaterais tiveram lugar, duas vezes ao ano, no âmbito das *perspectivas sobre a economia mundial*. Tais perspectivas [*World economic outlook - WEO*] fornece-

ram ao comitê executivo um quadro de referências para analisar as políticas dos Estados membros de um ponto de vista multilateral, relativamente aos problemas de comércio internacional, do mercado de trabalho e desemprego, e da estabilização das reformas nos países em “transição” para a economia de mercado. É também nessa ótica que os diretores gerais do FMI participam dos encontros inter-governamentais do G-7. O comitê executivo considera tanto o caminho de ajustes percorrido pelos Estados membros, como a coerência do programa colocado em prática para reequilibrar as políticas macroeconômicas. Por força do artigo V, dos acordos de Bretton Woods, procedimentos de supervisão intensificada são utilizados para assegurar um apoio financeiro externo.

A cada dois anos, o FMI revisa os princípios e procedimentos, estabelecidos em 1977, que orientam o monitoramento. A última revisão, em abril de 1995, dispensou atenção especial ao crescimento mundial do mercado de capitais, à maior mobilidade dos fluxos de capital além-fronteiras e à capacidade do Fundo de localizar o nascimento de tensões financeiras (cuja necessidade foi colocada pelo recente caso mexicano). Para melhorar a supervisão relativa às áreas macro-regionais, os diretores executivos concordaram em manter discussões anuais sobre a situação das uniões econômicas e monetárias.

Em abril de 1995, depois da ex-

periência mexicana, o comitê reexaminou os dados da supervisão fornecidos pelos Estados membros, decidindo pela indicação de onze categorias de dados considerados como centrais, e estabelecendo normas comuns para a publicação de dados nacionais. Foi dada maior relevância à convertibilidade da conta capital nos Estados membros e em relação aos desembolsos do FMI. Além das consultas previstas pelo artigo IV, os Estados membros passaram a considerar acordos preventivos (para motivar maior confiança nas políticas de financiamento do Fundo), pesquisas informais (para estabelecer objetivos e normas com base em programas “sombras”), e uma supervisão intensificada (para facilitar renegociações de débitos com bancos privados).

O requisito explícito, em relação aos Estados membros, de utilizar um conjunto particular de políticas econômicas é definido como “estado condicional”: a utilização de recursos do FMI é subordinada à restauração do equilíbrio da balança de pagamentos e à conquista de um desenvolvimento econômico sustentável, que seja compatível com a perspectiva de desenvolvimento e com a possibilidade de obedecer ao cronograma do serviço da dívida, sem recorrer a restrições sobre o comércio e sobre pagamentos correntes, como impõe o respeito ao artigo VIII dos acordos de Bretton Woods.

Em 1979, o comitê executivo adotou as seguintes instruções relativas ao dito “estado condicional”: encorajar os Estados membros a adotar, em seu devido tempo, medidas corretivas; seguir atentamente os objetivos sociais e políticos e as prioridades econômicas; permitir

uma certa flexibilidade no número e no conteúdo dos objetivos; sublinhar que a assistência financeira do FMI não é fruto de acordos contratuais, mas uma decisão unilateral do próprio FMI.

Os programas de intervenção do FMI têm como referência alguns índices econômicos como crédito interno, o déficit público, as reservas internacionais e a dívida externa. Considerando também a evolução dos preços – de mercadorias, taxa de juros e câmbio – já que eles incidem significativamente seja sobre as finanças públicas e o comércio internacional do país, seja sobre a capacidade de oferta. As taxas de juros e de câmbio são particularmente importantes pois incidem sobre as decisões de poupança e investimento e, por conseqüência, sobre perspectivas de desenvolvimento do país. Durante uma dada assistência financeira, o FMI controla o programa de reformas do país interessado, removendo as distorções que impedem o desenvolvimento de exportações e favorecendo a eficiência das despesas públicas.

Para os aspectos estruturais dos programas de desenvolvimento sustentados pelo FMI, é particularmente importante a estreita colaboração com o BM. Os chamados programas de “ajuste” são feitos para trazer conseqüências relevantes sobre a distribuição de renda, ocupações e serviços. Para promover o desenvolvimento e ocupações, que se mantenha no tempo, verifica-se um breve período de custos sociais que recaem sobre os grupos sociais mais débeis. Para estes últimos, como forma de aliviar as conseqüências negativas devidas às reformas estruturais, o

FMI, em colaboração com o BM, provê formas de assistência social.

Financiamentos facilitados

Os recursos financeiros do FMI são colocados à disposição dos Estados membros, conforme suas situações específicas, por meio de uma série de facilidades. Os Estados membros obtiveram os fundos adquirindo moedas de outros países ou DSP; para a restituição, reembolsam tais fundos com suas próprias moedas em um prazo de tempo preestabelecido.

Cada país membro pode chegar a uma *posição de reserva* sempre que sua quota exceder a quantidade de moedas em posse do FMI; pode obter uma *disponibilidade de crédito*, até 25% de sua própria quota, para fazer frente a dificuldades momentâneas de balança de pagamentos, desde que demonstre a credibilidade dos esforços feitos para resolver a questão. Níveis superiores de crédito são condicionados a programas acordados.

Os chamados acordos de *stand-by* dão direito a sacar, trimestralmente, uma determinada quantia em um prazo estabelecido; o programa acordado se refere ao controle da política de crédito, de gastos públicos, de vínculos de pagamentos e do comércio internacional, e sobre o nível das reservas. Os acordos *stand-by* cobrem usualmente um período máximo de 18 meses; a restituição deve ser feita em 5 anos. Os financiamentos facilitados ampliados (EEF) se destinam a cobrir dificuldades na balança de pagamentos devido a problemas estruturais, e, portanto, requerem um período maior de “ajuste”. Tais financiamentos cobrem geralmente períodos de 3 anos; a restituição pode ser feita

em, no máximo, 10 anos.

Entre as facilidades especiais foi criado, em abril de 1993, o *Financiamento para Mudanças de Sistema* (STF), para fazer frente àquelas necessidades de economias em “transição” para o comércio multilateral, baseado em preços de mercado: dificuldade, portanto, que deriva da repentina ruptura de seus precedentes sistemas tradicionais de comércio e pagamento, de tal forma que tenham provocado uma quebra imprevista nas receitas provenientes de exportações, um aumento permanente nos custos de importações, em particular, em relação a produtos energéticos. Esse tipo de financiamento é feito em duas parcelas, cada uma chegando, no máximo, a 25% da quota do país interessado; as modalidades de restituição são aquelas previstas para o financiamento facilitado.

O Financiamento Facilitado para Compensação e Contingência (CCFF) que substituiu, em agosto de 1988, os “financiamentos compensatórios” adotados em fevereiro de 1963, busca compensar os Estados membros que tenham tido perdas temporárias nas receitas de exportações e remessas referentes a serviços ou aumento temporário de custos na importação de cereais. Com tais tipos de financiamento são cobertos os desembolsos desfavoráveis devido a variáveis altamente voláteis, como os preços internacionais de exportações e importações e taxas de juros internacionais. Também são previstas outras formas particulares de assistência, entre as quais uma de emergência para as necessidades da balança de pagamentos devido a desastres naturais imprevisíveis.

Em março de 1986, foi introduzido um tipo de facilidade especial – mas em forma de concessões de empréstimos – denominada Financiamento para Ajuste Estrutural (SAF), para apoiar políticas de “ajustes” macroeconômicos a médio prazo e reformas estruturais. O objetivo consistia em promover um “desenvolvimento sustentável”, reforçar a balança de pagamentos, colocar em ordem as relações com credores e reduzir as restrições ao comércio internacional e aos pagamentos internacionais. Mas, em fins de dezembro de 1987, aperfeiçoando as decisões de fevereiro de 1994, o comitê executivo substituiu o SAF com o Financiamento para Ajuste Estrutural Avançado (ESAF), que se tornou o principal instrumento financeiro com o qual o FMI fornece, sempre em forma de empréstimos, aos Estados membros de baixa renda e em via de desenvolvimento o apoio a programas de fortes ajustes estruturais de médio prazo. Os países solicitantes devem predispor, com a assistência do FMI e do BM, de um quadro político de referência para um programa de ajuste trienal, indicando a prioridade macroeconômica e as medidas políticas que pretendem adotar. A colaboração BM-FMI reforça as indicações das principais fontes de financiamento externo e de assistência técnica ao programa, que é atualizado anualmente. Os empréstimos ESAF são reembolsados em quotas semestrais, no máximo em 10 anos, com taxa de juros de 0,5% ao ano.

Dívida Externa

Em 13 de agosto de 1982, o FMI iniciou o apoio aos principais programas de ajustes de países em difi-

culdades devido a dívidas externas; em 2 de dezembro de 1985, o FMI e o BM declararam apoio ao “Plano Baker” (proposto pelo secretário de Estado dos EUA para a gestão da dívida externa); em 4 de abril de 1989, foram adotadas iniciativas com base no “Plano Brady” (proposto pelo ministro do tesouro dos EUA). Em 23 de maio de 1989, o *comitê executivo* enfrentou a questão das dívidas externas dos países em desenvolvimento, subordinando as estratégias para a redução da dívida a fortes “programas de ajustes”, em médio prazo, e com reformas estruturais.

A estratégia do FMI sobre os problemas de débito exterior visa assegurar que os países devedores alcancem um “desenvolvimento sustentável” com uma balança de pagamentos confiável, estabelecendo relações normais com os credores, assim como o acesso regular aos mercados financeiros internacionais. A estratégia de fundo continua envolvendo ajustes e reformas estruturais voltadas para o desenvolvimento, para a definição de condições econômicas gerais favoráveis, para o apoio financeiro de organismos internacionais e daqueles privados.

Enquanto continuam a crescer os fluxos de financiamentos privados para os países que estão se desenvolvendo economicamente com sucesso, para a maior parte dos países pobres e endividados, a perspectiva de obter financiamentos privados parece ainda mais remota. Para estes últimos, coloca-se o problema da redução do débito e dos serviços da dívida (juros passivos), também em relação a bancos privados.

O FMI continua a sustentar tais operações de redução dos débitos e

de seus serviços, visando reforçar as políticas econômicas dos países membros para que readquiram acesso ao mercado de crédito. Para isso, o FMI examina a coerência dos programas de redução com a capacidade econômica de médio prazo dos países em questão, avaliando a sustentabilidade dos custos, a exequibilidade em termos de possíveis alternativas e as possibilidades de que forneçam bases válidas para uma retomada do financiamento espontâneo. O FMI colabora significativamente com o chamado *Clube de Paris* para a redefinição dos programas econômicos voltados para o alívio da situação dos devedores oficiais bilaterais.

O FMI, para fazer frente aos pagamentos atrasados, colocou em cena uma estratégia “cooperativa” de programas de controle das políticas seguidas pelos Estados membros devedores. Em particular, um programa chamado *Acumulação de Direitos* concedidos aos países interessados em acertar sua situação, normalmente em três anos, quando deveriam completar o programa de pagamento dos atrasados. Com a terceira emenda aos acordos de Bretton Woods, aprovado em 18 de maio de 1990, foi decidida a suspensão do direito de voto e participação dos Estados membros que não houvessem respeitado os compromissos assumidos.

Nota

1. Uma curiosidade: por longuíssimo tempo, Lamberto Dini foi o secretário deste grupo.

*Tradução de Eliana A. M. de Queiroz.
Revisão da tradução Osvaldo Coggiola (USP).*

** Gianfranco Pala é professor titular de Economia Industrial na Università degli Studi di Roma “La Sapienza”*



A Organização Mundial do Comércio

*Umberto Calamita **

AS RESISTÊNCIAS com as quais o capital produtivo sempre se defrontou e que sempre teve que levar em conta são de dois tipos: aquelas ligadas às classes da qual extorque a mais valia e aquelas constituídas pelos grandes e pequenos laços com vários Estados. O capital financeiro herdou tal resistência *in toto*, em sua delirante superposição ao capital produtivo.

As corporações transnacionais que hoje controlam as rédeas da produção e do comércio mundial nada mais são do que corporações financeiras.

Por isso, os “técnicos” do BM-FMI-OMC nada mais são que os executores e organizadores dos negócios que as corporações financeiras transnacionais disseminam em níveis cada vez mais complexos por todo o globo.

O Fundo Monetário Internacional penetra nos países em desenvolvimento fornecendo créditos a curto prazo condicionados a mudanças econômicas estruturais; o Banco Mundial financia, a longo prazo, os projetos de desenvolvimento da economia dos Estados mais pobres, para dotá-los de estruturas liberais; a Organização Mundial do Comércio procura superar todas as resistências alfan-

degárias, tarifárias e protecionistas que impedem ao capital utilizar o mundo como um único mercado.

Karl Marx disse, no 3º livro do *Capital*: “... não apenas o comércio, mas também o capital comercial, são mais antigos do que o modo capitalista de produção; representam, na realidade, a forma historicamente mais antiga de existência do capital”.

Por este motivo, hoje, a Organização Mundial do Comércio tem uma função fundamental de ampliar os espaços de valorização do capital. A tenacidade com que seus técnicos seguem os ditames do liberalismo ficaram evidentes em

duas ocasiões recentes:

- a tentativa de aprovar o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI);
- o Tratado de Seattle.

No primeiro caso, os temas em discussão ficaram prejudicados logo de início, na falta de homogeneidade necessária sobre o esboço do acordo apresentado pelos “técnicos”, voltados à diminuição de todas as barreiras dos 135 países membros. Diante disso, o tratado foi transferido para a OCDE - estrutura formada pelos 29 países mais desenvolvidos do mundo - mais homogênea, e da qual não fazem parte as nações menos desenvolvidas economicamente.

Quanto à recente reunião ministerial de Seattle, nos EUA, ficou claro que no interior da OMC há problemas sobre alguns temas particulares, em torno dos quais o protecionismo europeu não admite ceder. O que se chama de forma pomposa “desafio ao neoliberalismo” nada mais é do que uma suspensão tática do tratado, que seria retomado dois meses depois em Genebra, com pré-acordos já assinados e à distância dos clamores midiáticos típicos dos EUA.

Em relação a esses últimos fatos, aparece de forma mais nítida a contraposição entre os governos e as organizações internacionais, entre as burguesias nacionais e as corporações transnacionais. Tal contraste, com camuflagens diferentes, é inerente ao sistema capitalista em sua fase mais avançada de desenvolvimento. Uma fração da burguesia quer descartar a outra por meio de manobras: é a história que se repete e é o progresso que “avança”.

A evolução do comércio entre 1800 e 1900

Trocar e vender mercadorias sig-

nificava, para os produtores e comerciantes, uma fonte segura de valorização do dinheiro empregado até a época pré-capitalista. David Ricardo foi o primeiro a enfrentar o problema em sua totalidade. Segundo ele, a livre troca sem os obstáculos dos impostos é o instrumento de desenvolvimento das nações, pois:

- disponibiliza mais matérias-primas,
- os vários povos valorizam a própria produção por meio de especializações na cadeia produtiva,
- enfim, o livre-cambismo combate a estagnação.

Em seus *Princípios da Economia Política e Tributação* (1817), Ricardo considera o protecionismo ele-

Nos países mais desenvolvidos a mercadoria é produzida com melhor qualidade e o preço pode ser inferior em relação àqueles dos países menos desenvolvidos.

mento que leva à estagnação econômica. Os mesmos princípios serão adotados na Alemanha de 1834, com a adoção do *Zollverein* (Associação alfandegária), um verdadeiro e claro tratado livre-cambista, predecessor da CEE e do NAFTA.

Sobre a importância fundamental do comércio internacional para o desenvolvimento do capitalismo, Marx gastou mais do que duas palavras: “É, portanto, de grande importância para a indústria, a abolição ou a redução das tarifas sobre as matérias-primas; deixar entrar o mais livremente possível já era uma doutrina fundamental do protecionismo junto a uma mais racional evolução.

Este, mais a abolição das tarifas sobre os grãos, foi o objetivo principal dos free-traders ingleses que se preocupavam sobretudo com a abolição da tributação sobre o algodão”.

Afirmou ainda: “O comércio exterior, ao diminuir o preços, seja os dos elementos do capital constante, seja os dos meios de subsistência necessários àqueles que se converterão em capital variável, tende a aumentar a taxa de lucro, aumentando a taxa de mais-valia e diminuindo os valores do capital constante. Age nesse sentido para tornar possível uma ampliação da escala de produção. De um lado, portanto, acelera a acumulação, enquanto de outro favorece a diminuição do capital variável em relação ao constante e portanto da taxa de lucro. Da mesma forma, a ampliação do comércio exterior que constituía a base da produção capitalista durante sua infância, torna-se um produto quando começa a se desenvolver, em consequência da necessidade intrínseca do modo de produção, de sua necessidade de um mercado sempre mais vasto”.

Para Marx, portanto, trata-se de uma necessidade imanente ao capital. Para valorizar-se é necessário investir no comércio exterior. Primeiro, porque estimulado pela concorrência internacional com mercadorias produzidas em diversos países e com preços diferentes. Segundo, porque nos países mais desenvolvidos a mercadoria é produzida com melhor qualidade e o preço pode ser inferior em relação àqueles dos países menos desenvolvidos, já que é *leader* do mercado.

A longo prazo, porém, o processo se inverte. O trabalho objetivado na mercadoria produzida tende a

tornar-se sempre mais produtivo, com o conseqüente aumento da taxa de mais-valia e diminuição da taxa de lucro. As numerosas guerras levadas a cabo pelos grandes Estados para a conquista colonial tiveram como saldo, nos séculos XIX e XX, um empobrecimento dos cofres nacionais. O nacionalismo e a Primeira Guerra Mundial são elementos posteriores a desencadear protecionismos comerciais. A desordem monetária e a contínua crise financeira multiplicaram, também, a volta para as próprias fronteiras dos Estados nacionais, originando numerosas restrições.

No entanto, a Conferência Mundial da Sociedade das Nações, de 1927, que recomendava a queda de restrições alfandegárias, e a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, tiveram como conseqüência imediata um novo impulso ao protecionismo e ao fechamento do comércio internacional.

As políticas monetaristas de Keynes (Teoria Geral do Emprego do Lucro e da Moeda, 1936) tendendo ao pleno emprego e à estabilidade monetária, não se interessaram, nem mesmo diretamente, pelo comércio internacional.

A partir dos EUA, a intervenção do Estado na economia define regras comuns durante os anos 30, com uma acentuada propensão ao protecionismo nacionalista e à potencialização da indústria militar.

A explosão da Segunda Guerra Mundial representa assim, para muitos Estados, o evidente alívio econômico: pleno emprego e forte estímulo à produção. Os bancos, além do mais, aumentaram o nível de créditos, sobretudo nos confrontos de Estado. Mas a Guerra, se faz rir al-

guns capitalistas, faz chorar outros.

Estavam preservadas e intactas as estruturas do Continente Americano, da Austrália, da Nova Zelândia. A estrutura capitalista estadunidense, em particular, saiu vencedora do conflito, tornou-se o fiel da balança no campo internacional, reacquecendo o comércio mundial.

De Bretton Woods ao GATT

Mas a afirmação da potência produtiva norte-americana não se dá com o fim da Segunda Guerra Mundial, e, sim, alguns anos antes. O abandono da conversão da libra esterlina, em 1931, deu abertura ao dólar.

Preocupadas com a nova ordem mundial que emergia no pós-guerra, as potências vencedoras decidem encontrar-se em Bretton Woods, New Hampshire – Julho de 1944.

Nessa ocasião, foi criado o Fundo Monetário Internacional (FMI), órgão de gestão das taxas de câmbio das várias divisas postas sobre um sistema fixo de paridade. Para referendá-lo ficou decidido que o FMI cuidaria da cooperação monetária entre as diversas nações e normatizaria a paridade; antes de tudo, aquela do dólar com o ouro (35 dólares americanos por medida).

Na mesma ocasião, foi criado o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD, depois chamado de Banco Mundial) que assumia, como demandas complementares àquelas do FMI, de financiamento objetivos e projetos a longo prazo, aquelas de reconstrução das economias e da infra-estrutura devastadas pela guerra.

Dos EUA vinham os impulsos para as negociações de Genebra (30 de abril de 1947) que estabeleceram o primeiro acordo entre 23 nações

em matéria de tarifas alfandegárias e comerciais. No ano posterior, a Conferência de Havana (convocada pela ONU) propôs a assinatura de uma carta para instituição de uma *Organização Internacional do Comércio (OIC)*.

Os EUA não ratificaram a Carta de Havana, por conta de um conflito político entre o presidente Truman, democrata, e o Congresso, de maioria republicana.

Enquanto os acordos de Havana declinavam, ganhava assim progressiva importância o tratado assinado em Genebra, chamado *General Agreement on Tariffs and Trade (GATT)*, para abreviar).

O funcionamento do GATT

O GATT foi formado pelas partes contraentes, que se reúnem uma vez por ano em sessão plenária. Ele é formado por um Conselho de Representantes e um diretor geral. As decisões são tomadas na reunião anual, na qual cada país membro tem um voto. O Conselho do GATT foi criado em 1960, durante a reunião anual do órgão. Trata-se de uma instância mais ágil que a sessão plenária, de forma que, sendo formada pelos mesmos membros participantes do acordo geral, é menos formal na tomada de decisões.

Primeiramente chamado secretário geral, em seguida diretor geral, o posto máximo da pirâmide é ocupado por uma pessoa que, eleita, influi diretamente sobre os acordos e suas negociações com os novos membros.

Antes da sessão de Seattle (Novembro de 1999), a OMC escolheu como novo diretor geral Michael Moore, da Nova Zelândia. Este se ocupa de publicar estudos e relações sobre políticas comerciais dos paí-

ses, de forma isolada, ou de áreas do globo, dedica-se também a favorecer relações comerciais entre os países membros ou não. Cada ano, o GATT (e depois a OMC) dá visibilidade à publicação *Comércio Internacional*, com análises completas sobre a situação do comércio mundial, suas linhas e tendências.

A atividade principal do GATT/OMC é viabilizar negociações entre os países participantes dos acordos bilaterais e sobretudo, dos multilaterais, favorecendo a assimilação dos conteúdos e de sua homogeneização entre os países aderentes ao tratado geral. Ampliando o número de membros, são prolongados os prazos de negociação, chamados Negociações Comerciais Multilaterais (NCM ou simplesmente *rounds*).

Vale dizer que cada tratado bilateral ou multilateral, que é estipulado por um país que adere ao acordo GATT, é imediatamente estendido aos outros países do GATT.

Além disso, cada nação participante do acordo geral se empenha em abandonar protecionismos, cotas de importação políticas de *dumping*, discriminação entre produtores que vendem no mercado interno e aqueles que vendem no mercado externo, regulamentações das subvenções aos produtores etc.

As exceções ao acordo GATT

Uma vez que as diversas nações integrantes do GATT não tinham homogeneidade, o próprio acordo geral prevê uma série de exceções, de caráter excepcional, considerando a tendência de criação de uma área de livre troca perfeita. Além disso, o fato de que o documento constitutivo do GATT fala somente

Os serviços - em particular, as comunicações - representam uma grande fatia do comércio mundial e das ambições do capital transnacional.

de possíveis acordos comerciais multilaterais, envolvendo os “produtos” (industriais e agrícolas), conclui-se que os serviços não estão incluídos como objeto dos tratados.

Mas hoje, os serviços - em particular, as comunicações - representam uma grande fatia do comércio mundial e das ambições do capital transnacional. Daí, a notável mudança ocorrida no GATT, nos anos 80. De fato, diferente do que aconteceu originalmente, pouco a pouco, o capital aumentou seu interesse pelos serviços.

Uma outra exceção é aquela envolvendo setores têxteis. Mais para tutelar seus assalariados do que as produções nacionais, os países membros do GATT (e hoje, da OMC) estabeleceram um Acordo Multifibra (AMF) de proteção da indústria têxtil interna à concorrência dos baixos salários praticados nas nações menos desenvolvidos.

À formulação, através dos anos, das exceções ao acordo, deu uma importante contribuição a Conferência das Nações Unidas pelo Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), um escritório da Assembléia Geral da ONU que, entre suas finalidades, tem a da instituição de um comércio internacional “justo” e promotor de desenvolvimento para os países economicamente atrasados. É evidente que o GATT/OMC tem objetivos bem diferentes e que, portanto, os atritos entre esses dois organismos internacionais são marcantes.

As rodadas de negociações: Genebra/Ancey/Turquia; Dillon Round; Kennedy Round; Tokyo Round

Seja nas negociações de Genebra (1947), como em Ancey (1949), Turquia (1951), Genebra novamente (1955-56), o método utilizado nos tratados é aquele de caráter bilateral, com a extensão de cada acordo aos países que aderissem à transação comercial envolvida.

A lentidão das negociações, no final dos anos 50, era tanta que causava desgaste durante as várias rodadas de negociações. O secretário do Tesouro estadunidense, Dillon, propôs então um novo *round* (que recebeu o seu nome) baseado no método usado dentro da Comunidade Econômica Européia (CEE), surgida em 1951, com o Tratado de Paris.

Com o *Kennedy Round* modifica-se, porém, completamente, a atitude estadunidense em relação às trocas internacionais no GATT. A postura protecionista de Washington se torna agressiva nos confrontos com a CEE.

As exigências dos EUA são essencialmente duas: cortar em 50% todas as tarifas sobre produtos nacionais; abolir todas as tarifas sobre um produto, quando o total das trocas comerciais entre EUA e CEE, envolvendo tal produto representarem no mínimo 80% do volume internacional total. Ainda que a proposta estadunidense não tenha prevalecido, o *Kennedy Round* determinou uma notável redução das tarifas alfandegárias dos países membros do Acordo Geral.

Em plena crise petrolífera, acontece a rodada chamada *Tokyo Round*, em setembro de 1973, dividida em sete grupos de trabalho: agricultura,

produtos tropicais, tarifas, medidas não tarifárias, propostas setoriais, salvaguardas, quadro jurídico. Depois de dois anos, não apenas não se chega a um acordo geral, como as marcantes diferenças de interesses e peculiaridades econômicas impedem de fato a homogeneização e a liberação no comércio mundial e nas modalidades jurídicas de troca.

Enquanto no horizonte aparecem as figuras “empinadas” de Thatcher e Reagan, encerra-se a última rodada de negociações do GATT, antes da desregulamentação e liberação do comércio internacional defendidas durante o longo *Uruguay Round* (1986-1994).

O Uruguay Round (1986-1994)

Desde 1947, a situação mundial havia mudado bastante, principalmente em relação à contínua expansão da economia japonesa. O Japão pôde, de fato, contar com alguns parâmetros “não ocidentais” que lhe consentiram um *boom* ininterrupto até o final dos anos 80.

A agressividade do capital japonês começa a se mostrar perigosa até para os EUA, em plena *deregulation* reaganiana. A balança comercial estadunidense fica fortemente desequilibrada e os preços dos bens que chegam do Oriente e da América do Sul são atraentes para os consumidores norte-americanos. Além disso, a venda de empresas privadas nacionais ao capital “estrangeiro” provoca uma verdadeira “colonização”, que em um primeiro momento pode preocupar a autoridade de Washington, mas que, em seguida, torna-se de fato motor para uma nova fase de desenvolvimento.

Paralelamente aos acordos feitos no GATT, vários países partem para

tratados bilaterais ou multilaterais para assegurar cotas seguras de exploração da matéria-prima ou fatias privilegiadas do mercado: *Convenção de Lomé*, entre a CEE e países da África, do Caribe, do Pacífico (1975); *APEC*, ou seja, Cooperação Econômica entre países da Ásia e Pacífico, EUA à frente (1989); *Mercosul*, Mercado Comum do Cone Sul (1991), entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, com acordos privilegiados com a CEE; *NAFTA*, ou seja, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, com EUA, Canadá e México (1992); *SADC*, Comunidade para o desenvolvimento da África do Sul (1992), entre 12 países africanos.

Todas essas iniciativas comerciais, porém, são parentes próximas do protecionismo. De fato, o multilateralismo que é a base do Acordo Geral contrasta com os tratados bilaterais de modo gritante. A desregulamentação e a possibilidade de exportar capitais e lucros livremente conduziram, em pouco tempo, ao desenvolvimento de sociedades transnacionais, sem pátria e em forte contraste com as empresas menores, que permaneceram sob a proteção nacional de poucos governos do planeta. O *Uruguay Round* enxerga luz em meio a esta profunda contradição do modo de produção capitalista.

A “novidade” da introdução, na agenda de negociações, do tema ‘serviços’ somente é compreensível se se atenta para a evolução que estes sofreram nos anos 80. De um percentual desprezível (menos de 10% do total das trocas comerciais até os anos 70), os serviços tornam-se objeto de um comércio internacional particularmente atraente, se se considera que, em 1991, esse se-

tor representou 25% das trocas internacionais de mercadorias.

A Agricultura, o GATT e a União Européia

Dentro do *Uruguay Round*, ganhou crescente importância a negociação sobre agricultura. De 1947 até os anos 60, a hegemonia estadunidense no setor industrial agrícola e comercial fez com que os diferentes *rounds* no âmbito do GATT não fossem nada mais do que a adequação das políticas econômicas do resto do mundo àquela dos EUA. Somente com uma Europa mais forte e unida assistir-se-á ao crescimento exponencial dos conflitos internacionais envolvendo matéria agrícola-comercial.

Os EUA obtiveram numerosas exceções em favor de sua agricultura, resguardando subvenções para seus produtores internos, para exportações de “produtos de base” (produtos minerais, agrícolas, da pesca e florestais), e também restrições à importação de produtos como leite, carne e açúcar. A CEE começou a fazer frente a essas medidas protecionistas somente a partir da criação da Política Agrícola Comunitária (PAC), nos anos 60.

No espaço de poucos anos, na verdade, a CEE se transformou, de um conjunto de países importadores, na segunda exportadora mundial de produtos agrícolas. Todo isso graças ao forte protecionismo expresso pelo PAC.

Além do preço mínimo garantido, a Comunidade Européia introduziu as tarifas sobre importações, cuja arrecadação era distribuída aos produtores internos, e a obrigação de parte da estrutura agrícola comunitária de comprar os excedentes da

própria produção. Essa política agrícola mostrou-se decididamente custosa: nos anos 80, absorvia dois terços da balança da Comunidade. A reforma do PAC fez cair o percentual a 51% (1994). Os protecionismos opostos da CEE-EUA levaram à falência a racionalização, a homogeneização e o controle da política comercial no setor agrícola, pelo menos até o *Uruguay Round*. O único modo de colocar em acordo os Estados concorrentes foi o de estabelecer tratados envolvendo cada produto. É o caso dos cereais, cujo acordo “*previa uma gestão das reservas em escala mundial e identificava uma faixa de flutuação aceitável para o nível internacional de preços*”. (Luca Salvatici, *Dal GATT all’Omc*, in *L’accordo GATT in agricoltura e l’Unione europea*, Franco Angeli editore, Milano, 1996). Nos anos seguintes, foram obtidos acordos isolados sobre produtos tropicais, “*sobre a carne bovina, produtos laticínios, enquanto aqueles relativos a cereais não foram renovados devido a divergências sobre a abrangência das faixas de flutuações e sobre as dimensões das reservas internacionais*” (Selvatici, *ibidem*).

Como se vê, a queda de braço entre EUA e CEE em matéria agrícola sofreu altos e baixos, entendimentos e controvérsias, com a política comercial estadunidense envolvida exatas 54 vezes em disputas diante do GATT e, a da CEE, 33 vezes.

O funcionamento da OMC

Após os *rounds* do GATT, a OMC realizou a primeira Conferência Ministerial em Singapura, no ano de 1996. A segunda aconteceu em Genebra, em 1998. A terceira em Seattle, no fim de 1999. Em Sin-

gapura, foram iniciados novos grupos de trabalho sobre as relações entre comércio e investimentos, sobre as integrações entre comércio e competitividade, e sobre transparência nas políticas governamentais. Em Genebra, em 98, decidiram dar lugar a um novo grupo de trabalho sobre comércio eletrônico.

Quando a OMC esboçou o Acordo Geral, retomou todas as disposições já deliberadas pelo GATT, de 1947 a 1994, e constantes em 30.000 páginas, divididas em 60 acordos. A todos os membros foram dadas idênticas garantias e solicitada a adoção plena das deliberações, concedendo aos países pobres notável flexibilidade sobre vários temas.

A OMC negociou a diminuição das taxas alfandegárias e de outras barreiras protecionistas e também negociou acordos específicos sobre agricultura e sobre setores têxteis. Quanto aos setores de serviços, a Organização conseguiu numerosos acordos com bancos, seguradoras, empresas de telecomunicações, operadoras de viagens, cadeias de hotéis e companhias de transporte. Essas decisões sobre serviços fazem parte do novo *General Agreement on Trade in Services* (GATS). Este acordo propõe que as empresas dos Estados membros devem aceitar as regras definidas como base para a inserção no mercado internacional.

É aceita, no interior da Organização, a proposta de um mecanismo de reexame das políticas comerciais até então adotadas, para melhorar a transparência, para possibilitar maior compreensão dos acordos às nações que aderirem. Todos os membros da OMC devem fazer a revisão de sua própria operação, com uma relação proveniente do país interessado em

um produto do Secretariado da Organização. Até hoje, pouco menos de 50 membros fizeram o “reexame”.

Além do mais, outros três quartos dos membros da OMC são países pobres ou em desenvolvimento, para os quais a Organização previu especiais procedimentos. Em 1997, foi realizado um *meeting* de iniciativas comerciais e pela assistência técnica aos países menos desenvolvidos, do qual saíram algumas indicações para a habilitação desses países ao comércio internacional e acordos sobre algumas preferências concedíveis para acesso aos mercados.

A OMC organiza cerca de 100 missões de cooperação técnica por ano, nos países em desenvolvimento, promove cursos de formação em comércio internacional (em Genebra) para funcionários de governos dos países mais pobres, mantendo seminários e palestras em todo mundo (sobretudo na África) sobre transições da planificação centralizada às leis do livre mercado, para difundir as próprias idéias e as metodologias do comércio internacional.

O Acordo Multilateral sobre Investimentos (AMI)

A OCDE, em 1998, fez um certo barulho quando da suspensão da discussão sobre o projeto de Acordo Multilateral sobre os investimentos, depois que alguns países, capitaneados pela França de Leonel Jospin, solicitaram a retirada do projeto de aliança entre os governos e sociedades transnacionais.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que representa os 29 países mais ricos do mundo) havia feito a discussão sobre esse acordo há três anos, depois de tê-lo herda-

do da OMC. De fato, esta última, que persegue a finalidade da liberação das trocas internacionais, tinha dado início, no final de 1995, ao debate pela abertura total dos mercados dos países do mundo aos investimentos do capital.

Na matriz da OMC, porém, as nações pobres e aquelas que ainda mantinham relações protecionistas manifestaram uma oposição de fundo aos projetos de completa liberalização dos mercados. Os bancos e as corporações transnacionais, verdadeiras “madrinhas” do AMI, tinham, assim, decidido procurar um caminho mais fácil para conseguir a aliança, aquela da matriz parisiense da OCDE. Entre os ricos, tudo seria bem mais simples. Por cerca de três anos, o debate foi lançado, mas os intelectuais europeus e as ONG mais conhecidas deflagraram uma forte campanha de rejeição ao Acordo.

O acordo multilateral sobre os investimentos previa essencialmente cinco pontos:

1. abertura aos investimentos externos em todos os âmbitos econômicos de cada nação;
2. os investidores externos seriam tratados como os empreendedores nacionais;
3. abolição de todos os vínculos jurídicos, sociais ou ambientais para os investidores privados;
4. instituição de um sistema vinculante pela resolução das disputas entre os investidores externos e os estados nacionais, que não podem mais se opor à abertura total aos investimentos;
5. cada investidor externo pode reenviar os lucros realizados em um dado país.

O Parlamento europeu, chamado a retificar a relação “passada” da

Os governos europeus, na verdade, ainda que na mão de homens e partidos sobretudo de centro-esquerda, são unanimemente alinhados às políticas econômicas liberais.

OMC com a OCDE, depois de um debate acirrado, suspendeu a discussão, com votos da grande maioria.

O falso contraste entre os “malvados” da internacional capitalista e os “bons” governantes europeus é a imagem que persiste em todos os círculos de debate sobre o AMI. Ambos tendem ao controle da produção de valor, à submissão dos mercados, à exploração das classes subalternas, mas com metodologias, tempos e espaços diferentes.

Os governos europeus, na verdade, ainda que na mão de homens e partidos sobretudo de centro-esquerda, são unanimemente alinhados às políticas econômicas liberais.

Os homens, os partidos, os detentores de capital que não se adaptam ao “novo discurso”, que resistem ao domínio e ao controle global, estão fadados ao fracasso, à falência. O projeto ultraliberal do AMI se insere perfeitamente neste quadro.

Hoje, o Parlamento europeu, formado por representantes das burguesias nacionais, apregoa a vitória contra os “excessos” liberais de um capital transnacional descarado, escancarado que considera a “cultura” um produto de mercado. Mas o mesmo Parlamento é aquele que permite a exploração da mão-de-obra continental, que não faz nada em defesa dos desempregados, que não ajuda

as nações mais pobres do planeta.

Em apoio à tese sobre a falsa contradição entre os dois interesses capitalistas (um nacional e o outro internacional) existem escritos, sejam de Marx, sejam de Lênin:

“É antes de tudo uma hipótese falsa considerar uma nação, na qual o modo de produção é fundado no valor e organizada de forma capitalista, como um corpo coletivo que trabalha unicamente para as necessidades nacionais”, disse Karl Marx (O Capital, Livro III, Ed, Riuniti, Roma 1970).

Igualmente claro é o entendimento de Lênin: *“À briga nacionalista entre os diversos partidos burgueses, a democracia operária opõe, como sua instância, a unidade incondicional e a completa fusão dos operários de todas as nações em todas as organizações operárias, sindicais, cooperativas, de consumo, culturais etc, em antítese a qualquer forma de nacionalismo burguês. Somente esta unidade e esta fusão pode defender a democracia, os interesses dos operários contra o capital – que já se tornou e é cada vez mais internacional – garantir o desenvolvimento da humanidade contra um novo modo de vida, ao qual seja estranho cada privilégio e cada ato de exploração” (A Auto-determinação das Nações, Ed. Riuniti, Roma, 1976).*

Os programas do FMI, do Banco Mundial, da OMC, da OCDE e dos outros órgãos internacionais aparecem, de fato, despedaçados para a velha ordem constituída.

No meio de toda essa magmática fase de desenvolvimento e de posterior exasperação do comando do capital, as ONG e o Parlamento europeu comemoraram o bloqueio mo-

mentâneo do projeto do AMI.

Evidentemente, o salário mensal da boa burguesia francesa crê que as populações do mundo podem resistir aos avanços das corporações transnacionais no domínio mundial, mediante o uso de um instrumento – as tecnologias da informação, a Internet – que é propriedade da Microsoft. Essa contradição manifesta uma notável deslealdade por parte dos “benévolos”.

O texto rejeitado do AMI negociado tem, em suas 147 densas páginas, as recomendações para a abolição de todas as restrições protecionistas ainda em vigor no mundo. Interessante é notar que, por ser um acordo entre os representantes de alguns países (29 da OCDE), os seus efeitos deveriam comprometer todos os países membros da OMC (135) e, com cada probabilidade, também as outras deveriam se adequar.

O acordo é, de fato, uma consequência natural do *Uruguay Round* do GATT, que já tinha contribuído com a diminuição das barreiras tarifárias em grande parte do mundo e consentido a desregulamentação do comércio internacional.

O texto do AMI tem, além disso, contradições com outros acordos e outras recomendações expressas em diversas sedes. O AMI não assimila o acúmulo da UNCTAD, que, sendo também representante dos interesses dos países mais atrasados economicamente, tendia a acolher grande parte das preocupações protecionistas e contrárias ao super poder das multinacionais.

A Batalha de Seattle

Precedido por um *flop* [fracasso] como aquele relativo ao abortado Acordo Multilateral sobre Inves-

timentos, mas também por um sucesso como aquele do ingresso da China na OMC, a nova rodada de negociações sobre comércio internacional é agendada em Seattle, cidade norte-americana, próxima de Washington e sede de importantes corporações como a Microsoft e a Boeing.

O primeiro dia de negociações foi iniciado com uma forte contestação por parte de ONGs, ambientalistas, intelectuais e sindicatos, todos preocupados com evitar danos ao ecossistema, às corporações de trabalhadores, à alimentação liberada, ao *copyright*. As manifestações prosseguiram nos outros três dias, enfrentando as repressões policiais,

*A OIT e os EUA
manobraram para aprovar
a “cláusula social” da
regulamentação
do trabalho dentro
dos países pobres.*

mas conseguindo também constrianger os astutos representantes da OMC. A discussão prossegue focalizando a biotecnologia. Neste caso, não havia espaço para mediações. Os EUA e seus aliados não escondiram o fato de defenderem os interesses das multinacionais Dupont e Monsanto e afirmaram, pelo negociador Barshefsky, que os produtos agrícolas transgênicos são bons até que se prove o contrário e que as restrições japonesas e européias são injustificadas.

Outro nó a desatar foi o problema relativo ao trabalho infantil. A OIT e os EUA manobraram para aprovar a “cláusula social” da regulamentação do trabalho dentro dos países pobres,

implicando a proibição ou, no mínimo, o desestímulo do trabalho de menores e, ao mesmo tempo, impondo a uniformização das legislações sociais segundo o padrão dos países mais desenvolvidos. Os representantes dos países em desenvolvimento julgaram tal disposição como racista e neocolonialista.

As resistências manifestadas em Seattle representam pouca coisa, se pensarmos que não colocaram em questão a essência da liberação comercial: o modo de produção capitalista em sua fase madura e contraditória.

Uma análise da situação atual

A fase de desenvolvimento do GATT, herdada da OMC, em 1995, hoje foi bruscamente interrompida por múltiplos fatores, internos e externos às instituições. Em 1996, a tendência do comércio internacional sofreu uma interrupção em seu crescimento, aparentemente devido às crises russa e asiática.

Importantes regiões do globo influíram certamente sobre tais resultados, como as crises no México, Rússia e seus antigos aliados, Japão e Extremo Oriente.

Mas independentemente disso, entre 1997 e 1998, aconteceu uma queda de preços de diversos bens internacionais. O valor do comércio internacional, calculado em dólares, diminuiu de 2 % entre 97 e 98, a maior diminuição desde 1982. Sem falar também na diminuição das exportações de serviços comerciais.

A queda dos preços das matérias primas, entre 90 e 98, atingiu fortemente a África, grande exportadora de minerais e petróleo. No que diz respeito à Ásia, a queda nas exportações, em 98, foi de 6% e nas impor-

tações, de 17,5%. O Japão sofreu sua mais grave crise após a 2ª Guerra, influenciando diretamente a situação asiática e todos os países do continente com quem tinha fortes relações comerciais.

Pior era a situação do Oriente Médio, que viu suas exportações diminuírem em 21%, em 98. Exportadores de petróleo, como Arábia Saudita, Líbia, Nigéria e Venezuela viram o valor de seus produtos vendidos no exterior caírem um quarto ou um terço em relação ao ano precedente.

Em meio a toda essa *performance* negativa, o mundo viu a confirmação da *leadership* dos EUA, que permaneciam sendo o maior importador (um sexto do total) e exportador (um oitavo do total) do mundo.

A queda do preço do petróleo e seus derivados teve conseqüências econômica e políticas importantes, até 1999, levando países exportadores a cortar drasticamente importações de outros bens, mesmo os de primeira necessidade. Os doze membros da OPEP tiveram suas entradas reduzidas em até 50%.

No interior da “mundialização” em curso, o papel das organizações econômicas regionais é fundamental para o desenvolvimento comercial. Em 1995, por exemplo, a UE e os EUA deram início a uma longa negociação para estabelecer uma zona de livre comércio entre a Europa Ocidental e o NAFTA. No mesmo ano, foi selado o acordo entre a UE e o Mercosul. Acordos semelhantes foram firmados na Ásia e na África, nos últimos anos.

O interesse que o comércio internacional vem ganhando também nos meios de comunicação de massa, indica, certamente, uma nova

fase da história das trocas internacionais. O comércio, na verdade, conjugado à nova tecnologia informática, à bolsa, à biotecnologia, assumiu importância central em um mundo em que cai diariamente cada barreira ou restrição.

Manipulando o destino das trocas internacionais estão as corporações transnacionais, financeiras, as empresas que investem capital diretamente na produção, no comércio e na distribuição de bens e serviços. Os capitais que estão no circuito produção-comercialização-distribuição são os mesmos que estão cotados na bolsa ou nas ações bancárias e financeiras. Tudo isso é devido à política econômica neoliberal propagada pelas instituições supranacionais (FMI, Banco Mundial, OCDE etc) e aos governos dos países ricos, que entregaram o circuito produtivo e as estatais nas mãos das sociedades de capital.

O que ganhamos com isso, os países pobres e os consumidores sabem responder. A crise econômica foi descarregada sobre as nações menos desenvolvidas; a mão-de-obra foi “internacionalizada”, com a transferência da produção para onde fosse mais barata e mais lucrativa; o capital financeiro dominou a economia mundial, ultrapassando a relação direta entre patrão e trabalhador; aumenta a distância entre ricos e pobres, tanto nas nações mais desenvolvidas, quanto entre países em desenvolvimento.

O comércio internacional tem necessidade de um espaço sem limites legais ou burocráticos, no qual as barreiras alfandegárias e nacionais sejam derrubadas, não apenas para abolir os protecionismos, mas para abrir novos mercados para mercado-

rias concebidas em laboratórios e com valor agregado elevado.

Os danos sociais ou ambientais, que o comércio sob controle das grandes empresas vem causando, passaram para segundo plano diante das disputas formais na OMC. O uso livre de setores de mão-de-obra por parte das corporações transnacionais e o silêncio da OMC criam uma situação que facilita a expansão capitalista e a exploração do trabalho.

Somente a OIT tem levantado a necessidade de melhorar as legislações nacionais e internacional em relação à mão-de-obra. Mas a homogeneização das políticas trabalhistas e a tutela sobre a mão de obra mundial são contraditórias em relação a um mercado que se funda sobre a diversificação do tratamento e, de exploração dos mais fracos e menos protegidos. Este é o nó da questão. A OMC é, com certeza, instrumento dócil nas mãos do capital transnacional. O confronto contra esse já secular comportamento do modo de produção não pode ficar a cargo das ONG do momento, ou de governos demagógicos e populistas do terceiro mundo, nem de organizações internacionais (ONU, OIT etc) sem qualquer poder real, mas do povo trabalhador, de uma classe operária internacional que adquire organização e consciência à medida que cumpre sua própria missão histórica.

Tradução de Eliana A. M. de Queiroz, do original em italiano L'Organizzazione Mondiale del Commercio. Revisão da tradução Osvaldo Coggiola (USP).

* *Umberto Calamita* é professor aposentado da Educação Nacional, na Itália, e consultor em projetos para o desenvolvimento.



O Banco Mundial

*Umberto Calamita**

Aparentemente, o Banco Mundial se apresenta como um consórcio entre privado e público, pronto a financiar projetos (injetando dinheiro novo) que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e vários governos decidiram aprovar. Neste caso – ou seja, fosse esta a realidade das coisas atualmente- o Banco operaria somente em funções “técnicas” de suporte às instituições referidas acima. Por muito tempo, tais análises superficiais das atividades do Banco Mundial contribuíram para minimizar, ao menos no Ocidente, o peso de suas operações financeiras.

Na realidade, o Banco, ainda que em constante colaboração com o Fundo, gerou grande parte da política econômica internacional, influenciando dezenas de países subdesenvolvidos não pertencentes à OCDE. Seus estudos, intervenções, são muito freqüentemente decisivos para os destinos econômicos de numerosos povos da América Latina, Ásia, África e Europa Oriental.

Os objetivos, de forma alguma secretos, são de uma “simplicidade” desconcertante: *“Ajudar a elevar o nível de vida nos países em desenvolvimento, remetendo-lhes recursos financeiros fornecidos por paí-*

ses desenvolvidos”, como diz documento do próprio Banco. Essa instituição, portanto, parece pouco distante das ONG e instituições de caridade que estimulam as populações pobres do mundo a tomar para si seu próprio destino e partir em direção a um futuro, se não radiante, pelo menos autônomo e digno.

Nada mais errado que se apegar às aparências, principalmente neste caso. Em 1945, Dean Acheson, defendendo a ratificação dos acordos de Bretton Woods, no Congresso dos Estados Unidos, em seu primeiro ano de vigência (que levaria à criação do Fundo, do Banco

Mundial e da atual Organização Mundial do Comércio), achou a palavra justa para definir a atividade financeira do Banco Mundial: “*Ajudada aos bancos privados*”.

As operações de crédito junto a governos e muitas empresas privadas, que o Banco levou a cabo nos 50 anos seguintes, são concebidas como duplo instrumento: de um lado, condicionar o desenvolvimento ao financiamento de projetos aprovados em Washington (nos gabinetes do FMI, e do Banco Mundial, na Rua H). De outro lado, um lento estrangulamento, uma dependência sempre crescente dos países em desenvolvimento em relação aos bancos internacionais (que forneciam dinheiro novo ao Banco). Nada mais, nada menos do que um odioso papel de um agiota, mas com o máximo de oficialidade e cobertura internacional.

As conseqüências, hoje, estão diante dos olhos de todos. Os países em desenvolvimento entraram no jogo capitalista dos empréstimos, do pagamento dos juros, do endividamento crônico e da submissão político-econômica às leis do mercado.

“*Respeitáveis bandidos*”, era como Marx definia os banqueiros, que fundavam seu poder não sobre o trabalho produtivo, mas sobre a produção de papel, promissórias, títulos, capital “fictício”. As oscilações financeiras das moedas, o preço das matérias primas, os “caprichos” do mercado capitalista, a “anarquia” típica de uma economia nascida da exploração do trabalho, são algumas das justificativas para levar os países em desenvolvimento à dependência em relação a corporações transnacionais que controlam o capital bancário.

O Banco Mundial, nesse contexto, cumpre um papel determinante, como instrumento de opressão internacional (junto e em completa sintonia com o FMI e a OMC). Suas “receitas” mais nefastas, os planos de ajuste estrutural, são considerados pelas ONG que acompanham o desenvolvimento mundial como um método desleal para condicionar o desenvolvimento de um país, modelando-o para sujeitá-lo ao capital.

As políticas a serem adotadas para “sair” do subdesenvolvimento são de uma unanimidade, *orbe terrarum*, impressionante: abolição das barreiras alfandegárias, diminuição dos direitos sociais coletivos, intervenção maciça do capital privado internacional, flexibilização do uso de mão-de-obra, privatizações, produção voltada para a exportação.

O desenvolvimento em sentido único aponta somente para a globalização dos mercados e do *way of life* capitalista, sem levar em conta quer os danos ambientais, quer os sociais. As conseqüências já foram descritas nos dados que o próprio Banco não hesita em publicar, em suas várias publicações. Os países pobres, em algumas décadas, ficaram ainda mais pobres. A distância em relação aos membros da OCDE tornaram-se maiores. Somente algumas poucas nações (particularmente, aquelas do sudeste asiático) conheceram as “belezas” do progresso capitalista, mas ao preço, como se dizia, da perda de direitos sociais (onde estes existiam), de uma temerosa diferenciação salarial, de uma democracia - puramente formal e com limites burgueses - inteiramente negada.

Dentre os responsáveis pelo que aconteceu a tantas nações infelizes do mundo, notória e freqüentemen-

te, estão, e no papel de sujeitos ativos, as instituições de Bretton Woods. Nada secundário, como se sabe, é o atual papel do Banco Mundial na galopante degradação, econômica e social, da Albânia.

Esse é o Banco Mundial, esse é o projeto global que as instituições “gêmeas” nascidas em Bretton Woods têm lentamente imposto, em meio século de intervenção econômica. A internacionalização do capitalismo não trouxe consigo - e este é o limite mais doloroso - uma resposta equivalente por parte dos povos do mundo. Os trabalhadores de cada nação devem conhecer os sutis mecanismos que possibilitam ao capital transnacional explorar sua capacidade produtiva. Hoje, sentem, em sua própria pele, toda a arrogância, a arbitrariedade, a opressão de leis aplicadas rigorosamente.

Breve história do Banco Mundial

Quando John Maynard Keynes compareceu a Bretton Woods, em 1º de julho de 1944, para a importante Conferência, estava no ápice da notoriedade. Nomeado, havia dois anos, Lord do Império Britânico, inspirador, por toda a década de 1930, da política econômica anglo-americana posterior ao *crash* de Wall Street, particularmente admirado por Franklin Delano Roosevelt, pela quarta vez candidato vitorioso dos democratas à Casa Branca, Keynes se apresentava “apenas” com um conselheiro do Ministro das Finanças e diretor do Banco da Inglaterra, Sir John Anderson.

Do outro lado da mesa da Conferência, estavam o condutor da política financeira estadunidense, Henri Morgenthau (Secretário de Estado do Tesouro), Harry D. White (pri-

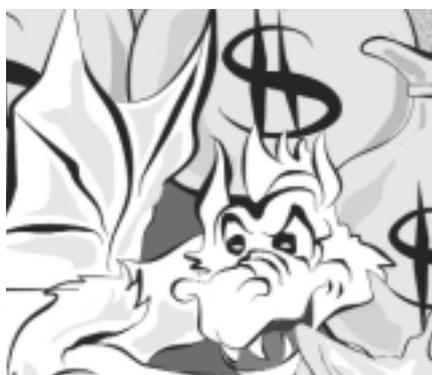
meiro assistente do secretário Morgenthau) e Edward M. Bernstein (diretor adjunto de estudos monetários do Tesouro e conselheiro de White), que se impuseram pela lucidez dos objetivos e “capacidade de persuasão”.

Com efeito, naqueles mesmos dias (a Conferência de Bretton Woods ocorreu de 1º a 22 de julho de 1944), os americanos haviam desembarcado na Normandia e em Guam, libertando Roma dos alemães, e conseguiram, em dois anos e meio de intervenção armada, mudar o destino da 2ª Guerra Mundial. Ora, na discussão sobre economia com seus aliados ingleses, esperavam traçar o caminho para a nova reconstrução e para a retomada das estruturas privadas das finanças mundiais sob a liderança do imperialismo estadunidense: estabelecer sua hegemonia econômica seria para este último o mesmo que continuar a guerra com outros meios.

Nas três semanas de debates, confrontaram-se o “Plano White” e o “Plano Keynes”. Para o economista americano, era importante reduzir a intervenção estatal na política econômica, criar um “fundo de estabilização” como organismo de apoio temporário a economias com déficit exterior, um “Banco Mundial”.

Para os britânicos, a maior preocupação era certamente representada pela necessidade de manter as especificidades nacionais, defendendo como fundamental a criação de uma *Clearing Union*, que funcionaria como uma câmara de compensação entre os bancos centrais e que deveria emitir moeda internacional, o Bancor.

Como conta a história, o imperialismo americano – em ascensão – levou a melhor sobre o único obstá-



culo, o sistema de prerrogativas comerciais estabelecidas pelo Reino Unido em seu império. E, se ainda houvesse alguma dúvida sobre os reais objetivos da Conferência, esta poderia ser eliminada pelo que disse no ano seguinte Dean Acheson¹, em depoimento ao Congresso dos EUA, quando da ratificação dos acordos de Bretton Woods: *o Banco Mundial has been created to help private banks (foi criado para socorrer os bancos privados)*.

No plano monetário, o Fundo de estabilização foi aprovado como “Fundo Monetário Internacional”, com o objetivo de supervisionar o sistema mundial de pagamentos caracterizado pela paridade em relação ao ouro, a conversibilidade monetária e as regulamentações multilaterais. No plano da troca de mercadorias, criou-se uma Organização Internacional do Comércio (OIC), depois transformada em *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e, somente em 1994, em *World Trade Organization* (WTO). Finalmente, no plano do crédito, foi criado o “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (BIRD).

Em 27 de dezembro de 1945, os acordos de Bretton Woods foram ratificados pelos governos participantes. Mas as novas instituições não começaram a funcionar imediata-

mente. Já em 1946, na reunião do BIRD, em Savannah, nos Estados Unidos, Keynes (que morreria pouco depois) sustentava a necessidade de um Conselho de Administração em tempo parcial, enquanto os americanos defendiam que fosse em tempo integral. Obviamente, prevaleceu a opinião dos segundos, que conseguiram criar estruturas estáveis.

Em 1950, o BIRD contava com 48 membros e havia desembolsado empréstimos de US\$ 3,34 bilhões (valores de 1990). Desse total, 40,72% foram destinados à França; o restante a outros doze países. Seu balanço previa US\$ 23,8 milhões para 410 empregados.

Em 1990, o mesmo Banco contava com 152 estados-membros, os empréstimos haviam passado de US\$ 89 bilhões, em favor de 87 países, ao passo que no balanço aparecia para 5.900 empregados o valor de US\$ 591,4 milhões. Tudo isso representa o frio testemunho do incrível desenvolvimento, em quarenta anos, desta instituição de capital transnacional.

Mas o Banco criou também duas diferentes instituições *ad hoc*: em julho de 1956, nascia a “Sociedade Financeira Internacional” (IFC), com o objetivo de estimular o desenvolvimento de empresas produtivas privadas nos países industrializados; em 1960, criou-se a “Associação Internacional de Desenvolvimento” (IDA), com o fim de financiar programas e projetos de desenvolvimento nos países mais pobres em condições vantajosas (empréstimos com prazo de pagamento de até 40 anos, sem juros).

O “grupo” IBRD-IDA-IFC consolidou seu poder financeiro, conseguindo multiplicar suas interven-

ções por 46 (sempre em valores de 1990), em pouco mais de 40 anos. Especializações posteriores levaram à criação, dentro da estrutura do Banco, do “Centro internacional para a regulamentação de controvérsias relativas a investimentos”, surgido em 1966, com o objetivo de disponibilizar meios de conciliação e arbítrio para regulamentar contenciosos entre governos e investidores estrangeiros, e com a “Agência multilateral de garantia dos investimentos” (1988), que oferecia um programa de garantia financeira para os novos investidores estrangeiros, quanto a riscos não comerciais.

Finalmente, o BIRD fez surgir o “Instituto de Desenvolvimento Econômico” (1955), uma espécie de centro de formação e aperfeiçoamento para funcionários de países membros.

Organização interna

As cinco entidades financeiras (BIRD-IDA-IFC-Centro internacional para a regulamentação -Agência multilateral) estão sob apenas um presidente, aquele do BIRD, e, com o Banco Mundial, costumam ser identificadas apenas como o BIRD e a IDA. A sede fica em Washington, na Rua H.

Ano	Estados membros
1945	45
1960	68
1965	102
1970	113
1985	148
1992	160
1996	180

Para tornar-se membro do Banco Mundial e ter acesso a seus empréstimos, a condição prévia é a inscri-

ção no Fundo Monetário Internacional (FMI). Quem aprova a admissão de um novo Estado membro é o Conselho de Governantes, com decisões por maioria. A adesão ao Banco obriga os Estados a subscrever uma parte do capital.

Se, inicialmente (julho de 1944), o capital social do Banco era expresso em dólares americanos, em valores que tinham que ter equivalência em ouro, a partir de 15 de agosto de 1971 (data em que a convertibilidade dólar/ouro foi abandonada), tornou-se impossível calcular o montante de capital atual em relação aos valores de 1944. Fundamentais agora são os “Direitos Especiais de Saque (SDR)”, colocados na praça pelo Fundo Monetário Internacional, os quais possuem um valor preestabelecido desde 1º de julho de 1974. Os países-membros subscrevem uma quota fixada segundo seu peso reconhecido internacionalmente, através do dado “objetivo” de seu PNB.

Dentre os 180 países² atualmente membros do Banco Mundial, cinco reúnem 39,3% das quotas em que é dividido capital total: EUA, Japão, Alemanha, França e Grã Bretanha. Isso significa, para tais países, a certeza do controle dos votos, até porque esses cinco Estados têm um notável nível de interesses em comum no mercado financeiro capitalista.

O Conselho dos Governantes (um por Estado-membro) se reúne na sede uma vez por ano, juntamente com o FMI, e a cada três anos em um país diferente: em 1991, em

Bangkok; em 92 e 93, em Washington; em 94, Madri; e de novo em Washington, em 95 e 96.

O Conselho de Administradores, formado por 24 funcionários (dos quais cinco são sempre dos países-membros mais fortes), cuida para que, a cada dois anos, sejam renovados por eleição 19 de seus membros. Os administradores, ao contrário dos governantes, mantêm-se permanentemente na sede do Banco Mundial e, de fato, o gerenciam.

O presidente do Banco Mundial é o personagem que, na realidade, determina, por cinco anos (a não ser em caso de reeleição), as escolhas fundamentais da instituição. Normalmente, o presidente é escolhido entre os administradores. Estabeleceu-se uma lei não escrita, até hoje, segundo a qual o presidente do Banco é um americano, enquanto o diretor geral do FMI é escolhido dentre os administradores europeus. Os últimos presidentes do Banco foram Barber Conable, Lewis Preston e, desde 1995, James D. Wolfensohn.

O presidente comanda as reuniões do Conselho de Administradores e em torno dele ficam três diretores gerais, um vice-presidente e conselheiro particular, um vice-presidente e conselheiro jurídico, um vice-presidente e secretário geral. O presidente dirige todas as operações do Banco, através dos três grupos referidos acima: o primeiro (com quatro vice-presidentes) coordena a gestão efetiva do Banco, desde a tesouraria ao setor de pessoal; o se-

Os países-membros subscrevem uma quota fixada segundo seu peso reconhecido internacionalmente, através do dado “objetivo” de seu PNB.

gundo (com cinco vice-presidentes) coordena a estratégia de desenvolvimento da instituição; o terceiro representa o coração do Banco, com análises sobre a situação econômica dos vários países, com programas de financiamento, dividindo o trabalho com os escritórios regionais (dirigidos por um vice-presidente).

No Banco Mundial, funciona ainda uma outra estrutura importante: o Departamento para avaliação retrospectiva de operações, que, por meio de um diretor geral, deve prestar contas, *a posteriori*, dos resultados dos programas financiados pelo Banco. Por trás dessa meticulosa organização, estão quase 6.500 funcionários (dados de 1996), partilhando, apesar das diversas origens (125 nações), um “estilo” único, uma formação rígida, que não deixa espaço para intervenções “humanas”, mas somente para aquelas baseadas nas contas de lucros e perdas.

A IDA e o BIRD têm os mesmos funcionários, que, dependendo das tarefas que desenvolvem, trabalham para uma ou outra instituição. A diferença entre os dois organismos reside, sinteticamente, no fato de que o BIRD trabalha com empréstimos e a IDA trabalha com crédito. As propostas de financiamento são, primeiramente, submetidas à aprovação do Conselho de Administradores, só depois vão ao Conselho de Governantes para sua ratificação.

As intermediações do Banco

Assim como os intermediários financiam somente os agentes sem os quais o mercado hoje não pode funcionar, o Banco Mundial atua como um banco internacional gigante de intermediação entre os países e bancos. Seu papel é o de

Para a concessão do empréstimo, o Banco se baseia nos dados do PNB, mas isso não basta para países menos ricos, que têm que mostrar capacidade de “dominar” os projetos e serem estes minimamente exequíveis.



intervir em situações de “desequilíbrio” da economia global, servindo como uma espécie de “inteligência” contrária a esses desequilíbrios causados pelo mercado. Nesse sentido, 53 anos depois, continuavam a ter como referência tanto White como Keynes.

Ano	Empréstimos de médio e longo prazo
1950	261
1960	2.073
1970	4.568
1980	29.635
1990	81.219
1994	95.615

Os empréstimos fornecidos pelo BIRD são feitos hoje em pouco menos do que 20 divisas nacionais, sendo, inicialmente, apenas duas (o dólar dos EUA e o franco suíço). Em 1994, a maior parte dos empréstimos era feita em yen japonês (37% do total), seguido do dólar americano

(26%) e do marco alemão (11.5%). Os países aos quais são dirigidos os maiores empréstimos são, há anos, os quatro gigantes em expansão: Brasil, Índia, Indonésia e México (que respondem conjuntamente por 37% das “dívidas” do Banco Mundial). Depois, vêm a China e a Turquia (6,9% e 4,5% respectivamente).

A quase totalidade dos empréstimos do BIRD são de longo prazo. Os reembolsos são fixados, por contrato entre as partes, mas o Banco condiciona o desembolso a uma série de empenhos a cargo do país candidato ao empréstimo. Desse modo, fixam-se vencimentos contratuais de acordo com a variação da “cesta” de moedas utilizáveis para reembolsos. Isso é especialmente importante, pois a flutuação das divisas, iniciada nos anos 1970, fizeram o Banco Mundial adotar um sistema chamado Currency Pooling System, que o protege das flutuações dos valores monetários internacionais.

A cada ano são submetidos ao Conselho de Administradores cerca de 100 a 150 projetos de desenvolvimento de vários países. Em linhas gerais, para a concessão do empréstimo, o Banco se baseia nos dados do PNB, mas isso não basta para países menos ricos, que têm que mostrar capacidade de “dominar” os projetos e serem estes minimamente exequíveis. A duração do empréstimo de longo prazo vai de 15 a 20 anos. À soma emprestada soma-se a taxa de juros que, até 1982, era fixa

para todos os anos de empréstimo, causando perdas consideráveis, sobretudo nos anos da “grande inflação mundial”.

Em julho de 1982, as taxas de juros se igualavam ao custo médio ponderado entre um pool de empréstimos efetuados naquele ano, mais uma margem de 0,50%. Em julho de 1985, a taxa chegou a 8,82%. Em 1989, a taxa baixou até 7,86%. Naquele ano, o Conselho de Administração alterou o sistema de cálculo, aplicando a cada moeda uma taxa que derivava do peso internacional dela própria. Em 1º de julho de 1991, os países que pagavam seus débitos no tempo previsto recebiam um desconto sobre a margem de juros. Comissões especiais foram criadas para supervisionar este espinhoso problema.

No que diz respeito à IDA, seus empréstimos creditícios representavam, mais ou menos, a metade do valor total dos empréstimos do BIRD. Em 30 de junho de 1994, alguns créditos da IDA eram pagos em cinco anos (5,4% do total), outros, entre 5 e 20 anos (46,6%) e o restante, entre 20 e 50 anos (48%). Ainda com relação à IDA, os maiores clientes são a Índia, a China e depois Bangladesh.

Até 1980, os empréstimos feitos pela IDA deveriam ser reembolsados em dólares americanos de 1960. Em 1987, os Administradores decidiram reclassificar os débitos sobre uma base constante de US\$ 1,20635 para cada dólar de 1960. Em alguns anos, no entanto, a IDA registrou muitos atrasos nos pagamentos, na maioria dos casos devido a condições particulares de alguns países (guerra civil, turbulências políticas ou econômicas etc). Ainda que os projetos aprovados pelo

Conselho de Administradores tenham sido, a cada ano, em número inferior ao ano precedente, os desembolsos do Banco Mundial aumentaram vertiginosamente. Os lucros do Banco, em 1992, chegam a 17 bilhões de dólares.

O Banco Mundial integrado à economia global

A integração da economia em nível mundial, ocorrida nos anos 1990, levou o Banco Mundial a um esforço de abertura a toda uma variedade de organizações internacionais envolvidas com desenvolvimento, com o objetivo de coordenar as várias estratégias. Verdadeiro coração, considerado o centro da “inteligência econômica” das finanças mundiais, o Banco –que se tornara de fato uma instituição à qual aderiram 9/10 dos países- faz esforços no sentido de incentivar a adoção de princípios de ação e idéias e diretrizes consensuais no campo do desenvolvimento sustentável – ou, ao menos, assim se apresentava.

Tal atitude se explica em dois sentidos: um, interno ao próprio Banco, com uma organização com tendência a explorar ao máximo a própria posição central, inter/nacional, “objetiva” e contando com um corpo profissional com o que há de melhor no mercado intelectual (uma grande parte dos laureados em economia em nível mundial “gabam-se” de terem passado nos concursos de ingresso para o Banco); o outro, externo à instituição, estabelecendo relações com toda a gama de entidades que trabalham com o problema do desenvolvimento.

Atividade interna.

O ponto de vista do Banco é es-

encialmente unitário. A isso se dedicam os Administradores, através de seu Conselho. Em 1993, os velhos órgãos de gestão (essencialmente a estrutura chamada “Política, pesquisa e relações exteriores”, com dois vice-presidentes) foram remanejados e, atualmente, há esferas de competência mais precisas, com quatro vice-presidentes: “*Desenvolvimento dos recursos humanos e política operacional*” (sobre desenvolvimento social, pobreza, mercado de trabalho, demografia, nutrição, saúde, com operações conjuntas com a UE e ONGs); “*Desenvolvimento do setor financeiro e do setor privado*” (movimentos do setor financeiro, bancos, mercados, política financeira, indústria, energia, mineração, telecomunicações, informática, tendências do setor privado, estado, privatizações); “*Ambiente e desenvolvimento sustentável*” (economia ambiental e poluição, políticas sociais e ambiente, alocação de populações, biótipos, gestões de fundos ambientais, transportes, urbanismo, gestão da água e saneamento); “*Economia do desenvolvimento e economista-chefe*” (coordena e supervisiona os trabalhos que têm relação com desenvolvimento, com o objetivo de conferir uniformidade de diretrizes econômicas; em particular, questões ligadas a “transição” e ajuste macroeconômico).

Atividade externa.

O Banco mundial, com o objetivo de obter integração com outras entidades econômicas, políticas e sociais internacionais, executa movimentos coordenados com o exterior, seja com as instituições “gêmeas” do Fundo Monetário (contatos contínuos, além das sessões

anuais em conjunto, superposições, ações econômicas e políticas coordenadas em relação aos Estados, missões conjuntas, análises sobre problemas gerais e específicos), seja com os bancos regionais de desenvolvimento (Banco Africano de Desenvolvimento, com sede em Abidjan; Banco Asiático de Desenvolvimento, de Manila; Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Washington; Banco de Desenvolvimento do Caribe, Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, em Londres, com o qual troca freqüentes análises, acordos, financiamentos conjuntos, avaliações de operações), seja com a ONU, em relação à qual o Banco é uma agência especializada (sobretudo por meio do trabalho comum Banco Mundial/PNUD, em conjunto com o qual, por exemplo, em 1992, foram financiados 175 projetos num total de 348 milhões de dólares), seja com a OCDE (que reúne 25 países que distribuíram, no total, cerca de 80% da ajuda internacional para o desenvolvimento e com a qual o Banco colabora estreitamente), como com a União Européia, países ACP (África, Caribe, Pacífico), os ex-comunistas, Organizações Não-Governamentais (através de um Comitê Banco/ONG sobre assuntos ligados ao desenvolvimento).

O Banco Mundial participa também de atividades de financiamento conjunto multi-institucional com bancos privados e governos. Enfim, seus funcionários ocupam um lugar privilegiado no interior de instituições financeiras importantes como o “Clube de Paris”(que reúne os credores oficiais da OCDE) e o “Clube de Londres” (encarregado do “nivelamento” dos países devedores em relação a bancos comerciais).

Fala o Banco

Em relação ao desenvolvimento mundial (estudo sobre as atividades do Banco, com 251 páginas, publicado em 1995, com o título significativo de “Workers in an integrating world”), o presidente da instituição, James D. Wolfensohn, apresenta aos leitores seu ponto de vista pessoal. *“O impacto de dois fenômenos mundiais diferentes confere ainda mais atualidade a esta relação: a redução das intervenções dos governos sobre os mercados e o aumento da integração do comércio, dos fluxos de capital e da troca de informações e tecnologia. Neste clima de profunda mudança, as decisões que dizem respeito aos trabalhadores assalariados e condições de trabalho são impostas pela concorrência internacional. Dura realidade do mercado mundial: os fracassos políticos são fortemente sancionados através de variações das taxas de câmbio, modificações contínuas na disputa pelo mercado e, enfim, flutuações nos níveis de emprego e salários”*. No centro da economia global, portanto, o mercado ao qual a lógica política deve sujeitar-se, mas, sobretudo, deve-o o mundo do trabalho.

Segundo o julgamento do Banco Mundial, presente nesse estudo de 1995, nos próximos 30 anos, haverá cerca de um bilhão de assalariados a mais no mundo, alcançando um número total de 3,7 bilhões de trabalhadores. A maior parte dos recém-chegados ao mercado de trabalho é formada de habitantes dos países com baixo ou médio rendimento. *“Poderia tratar-se de uma nova era do ouro?”* Pergunta-se o Banco. E responde: *“Isso depende sobretudo das respostas que cada país dará às possibilidades oferecidas por uma*

economia cada vez mais integrada mundialmente...” (...) *“É verdade que os países do sudeste asiático já estão avançados nesta integração, mas não a África subsaariana, região que carece de dinamismo.”*

Mas – e o Banco o reconhece – a vítima principal das turbulências financeiras, do endividamento, da crise econômica é o mundo do trabalho: *“Os trabalhadores podem se beneficiar da chegada de capitais, mas são os mais afetados pela fuga desses mesmos capitais. Nos anos 1980, os custos de ajustes estruturais foram elevados e os trabalhadores pagaram a maior parte de tais custos. Na América Latina, os salários sofreram um rebaixamento de 25% naquele período, momento em que o índice das bolsas do continente acusavam ganhos abundantes”*.

A receita do Banco é: *“...seria contraproducente uma política de taxação das corporações multinacionais com o objetivo de impedir a fuga dos empregos de baixos salários em direção aos países em desenvolvimento... A transferência da produção para o exterior é uma estratégia eficaz para aumentar a participação do mercado de uma sociedade no mundo concorrencial, ou para diminuir suas perdas”*.

O Banco reconhece também que *“o mercado financeiro mundial torna ainda mais forte as diferenças entre quem ganha e quem perde”* e que, portanto, não se pode apostar somente em um desenvolvimento fundado no mercado. Aos pobres do mundo é preciso ajudar mais freqüentemente através de educação e infra-estruturas sociais e materiais. Para alcançar tais objetivos existe o Estado. As instituições públicas são as que, para o Banco, devem inter-

vir, com o objetivo de “abrandar” as diferenças mais gritantes.

O estudo do Banco Mundial é pessimista em relação ao futuro do mercado de trabalho nos países ricos, se o estado de coisas permanecer nas tendências atuais. Mas, se os governos aproveitarem a situação contemporânea, evitarem protecionismos, intervierem apenas em favor dos mais pobres, abrirem as fronteiras aos mercados de capital, flexibilizarem o mercado de trabalho, então, talvez, um dia, haverá uma nova “idade do ouro”.

Em relação à situação muito particular em que se encontra a África, à mercê da exploração neocolonial, o Banco se mostra plenamente consciente, e seu presidente, Wolfensohn, fez visitas pessoais ao Senegal, a Gana, Moçambique e África do Sul, durante o mês de fevereiro de 1997. A propósito disso, é interessante o parecer do vice-diretor do Banco, Ibrahim Shihata, expresso em uma revista de atualidades africanas de 1995.

“Os países africanos sofrem de males diversos: primeiro, a colonização, durante muito tempo; segundo, os governos que os administraram equivocadamente desde a independência. A isso se acrescentam – continua Shihata – a queda dos preços de matéria-prima, que constituíam (e constituem) o centro das exportações, desde o início dos anos 1970. Tal queda, em termos monetários, supera largamente os auxílios que chegaram do exterior. Assim o resultado só poderia ser um: a situação tornou-se pior. E as reformas, em muitos países, foram retardadas, por serem muito impopulares. Implicam sacrifícios. Cobram um preço que ninguém aceita pagar. Quanto mais são adiadas, mais tornam-se difíceis e econômica-

Para o Banco, os “maus” são sempre “outros” que não compreendem os bens que adviriam da adoção das terapias recomendadas pelas instituições financeiras internacionais.

mente pesadas. E quando finalmente são feitas, naturalmente a situação fica insustentável – em termos de sacrifício. Mas ao contrário de atribuir a responsabilidade aos colonizadores ou aos ex-governantes, ou mesmo aos países ricos, deveriam fazer um mea culpa e compreender a centralidade das reformas, adiadas por tempo demasiado”.

Evidentemente, para o Banco, os “maus” são sempre “outros” que não compreendem os bens que adviriam da adoção das terapias recomendadas pelas instituições financeiras internacionais. Mas, o petulante vice-diretor do Banco sabe ser ainda mais explícito:

“Os programas de ajuste estrutural – explica Shihata – impõem sacrifícios. Suponha que você tenha um parente pobre que de vez em quando lhe procura para dizer: ‘não tenho dinheiro, pode me ajudar um pouco?’ Em certo momento, você diz a ele: ‘olha, não é assim que se faz. Quero que você seja independente, faça umas quatro ou cinco coisas para mim e serei justo’. ‘Mas é difícil...’, ele dirá. ‘Naturalmente que sim, responderá você, mas se não for assim, como você progredirá?’... O objetivo é, portanto, reduzir o preço pago pelos pobres; às vezes, conseguimos, às vezes, não. Para falar a verdade, depende do governo: conseguimos, quando os governos cooperam”.

O que o economista egípcio, alto funcionário do Banco, não sabe (ou finge não saber), é que a mesma instituição para a qual trabalha reconheceu, em documentos oficiais, a

falência de cerca de 37,5% dos projetos aprovados. Evidentemente, desavergonhadamente, esse vice-diretor não se lembra que os países que passaram por rápidos ajustes estruturais encontram-se estrangulados por dívidas externas, obrigados a abrir suas economias aos capitais transnacionais, com desemprego em crescimento e condições de vida que, em média, pioraram.

Notas

1. Dean Acheson tornar-se-ia, depois, Secretário de Estado do presidente Truman. Assessor jurídico de negócios em Wall Street, banqueiro e especulador, Acheson fez fortuna durante a guerra, graças a contratos militares. Uma fortuna que se juntou àquela já acumulada antes, devido a negócios realizados no mercado de matérias primas. Simbolizou, no tempo da Guerra Fria, o casamento entre o capital financeiro e a política. (*Le Monde Diplomatique*, dezembro de 1994).

2. O número de Estados-membros do Banco Mundial, em setembro de 1996, era o seguinte: BIRD, 180; IFC, 170; IDA, 159; MIGA, 137. A disparidade dos números deve-se ao fato de que muitos países não fizeram necessariamente pedidos de adesão a todas as agências do Banco. Para obter um financiamento do MIGA, é obrigatório ser associado do BIRD, enquanto que para obter um empréstimo do BIRD não é necessário aderir também à MIGA, ao IDA e à IFC. Por outro lado, associar-se, hoje, a uma dessas quatro entidades é possível somente se o governo solicita admissão também ao Fundo Monetário Internacional.

Tradução de Eliana A. M. de Queiroz. Revisão da tradução Osvaldo Coggiola (USP).

** Umberto Calamita é professor aposentado da Educação Nacional, na Itália, e consultor em projetos para o desenvolvimento.*

Após 9 anos de NAFTA, México vive pobreza e desemprego

*Marco Aurélio Weissheimer **

Assinado em 1994, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) foi vendido como a salvação para a economia mexicana. Após nove anos de acordo, mais da metade dos mexicanos vive na pobreza e o desemprego segue em alta.

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo dos EUA para defender a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é o benefício trazido pelo NAFTA (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) aos países participantes (México, Canadá e EUA). A população mexicana ainda aguarda a concretização desses benefícios. Mais da metade dela vive na pobreza e 19% na indigência. Nos anos de vigência do NAFTA, a cesta básica de alimentos aumentou 560%, enquanto os salários cresceram apenas 136%.

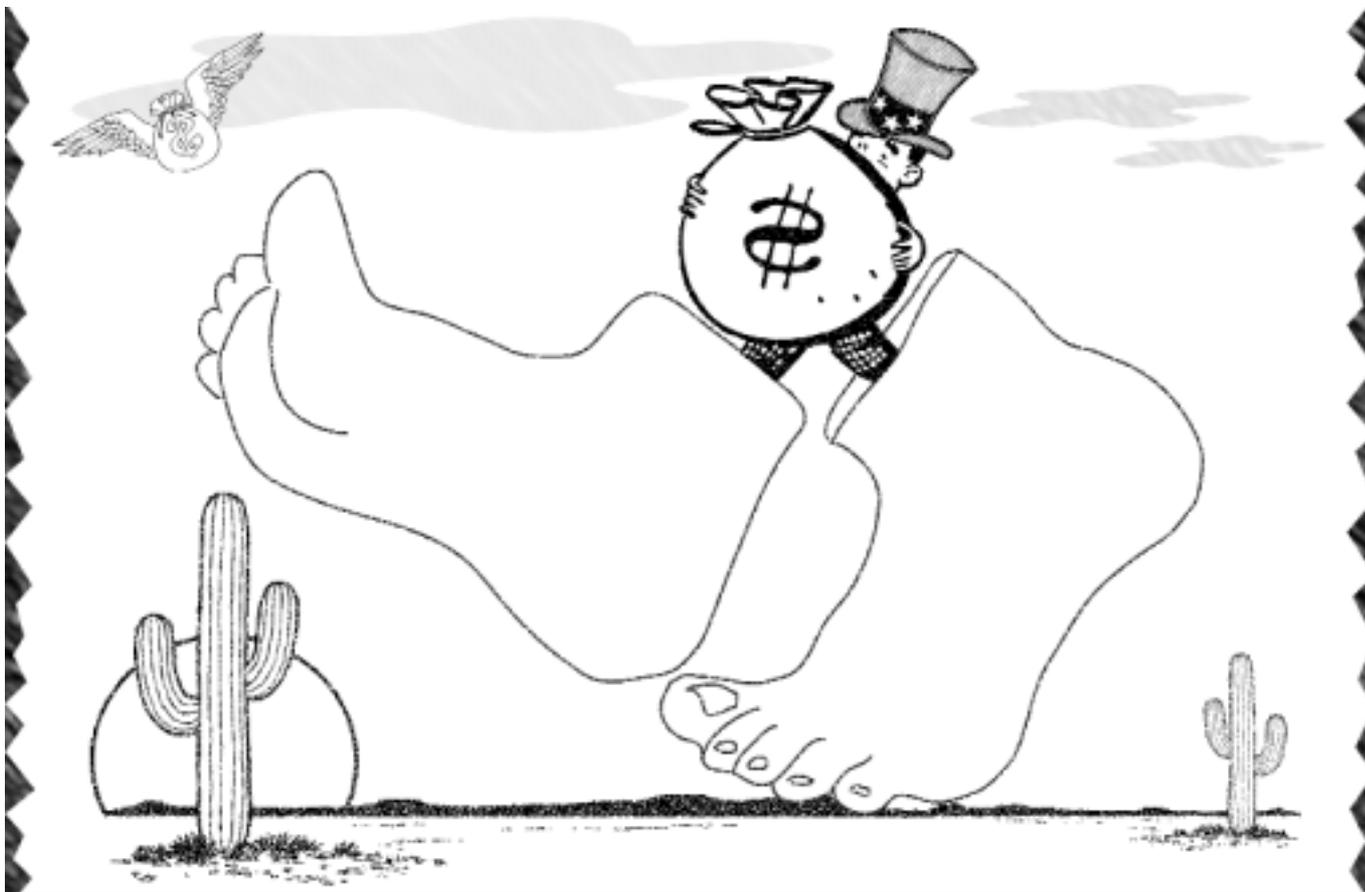
O NAFTA é um acordo de livre comércio que estabelece uma eliminação tarifária progressiva, de for-

ma que, após dez anos do início do acordo (1994), as barreiras comerciais deixariam de existir. Dentro das regras estabelecidas para o acordo, visou-se principalmente proteger as economias dos países envolvidos e impedir que outros países pudessem ter acesso ao mercado norte-americano por meio desse acordo. Na área de serviços, o NAFTA prevê uma abertura comercial, de forma a permitir o comércio entre fronteiras e ainda uma garantia de direitos de propriedade intelectual e tratamento diferenciado para os setores têxtil, de vestuário, automotivo, de energia, de agricultura, de transporte terrestre e de telecomunicações.

Em vigor desde 1994, o NAFTA serve de exemplo para demonstrar o que acontece quando países em situações econômicas, sociais e tecnológicas muito diferentes organizam um bloco de livre circulação de investimentos e mercadorias. Segundo análise do Economic Policy Institute, de Washington, os resultados foram piores para o México, mas também trouxe derrotas para os trabalhadores norte-americanos. Empresas dos EUA fecharam e foram instaladas no México, onde a mão-de-obra era mais barata e as leis trabalhistas mais flexíveis. Nos EUA, estima-se que, pelo menos, 766 mil postos de trabalho foram eliminados na indústria.

"Maquiladoras" são campeãs em trabalho infantil

Uma das novidades introduzidas pelo Nafta foi a instalação das cha-



madras "maquiladoras", no México, empresas imunes às leis trabalhistas. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), essas empresas são as que mais empregam mão-de-obra infantil no planeta, colocando o país como campeão mundial da categoria: 5 milhões de crianças menores de 14 anos estão trabalhando. Elas são as únicas empresas que, estatisticamente, trouxeram mais empregos. De 1999 a 2000, cresceram 13,4% e ocupam 1,3 milhão de pessoas. Essa indústria é hoje responsável por 47% do total das exportações mexicanas. Os salários, porém, encolheram após o NAFTA. Em 1994, era em média US\$ 2,10 por hora, na indústria manufatureira, caindo para US\$ 1,90 por hora, em 1999. E apesar de o trabalho informal ter aumentado, a renda individual caiu 40% em média, já que não é possível haver espaço nem merca-

do para tantos trabalhadores demitidos do trabalho formal.

Os defensores do acordo argumentam que ele provocou uma grande elevação das exportações mexicanas. De fato, nos primeiros três meses de vigência do NAFTA, as exportações do México cresceram 25%, mas suas importações aumentaram 73%. Ao invés das prometidas 600 mil vagas de emprego, ao final do primeiro trimestre, havia 105.225 empregos a menos no país, segundo cifras oficiais. Enquanto isso, as exportações de automóveis produzidos nos EUA para o México cresceram cinco vezes em comparação com o mesmo período de 1993.

Aumento do desemprego

Quando o NAFTA entrou em vigor, em 1994, a opinião dominante era de que o México experimentaria uma nova fase de crescimento eco-

nômico, com forte geração de empregos. Os governos do Canadá, México e EUA assinaram o acordo anunciando uma era de prosperidade para toda a região. Dez anos depois, mais da metade da população mexicana permanece vivendo na pobreza e o desemprego cresce há dois anos, especialmente nos setores exportadores, os quais, supostamente, deveriam ser os maiores beneficiados pela assinatura do NAFTA. A análise é do jornal *Financial Times*, em matéria publicada na última terça (dia 1º), que analisa os efeitos do NAFTA para a economia mexicana. Segundo a matéria do jornal inglês, a economia mexicana fracassou na tentativa de melhorar sua competitividade durante a primeira década do NAFTA, perdendo para a China o posto de maior exportador para os EUA.

O problema do desemprego vem

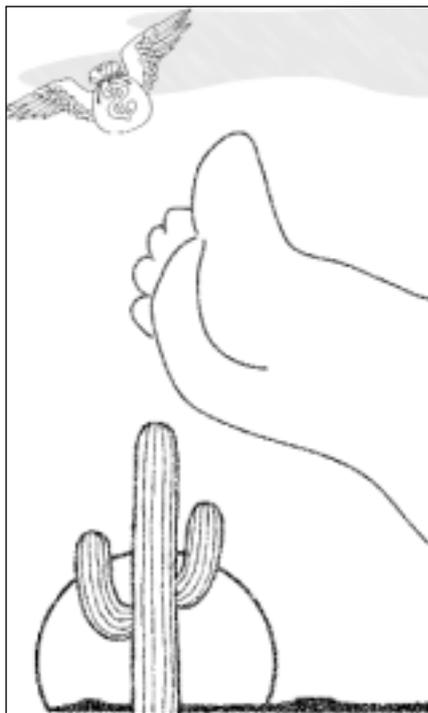
se agravando em razão do quadro recessivo da economia norte-americana. A Volkswagen do México, instalada no município de Cuautlancingo, Estado de Puebla, acaba de anunciar a demissão de 2 mil trabalhadores, o que representa 20% do total de empregados da empresa. Esta última decidiu reduzir em 24% seu programa de produção para 2003, em razão da queda das vendas nos mercados de exportação, especialmente nos EUA. Segundo Thomas Karig Geretch, diretor de Relações Corporativas e Estratégia da empresa, as demissões são necessárias para “*equilibrar os custos e manter a estabilidade das finanças*”. “*A redução de 24% no programa de produção tem como consequência direta a diminuição do número de trabalhadores*”, admitiu o executivo da Volkswagen. A empresa admite rever sua decisão caso o sindicato de trabalhadores aceite discutir redução dos salários.

Além de causar sérios prejuízos para a economia de toda a região de Puebla, a decisão da Volkswagen é um fator de inquietação para as demais montadoras de automóveis instaladas no país, que também sofrem prejuízos com a queda nas vendas dos seus produtos. Essa queda é um indicativo da persistência do quadro recessivo nos EUA, principal mercado comprador dos automóveis produzidos no México.

Atrelamento total à economia dos EUA

Segundo o economista Osvaldo Martinez, diretor do Centro de Investigações da Economia Mundial, o acordo trouxe mais prejuízos do que benefícios para o México, gerando um quadro de deterioração da

Nos anos 70, sem o NAFTA, a economia mexicana cresceu em média 6,6% ao ano, enquanto nos anos 90, com o Nafta, seu crescimento foi de 3,1% ao ano.



economia nacional e de retrocesso social, com agravamento do problema do desemprego. Nos anos 70, sem o NAFTA, a economia mexicana cresceu em média 6,6% ao ano, enquanto nos anos 90, com o NAFTA, seu crescimento foi de 3,1% ao ano. Examinando esse crescimento por habitante, nos anos 70, o produto per capita mexicano cresceu 3,4% em média por ano, enquanto nos anos 90, esse crescimento foi de apenas 1,3% ao ano.

Estima-se que, nesse período, o trabalho informal abrange cerca de 50% do total dos trabalhadores mexicanos em atividade. Esses trabalhadores não têm qualquer direito trabalhista, recebem baixos salários, não têm direito à sindicalização, aposentadoria, férias ou licença por motivo de doença. Numa população

perto de 100 milhões de habitantes, cerca de 20 milhões sobrevivem em precárias condições de trabalho.

Outro argumento utilizado pelos defensores do NAFTA é que o acordo provocou um grande fluxo de investimentos internacionais para o México. De fato, entre 1998 e 2000, o México assistiu ao ingresso de 36,4 bilhões de dólares de investimentos estrangeiros. No entanto, no mesmo período, o déficit em conta corrente do país chegou a 48,7 bilhões de dólares. Em 2000, a dívida externa mexicana alcançava os 163,2 bilhões de dólares, mais do que o dobro da registrada em 1982, quando estourou a crise da dívida na América Latina.

Para Osvaldo Martinez, o NAFTA representou uma crescente dependência das relações econômicas do México com os EUA. Antes do acordo, essas relações eram mais diversificadas com o resto do mundo. Após o NAFTA, cerca de 74% das importações mexicanas vêm dos EUA e 89% das exportações são dirigidas a esse país. Quando a economia norte-americana sofre uma queda, como ocorre atualmente, a mexicana cai junto.

Desnacionalização da economia

As locomotivas da economia mexicana são cerca de 300 grandes empresas, a maioria delas filiais de transnacionais norte-americanas. Em torno delas, agrupam-se as empresas “maquiladoras” (situadas na região da fronteira com os EUA, onde

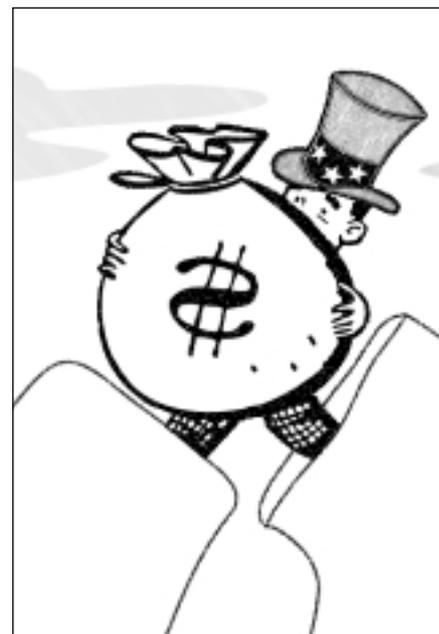
se montam produtos com peças e componentes vindos do país vizinho com vantagens decorrentes da mão-de-obra barata), que simplesmente fazem a montagem dos produtos e importam praticamente tudo, explorando a mão-de-obra mexicana, cerca de 15 vezes mais barata do que a norte-americana. Esse grupo de 300 empresas, somadas às “maquiladoras”, são responsáveis por cerca de 96% das exportações mexicanas. Os 4% restantes vêm de pequenas e médias empresas, permanentemente ameaçadas de absorção pelas grandes ou simplesmente de fechamento.

A desnacionalização da economia mexicana é total. No setor têxtil, 71% das empresas são norte-americanas, que se instalaram no país depois de aniquilar a concorrência mexicana. Segundo estudo feito por economistas

Concorrência desigual na agricultura

No setor agrícola, os prejuízos não são menores. Em janeiro deste ano, milhares de agricultores mexicanos reuniram-se na capital do país para uma enorme manifestação contra a entrada do México no NAFTA. Os manifestantes pediram novas políticas agrícolas e pecuárias e a saída imediata do México da NAFTA. Eles afirmam que uma cláusula do pacto que entrou em vigor em janeiro – permitindo a entrada de produtos agropecuários livres de taxa – terá um efeito devastador nas fazendas mexicanas.

Segundo dados da Câmara Comercial Brasil-México, atualmente 90% do intercâmbio comercial mexicano é feito com os Estados Unidos. As exportações mexicanas de produtos agropecuários aumentaram



portações mexicana, foi barrada no mercado norte-americano, sob o pretexto de barreiras fito-sanitárias. Enquanto isso, a batata dos EUA invadiu o mercado mexicano.

O México também era um importante exportador de algodão. Passou a ser um dos maiores importadores do produto. A superfície agrícola do México foi reduzida e calcula-se que há hoje cerca de seis milhões de camponeses sem terra, que antes trabalhavam em cultivos que foram substituídos por produtos norte-americanos importados. Esses camponeses engrossaram as fileiras dos mexicanos que tentam atravessar o muro que os EUA construíram na fronteira com o México, ao longo do rio Grande. Muito deles acabam morrendo ou sendo presos pela polícia de imigração norte-americana. Após quase uma década de vigência do acordo, mais da metade da população mexicana não tem muito a comemorar.

Os produtores mexicanos, especialmente os pequenos e médios, não tiveram condições de enfrentar o poderoso sistema de subsídios que sustenta a agricultura norte-americana.

mexicanos, para cada dólar de exportação industrial do México para os EUA, há apenas 18% de componentes nacionais. No caso das "maquiladoras", para cada dólar exportado a participação de componentes mexicanos é de apenas 2 centavos. O transporte de carga por rodovias, após a criação do NAFTA, foi liberado imediatamente, ao contrário do que ocorreu no processo de integração europeia, onde essa experiência demorou 40 anos para virar realidade. Um dos efeitos dessa medida é que o Estado do Texas rejeita cerca de 50% do transporte mexicano, o Arizona, 42%, e a Califórnia, 28%. Os três Estados fazem fronteira com o México.

nos últimos anos, saltando de US\$ 3,2 bilhões, em 1993, para US\$ 6,2 bilhões, em 2001. No entanto, a importação de produtos agropecuários norte-americanos pelo México também subiu muito.

Os produtores mexicanos, especialmente os pequenos e médios, não tiveram condições de enfrentar o poderoso sistema de subsídios que sustenta a agricultura norte-americana e a superioridade tecnológica dos seus vizinhos. A produção mexicana de arroz foi substituída pelas importações dos EUA, que representam hoje mais de 50% do consumo mexicano desse cereal. A batata, tradicional produto da pauta de ex-

Marco Aurélio Weissheimer é jornalista, correspondente da Agência Carta Maior, em Porto Alegre.

A ALCA e a exploração das mulheres

Altamiro Borges*

30, setembro/2002 “Após trabalhar um ano na fábrica, comecei a sentir dores no pulso, pescoço e costas. Tenho ambos os braços afetados. Tínhamos que fazer movimentos rápidos. Sabíamos que estávamos prejudicando a saúde, mas a empresa não se importava; exigia o cumprimento das cotas de produção. Uma vez eu perguntei ao médico: por que não me dão uma licença? Ele explicou que o chefe de pessoal havia dito que era simplesmente para nos ignorar, que não tínhamos nada e que não precisávamos ser afastadas. Eu perdi o emprego, adoentada, sem seguridade alguma, sem nada”.

Beatriz Reyna Vázquez, operária.

“As operárias se queixavam de dores musculares. Não podiam levantar sequer coisas pequenas. Diziam-me que era devido aos movimentos repetitivos. Também reclamavam de irritações no nariz, garganta, olhos. Tudo devido aos solventes químicos. Em agosto de 1995, cinco mulheres perderam a gravidez na fábrica. Não se permitiu que fossem ao médico já que estavam no turno. A empresa orientava a dar aspirinas para acalmar a dor e para que elas voltassem ao trabalho”.

Isabel Morales, enfermeira.

“Em 1996 houve cinco perdas de gravidez num mês. Entre 96 e 97



houve 14 nascimentos com defeitos ou graves problemas; 13 morreram na infância ou logo após o parto”.

Francisco Mercado, médico.

ESSES CHOCANTES DEPOIMENTOS foram prestados, em dezembro de 2000, por funcionárias da Custon e da Auto Trim, multinacionais instaladas em Hermoso e Matamoros, no México. Um grupo de 20 operárias, após enfrentar seis meses de perseguições, conseguiu

atravessar a fronteira para dar o seu testemunho à Oficina do Trabalho, no Texas. O corajoso relato ajudou a desmascarar a propaganda sobre as vantagens do NAFTA, o acordo que engloba EUA, México e Canadá desde 1994. Ele também serve de potente alerta aos demais trabalhadores do continente, especialmente as mulheres, sobre os riscos futuros da ALCA.

O próprio governo norte-americano, que faz de tudo para impor

esse tratado, não esconde sua intenção de estender o NAFTA ao restante do hemisfério. O modelo das “maquiladoras” – das corporações que exploram mão-de-obra barata e gozam de outros benefícios do chamado “livre comércio” para elevar seus lucros – seria copiado na região. Além da ameaça à soberania das nações, do ataque às normas democráticas e da violenta regressão social, a ALCA teria efeitos desastrosos para as mulheres. As intensas lutas travadas pela igualdade de gênero, que marcaram as últimas décadas, sofreriam inevitável retrocesso com sua vigência.

Prova de gravidez

A Rede de Solidariedade das Maquiladoras (Montadoras), uma organização não-governamental sediada no Canadá, tem recolhido provas contundentes desse desastre. Alguns relatos, como os citados acima, impressionam pela crueldade. No México, 70% dos trabalhadores das “maquilas” são mulheres, a maioria entre 16 e 24 anos. *“Os gerentes usam uma série de razões para explicar a sua preferência por trabalhadoras jovens: ‘destreza manual’, ‘paciência’, ‘cooperação’, etc. Entretanto, o uso de mão de obra feminina é claramente motivado pelo desejo de diminuir custos. Elas estão concentradas nos trabalhos piores pagos, de maior intensidade e que requerem menor qualificação”*, afirma o texto “Maquiladoras: antecipação da área de livre comércio”.

O mesmo documento afirma que *“o trabalho nas maquilas é intenso, repetitivo e perigoso para a saúde dos trabalhadores, em particular das mulheres. Para sobreviver com os baixos salários, trabalham mais*

de 12 horas sem o pagamento das horas extras. Muitas mulheres ‘escolhem’ o turno da noite para poder ficar com seus filhos durante o dia. O uso inadequado de produtos químicos, muitos deles proibidos nos EUA e no Canadá, é uma das causas principais de problemas de saúde, em particular da saúde reprodutiva. As mulheres trabalham sem equipamentos de proteção, se queixam de dor de cabeça, vômitos e palpitações cardíacas. As substâncias químicas geralmente não têm identificação; quando têm, são em inglês”.

Nos últimos anos, as péssimas condições de trabalho, no lado mexicano da fronteira, resultaram no registro de 386 casos de anencefalia (crianças nascidas sem cérebro). Em Matamoros, mulheres que trabalham na Mallory Capacitators deram a luz a 54 crianças com defeitos

“As mulheres são forçadas a mostrar seu absorvente higiênico sujo para provar que não estão grávidas”.

múltiplos. Segundo Arturo Solís, do Centro de Estudos da Fronteira e de Promoção dos Direitos Humanos, *“cerca de metade das 300 maquiladoras de montagem da região fronteira de Tamaulipas descarregam substâncias químicas tóxicas diretamente no Rio Grande, a fonte primária de água potável da população local”*.

Segundo Carmen Valadez, da ONG Factor X, *“os direitos da mulher são violados desde o momento em que ela vai procurar o emprego”*. A maioria das fábricas exige certificado médico de que ela não está grávida. “Para não pagar a licença maternidade, algumas empresas distribuem uma pílula que pro-

porciona menstruações mensais. Muitas fábricas exigem provas a cada três meses de que as trabalhadoras não estão grávidas”. Betty Robles, da Rede de Trabalhadoras Mexicanas das Maquilas, confirma esta aberração: *“As mulheres são forçadas a mostrar seu absorvente higiênico sujo para provar que não estão grávidas”*.

Na avaliação da ONG canadense, a implantação do NAFTA só trouxe prejuízos às mulheres mexicanas. *“As trabalhadoras sofrem discriminação e assédio. São comuns exames forçados de gravidez e a demissão de mulheres grávidas. A falta de creches, as jornadas excessivas e o trabalho extra, forçado, negam à mulher a possibilidade de cuidar dos filhos. O trabalho noturno e a falta de transporte expõem as trabalhadoras à violência”*, garante o bo-

letim de abril de 2001, da Rede de Solidariedade das Maquiladoras.

Já o boletim de dezembro passado revela que mais de 300 operárias, entre 15 e 25 anos, foram violadas e assassinadas, em Ciudad Juárez. Com o inchaço da região da fronteira, tornada pólo de exploração, houve a explosão da miséria e da criminalidade. A falta de segurança tornou-se um grave problema nessas áreas empobrecidas. O boletim de junho relata uma marcha de cinco dias e 370 quilômetros, entre Chihuahua e Ciudad Juárez, contra os estupros e as humilhações. As “maquiladoras” divulgaram que as vítimas eram “prostitutas”, negando que a maioria trabalhava no pe-

ríodo noturno e fora violentada na saída das fábricas.

Além da denúncia da barbárie reinante nestas empresas, a Rede promove ações de solidariedade. A mais recente tem como slogan “basta de moda venenosa”. Alerta que os jeans vestidos nos EUA e no Canadá são fabricados em “maquiladoras” que usam “mão-de-obra barata e estão submersas em produtos químicos”. A campanha já afetou as vendas de marcas famosas, como Levi’s e Guess. “*Se os jovens conhecessem os impactos nas trabalhadoras mexicanas e no meio ambiente, saberiam que o jeans tóxico não é moda*”, argumenta Dara O’Rourke, especialista em saúde da ONG.

Risco de maternidade

Outro segmento que está engajado na luta contra a exploração das mulheres é o movimento sindical, que acusa as “maquiladoras” de golpear históricas conquistas trabalhistas. A legislação mexicana garante 12 semanas de licença maternidade; direito à interrupção diária de meia-hora para amamentar os filhos; e de 16 dias de licença não remunerada para cuidar do recém-nascido. Atualmente, as corporações tentam derrubar essa legislação e fazem de tudo para burlá-la. “*Para evitar os custos destas disposições legais, exigem que as empregadas apresentem provas de gravidez. Há casos de mulheres que ficaram grávidas e foram obrigadas a renunciar*”, denuncia um documento da Ciosl, a principal central sindical mundial.

O próprio Departamento do Trabalho dos EUA formalizou denúncia, no início de 1999, contra empresas norte-americanas que obrigavam mexicanas a apresentar prova de

A zona fronteiriça é a única região do México onde as mulheres predominam no mercado de trabalho, mesmo em setores considerados tradicionalmente masculinos.

gravidez como condição prévia para a contratação. Também a OIT tem manifestado apreensão com os crescentes casos de grávidas demitidas, de degradação familiar e de violência. “*O assédio sexual nos locais de trabalho está muito difundido*”, afirma recente relatório da Organização Internacional do Trabalho. Segundo a OIT, cerca de 5 milhões de crianças são obrigadas a trabalhar para ajudar as famílias. Somente seis em cada 10 crianças terminam a escola primária e 1,7 milhão de jovens em idade escolar não vão às aulas porque são forçadas a trabalhar.

A zona fronteiriça é a única região do México onde as mulheres predominam no mercado de trabalho, mesmo em setores considerados tradicionalmente masculinos, como na fabricação de aparelhos elétricos. Em 1999, a proporção de mulheres nesse setor era de 82,4%, contra 36,3%, em nível nacional. Segundo a OIT, a verdadeira razão dessa presença não é a igualdade de oportunidades. As “maquiladoras” procuram mulheres entre 15 e 24 anos, solteiras, sem filhos e que tenham concluído a instrução primária. “*Elas apreciam sua resistência física e sua disposição para suportar longas horas de trabalho monótono em circunstâncias de conforto rudimentares*”, afirma o documento “A indústria maquinadora no México”.

As próprias corporações empresariais não escondem as razões da sua preferência pelo trabalho femi-

nino. Recente campanha publicitária de uma associação têxtil centro-americana sublinhou as vantagens da instalação de empresas nas áreas de livre comércio. Sobre as mulheres, afirmou que “*elas são submissas, trabalhadoras, hábeis e não estão sindicalizadas*”. Alegou também que “*os serviços médicos instalados nas zonas francas têm como finalidade reduzir os problemas do absentismo*”. Segundo levantamento da CIOSL, a taxa de sindicalização das mulheres é inferior a 5% da sua participação no mercado de trabalho

Mercado de mulheres

Se a trágica experiência mexicana é um péssimo presságio sobre o futuro da ALCA, os perigos não param por aí. Há outros indícios de que esse acordo degradará ainda mais as condições de vida e de trabalho da parcela feminina da sociedade. Atualmente, a pobreza já tem a cara da mulher. Segundo os informes de Desenvolvimento Humano da ONU, dos 800 milhões de habitantes do planeta considerados “miseráveis”, quase 70% são mulheres. Na América Latina, por exemplo, 23% das trabalhadoras recebem menos de um salário mínimo – enquanto padecem na mesma situação 11% dos assalariados homens.

O Brasil reflete esta deprimente realidade. Recente relatório do Banco Mundial confirma a proporção de 70% de mulheres, entre os mais de 54 milhões de brasileiros que ve-

getam na pobreza. Lembra que 10% da população concentram 56% da riqueza e que os 20% mais pobres ficam com apenas 2,6% desse montante. Pesquisa da professora Heleith Saffioti, da USP, mostra que, para o mesmo trabalho de um homem branco jovem, a mulher jovem ganha o equivalente a 55% do salário; o jovem negro ganha 47% e a mulher negra recebe apenas 24,8%. As mulheres hoje representam 50,7% da população brasileira e 40,4% da PEA.

Segundo o Ministério da Saúde, a cada duas horas uma mulher morre por complicações na gravidez, parto e pós-parto no Brasil. Também é alto o índice de esterilização (40,1%) na idade reprodutiva, na maioria das vezes sem o conhecimento da mulher. O aborto só é permitido em casos de gravidez decorrente de estupro ou quando há riscos para a vida da mãe. Porém, o país possui apenas 11 hospitais com estrutura adequada ao atendimento das vítimas de abuso sexual. Estima-se que ocorram 1,4 milhão de abortos clandestinos no país por ano, representando 9% das mortes maternas e a quarta causa de mortes maternas.

O temor dos que estudam os efeitos da globalização neoliberal é que o impulso ao “livre comércio” piore este quadro já deplorável. O processo de mercantilização da vida, imposto pelas corporações empresariais, tem gerado brutal regressão na sociedade. Atualmente, o tráfico de mulheres, crianças e adolescente já é a terceira maior fonte de riqueza dos grupos criminosos que imperam



no capitalismo. Com lucros anuais de US\$ 7 bilhões, ele disputa o “mercado” com o tráfico de armas e de drogas. No 1º Congresso Mundial contra a Exploração Comercial e Sexual de Crianças e Adolescentes, em Estocolmo, a Unicef denunciou que desaparecem por ano quase um milhão de crianças neste contrabando mundial de seres humanos.

O Brasil figura nessa lista macabra. Conforme denúncia apresentada no 1º Seminário Internacional sobre Tráfico de Seres Humanos, em outubro de 2000, em Brasília, o país é responsável por cerca de 15% das mulheres que saem do continente para trabalhar em cabarés, prostíbulos e saunas no mundo inteiro. “O Brasil é

o maior ‘exportador de mulheres’ para a exploração sexual em toda a América do Sul”, garante Priscila Siqueira, autora do estudo “Globalização e tráfico de mulheres”. Segundo a Fundação Helsinque, existem cerca de 75 mil mulheres brasileiras se prostituindo em países da Europa. Reportagem da Folha de S.Paulo, de junho passado, comprova que o crime organizado utiliza 131 rotas de tráfico de mulheres.

Lista dos retrocessos

Há consenso entre os estudiosos que a ofensiva neoliberal, desencadeada há três décadas, deteriorou as condições da mulher. A luta pela igualdade, expressa nos fóruns mundiais, não se traduz em conquistas de fato. “*Todos os esforços se chocam com uma poderosa estrutura de domínio do mundo que impossibilita que as declarações e acordos sobre avanços dos direitos das mulheres sejam cumpridos. A globalização financeira e o modelo neoliberal que se aplica em nossos países há vários anos produzem transformações e impactos negativos na vida das mulheres... A ALCA, como projeto de anexação das economias nacionais pelos EUA, é a continuação e aprofundamento deste modelo*”, afirma Elizabeth Peredo.

No texto intitulado “Os impactos da ALCA nas mulheres”, ela lista quais seriam os principais efeitos desse acordo em diversas áreas. No que se refere ao trabalho, enfatiza a onda de desregulamentação. “*A lógica das políticas de flexibilização é obter maiores lucros para os empresários e atrair inversões às custas dos direitos. Nesta realidade, as mulheres são as que mais perdem. Muitos empresários as contratam no*

O processo de mercantilização da vida, imposto pelas corporações empresariais, tem gerado brutal regressão na sociedade.

A ALCA poderia não só agravar a divisão de gênero, como incrementar a pobreza de muitas mulheres nas Américas.

marco da informalidade para substituir trabalhadores demitidos porque elas ganham menos do que a média dos homens e porque sua situação de gênero é mais propensa a aceitar condições de sacrifício no trabalho”.

Ela lembra também que as negociações da ALCA visam fomentar a privatização dos serviços públicos. O Estado reduziria os investimentos em saúde, educação e em outras áreas sociais. Teria menor autonomia para promover políticas públicas orientadas a cobrir as necessidades da vida cotidiana, como cuidado dos filhos, atenção aos idosos, apoio aos doentes. “Os cortes nos gastos sociais do Estado significam que estes custos serão transferidos ao trabalho não remunerado das mulheres”, explica. A ONU estima que o valor global do trabalho não remunerado das mulheres atinja US\$ 11 bilhões anuais.

Por último, Peredo garante que a política de patentes encarecerá produtos essenciais. “A ALCA, o Nafta e a OMC promovem o uso e monopólio das patentes como uma forma de ‘privatizar’ elementos da natureza e da vida... Tradicionalmente, o conhecimento sobre o cuidado da saúde, sobre o uso das propriedades das plantas ou dos animais em processos de cura de enfermidades, está nas mãos das mulheres, sobretudo das mais velhas. É transmitido de uma geração para outra, sob cuidado das mulheres. Ele ficará vulnerável às políticas de livre mercado e de apropriação do conhecimento, que é um bem comum das coletividades”.



Marceline White, no texto “ALCA numa perspectiva de gênero”, reforça estes temores. “As mulheres são desproporcionalmente pobres devido à discriminação social e cultural que limita seu acesso à educação, à capacitação tecnológica, ao crédito e à terra... Realizam a maior parte do trabalho ‘reprodutivo’, cuidando das famílias, preparando refeições, mantendo a casa. Este trabalho invisível resulta que elas têm menos tempo para adquirir novas habilidades, para buscar novos empregos ou simplesmente para descansar. Os negociadores ignoram as necessidades específicas das mulheres. Por conseqüência, a ALCA poderia não só agravar a divisão de gênero, como incrementar a pobreza de muitas mulheres nas Américas”.

Ela também dirige duras críticas

às negociações sobre serviços públicos. “No passado, conseguir o acesso universal ao sistema de saúde, à educação e à água potável era considerado um direito humano elementar. No texto da ALCA estas nobres metas são transformadas em mercadorias”. Para ela, a privatização desses setores terá forte impacto na mulher. Como trabalhadora, será afetada em funções em que hoje predomina (enfermeiras, médicas, professoras), com demissões, redução salarial e precarização. Como consumidora, ela sentirá a deterioração e o encarecimento desses serviços.

No que se refere às negociações sobre “direito de propriedade intelectual”, Marceline lembra que 70% do artesanato latino-americano provém do esforço de mulheres, que produzem e vendem roupas, bijuterias e cerâmicas. Pelas regras da OMC, que servem de referência para a ALCA, as corporações poderão patentear esses produtos, inviabilizando o artesanato familiar. Por último, ela trata da negociação sobre “aquisições governamentais”. Em muitos países, a legislação beneficia pequenos e médios produtores nas licitações públicas. Nos EUA, por exemplo, mais de 50% dos contratos eram concedidos às empresas dirigidas por mulheres negras como forma de combate à discriminação. Pelo negociado na ALCA, essa proteção terá seus dias contados. As corporações terão acesso privilegiado às licitações públicas, o que levará à falência milhares de pequenos negócios – muitos deles dirigidos por mulheres.

**Altamiro Borges é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, editor da revista Debate Sindical e organizador do livro “Para entender e combater a ALCA” (Editora Anita Garibaldi, 2002).*



Manuel Correia de Oliveira Andrade

Entrevista e apresentação por
*Antônio Ponciano Bezerra**

O Professor Manuel Correia de Andrade, como mais amplamente se tornou conhecido, representa um dos mais respeitados intelectuais brasileiros. Do ambiente rural pernambucano para a cátedra na Universidade Federal de Pernambuco e daí para uma vasta experiência acadêmica, no Brasil e no exterior, ele nos relata, nesta entrevista para *Universidade e Sociedade*, passagens de sua vida universitária e de sua militância política, desde 1944, quando participou do Partido Comunista (PC) até a atualidade. Dessa trajetória de trabalho docente e participação política, o Professor Manuel Correia destaca a sua atuação na área da questão agrária no Brasil e a sua luta intelectual para demonstrar às forças políticas do país que o seu problema mais premente é o da realização da reforma agrária, a fim de se "diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno como meio de garantir a fixação do homem ao campo, atenuando o êxodo rural".

Universidade e Sociedade: De início, gostaria que o senhor falasse de sua experiência como professor que tem trabalho reconhecidíssimo no Brasil, de suas posições políticas na sua área de trabalho. Uma espécie de apresentação que o senhor faz à revista **Universidade e Sociedade** que será lançada no começo de novembro, em um evento do sindicato, o CONAD, em Natal, Rio Grande do Norte.

Prof. Manuel Correia de Andrade: Bem, sou pernambucano de Vicência, cidade aqui próxima, a 90 km. Nasci num engenho de açúcar. Meu pai era senhor de engenho. Fui criado no meio rural até os dez anos. Aos dez anos de idade, vim para a cidade estudar, mas fiquei ligado ao meio rural porque ia sempre no período de férias. No Recife, comecei os meus estu-



França, onde vivi um período de minha formação científica. Ao lado da formação científica, fiz sempre militância política. Nunca fui candidato a cargos eletivos. Às vezes, exerci cargos de confiança no governo, sobretudo, num governo mais ligado à esquerda, por minhas opções de esquerda. Fiz essa opção desde jovem e a mantenho até hoje. Depois, fui, em 1944, do Partido Comunista (PC), larguei em 45, e fiquei na esquerda democrática e depois no Partido Socialista, até o Golpe de 64. O golpe dissolveu isso tudo e fui militar no MDB, fui um dos fundadores do MDB, em Pernambuco. Mas sempre participando do MDB na ala esquerda. E a maior atuação minha foi na análise da Reforma Agrária, da questão agrária, tanto que eu, quando estudava Geografia Econômica,

Fui sobretudo um homem de Universidade e um militante de esquerda, tanto que votei em Lula, em todas as suas candidaturas. Como professor, tenho aquela situação de escrever muito, tenho mais de cem livros publicados.

dos, me formei em Direito, depois em Geografia e História, que era um curso só. Direito, em 45; Geografia e História, em 47. Por algum tempo, desenvolvi atividades na área do Direito, mas depois optei pelo magistério: ensino secundário, mais tarde, a Universidade Federal de Pernambuco, quando entrei em 1952. Naquela época era Universidade do Recife, mudou o nome depois. Lecionei também na Universidade Católica, durante 25 anos. No ensino secundário, fui professor de colégios particulares e do tradicional colégio pernambucano. O colégio tem mais de 150 anos. Sempre lecionando Geografia e História. Na Universidade, mais Geografia. Eu me especializei na área de Geografia Econômica e fiz um novo concurso de cátedra, em 1956, fui um dos últimos catedráticos em Geografia Econômica. Eu tinha feito, em 56, um curso de estudos geográficos, na Universidade do Brasil, hoje, Federal do Rio de Janeiro. Depois de 64, fiz pós-graduação na Universidade de Paris, na

me envolvi, sobretudo, com a área de Geografia Agrária e tive contato, em congressos e reuniões aqui e no exterior, com essas experiências. Tenho vários livros publicados sobre esse tema. Inclusive o último, vou lançar agora no dia 26, intitulado “O Brasil e a Questão Agrária”. Agora, o livro que me tornou conhecido, publiquei em 1963, hoje está na 7ª edição e foi considerado um dos cem livros marcantes do século 20. A minha atuação correu nesse clima. Fui sobretudo um homem de Universidade e um militante de esquerda, tanto que votei em Lula, em todas as suas candidaturas. Como professor, tenho aquela situação de escrever muito, tenho mais de cem livros publicados, incluindo livros didáticos e relatórios de pesquisas. Mantenho uma coluna permanente no Jornal do Comércio todos os domingos. Ainda ontem, saiu um artigo meu sobre a Guerra dos Farrapos. Vou assim levando a vida que Deus me deu. Minha atuação profissional maior foi na Universidade Federal de Pernam-

buco, minha casa-mãe, onde eu entrei como assistente, em 1952, e saí aposentado. Fui visitante na USP, dois anos na pós-graduação, seis meses na Universidade Federal de Santa Catarina e dei curso em Lyon, no Japão. Encerrei a vida acadêmica. Para quem começou em Vicência e encerrou na Universidade de Buenos Aires foi um progresso.

U.S.: Sobre o livro que está lançando “O Brasil e a Questão Agrária”, o senhor poderia falar um pouquinho?

Prof.: Esse livro reúne artigos que publiquei em 2001, 2002 e 2003. Trata, de início, por exemplo, de: “O espaço Agrário Brasileiro”, velhas formas, novas funções. Novas formas e velhas funções, mostrando o que há de inovação e o que há de repetição das formas antigas. O segundo capítulo é a experiência de colonização: Brasil, Portugal e Angola. Trabalho que eu apresentei num congresso na Ilha da Madeira, mostrando o processo de depredação do meio natural. Depois, o Nordeste semi-árido: limitações e possibilidades. Há um capítulo sobre o espaço agro-industrial açucareiro e sua crise atual. Um capítulo



Lula não teve fôlego para romper os laços com o FMI. Em grande parte, acho que há alguma semelhança entre o governo dele e do nosso colega Fernando Henrique Cardoso.

envolvendo os sem-terra e sua significação histórica. Finalmente, uma análise da atualidade do tema da Reforma Agrária. Então, é uma visão a mais da minha perspectiva. Eu continuo trabalhando, indo a campo, não parei. Nesse tempo, fui promovido a superintendente de estudos organizados. Mas uns pequenos desentendimentos com o novo presidente criaram um mal-estar. Aí eu falei, não vivo disso, vivo da minha aposentadoria. Não vou ficar vivendo amargurado com tanto problema. Então saí. Quando saí, a Universidade havia criado um núcleo – “A Cátedra Gilberto Freyre”, para promover eventos e tinha sido dirigido por um sociólogo,

meu amigo, meu contrerrâneo. Ele se afastou por razões pessoais, então fui convidado, aceitei, assumi, estou tocando o serviço que era dele, até hoje.

U.S.: O senhor já fez militância sindical, já participou de algum movimento sindical?

Prof.: Fiz. No começo da minha vida, fui secretário, fui membro do Sindicato dos Professores. Vivi no movimento sindical. Depois, quando eu era do PC, ajudei muito no movimento sindical do PC. Mas o PC, daquela época, era muito stalinista, muito autoritário, embora não fosse trotskista, me envolvia com essa tendência, então eu era proibido, deixei de lado, me afastei do PC e passei a me relacionar com o movimento do PC do B.

U.S.: Mas do movimento sindical dos docentes o senhor não tem participado?

Prof.: Não. Eu apoio o movimento sindical dos docentes. Fui um dos primeiros participantes da Associação, em Pernambuco, mas não muito ativo nele. Reconheço que nenhuma classe pode sobreviver sem ter um Sindicato, sem ter uma entidade forte para defendê-la.

U.S.: Na sua visão, como se encontra o Brasil, hoje, no governo Lula?

Prof.: Não tenho muita facilidade para falar hoje sobre o governo Lula. Pelo seguinte, eu fui um aliado do Lula. Mas as diretrizes que ele está dando, em grande parte, eu não concordo. Eu apoio o governo Lula e inclusive aqui, na reitoria, o novo reitor é homem do PT de carteirinha, mas não concordo com a Reforma da Previdência. Eu acho que o Lula está deixando de lado coisas mais importantes. A Reforma Agrária, por exemplo. Inclusive, eu fui signatário de uma carta a Lula, que está lançada por Plínio de Arruda Sampaio, de São Paulo, que trata da ALCA, da Reforma

Agrária e de outros problemas do Brasil. Esta carta foi publicada em uma revista de que faz parte Chico de Oliveira. Agora, o que eu acho é que ainda está cedo para julgar o Lula. Tem que esperar um pouco para ver o caminho que ele vai tomar. A situação brasileira é muito difícil. Lula não teve fôlego para romper os laços com o FMI. Em grande parte, acho que há alguma semelhança entre o governo dele e do nosso colega Fernando Henrique Cardoso.

U.S.: O senhor foi uma pessoa muito voltada para os problemas do campo, não só do campo. Mas o campo tem uma definição, uma indicação, uma centralidade nas suas preocupações. Gostaria que fizesse uma crítica, uma avaliação, quanto ao programa Fome Zero, do Governo Lula.



Ao meu ver, o primeiro passo é a reforma agrária. Feita a reforma agrária, abrir-se-iam naturalmente, caminhos, direções, para as outras reformas fundamentais. Mas sem reforma agrária não se pode abrir nenhum caminho.

Prof.: O programa Fome Zero é dirigido por Graziano, um grande amigo meu. Mas eu acho que qualquer coisa para combater a fome tem que ser realizada a partir de uma reforma agrária. Enquanto não quebrarmos o monopólio da terra, no Nordeste, não podemos atender à fome da população. Acho que o programa Fome Zero está sendo um programa assistencialista. Temos que fazer uma reunião com o Graziano, na próxima semana, para alertá-lo sobre o caráter assistencialista desse programa. O problema é entregar a terra a quem domina e andar dividindo por aí a terra, e experiências com propriedades familiares, com propriedades coletivas, ou mesmo cooperativas, para que cada trabalhador receba o proporcional ao que se produziu. Aí a gente observa que foi uma linha dessas que deu margem a esse movimento popular. Se você tomar Celso Furtado, no seu programa Primeiro Plano da Sudene, entre outros estudiosos, notamos que há uma tendência neste sentido. Inclusive é o

caso do MST e de outros movimentos, quando trazem como substância a idéia de como se pode explorar a terra. Hoje têm um apoio muito grande da Igreja Católica, da Igreja Luterana e dos pentecostais.

U.S.: Retomando um fio do tema reforma agrária, já falado aqui. Nessa política econômica do Governo Lula, há alguma possibilidade de reforma agrária tal como espera o movimento dos sem-terra?

Prof.: A minha resposta é a seguinte. O Brasil é um país arcaico. Ele é moderno do ponto de vista tecnológico, é o mais moderno da América Latina. Mas do ponto de vista das instituições, estas não acompanharam a modernização tecnológica. Então, como se tornar moderno? Mas moderno como? Ao meu ver, o

primeiro passo é a reforma agrária. Feita a reforma agrária, abrir-se-iam, naturalmente, caminhos, direções, para as outras reformas fundamentais. Mas sem reforma agrária não se pode abrir nenhum caminho. Acho que não estou enganado. A reforma agrária quer colocar a terra na mão de quem produz e que oriente o produtor a produzir dentro do mercado de forma coerente, de forma prática. Após essa reforma é que as outras deverão vir: a reforma da educação, do ensino público em todos os níveis, a reforma da saúde e outras.

U.S.: Mais especificamente, agora, uma pergunta política. Como o senhor vê os partidos políticos de hoje? Em especial o PT.

Prof.: O PT é mais uma federação de partidos do que um partido. É por isso que eu não entrei no PT. Fui convidado a uns seis anos atrás para entrar no PT. Na ocasião o PT tinha 13 tendências. Hoje eu não sei, deve ter mais. E há divergências entre os petistas. Eu partici-

pei da comissão que fez a campanha do Lula, na segunda e na terceira eleição, e o PT era mais sectário do que o PC do B. Eu julgava que não era. Uma vez, eu estava na França e me disseram: vai disputar Lula e Fernando Henrique. Teoricamente, Fernando Henrique está mais à esquerda que Lula, participou de círculo marxista, tem leitura marxista e Lula está vindo da igreja. Acho que, no Brasil, há falta de partido. No império, se dizia que nada favorecia ao conservador como um liberal. Até hoje quais foram os partidos políticos que vingaram no Brasil por princípios ideológicos? A equipe que apóia Lula é surpreendente por diversos problemas. Tem pessoas das mais diversas tendências políticas. Não posso considerar o Partido Liberal um partido de esquerda. Tenho a impressão que o PT procura e não encontra o caminho. A luta interna é muito grande. A luta por cargos é semelhante à de um partido tradicional.

U.S.: *Que perspectiva se vislumbra em relação ao desemprego no Brasil e, em especial, ao desemprego no campo, nesse quadro político em que estamos vivendo?*

Prof.: É o que eu ia dizendo. O desemprego no campo é uma realidade por causa do latifúndio. Então, você hipnotiza o campo com tecnologias altamente modernas e dispensa a mão-de-obra que vai sobrando. Esse pessoal reflui para as cidades. Várias pesquisas que eu fiz em diferentes lugares e o resultado é que



A classe pobre está querendo um país mais justo, de maneira que haja acesso à educação, acesso à saúde, acesso ao lazer. Ninguém é de ferro, todo mundo quer viver, e, sobretudo, um país que haja justiça.

sobram trabalhadores no campo e as cidades ficam inchadas. É preciso que haja uma política progressista que visse a necessidade de garantir o trabalho, levando em conta as necessidades dos empregados e não a agonia de empregos. Por exemplo, desde o período Collor que assistimos à evasão de dólares do serviço público. Todo mundo quer se aposen-

tar rapidamente. Por quê? Pela perspectiva de se tornar a aposentadoria cada vez pior. Essa reforma da previdência, a meu ver, é profundamente temerosa para os trabalhadores. A idéia da previdência privada é desastrosa. Eu fui vítima da previdência privada duas vezes. Mesmo nos países desenvolvidos, a previdência privada não é bom negócio para o trabalhador.

U.S.: *Como o senhor encara os atuais impactos das atividades políticas do MST em face da política econômica e agrária do governo Lula?*

Prof.: Eu não tenho ainda um estudo específico dessa área. Mas o MST, ao meu ver, é uma adaptação das Ligas Camponesas. Então, ele teria que forçar cada vez a produção de assentamentos e poder criar mais espaço de luta. Agora, é um movimento que começou no Rio Grande do Sul com o apoio de pequenos proprietários e chegou aos anos 90, tendo que se adaptar à camada assalariada.

U.S.: *Qual seria o modelo ideal, funcional, de Reforma Agrária para o Brasil de hoje?*

Prof.: Olha, eu tenho muito medo de modelos. Por exemplo, nunca defendi modelo soviético ou modelo cubano que se aproxima mais do nosso, por causa da semelhança da colonização, mais adaptado às necessidades de Cuba. Nós teríamos que ver as aspirações do povo brasileiro do campo e o que é possível se fazer

para criar o bem-estar no campo. O Brasil é um continente de oito milhões e meio de Km². As características das regiões são muito diferentes. A Amazônia é uma realidade, o Nordeste é outra, o Centro-Oeste, outra, o Sul, Sudeste. Então teria que haver um modelo para cada área. O Brasil, às vezes, adota um modelo em cada área, em cada lugar, sem

o apoio do trabalhador. É o grande defeito. Tive uma experiência, hoje eu estou mais independente, a gente não pode se apegar a modelos, e isso é um resultado a que cheguei, depois de muitos anos ensinando geografia econômica, na Faculdade de Economia.

U.S: Como o senhor avalia o comportamento da CUT, hoje, frente às lutas sociais que o governo Lula vem experimentando?

Prof.: Olha, como eu disse, em matéria de governo Lula, estou na fase de observação. Hoje, posso pensar de um jeito e amanhã posso mudar. A CUT, como uma central operária, deve ser agressiva, deve ser organizada e defender os direitos dos trabalhadores. Agora, a condução que ela está tendo hoje eu não estou acompanhando. Mas se fosse sindicalista estaria acompanhando.

U.S: Que observação crítica o senhor faria à atuação do MST?

Prof.: Às vezes, o MST exagera, sobretudo em relação à classe média. Aí, é um erro político. Ele joga a classe média contra ele. Então, perde espaço. Agora, eles precisam de ocupar também terras. Meu pensamento é esse: ao lado de atitudes corretas, há atitudes incorretas, atitudes oportunas e outras inoportunas. Por exemplo, quando tomam de assalto propriedades, caminhões etc., não querem saber se estão certos ou errados. É oportuno, ou não é oportuno? Eles colocam, contra eles mesmos, a grande massa da classe média. A classe média é bastante conservadora e não aceita perder, não é como a classe pobre que não tem o que perder.

U.S: O que espera do governo a população pobre, desassistida e miserável do Brasil? Acha que essa população ainda alimenta esperanças?

Prof.: Eu tenho dificuldade de falar sobre essa situação. Às vezes, posso querer uma coisa e não é o que o outro quer. Isso eu aprendi com um trabalhador rural quando uma vez disse é assim... para o senhor, mas para mim não é. A classe pobre está querendo um país mais justo, de maneira que haja acesso à edu-

cação, acesso à saúde, acesso ao lazer. Ninguém é de ferro, todo mundo quer viver, e, sobretudo, um país que haja justiça. Uma das coisas mais sérias do Brasil é resolver a impunidade. Aqui se mata gente como se mata cobra. E, ainda, a demora da justiça significa ausência de justiça.

U.S.: Que mensagem o senhor formularia para essa população que espera, confia ou confiou no governo Lula e já está dando sinais de impaciência?

Prof.: Será que já está dando sinais? Eu vi uma pesquisa de opinião que ele está com uma grande popularidade. Acho que o Lula atende às necessidades do povo. Veja, Fernando Henrique, era um líder, depois, esvaneceu e morreu.

U.S: O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

Prof.: Eu gostaria de dizer que o que espero de tudo isso, de Lula, do seu governo é que conduza o seu governo em direção daquilo que ele pregou, que ele defendeu, durante 3 ou 4 campanhas eleitorais para que o Brasil consiga se igualar a um país desenvolvido. Desenvolvido, não no sentido economicista, mas no sentido humano. Um povo que tenha o mínimo de bem-estar. Eu vivi num município, na minha mocidade, saía da pensão 2, 3 horas da manhã, sem a menor preocupação de insegurança. Hoje, não saio de casa nem durante o dia. Faz uns 3 anos que não vou ao centro da cidade. Idosos são os preferidos dos assaltantes. Esse medo e essa insatisfação se espalham por toda a mocidade, por todos os cantos. Isso não pode continuar assim. Segurança a gente não tem, mas é responsabilidade do governo e o governo Lula não pode falhar.

**Antônio Ponciano Bezerra é professor doutor na Universidade Federal de Sergipe; 2º vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II do ANDES-SN e editor da revista Universidade e Sociedade.*



Os movimento sociais, as organizações não-governamentais e a educação¹

*Celi Zulke Taffarel*²

Tendência à destruição das forças produtivas

O modo de o capital organizar a produção e a circulação de mercadorias (organização da economia) e de seu correspondente modelo cultural – o capitalismo - apresentam desafios históricos à humanidade frente à tendência acelerada à destruição das condições para a produção e reprodução da vida, em outras palavras, destruição das forças produtivas.

Deter e reverter a tendência à destruição do trabalho, do trabalhador e da natureza é o desafio maior. Sociabilizar para o mundo do trabalho desalienado é um componente deste enfrentamento. Fazê-lo em meio à implementação de estratégias que visam a dar fôlego e prolongar o modelo capitalista é o embate atual. Estratégias estas que vão da reestruturação produtiva à implementação de ajustes estruturais, às famigeradas reformas neoliberais

do Estado, passando pelas constituições fascistas dos tratados multilaterais de investimento tipo ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) e normas da OMC (Organização Mundial do Comércio), até a guerra como meio para tirar economias falidas de recessões profundas, como é o caso da economia dos Estados Unidos.

Os exemplos da tendência à destruição podem ser identificados em maior ou menor escala, em menor ou maior grau em todo o mundo.

A destruição do **continente** Africano, a expropriação de suas riquezas, a exploração da natureza e a exploração humana, caracterizada pelo trabalho escravo, pela mercadorização de seres humanos, é uma realidade incontestável que atravessa séculos.

A destruição das **nações** indígenas nas Américas são exemplos da devastação infringida com o avanço dos impérios e, em especial, com o modelo de organização da vida capitalista que se alicerçou com base nas formações econômicas pré-capitalistas³. Marx apresenta uma consistente análise da tese de que o novo se engendra no seio do velho, e que a etapa pré-histórica da sociedade humana - a era da sociedade de classes nas quais o capitalismo é a final - é uma possibilidade histórica da passagem para a era em que o homem controlará seu destino, a era do comunismo.

A tentativa de destruição do **po-vo** palestino é outro exemplo que demonstra a tendência à destruição.

A América Latina é alvo central de medidas militares, políticas, econômicas e culturais para aprofundar a neocolonização e retirar a soberania do continente, suas na-

Em uma sociedade organizada em classes, o caráter das organizações, seus envolvimento e posições políticas frente a governos e governantes são decisivos na definição dos rumos da política e, no nosso caso, da política educacional.

ções e de seus povos.

A Venezuela é a ponta do iceberg que contém a Colômbia, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, entre outras nações cujas “veias e entranhas abertas” continuam expostas ao imperialismo norte-americano e à não menos violenta dominação européia.

O contexto internacional da destruição está demarcado, no momento, pela guerra contra o Iraque que os Estados Unidos impõem ao mundo, baseada no conflito de interesses e negócios dos próprios capitalistas e seus governos.

A questão em debate diz respeito à crítica frente às relações, contradições e possibilidades estabelecidas entre os movimentos sociais e organizações não-governamentais, com as políticas de Estado e políticas de governo ante a atual tendência à destruição acentuada pelo modelo segundo o qual o capital organiza a produção e distribuição das mercadorias.

A resistência organizada

Trata-se aqui de reconhecermos em que sentido agem os movimentos sociais e organizações não-governamentais, face à expressão política atual do capitalismo que se impõe e se caracteriza pelos ajustes estruturais, reestruturação produtiva, reformas do Estado, políticas compensatórias, pontuais e difusas.

Para que as políticas de socialização⁴ ao mundo do trabalho capi-

talista avancem é preciso “formar, educar, sociabilizar” a classe trabalhadora, na linha da concordância ou então na linha da compreensão ampliada da consciência de classe, o que possibilita a organização da resistência.

A Educação, portanto, tem um peso decisivo como política cultural, ou seja, como política que orienta a formação humana, sob os auspícios do Estado, no enfrentamento de um processo e de um modelo altamente contraditório de produzir e reproduzir a vida. Em uma sociedade organizada em classes, o caráter das organizações, seus envolvimento e posições políticas frente a governos e governantes são decisivos na definição dos rumos da política e, no nosso caso, da política educacional.

São decisivos aí os sujeitos políticos como os movimentos sociais e as organizações não-governamentais e seu caráter de classe. Sob este critério, é possível recuperar, na história, a gênese dos movimentos sociais⁵ e das ONGs e suas relações, contradições e possibilidades em relação ao Estado, suas políticas e seus programas.

Para compreender o surgimento e o intenso desenvolvimento dos movimentos sociais e das organizações não-governamentais sob a égide das políticas imperialistas e atualmente das políticas neoliberais, é imprescindível recuperar o caráter de classe dos movimentos confrontacionais na América Latina e Central.

Recuperamos do século XX, para não irmos mais além, elementos que nos permitem a reflexão sobre os movimentos a partir de quatro ciclos revolucionários, segundo Petras⁶ (1999), que se diferenciam nas Américas.

Um ciclo que começa com a revolução cubana e os movimentos guerrilheiros no Peru, Argentina e na Venezuela e termina com a morte de Che Guevara⁷, a consolidação da revolução cubana e a derrota de alguns destes movimentos guerrilheiros. Compreende o período entre 1957-1967.

Outro ciclo se compôs com as lutas urbanas de massa, movimentos guerrilheiros e disputas eleitorais no Chile, Argentina, Brasil e México. Ciclo concluído com os golpes militares e a instalação de ditaduras militares. Compreende o período de 1968-1976.

O terceiro ciclo começa com a revolução sandinista e com ofensivas populares em El Salvador e Guatemala e termina com a derrota dos sandinistas nas urnas e os acordos firmados com o neoliberalismo. Compreende o período de 1979-1998.

O quarto ciclo é considerado um ciclo em ascensão e está baseado nas lutas rurais contra os grandes latifundiários e a concentração de meios de produção como, por exemplo, no Brasil, México, Equador, Bolívia, Paraguai e Colômbia. A maioria dos movimentos se baseia em organizações independentes de camponeses. Movimentos que se relacionam com partidos de esquerda e se vinculam com movimentos guerrilheiros como as FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - e os ZAPATISTAS, no México.

Os movimentos rurais chegam ao centro da mobilização política, segundo Petras (2002), em decorrência dos golpes na economia camponesa, da extração intensificada de riquezas, da promoção da agroindústria, da circulação das mercadorias agrícolas, da exportação e do excedente da mão-de-obra, da dizimação dos pequenos produtores, da crise urbana, que fecha as cidades como válvula de escape, dos fortes laços sociais – a família, a comunidade, laços étnicos e religiosos -, que têm conduzido a uma maior mobilização social. A reforma agrária é uma exigência central para uma mudança maior nas relações capitalistas. Petras destaca também o papel dos que assumem lideranças dos movimentos – função arriscada – fazendo-o por determinação moral e ética, baseados na participação das massas, bem como na capacidade de mobilização de apoios de associações, sindicatos, organizações estudantis, entre outros.

Tais movimentos sociais convivem e se denfrontam com as iniciativas do neoliberalismo que visam a despolitizá-los, criminalizá-los, dizimá-los e, ainda, substituí-los.

Fortalecimento das ONGs

Com o avanço do neoliberalismo, nas três últimas décadas do século XX, surgem, crescem e se expandem as organizações cujas atividades cobrem diversos campos da experiência social – do desenvolvimento rural e de comunidades, fomento na participação do poder local; economia solidária ao controle de políticas públicas e convenções internacionais.

As organizações são de duas ordens: aquelas que buscam atrair e

cooptar tanto a intelectualidade orgânica quanto as amplas massas empobrecidas e expropriadas do meio urbano e rural são as denominadas ONGs; e, outras, com intensos laços com as políticas compensatórias, com programa de governo, controladas pelo Estado capitalista. Para exemplificar, podemos mencionar ONGs como a Vitae Civilis ou o próprio ATTAC, e o Comunidade Solidária e seu “Alfabetização Solidária”, da era Fernando Henrique Cardoso; e agora o "FOME ZERO" e o combate ao "ANALFABETISMO", do recém-inaugurado governo LULA.

Organizações que se apresentam como sem fins lucrativos, progressistas, defensoras do poder popular, da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável.

Antes entidades alternativas às práticas institucionais, a serviço de determinados movimentos sociais ou grupos dominados dentro da perspectiva da transformação social, formadoras de organizações de base, hoje⁸ as ONGs nascem, crescem e se adaptam a partir de iniciativas e ações governamentais, se inspiram em políticas oficiais e se fazem financiar com recursos nacionais e estrangeiros de agências multilaterais de investimentos que visam lucros.

O contexto do neoliberalismo vem reformulando perfil, objetivos, contornos, tendências e perspectivas das ONGs⁹. De entidades denunciadas passaram hoje a organismos acomodados ao sistema socioeconômico.

Organizações dirigidas por grupos de elite profissional que captam recursos de doadores estrangeiros, dos países ricos, de organismos internacionais de financiamento, tipo

Banco Mundial e de empresas que se livram do pagamento de impostos com a doação de recursos para iniciativas filantrópicas. São decisivas para as ONGs as iniciativas para implementar recomendações internacionais da UNESCO e outras agências que realizam seus eventos com recursos do Banco Mundial, agência financiadora internacional a serviço do capital, ou ainda para atender às demandas e reivindicações formuladas em meio a guerras, conflitos e confrontos.

No que diz respeito ao financiamento das ONGs, relatórios do BIRD demonstram que, nos anos 70, somente 1,5% dos empréstimos concedidos favoreciam as ONGs. Em 1996, já representavam 52% e, no ano de 2001, dos empréstimos concedidos, 70% destinaram-se a ONGs.

Um exemplo no Brasil. Em 1994 foi concedido um empréstimo ao Ministério da Saúde, de 300 milhões de dólares; 40 milhões de dólares passaram para 600 (seiscentas) ONGs de combate à AIDS. Por outro lado, o sistema de saúde vem, sendo paulatinamente, sucateado, os hospitais universitários falidos e as empresas que financiam a saúde privada em franca ascensão. Contraditoriamente, os planos de saúde privados já evidenciam a falência generalizada.

Com tais recursos advindos de agências financiadoras internacionais, doações filantrópicas, concessões fiscais do Estado, são financiados setores apolíticos, evangélicos, pentecostais, organizações feministas, étnicas e ecológicas que se comprometem com pactos sociais e com a colaboração de classe.

Com capacidade teórica deterio-



rada pelos mecanismos de financiamento, as ONGs restringem, também, sua capacidade de crítica e autocrítica. Os principais centros de estudos e investigações científicas sobre o chamado “terceiro setor” são anglo-saxões.¹⁰ Com poucos estudos e pesquisas científicas, deixam de ser demarcados, nos países latino-americanos, as agendas, os limites conceituais e as estratégias próprias de investigação sobre as ONGs. Restringem-se a análises críticas sobre práticas, alianças construídas, relações com o Estado e com demais organizações sociais¹¹.

As ONGs exercem função estratégica na despolitização da juventude que se vê envolvida em ações que não contribuem para enfrentar, combater e reverter a tendência à destruição das forças produtivas. Afasta-os, assim, de organizações político-partidárias e sindicais, mobilizadoras e organizadoras da consciência da classe.

De **organizações** alternativas, passaram para o **terceiro setor** e daí para o **voluntariado**, tônica do neoliberalismo para enfrentar as consequências da tendência à destruição

própria do capital.

Com as políticas compensatórias, são patrocinados grupos de “auto-ajuda” e similares para atender à pobreza, sem atacar a raiz da mesma e, muito menos, as necessidades básicas das pessoas. Em última instância, gerenciam o poder político junto às massas empobrecidas para assegurar a permanência no comando do Estado.

Tais organizações desempenham papel importante na economia, porque mobilizam o capital estatal e até empresarial para compensar os danos causados por uma economia especulativa que destrói forças produtivas, e contribuem para oxigenar o capitalismo. Desde suas origens no Brasil, as primeiras organizações correspondiam a uma sociedade civil débil que se relacionava com um Estado autoritário, patrimonialista, corporativista. Estado que se caracteriza hoje, sob os ajustes estruturais, como privatista e minimalista, de cunho neoliberal.

As intervenções dos organismos internacionais aliados às ONGs, ao terceiro setor, ao trabalho voluntário, se apresentam no conjunto das políticas sociais e remontam aos anos iniciais do nacional-desenvolvimentismo.

Os organismos internacionais e a educação

Segundo Fonseca (2000)¹², são três as fases distintas do processo de assistência de organismos internacionais na área educacional no Brasil.

1. Nos anos 1950, mediante intercâmbios entre educadores brasileiros e norte-americanos.

2. A partir dos anos 1960, no interior dos acordos econômi-

cos e também por meio da Agência Para o Desenvolvimento Internacional, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (USAID), criada no âmbito da “Aliança para o Progresso”.

3. A partir dos anos 70, com aumento de verbas para projetos educacionais integrados à política de desenvolvimento do Banco Mundial, é centralizada no

volvimento. Nesse tempo, a ONG Comunidade Solidária foi a instituição que liderou as iniciativas.

Tais medidas não se dão isoladamente. Estão articuladas e têm nexos com a destruição dos Serviços Públicos, com a precarização do trabalho, com a perda de direitos e com a privatização e a mercantilização dos serviços sociais e dos direitos fundamentais, como, por exemplo, a educação.

As soluções não são fáceis e não serão de curto prazo.

Hoje, na América Latina, temos nações que já se destacaram pela qualidade de vida e estão destruídas, como é o caso da Argentina.

discurso de “alívio à pobreza”.

De organizações da sociedade civil¹³, sem fins lucrativos, ditas assistenciais, prestadoras de serviços diversos à pobreza, surgem, avançam e se consolidam muitas organizações atuais que mobilizam recursos públicos e de empresas privadas, recebem lucros disfarçados, desviam recursos, servem de lavagens de dinheiro do tráfego de drogas, de armas e da prostituição, precarizam o trabalho, utilizam o trabalho voluntário. É evidente um contínuo avanço das ONG no marco referencial da expansão do neoliberalismo.

No marco regulatório da relação do Estado com as organizações da sociedade civil, temos a Lei nº 9.790 de 1999, que qualifica as organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). É instituído o termo “parceria”, tendo como contexto mudanças na esfera pública, reformas em curso – previdenciária, tributária, jurídica, trabalhista e sindical, política partidária – delineando disputas pelos rumos do desen-

O debate no campo da educação e a questão subsumida

A partir de tais caracterizações e contradições das ONGs, podemos perguntar pelo desafio da educação e o debate atual. Régine Tassi nos trouxe dados que confirmam a situação catastrófica existente há séculos: os maiores índices de analfabetismo estão nas populações do SUL, entre mulheres, negros, trabalhadores, pobres e miseráveis; o Norte se preocupa e organiza ações, alia-se a iniciativas locais, por meio de suas organizações mundiais.

Os desafios são complexos, contraditórios, difíceis. As soluções não são fáceis e não serão de curto prazo. Hoje, na América Latina, temos nações que já se destacaram pela qualidade de vida e estão destruídas, como é o caso da Argentina, que já conseguiu obter seis prêmios Nobel e agora assiste as suas crianças morrerem de desnutrição, sua população empobrecida, seu parque produtivo falido, seu país endividado, submetido aos ditames do FMI.

No campo da educação, o principal debate promovido internacionalmente, realizado no início da década de 90, foi a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pela UNESCO, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa para as Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial (BM). Ocorreu em JOMTIEN, na Tailândia, como iniciativa articulada à conjuntura política e econômica do início da década, demarcada pelo reordenamento internacional do capital. A idéia era a integração dos países periféricos à dinâmica global do capital como a questão central. Dinâmica esta alicerçada, há século, na contradição do desenvolvimento e destruição das forças produtivas e, hoje, assegurada pela força armamentista de um império belicoso.

Outros debates¹⁴, não menos importantes, vêm sendo promovidos por ONGs como, por exemplo, as ligadas às questões da sustentabilidade, equidade e democracia planetárias. A “Agenda 21” é considerada por muitas dessas ONGs como um legado da “Rio 92” e instrumento para as transformações sociais. Uma de suas linhas estratégicas estruturadoras é “*inserção econômica competitiva e transformação produtiva*”.

O que podemos constatar é que a questão central continua difusa, omitida, subsumida pelas ONGs. Evidências podem ser constatadas nos atos políticos de países como os Estados Unidos, que não assinam o Tratado de Kioto, em decorrência de interesses econômicos mesquinhos que colocam o planeta em risco¹⁵. A “Rio + 10” não avançou um milímetro na disposição dos países ricos de adotar medidas radicais para conter

a tendência à destruição.

As ONGs continuam defendendo que os valores que fundamentam as sociedades sustentáveis são: “ética, democracia, equidade, justiça, cidadania e diversidade”, ou seja, tudo o que se está demonstrando inviável de ser universalizado no modo de produção capitalista - forma pré-histórica de organização da sociedade em classes sociais -, ou seja, na “dinâmica global do capital”. No entanto, o questionamento radical do modelo econômico fica subsumido e continua a ingerência dos organismos internacionais nas políticas públicas.

A história e as experiências passadas já demonstraram o que significam as ingerências de organismos internacionais nas políticas públicas. Programas do tipo “Aliança Para o Progresso” e acordos como os “Acordos MEC-USAID”, engendrados durante os regimes militares, já deixaram claro a que vieram. Desmantelaram qualquer iniciativa revolucionária na educação, e o exemplo clássico é Paulo Freire¹⁶.

No momento em que seu trabalho foi reconhecido como capaz de educar politicamente, foi considerado subversivo. Realmente, os conflitos entre os fazendeiros e trabalhadores tornaram-se mais intensos justo no período em que o programa de alfabetização, defendido por Paulo Freire, mostrou-se capaz de desenvolver a consciência crítica, criando senso de responsabilidade e capacidade moral para mudar a vida e o

mundo ao seu redor. No momento em que foi identificado que sua PEDAGOGIA DO OPRIMIDO¹⁷ poderia ampliar o grau de consciência de classe, financiamentos foram cortados, Paulo Freire banido do país, exilado, apagado da memória de gerações.

Os acordos internacionais e as atuações dos setores público e privado na integração dos países periféricos na dinâmica global do capital e para a mundialização financeira

Balances sobre acordos de cooperação internacional deixam evidente, por exemplo, que a América Latina é considerada “território dos norte-americanos”. As investidas da Comunidade Comum Européia, no campo dos intercâmbios, esbarram na determinação dos organismos internacionais (BID, BM E FMI) de interferirem na definição de políticas educacionais brasileiras.

Um dos maiores indícios do interesse dos Norte Americanos pode ser localizado nas iniciativas do presidente dos Estados Unidos, nos idos de 1990, George Bush (pai), que lançou a “Iniciativa para as Américas”, que visava a aprofundar relações com a América Latina, prioridade da política externa dos Estados Unidos. Nasceu, naquela ocasião, a idéia de construção da Área de Livre Comércio das Américas – a ALCA, que significa construir uma área de livre comércio do

Alasca à Terra do Fogo. Projeto este retomado por Bill Clinton e intensificado, agora, no governo belicoso de George Bush (filho).¹⁸

A Declaração de Princípios e o Plano de Ação na criação da ALCA previam: preservação e fortalecimento da democracia; prosperidade pela via da integração econômica à área de livre comércio; erradicação da pobreza e discriminação do hemisfério; desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural.

No capítulo que trata da erradicação da pobreza, consta como prioridade o acesso à educação, sendo tarefa dos governos: “*atuação com setores públicos e privados e com atores não-governamentais e com apoio das instituições multinacionais*”. Ainda segundo os documentos da ALCA, a idéia é “*operar por meio de organizações, a fim de atuar como foro consultivo dos governos, atores não-governamentais, comunidade empresarial, doadores e organizações internacionais, visando a reformas da política educacional*”.

As reações da população das Américas – Central e do Sul – a tais acordos, faz-se visível nas inúmeras manifestações e plebiscitos que exigem a retirada dos países das desiguais negociações com os capitalistas imperialistas cujos interesses são os mercados consumidores. A OMC é o principal organismo que visa a transformar a educação na América Latina em um serviço, a ser explorado por empresas multinacionais, como qualquer outra mercadoria. O papel das organizações internacionais é na linha da desnacionalização-privatização da educação, papel ao qual se somam organizações não-governamentais do Brasil, o chamado terceiro setor, o trabalho voluntário.

No momento em que foi identificado que sua PEDAGOGIA DO OPRIMIDO¹⁷ poderia ampliar o grau de consciência de classe, financiamentos foram cortados, Paulo Freire banido do país, exilado, apagado da memória de gerações.

Segundo documentos da UNESCO¹⁹, que não apresenta rupturas profundas com o Banco Mundial, “a necessidade colocada é integrar os países periféricos na dinâmica global do capital (...) é estimular à diversificação das fontes de financiamento expressa na defesa da necessidade de gerar o impulso necessário do setor privado e dos organismos não-governamentais (ONGs), como agentes ativos no terreno educativo tanto nas decisões quanto nas implementações. (...) a fim de introduzir a concorrência no terreno educativo, considerada como mecanismo chave da qualidade”.

Os documentos, em geral elaborados pelos organismos internacionais, na década de 90, circunscrevem-se ao binômio “pobreza e segurança”, tendo como eixo articulador a imprescindível necessidade de adequar os países periféricos à lógica da mundialização financeira²⁰. Nesta lógica, a educação é o principal instrumento de “alívio à pobreza” e de garantia de desenvolvimento subordinado dos países periféricos.

Defesa da educação pública

No Brasil, o diagnóstico apresentado pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, acerca da situação da educação, deixa clara, no entanto, a dimensão do problema e seu aprofundamento, principalmente depois da catastrófica gestão e administração das políticas de perfil neoliberal introduzidas e intensificadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso²¹.

O acesso à educação em nosso país não é universalizado, a educação oferecida é de péssima qualidade, altamente alienante e excludente²², os investimentos são insuficientes e a

Políticas compensatórias, assistencialistas, focais, particularistas não enfrentarão esses problemas. Cabe, sim, uma ampla e intensa ação do Estado, principalmente no financiamento da educação pública.

privatização avança, a passos largos, principalmente pelas medidas governamentais de desresponsabilização e destruição dos serviços públicos e as investidas dos acordos comerciais, regidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na seqüência do presente texto, apresento as principais ações imediatas, reivindicadas pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública²³, para que mudanças significativas venham a ocorrer na educação no Brasil. Essa tomada de decisão e implementação de medidas não pode ficar à mercê de organismos internacionais, de ONGs, do terceiro setor, do trabalho voluntário.

Os problemas, segundo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, passam desde concepções do que é o Sistema Nacional de Educação, a sua forma de organização e gestão, seu financiamento e sua qualidade até a valorização, formação e organização dos trabalhadores em educação.

O Ministro Cristovam Buarque já anunciou os três principais eixos do governo Lula para a Educação, a saber:

a) *o problema do analfabetismo* (entre 15 a 50 milhões de brasileiros não estão plenamente integrados no mundo das letras);

b) *a educação básica* (o Brasil situa-se em um dos últimos lugares no mundo no que se refere à educação e tem um dos piores resultados educacionais entre todos os países

do mundo);

c) *mudanças na universidade brasileira* (universidades públicas foram relegadas e abandonadas e as particulares degradadas, por preferirem crescer em número em vez de crescer na qualidade de ensino).

Políticas compensatórias, assistencialistas, focais, particularistas não enfrentarão esses problemas. Cabe, sim, uma ampla e intensa ação do Estado, principalmente no financiamento da educação pública. Iniciando com a elevação do patamar de aplicação do PIB para a educação, imediatamente, para 10%. Cabe, sim, a consideração do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, que foi derrotado no parlamento por manobras de privatistas e políticos claramente aliados com o interesse do capital.

Com as relações econômicas, ora em curso, que consomem mais de 50% do PIB com o pagamento dos juros de uma dívida impagável, não existe possibilidade de enfrentamento adequado, eficiente e eficaz, dos problemas sociais, especificamente no campo da educação.

Sem alterações profundas na base do trabalho alienado, sem planificação macroeconômica para atender às necessidades dos povos, sem alterações nas relações internacionais do trabalho, sem rupturas com as estratégias do capital especulativo para manter lucros exorbitantes à custa da destruição das forças produtivas, não serão efetivamente en-

frentados os problemas da educação na América Latina.

Dentro das estratégias para recomposição do modo de produção capitalista, as ONGs, o terceiro setor e o voluntariado encontrarão terra fértil para sustentarem políticas compensatórias que mantêm amplos setores das massas populares alienadas da raiz do problema da miséria, da fome, da ignorância, da violência.

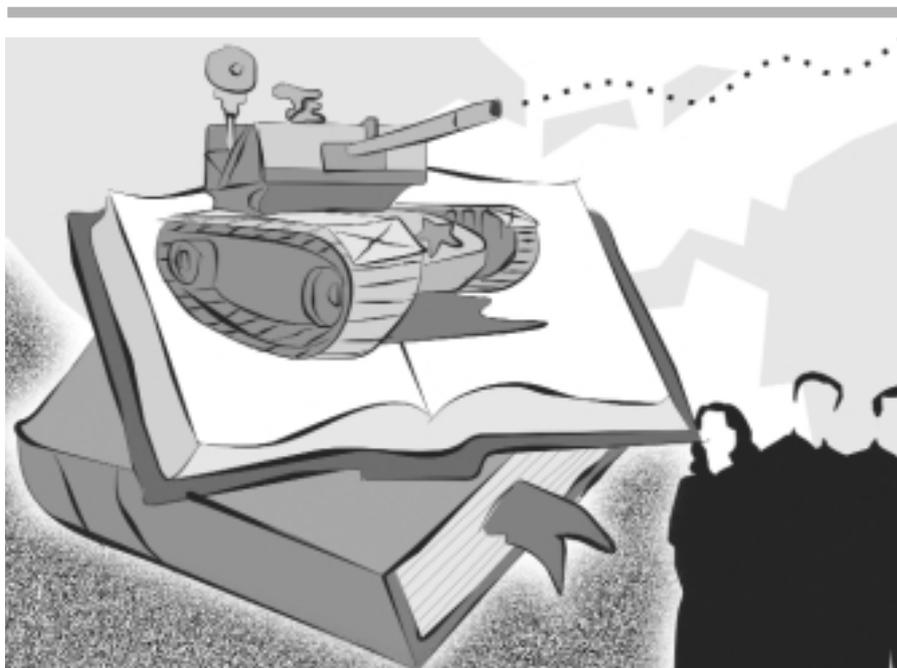
Claro está que existem setores em confronto e conflito. Claro está que estão em disputas os rumos de duas políticas, uma na perspectiva da conciliação de classe, outra na perspectiva de radicalizar e a radicalização significa o homem como raiz. Claro está que são dois projetos históricos em confronto, um pela manutenção das condições pré-históricas da existência - a sociedade de classes - e outro pela superação, o desenvolvimento da sociedade sem classes, a sociedade socialista.

O que se faz imprescindível é confrontar os fatos reais, as orientações advindas da Unesco, que defendem como tarefa para a educação do futuro a “reforma planetária das mentalidades”²⁴.

As proposições da UNESCO para a educação X as proposições dos movimentos sociais da América Latina

Em 1999, Edgar Morin²⁵, por solicitação da UNESCO, sistematizou um conjunto de reflexões que serviram de ponto de partida para repensar a educação no próximo milênio. Esta sistematização percorreu o mundo e pode ser encontrada em seu livro. “Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro”. Entre os sete saberes, destacam-se: “educar para ser”, “educar para apren-

Para os movimentos sociais, educação, como política cultural, deve contemplar a emancipação humana, tendo como horizonte histórico a sociedade socialista.



der”, “educar para compreender”, “educar para conviver”. Estes postulados consolidariam uma “reforma planetária das mentalidades”.

Por outro lado, como indicativos para a educação do futuro, encontramos, também, na América Latina, forjados no interior dos enfrentamentos, dos conflitos e dos confrontos a “educação política”, a “consciência de classe”, “a organização revolucionária”, o “trabalho como princípio educativo”.

Estão em confronto diferentes perspectivas educacionais. Para os movimentos sociais, educação, como política cultural, deve contemplar a emancipação humana, tendo como horizonte histórico a sociedade socialista; deve identificar o que surge em contraponto ao paradigma veiculado por organizações não-governamentais, ou com fortes laços com o Estado capitalista e seus pro-

gramas, sustentados pelo Banco Mundial, que pretendem, em última instância, orientar as políticas educacionais na América Latina.

Por ter adesão à realidade, não podemos ficar indiferentes frente a tais possibilidades históricas. Não é a escola em si ou a universidade em si que definirão os rumos da política educacional em nosso país. Os movimentos sociais, as ONG e as políticas de Estado e de governo, bem como os organismos internacionais de financiamento influenciarão decisivamente a chamada “*inserção econômica competitiva e transformação produtiva*” dos países periféricos e a mundialização financeira do capital.

Portanto, reafirmar as propostas, consolidadas ao longo das décadas de 1980 e 1990, de enfrentamento direto com as políticas neoliberais para a educação, como o são as pro-

postas do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, constitui uma das mais relevantes referências deste momento histórico, na defesa da educação pública, laica, para todos, socialmente referenciada. Referência reafirmada pelos segmentos sindicais, políticos e populares que elaboraram o Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira e que se posicionam contrários a “integração subalterna dos países periféricos na dinâmica global do capital”.

ANEXO

“Propostas Emergenciais para Mudanças na Educação Brasileira”

Consolidado pelas entidades do Fórum participantes do Seminário de Trabalho: *Reafirmando propostas para a educação brasileira*, realizado de 18 a 21 de fevereiro, em Brasília-DF.

(...)

Reafirmamos os princípios defendidos pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, expressos no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, cujos **elementos centrais e ações imediatas são apresentadas**, a seguir, organizadas em quatro dimensões principais:

I - Organização da Educação Nacional

ACÇÕES IMEDIATAS

Sistema Nacional de Educação

1. Consolidar o Sistema Nacional de Educação, revogando os impedimentos legais para sua organização e funcionamento democrático. (em especial, as Leis 9192/95, 9131/95, 9394/96).

Fórum Nacional de Educação

1. Instituir o Fórum Nacional de Educação como instância máxima

deliberativa da política educacional brasileira, com ampla representação dos setores sociais envolvidos com a educação.

Conselho Nacional de Educação

1. Redefinir, imediatamente, o Conselho Nacional de Educação como órgão normativo e de coordenação do SNE estabelecendo **nova composição e atribuições**, tendo como ponto de partida a retomada de discussão, com vistas à aprovação imediata, do PL 2.442/2000, de autoria dos deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro.

Avaliação da Educação Nacional

1. Organizar um grupo de trabalho para examinar a atual política de avaliação institucional da educação brasileira, com vistas a propor diretrizes para implementação de uma outra política que assegure o padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais, respeitada sua autonomia;

2. Revogar, imediatamente, a Lei 9.131/95, que criou o Exame Nacional de Cursos ("Provão"), substituindo este exame por processos de avaliação institucional periódica do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os setores envolvidos e tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição;

3. Revogar o Decreto 3.860/01, as Portarias Ministeriais 1465/01, 1466/02 e 2402/01 e a Medida Provisória 2143-35/01, que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos em instituições, autorização para expansão de vagas e outras providências;

4. Suspender, de imediato, a criação de novas instituições de ensino privadas e a autorização de novos

cursos bem como iniciar o processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas Instituições desde 2000.

Alfabetização

1. Desenvolver uma política permanente de alfabetização de jovens e adultos, evitando ações pontuais, esporádicas, de caráter compensatório - utilizando, para tanto, todos os recursos disponíveis do poder público, das universidades, das entidades e das organizações da sociedade civil.

Educação Técnica e Tecnológica

1. Revogar, em caráter de urgência, o Decreto 2208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com **imediato retorno** do ensino técnico de nível **médio integrado** (formação profissional integrada a educação geral) aos CEFETs (antigos e novos), aos colégios técnicos e agrotécnicos e às escolas técnicas, até que seja organizada uma nova reforma para a rede de educação técnica e tecnológica, com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos;

2. Definir, no prazo de um ano, nova proposta de educação profissional, vinculada ao ensino regular, não dualista, para discussão com a sociedade, estabelecendo-se, posteriormente, metas e prazos para a sua implantação.

II - Gestão Democrática

ACÇÕES IMEDIATAS

1 – Revogar imediatamente a Lei 9192/95, que disciplina a escolha de dirigentes universitários, bem como a Lei 9394/96, no artigo que trata da matéria, garantindo eleições, no mínimo, paritárias e participativas nos

processos de escolha de dirigentes, homologando o resultado no âmbito da instituição de educação superior;

2 – Garantir a realização de eleições diretas e, no mínimo, paritárias de dirigentes das unidades escolares, com a participação de todos, de acordo com seu projeto político-pedagógico e administrativo, amplamente divulgado aos interessados;

3 - Garantir a representação paritária, nos órgãos e colegiados decisórios das instituições de educação superior, dos diversos segmentos que compõem a comunidade universitária;

4. Revogar a permanência de dirigentes prevista nos recentes decretos de criação de CEFETs;

5 – Desencadear um processo de formulação de uma nova legislação educacional, em especial a LDB e o PNE;

III - Financiamento da Educação AÇÕES IMEDIATAS

1. Implementar aumento progressivo de gastos públicos com educação para, em um prazo de até oito anos, alcançar 10% do PIB, com vistas ao pleno atendimento das propostas contidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira.

2. Cumprir o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, e investir 18% dos recursos advindos da receita da União, incluindo aqueles atualmente retirados pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) e, nos casos de estados e municípios, 25% das suas receitas;

3. Derrubar os vetos à Lei 10.172, de 2001, que institui o Plano Nacional de Educação atualmente em vigor.

4. Ampliar os investimentos para desenvolvimento em ciência e tec-

nologia, fortalecendo os núcleos de pesquisa e garantindo o reajuste (aos níveis de 1995) das bolsas de iniciação científica, de pesquisa, de pós-graduação, do Programa Especial de Treinamento (PET) e do PICDT (com a imediata suspensão do PQI).

5. Promover ações objetivando o cumprimento das metas de atendimento, estabelecidas no PNE - Proposta da Sociedade Brasileira, em relação à educação infantil, fundamental, média e superior. Para tanto, introduzir previsão pertinente na próxima Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na revisão do Plano Plurianual (PPA), destacando os seguintes aspectos:

a) superar o atraso educacional pagando a dívida social, bem como implementar adequada manutenção e desenvolvimento da educação escolar em todos os níveis e modalidades;

b) universalizar o atendimento à demanda de pré-escola (4 a 6 anos) e expandir a oferta de vagas em creches (0 a 3 anos), acompanhando o crescimento populacional e suprimido, gradativamente, o déficit acumulado, inclusive aos/às portadores de necessidades educacionais espe-



ciais;

c) instituir creches nas escolas públicas, inclusive para filhos de trabalhadores/as em educação do próprio estabelecimento;

d) habilitar os trabalhadores/as em educação, condicionando o ingresso de novos/as profissionais à titulação mínima prevista em lei;

e) implantar uma política de expansão que assegure, na rede pública, a universalização do atendimento à demanda do ensino fundamental, inclusive aos jovens e adultos/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;

f) garantir as adequações necessárias ao atendimento de qualidade aos alunos/as de cursos noturnos e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;

g) estabelecer programas de educação de jovens e adultos/as de modo a cumprir o princípio constitucional que garante o direito à educação, incluindo a formação profissional;

h) garantir a expansão do ensino médio e da educação profissional, também no turno noturno, de modo a atender à demanda reprimida, aos estudantes trabalhadores/as e aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais;

i) melhorar as condições de ensino e aprendizagem das escolas de nível médio, equipando-as com laboratórios adequados;

j) ampliar a oferta de ensino superior de modo a atender a 40% da faixa etária de 18 a 24 anos, inclusive aos/às portadores/as de necessidades educacionais especiais, também, em horário noturno, para incluir a população trabalhadora;

6. Garantir a fiscalização social dos recursos da educação;

7. Garantir recursos do Tesouro

Nacional para o pagamento de aposentados/as (com paridade de remuneração) e pensionistas, não como verbas de manutenção e desenvolvimento do ensino;

8. Providenciar o imediato preenchimento das vagas de pessoal (docente e técnico-administrativo) e expansão do quadro das instituições federais de ensino;

9. Desprivatizar a educação pública mediante a implementação, entre outras, das seguintes medidas:

a) revisão dos contratos (nacionais e internacionais) para implementação de programas educacionais, iniciando com os referidos na “Agenda 100 do Ministério da Educação”;

b) revisão e controle dos empreendimentos regidos pela lógica de mercado nas instituições públicas de educação como, por exemplo, entre outros, as fundações privadas;

c) revisão das transferências de recursos públicos a instituições privadas, em prejuízo do desenvolvimento da educação pública;

d) revisão dos dispositivos legais que favorecem a privatização da educação brasileira, dentre os quais, as normas para autorização e reconhecimento de cursos e para credenciamento de instituições de educação superior, formuladas pelo Conselho Nacional de Educação;

10. Aprovar um Plano Nacional de Assistência Estudantil, com previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano, conforme disposto na página 148 do PNE - Proposta da Sociedade Brasileira: “Implementar políticas públicas adequadas que facilitem o acesso ao ensino superior dos segmentos da população vítimas da exclusão social. Garantir reais condições de desenvolvimento



acadêmico ao estudante universitário, mediante recursos e mecanismos que assegurem condições de alimentação, transporte, moradia e disponibilidade de material de estudo àqueles que deles necessitem”.

11. Implementar, imediatamente, o piso salarial profissional, nacionalmente unificado, para os/as trabalhadores/as em educação, de valor compatível com os dispositivos constitucionais específicos, a partir da formulação proposta no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira, página 138: “Para esse nível de ensino foi previsto, como parâmetro, um custo/aluno/ano equivalente a US\$ 1.000,00 (por simplificação), que é o valor gasto pelos municípios que oferecem um ensino de melhor qualidade. Esse valor de custo/aluno/ano propiciaria um pagamento de um salário médio de um professor de US\$ 1.000,00 para uma jornada em sala de aula de 20 horas por semana (40 semanas/ano). Considerando-se uma estrutura de carreira em que o salário final atinja, no máximo, duas vezes o salário inicial, este valor médio propiciaria um piso salarial profissional em

torno de US\$ 700,00 para a mesma jornada.”

IV - Formação e Profissionalização dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação

AÇÕES IMEDIATAS

1. Aprovar o PDL nº 385/2000, que restabelece o papel da universidade como *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação, e revogar os Decretos nºs 3.276/99 e 3.462/2000 assim como todas as Resoluções do CNE, que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET.

2. Garantir que a formação inicial dos/as trabalhadores/as em educação seja realizada nas universidades, para que ocorra em patamar de qualidade social, política e pedagógica, sustentada pela indissociabilidade das funções de pesquisa, ensino e extensão e pela interação entre teoria e prática.

3. Rediscutir as diretrizes curriculares dos cursos de formação de trabalhadores/as em educação tomando como referência as propostas

definidas no PNE: - Proposta da Sociedade Brasileira, com ênfase para:

- a docência como base da formação profissional de todos aqueles que se dedicam ao trabalho pedagógico;

- o trabalho pedagógico como foco formativo;

- a sólida formação teórica em todas as atividades curriculares, nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, em todos os seus níveis e modalidades, e nos conteúdos especificamente pedagógicos;

- a ampla formação cultural;

- a criação de experiências curriculares que permitam contato dos futuros profissionais com a realidade da escola, desde o início do curso;

- a incorporação da pesquisa como princípio formativo;

- a possibilidade de vivência, pelos futuros profissionais, de formas de gestão democrática;

- o desenvolvimento do compromisso social e político da docência;

- a reflexão sobre a formação para o magistério;

- A realidade da prática educativa, particularmente aquela que ocorre nas escolas públicas de Educação Básica, deve ser o ponto de partida para o desenvolvimento das atividades curriculares na formação profissional básica e continuada.;

4. Implementar programas de educação a distância como suplementares à formação do magistério, vinculados às Universidades, cujo desenvolvimento pressupõe, por parte da Instituição de Educação Superior, a predominância da educação presencial.

5. Garantir que a formação profissional continuada, exigida pela



LDB para docentes, seja, no caso das instituições particulares de ensino, de inteira responsabilidade do empresariado da educação, sem quaisquer ônus ou perdas para os/as professores/as, independentemente da IES escolhida (pública ou privada) para a realização do programa de formação.

6. Garantir que a formação continuada de trabalhadores/as da educação, (docentes e técnicos administrativos) seja, no caso das Instituições Públicas de Ensino, de inteira responsabilidade das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, em cuja atuação deve incluir a coordenação e o financiamento dos programas, a sua manutenção como ação permanente e a busca de parcerias com Universidades e Instituições de Ensino Superior (IESs), preferencialmente públicas.

7. Garantir que os/as professores/as de Educação Infantil possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

8. Garantir que todos/as os/as professores/as das séries iniciais do

e Ensino Fundamental, em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, educação de jovens e adultos etc.), possuam formação específica em nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia;

9. Garantir que todos/as os/as professores/as da Educação Básica (infantil, fundamental e média), em quaisquer modalidades (educação especial, ensino supletivo, ensino técnico, educação de jovens e adultos etc), possuam formação específica de nível superior, obtida em Curso de Licenciatura Plena, nas áreas de conhecimento em que atuam.

10. Garantir, já a partir de 2003, que os sistemas estaduais e municipais de educação mantenham programas regulares de formação continuada de professores/as alfabetizadores/as, contando, para tal, com apoio das Universidades sediadas nas respectivas áreas geográficas.

11. Ampliar o número de Cursos de Licenciatura, em especial de cursos noturnos, e o número de vagas para os respectivos cursos, nas universidades públicas;

12. Consolidar e desenvolver a pós-graduação e a pesquisa nas IESs, mantendo fluxo contínuo de trabalhadores/as em educação (docentes, técnicos administrativos) em capacitação.

13. Consolidar e desenvolver os programas de pós-graduação e pesquisa em educação, como centro irradiador da formação do/a trabalhador/a em educação, para todos os níveis e modalidades educacionais.

14. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para profissionais do magistério, em todos os níveis e modalidades

des de educação, com garantia de recursos.

15. Implantar, no prazo de um ano, planos de carreira e de formação para o/a trabalhador/a em educação que atuam em áreas técnica e administrativa, em todos os níveis e modalidades de ensino, com garantia de recursos.

Notas

1. O debate original do Fórum Mundial de Educação (Porto Alegre-19 a 22 de janeiro de 2003) previa como debatedores: FERNANDO ROSERO GARCÊS (Equador), ALLI GILLA (TZ – Tanzania), RÉGINE TASSI (França). Coordenação CELI TAFAREL (Brasil). Problemas de força maior inviabilizaram a presença dos demais.
2. Professora Doutora Titular da FAGED UFBA – Secretária Geral do ANDES-SN Gestão 2002-2004.
3. MARX. Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. São Paulo: Paz e Terra, S/D.
4. ENGUITA, Mariano. A face oculta da escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
5. Sobre os Movimentos Sociais na América latina, encontramos dados In: BARSOTTI; Paulo & PERICÁS, Luiz Bernardo (Org.) *América Latina: História, Idéias e Revolução*. São Paulo: Xamã, 1998.:
6. PETRAS, James. América latina: 30 anos depois de Che Guevara. In: PERICÁS; Luiz Bernardo & BARSOTTI, Paulo (Org.) *AMÉRICA LATINA: História, crise e movimento*. São Paulo, Xamã, 1999.
7. Michael Lowy em seu livro “*O pensamento de Che Guevara*”, editado em 1999 pela Expressão Popular apresenta a filosofia de Che, seu pensamento econômico, sua inserção na guerra revolucionária e, a expressão de seu pensamento nos dias atuais.
8. LANDIM, Leilah. (org.) *Sem fins lucrativos: as organizações não-governamentais no Brasil*. Rio de Janeiro: Iser, 1988.
9. A Associação Brasileira de organizações Não Governamentais (ABONG) e a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (ALOP) reúnem ONGs do Brasil e da América Latina.
10. Destacam-se: A London School of Eco-

nomics; Universidade John Hopkins; Universidade de Yale; Universidade de Harvard; Instituto de Estudos do desenvolvimento de Boston; Programa da Fundação FORD;

11. HADDAD, S. (Org.) & BIBBINGTON; A OLIVEIRA, F. SCHERER-WARREN; I. LANDIM, L. WANDERKLEY, L. *ONGs e Universidades*. São Paulo: ABONG, Peirópolis, 2002.

12. FONSECA; Marília. *O financiamento do banco mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional*. In: DE TOMMASI; L; WARDE, M; HADDAD; J. (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

13. A concepção de sociedade civil, no surgimento das primeiras organizações alternativas era de espaço de disputa de interesses e de criação de hegemonia. Englobava movimentos e associações diversas, assumindo conotação de não-Estado, ou anti-Estado.

14. VITAE CIVILIS – Instituto para o desenvolvimento, meio Ambiente e Paz. BORN; Rubens Harry (Coordenação). *Diálogo entre as esferas global e local: Contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis, 2002.

15. Ver detalhes sobre esta mentalidade imperialista e mercantilista dos Estados Unidos da América do Norte In: GEORGE, Susan *Antes das liberdades, o comércio*. Dossiê. disponível no sítio www.diplo.com.br .

16. GADOTTI; Moacir. PAULO FREIRE: Uma Biobibliografia. São Paulo: Cortez, 1996.

17. FREIRE; Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e terra; 1977.

18. Dados disponíveis IN: www.mdic.gov.br/comtext/secex/alca.html

19. UNESCO, 1990, p. 137.

20. CHESNAIS; François. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

21. Qualquer dúvida a respeito do desmonte na Nação brasileira poderá ser verificado pelos fatos relatados e analisados nas seguintes obras: LESBAUPIN; Ivo (Org.) *O desmonte da Nação; Balanço do governo FHC*. Petrópolis/RJ, Vozes:1999. LESBAUPIN, Ivo & MINEIRO, Adhemar. *O desmonte da Nação em dados*. Petrópolis/RJ, Vozes

2002. e ainda, POCHMANN, Marcio & BORGES, Altamiro. “*Era FHC*”: *a regressão do trabalho*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

22. Sobre desigualdade, exclusão e democracia, ver mais In: GENTILI, Pablo. *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis/RJ: Vozes 1999. GENTILI, P. ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto: Com um epílogo do Subcomandante Marcos sobre as crianças zapatistas*. Petrópolis/RJ: Vozes,2001.

23. Durante a palestra fiz menção ao FÓRUM NACIONAL EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA e defendi a tese de que a política educacional no Governo LULA deveria tomar como referencia as propostas da Sociedade Brasileira expressas no Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira. Apresento agora, porque assim é possível, as mais atuais reivindicações do Fórum para Mudar a Educação no Brasil, sistematizadas em fevereiro de 2003 em Seminário em Brasília/DF.

24. MORIN; Edgar. Os tese Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez, UNESCO, 2002.

25. Um dos consultores em vista, para contribuir com o MEC na Reforma da Universidade Brasileira, anunciada pelo Ministro Cristovam Buarque, é Edgar Morin. ☒

Uma abordagem jurídica da precarização do trabalho docente nas Universidades Públicas.

Aparecido Inácio¹

Lara Lorena²

I- Introdução

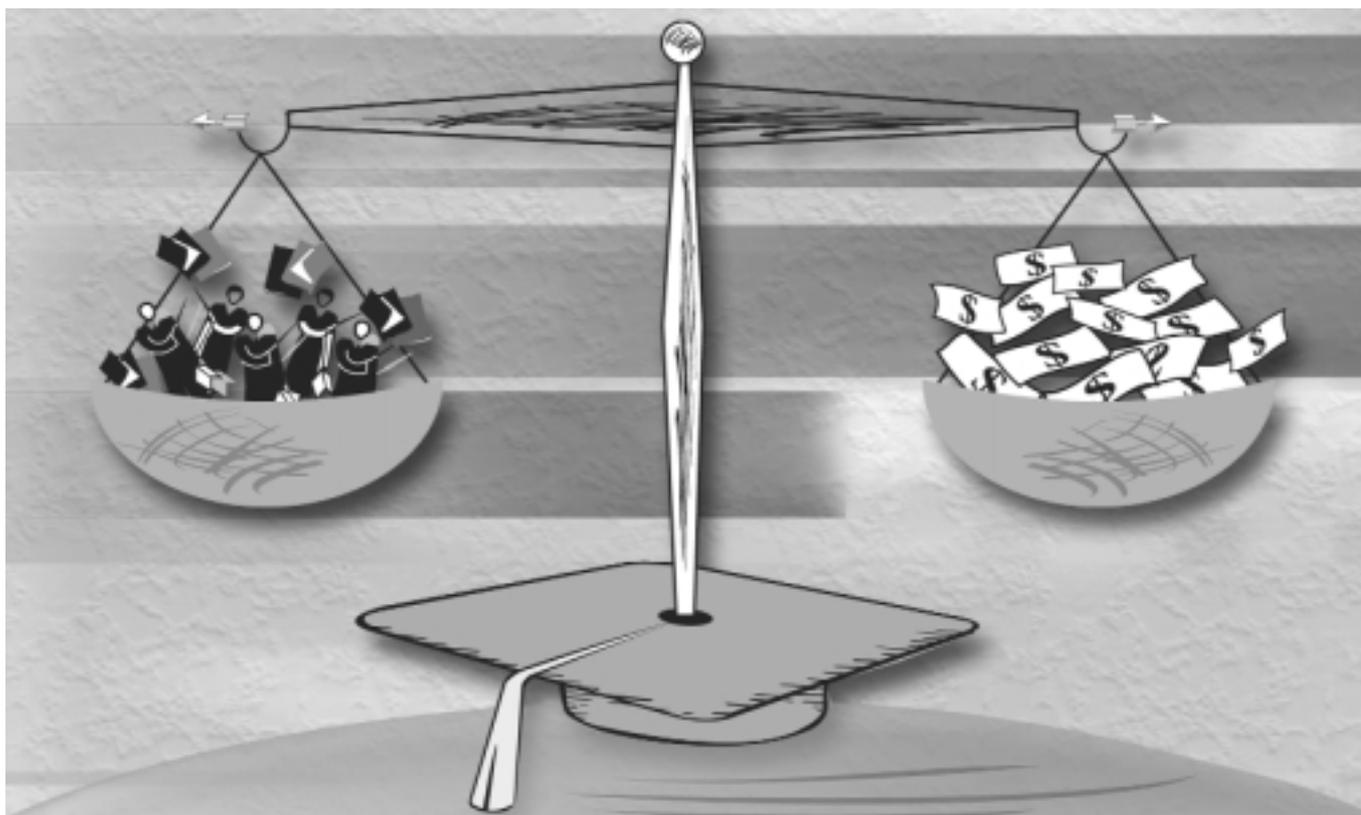
A UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba – SP realizou, no período de 29 a 31 de agosto do corrente ano, o Seminário Jurídico Continental sobre a ALCA, que contou com a presença de mais de mil participantes, entre representantes governamentais e palestrantes renomados do Brasil, Argentina, Cuba, EUA, Canadá, México, dentre outros, que debateram a conveniência ou não do Brasil aderir à ALCA.

Segundo Edésio Passos, palestrante convidado do Seminário,

sobre a ALCA: “não se trata na realidade de um acordo comercial, mas sim de um processo de hegemonia de países ricos sobre os países pobres considerados emergentes, encontrando-se ausente o pressuposto básico e necessário, o da liberdade absoluta de negociação, inexistente por tratar-se de partes desiguais, em que num bloco de trinta e quatro países, apenas dois podem ser considerados como iguais”. As conclusões do Seminário serão divulgadas amplamente neste momento fundamental para o debate que população, governo e entidades representativas brasileiras vêm travando sobre a ALCA.

Neste horizonte, de inserção da sociedade em novo contexto social, não há como se afastar da discussão sobre as novas relações jurídicas que vêm se assentando no dia a dia de nossas instituições públicas e privadas, em decorrência da nova dinâmica social que se quer empregar no Brasil.

É hora de os operadores do direito voltarem sua atenção para essas novas relações que emergiram no bojo de um debate, que embora legítimo, não são mais um anúncio, já tendo ocupado forma e espaço nas relações sociais e jurídicas brasileiras, onde sua manifestação mais aguda aparece na flexibilização dos direitos trabalhistas.



A idéia da viabilidade da flexibilização, tão defendida pelos neoliberais, com base na autonomia da vontade e conseqüente desconstituição das garantias legais, elegendo a regulamentação dos direitos dos trabalhadores pelas pactuações coletivas, com a prevalência dos interesses da economia de mercado, culmina por acolher uma gama de relações jurídicas, inclusive em nossas universidades públicas que, em comum, somente se caracteriza pela precarização do trabalho docente.

Além do achatamento salarial, redução das verbas para pesquisa, da promíscua difusão das fundações de apoio, da contratação de cooperativas para prestação de serviços terceirizados tanto para a atividade principal quanto para as de apoio, outras formas de precarização do trabalho docente têm sido implementadas, de forma permanente, sobre o que aqui nos deteremos com mais apuro: a instituição do trabalho voluntário e a contratação de professores como temporários ou precários.

A forma de flexibilização trabalhista defendida pelo liberalismo e as formas que esta flexibilização assume no Brasil, nunca é demais trazer à tona, vem na contramão do pensamento de Emile Durkheim, célebre por ter escrito, entre outras obras, "Da Divisão do Trabalho Social", para quem, para se estudar cientificamente um fenômeno social, é preciso estudá-lo objetivamente, do exterior, encontrando o meio pelo qual os estados de consciência não perceptíveis diretamente podem ser reconhecidos e compreendidos. Estes sintomas, ou expressões dos fenômenos de consciência, seriam os fenômenos jurídicos.

Para o sociólogo que não nega

que, nas sociedades modernas, os contratos concluídos livremente pelos indivíduos têm um papel importante, o elemento contratual é um derivado da estrutura da sociedade, até mesmo um derivado do estado de consciência coletiva, na sociedade moderna. Para que haja uma ampla esfera onde os indivíduos possam concluir livremente acordos entre si, é preciso que a sociedade tenha uma estrutura jurídica que autorize essas decisões autônomas dos indivíduos. Em outras palavras, os contratos se situam dentro de um contexto social que não é determinado pelo próprio indivíduo: é a prioridade da estrutura social sobre o indivíduo. Dessa forma, os contratos são concluídos entre os indivíduos, mas suas condições são fixadas por uma legislação que traduz a concep-

Quanto mais individualista a sociedade, menor o seu nível de consciência coletiva, provocando a desintegração social.

ção que a sociedade tem sobre o que é justo, injusto, tolerável ou proibido. Quanto mais individualista a sociedade, menor o seu nível de consciência coletiva, provocando a desintegração social. Neste sentido, é essencial se preservarem imperativos, interditos, eleição de valores e objetos coletivos, que vinculem as pessoas ao todo social.

Ao Direito cabe acompanhar a dinâmica das novas relações sociais, enfrentando a imobilidade e a fetichização da lei, porém sem perder de vista que é acima de tudo instrumento de realização do Estado Democrático, e que no Brasil se persegue entre outras diretrizes, a igualdade, isonomia, liberdade, moralidade e, afinal, a melhoria da condição social do indivíduo.

II - Do trabalho voluntário

O trabalho voluntário foi inserido no cenário jurídico pátrio pela lei 9.608, de 19/02/1998, como consequência do Programa de Voluntariado, criado pelo Conselho da Comunidade Solidária, em 97, com o objetivo de promover e fortalecer o voluntariado no Brasil e define voluntário como o "*cidadão que, motivado pelos valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitário*".

Contudo, no Brasil inclusive, as boas idéias acabam encontrando um caminho perverso em que possam ser empregadas. A falta de controle principiológico da norma legal permite que, com respaldo na lei, a mesma sirva de instrumento à apli-

cação dos mais variados absurdos.

Não se pode negar que a Lei nº 9.608/98 constituiu um avanço, ao respaldar juridicamente a prestação de serviço voluntário, regulamentando a prática do voluntariado e protegendo as entidades de reclamações na Justiça Trabalhista³. Porém, não raro é seu emprego na contratação de profissional qualificado para exercer uma função, de forma continuada e permanente, ligada à atividade-fim da instituição, caracterizando facilmente a fraude à legislação trabalhista.

A dificuldade de controlar o desvio da aplicação de leis em situações para as quais não foi ela prevista, a despeito do desvio de finalidade, pode ainda ser enfrentada, com des-

velo, sob outro enfoque. Uma determinada situação pode ser ao mesmo tempo regular e legal, mas nem sempre legítima. A legitimidade deve ser recurso para o qual os juristas devem, com mais frequência, se voltar.

Essencialmente, nas Universidades Públicas, a questão do trabalho voluntário colide frontalmente com o dispositivo constitucional que exige a aprovação em concurso público para a investidura em cargo público⁴, bem como fere os dispositivos da LDB⁵.

O trabalho voluntário começou a se infiltrar nas universidades permitindo que os docentes aposentados pudessem permanecer nas atividades de pesquisa. Foi o suficiente para que, hoje, não somente aposentados exerçam atividades de pesquisa, sem a devida contra-prestação, mas possibilitou que tal situação pudesse ser estendida a quaisquer atividades acadêmicas, sejam para aposentados ou monitores, incluindo ministrar aulas, por meio de trabalho voluntário.

Assim, somente para discutir a questão jurídica, sem mencionar a escandalosa situação social por trás dessa decisão, permitir que pesquisa ou outras atividades sejam exercidas por pessoas que não foram investidas regularmente no serviço público, viola o preceito constitucional do artigo 37, inciso II que impõe que o acesso aos cargos e às funções públicas deve se dar por meio de concurso público de provas e títulos.

As universidades que atuam desta forma estão distorcendo as finalidades do trabalho voluntário, antes exercido de modo autônomo e independente, por pessoas que se dedicavam aos serviços para instituições filantrópicas (a exemplo das APAEs,

Casas de Idosos, Menores e Hospitais do Câncer etc).

Segundo Bruno de Aquino Pereira Xavier, autor do livro *"Direito Alternativo: uma contribuição à Teoria do Direito em face da ordem injusta"*, Editora Juruá, este conceito não difere do difundido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para quem voluntário é o "jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social ou outros campos."

E mais: *"Nos conceitos de voluntário acima transcritos, encontra-se implícita a principal motivação para o exercício do voluntariado: a satisfação do seu executor. O trabalho voluntário gera uma realização pessoal, um bem estar interior advindo do prazer de servir a quem precisa. Funda-se no sentimento de solidariedade e amor ao próximo; na importância de sentir-se socialmente útil. O serviço voluntário é uma realidade antiga no Brasil⁶. Faltava, no entanto, um diploma legal que viesse a regular esta relação de trabalho a fim de não só estimular a prática do voluntariado, como também, criar um respaldo jurídico capaz de facilitar a profissionalização do serviço voluntário e evitar a reclamação de direitos trabalhistas⁷. No primeiro aspecto (incentivar a prática do trabalho voluntário) a Lei nº 9.608/98 deixou a desejar. Isto porque não estabeleceu qualquer vantagem para as pessoas que resolvam dedicar seu tempo a uma causa nobre através da ajuda a alguma entidade⁸. Por exemplo, poderia ter sido concedido algum tipo de benefício fiscal às pessoas que prestassem*

voluntariamente serviço a alguma entidade devidamente cadastrada num órgão governamental competente ou que fosse reconhecida de utilidade pública federal; outra sugestão bastante interessante também poderia ser o abono de uma falta trimestral no emprego daquelas pessoas que comprovassem documentalmente prestar serviço voluntário relevante a alguma instituição, durante um determinado período temporal. Todavia, infelizmente, passou à margem de tais tópicos o legislador. Ao se analisar o conteúdo da Lei no 9.608/98, ao longo dos seus 5 (cinco) artigos, verifica-se que o legislador se preocupou, basicamente, em perfilar o trabalho voluntário a fim de distingui-lo do trabalho assalariado. O art. 1º define o trabalho voluntário como a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social. Já o parágrafo único do citado artigo dispõe que: o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. (...) Sistematizando, percebe-se, então que, são tidas como características do serviço voluntário: a) Trabalho não remunerado; b) Trabalho prestado por pessoa física à entidade pública de qualquer natureza ou instituição privada sem fins lucrativos; c) Existência de termo escrito de adesão, onde conste o objeto e as condições do trabalho a ser realizado".

Por sua vez, a CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, não deixa dúvidas de que tal como empregado

nas universidades públicas, o trabalho voluntário pode gerar vínculo empregatício, pouco importando a existência do tal “termo de adesão” e o nome que se queira dar ao tipo de contrato e de emprego: estando presentes os requisitos legais da CLT⁹, haverá vínculo de emprego.

Logo, uma vez caracterizada fraude à legislação trabalhista, os autores do ato, administradores públicos, estarão sujeitos, em consequência, ao crivo da lei 8.429¹⁰, de 02 de junho de 1992, que trata dos atos de improbidade administrativa.

A terceirização ou a contratação temporária de pessoal para exercer qualquer atividade pública somente será viável quando constatada a impossibilidade absoluta de execução por parte da Administração, sendo por insuficiência de pessoal ou porque a tarefa a ser desenvolvida demande conhecimento técnico, muito específico, que a própria Administração não possa atender. Mesmo assim, esta terceirização seria apenas para específicas atividades da entidade pública, e não da gestão como um todo.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro alerta que: “(...) na maior parte dos casos, a ineficiência do órgão decorre da própria inépcia da Administração Pública em equipá-lo com os recursos materiais e humanos indispensáveis para adequada prestação da atividade. Daí a Administração Pública procurar o caminho mais fácil da terceirização que, no entanto, não encontra fundamento legal, além de, em grande parte dos casos, custar mais caro para os cofres públicos, em flagrante ofensa ao princípio da economicidade, consagrado pelo art. 70, caput, da Constituição Federal”. (DI PIE-

TRO, Maria Sylvia. *Parcerias na administração pública*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 293).

A Administração deve, portanto, contratar profissionais mediante a realização de concurso público, a fim de preencher seu quadro de profissionais. Não obstante, admite-se a possibilidade, de modo eventual e demonstrada a maior vantagem, de serem contratados os serviços de empresas ou profissionais para suprirem, até posterior contratação de profissionais por concurso público, as vagas no quadro de profissionais da Administração. De qualquer forma, a contratação será de atividades-meio da entidade.

Os docentes contratados por meio dos “contratos precários” realizam as mesmas atividades que os docentes concursados, não havendo qualquer distinção quanto ao exercício do trabalho em relação aos ocupantes de cargo público.

III - Do trabalhador “precário” ou temporário

Outra forma de precarização do trabalho docente vem encontrando guarida nas Universidades que têm procurado contratar professores em caráter “precário” ou como temporários. A forma de ingresso dessa parcela de docentes nas universidades e na carreira acadêmica se realiza por meio de um simples procedimento seletivo, que termina com a adoção de um contrato de trabalho por prazo determinado, ao cabo do qual, podem ser sucessivamente renovados ou rescindidos. Essa modalidade de contratação restou conhecida na Universidade de São Paulo como “contratos precários”.

Embora carregue este título, que indica provisoriedade, são sucessivamente renovados, sendo frequen-

tes os casos de docentes que possuem dez, quinze, ou vinte anos de dedicação à universidade e cujo vínculo de trabalho com a mesma foi estabelecido mediante essa forma de contratação. O docente assim contratado, quando tem seu contrato rescindido, não tem direito a receber qualquer indenização, aviso prévio, fundo de garantia (FGTS) ou mesmo multa de 40% (quarenta por cento) regularmente paga aos empregados admitidos sob o regime de CLT.

É fundamental destacar que os docentes contratados por meio dos “contratos precários” realizam as mesmas atividades que os docentes concursados, não havendo qualquer

distinção quanto ao exercício do trabalho em relação aos ocupantes de cargo público, sujeitando-se a todas as obrigações e deveres dos docentes efetivos, porém não aos mesmos direitos. Os docentes contratados se submetem ao regime estatutário do servidor público, contribuem para a previdência do servidor público, têm o tempo de serviço contado para todos os fins de direito como de serviço público, acumula quinquênios, fazem jus à licenças-prêmio, afastamento, tudo segundo as normas do serviço público estadual. Entretanto, a distinção entre docentes efetivos e precários é de fácil constatação: a) o docente contratado precariamente pode ser demitido sem qualquer ônus para a Universidade a cada renovação de contrato, sem contrapartida pela prestação de

serviços à Universidade; b) o contratado não adquire estabilidade, pois não ocupa cargo, o que acarreta uma instabilidade funcional e institucional que perdura por tempo indeterminado, vez que sujeita o contratado à fragilidade de sua posição acadêmica; c) os servidores docentes em tal situação, na época de suas renovações contratuais, deparam-se, muitas vezes, em seus respectivos Conselhos de Departamento, com critérios obscuros, arbitrários, fundados em questões pessoais ou políticas, que motivam a renovação ou rescisão contratual, conforme conveniências muitas vezes mesquinhas, que não as do interesse público e da instituição, em total prejuízo do compromisso acadêmico da universidade com a sociedade.

Também, nestes casos, a contratação por meio dos processos seletivos que originam os “contratos precários”, é inconstitucional por violação ao artigo 37, IX, CF – “A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”.

As atividades de ensino, pesquisa e extensão não são, em si mesmas, hipóteses que se afigurem de natureza temporária, razão pela qual não tem respaldo jurídico tal forma de contratação. Contudo, as Universidades têm se valido deste expediente irregular de contratação de docente para ocupar vaga em lugar de cargo público, sendo que a investida em cargo público, como já dissemos, somente ocorre mediante concurso público, conforme determina a Constituição Federal.

Em parecer elaborado à Associação dos Docentes da USP, como estudo acadêmico do tema, o jurista

Amauri Mascaro Nascimento, assim se manifestou sobre a prática de admissão de docentes mediante contratos precários prorrogáveis: “*É irregular a situação que se formou em decorrência do uso do contrato de precários para docentes do ensino superior vinculados à instituição há diversos anos porque uma figura jurídica prevista em lei para dar atendimento a necessidades transitórias não pode respaldar relações de trabalho de trato sucessivo e que exigem a admissão do servidor público através de outros instrumentos jurídicos e não o contrato precário. A precariedade pressupõe curta duração do contratado e não corresponde à docência sem concurso exercida durante diversos anos, ainda que através de prorrogações, o que também contraria a legislação*”.

Tal vínculo com a instituição remete o docente a um limbo jurídico, onde as relações jurídicas são híbridas quanto aos deveres, mas não quanto aos direitos, visto que não encontra correspondência com nenhuma forma jurídica existente. Não se trata de vínculo estatutário permanente porque este pressupõe concurso público e nomeação, tampouco é admissão para emprego ou função pública, porque desatende ao modelo da legislação trabalhista (CLT, art. 442), segundo o qual os contratos a prazo não podem ser prorrogados mais de uma vez, sob pena de se transformarem automaticamente em relações fixas e por tempo indeterminado e também porque só se justificariam se atendida a exigência constitucional da temporariedade e do excepcional interesse público.

Por sua vez, nossos tribunais têm firmado entendimento contrário à possibilidade de contratação em hi-

pótese que se afigura de preenchimento de cargo¹¹. O Enunciado nº 363, do Tribunal Superior do Trabalho, traz hialino entendimento quanto à irregularidade de contratação de servidor público senão por concurso público, o que pode ensejar a nulidade do contrato de trabalho ilegalmente pactuado¹².

Corrente o entendimento jurisprudencial de que, mesmo diante da invalidade da contratação obreira, nos termos do art. 37, §2º, da Lei Maior, ainda assim restam devidos os depósitos de FGTS, por conta da especial prescrição jurídica inserta na Lei 8036/90, pela Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001¹³.

É tempo de se exigir dos docentes que ocupam cargos administrativos, a responsabilidade de administrador público, posto que são agentes públicos, investidos de responsabilidade sobre a *res publica*, cientes que devem ser do risco de que o desvio de seus atos, diga-se, contratação decorrente de ato irregular da Administração Pública, pode acarretar, além de conseqüências na esfera trabalhista para a instituição, a pena de improbidade administrativa.

Não é aceitável que as instituições públicas vivam, sempre, num regime de contratações provisórias, de modo a negligenciarem as ocupações efetivas em prol das contratações temporárias.

III- Conseqüências destas irregularidades

A prática de admissão docente por meio de contratos precários ou temporários tem como fundamento jurídico a autonomia universitária. Ocorre que a autonomia não significa soberania da universidade em relação ao ordenamento jurídico pá-

A USP, por exemplo, chegou inclusive a contratar docentes ainda durante prazo de validade de concurso público anteriormente realizado para ocupar o mesmo cargo.

trio, devendo atuar de forma a se coadunar com as demais normas constitucionais e princípios da Administração Pública.

Tem sido entendimento corrente do Tribunal Superior do Trabalho que não existe previsão legal de contrato por prazo certo para atividades permanentes, somente sendo admitida a contratação por prazo determinado para atividades sazonais, de serviços cuja natureza ou transitoriedade justifiquem a predeterminação do prazo, ou ainda, segundo ao artigo 443, §2º, da CLT, de atividades empresariais de caráter transitório e contratos de experiência.

Na hipótese em tela, a natureza do serviço prestado não tem caráter de transitoriedade, tampouco assim se materializa, visto que o contrato é renovado periódica e sucessivamente, em evidente demonstração quanto à necessidade permanente da atividade exercida. A contratação por prazo certo somente se justificaria em caso excepcional, emergencial e transitório, o que não ocorre, visto uma grande parte da categoria docente estar sendo assim contratada.

Não há que se surpreender com a prática adotada pelas Universidades, que não raro têm se valido de expediente para ludibriar a realização de concurso público, revelando uma prática irregular de atuação enquanto ente da Administração Pública Indireta. A USP, por exemplo, chegou inclusive a contratar docentes ainda durante prazo de validade de concurso público anteriormente realiza-

do para ocupar o mesmo cargo.

A situação ganha relevo quando a contratação se faz em vaga em que se realizou concurso público. Nesse caso o concursado tem direito à sua nomeação se a instituição de ensino promover a contratação temporária. Recentemente, o STF decidiu que os candidatos aprovados no Concurso Público para Professor Assistente da Universidade de São Paulo – USP possuem direito à nomeação quando a Universidade contrata professores, sob o regime trabalhista, para exercer o mesmo Cargo em que houve Concurso Público¹⁴.

O risco de anulação dos contratos deveria ser melhor avaliado pela sua Administração, posto que acarreta prejuízo à instituição, não preenche a necessidade da contratação, enseja futuras ações judiciais contra a instituição pública, prejudica os interessados na concorrência, causando prejuízos imensos aos mesmos, perdendo-se de vista o interesse público, prejudicado em sua essência.

IV - Requisitos para admissão de docentes em caráter temporário

A Constituição Federal de 1988, embora tenha previsto que o ingresso nos quadros dos entes públicos far-se-á através do concurso público, como estatui o art. 37, II, da C.F., excepcionou essa regra nas hipóteses dos ocupantes dos cargos em comissão de livre nomeação e exoneração (inciso II) e quando se tratar de contratação, por prazo certo, de acordo com necessidade de excep-

cional interesse público (inciso IX).

Apoiando-se no referido inciso IX, do Art. 37, da C.F., foram promulgadas em alguns Estados, leis que vieram dispor sobre a contratação temporária de excepcional interesse público. No entanto, as Universidades vêm usando da contratação temporária por excepcional interesse público como meio de suprir deficiências de pessoal rotineiro.

Uma série de questões jurídicas emergem inevitavelmente: a natureza jurídica da relação entre os contratantes; a competência de foro para dirimir conflitos entre as partes; a competência para legislar sobre a mencionada matéria constitucional; quais os entes públicos que podem efetuar este tipo de contratação etc.

Ora, a redação do invocado inciso IX, do Art. 37, da C.F, embora, a princípio, possa parecer redundante ao estabelecer que a contratação será por *prazo determinado* para atender *necessidade temporária de excepcional interesse público*, traz em si, uma preocupação real do legislador constituinte de que a *necessidade temporária*, embora legitimamente identificada na legislação infraconstitucional, transmude-se em necessidade permanente, o que certamente ocorreria se não houvesse prazo determinado na contratação de pessoal.

Há duas razões básicas alegadas pela Administração para o ingresso no serviço público sem a realização de concurso público de provas e títulos. A primeira é a urgência na contratação do pessoal. Essa urgência deve encontrar-se devidamente justificada, sem o que, se estará, tão-só, violando a regra geral de ingresso no serviço público, que é o concurso público. A segunda é de caráter

estritamente econômico: os contratados pelo regime temporário embora recebam remunerações de servidor público, não oneram os cofres da instituição contratante com aposentadorias futuras.

Os contratos temporários são incentivados pela própria Administração Pública por serem mais "flexíveis" na seleção de candidatos que os rigorosos concursos públicos, viabilizando a celeridade almejada pelos administradores. Assim, os próprios docentes, ao escolherem essa forma de contratação, escolhem colocar eles mesmos, os seus pares, em situação desconfortável perante a legalidade, como vimos.

Ainda, diga-se, na maioria das vezes, o processo seletivo se submete a todos os requisitos de concurso público, revestido de todas as formalidades legais, porém, o classificado não é nomeado, e sim contratado, cabendo-lhe a grande missão de ir ao Poder Judiciário para reconhecer o processo seletivo como concurso público, e exigir sua nomeação no cargo.

Como visto, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que coincide com o entendimento do Ministério Público Federal, os contratos ditos temporários, de pessoal no serviço público, com dispensa de concurso público, sob pretexto de um inédito excepcional interesse público, são absolutamente inconstitucionais. O vício de tal procedimento é tão grave que o Supremo Tribunal Federal, como se repete, chegou a ponto de suspender até uma Medida Provisória, nº 2.014, baixada pelo Presidente FHC, porque não é urgente aquilo que o Governo assim o considera. Não é excepcional o que o Governo o consi-

dera. Não tem a lei e nem muito menos a medida provisória, e menos ainda o decreto, a portaria e demais atos subalternos, o poder de definir o que a Constituição dispõe que seja excepcional ou temporário.

Encerramos com a lucidez do Professor Celso Antônio Bandeira de Mello: "Será admissível contratação de pessoal por tempo determinado, com a urgência requerida, pelo prazo que se reputar estritamente necessário à realização de regular concurso público destinado ao preenchimento definitivo das vagas. (...) Isso não significa, entretanto, que sempre que se estiver diante de necessidade de pessoal temporário estar-se-á, *ipso facto*, diante de situação que dispense a adoção de procedimento que assegure a todos os interessados igual oportunidade de contratação." (Direito Administrativo na Constituição de 1988, Revista dos Tribunais, 1991, p. 194-8).

Notas

1. Advogado do ANDES - Regional São Paulo, ADUSP, ADUNIFESP e ADUFSCar; Relator da 3ª Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/SP – e-mail: inacioadvogado@uol.com.br.
2. Advogada da ADUSP e mestre em Filosofia do Direito pela PUC/SP; e-mail: lara@adusp.org.br
3. Lei nº 9.608, de 18.2.1998, chamada do voluntariado – art. 1º: "atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou de instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive, mutualidade", não gerando vínculo empregatício nem obrigação trabalhista, previdenciária ou afim. Como se vê, voluntariado não é favor nem caridade e o voluntário não se coloca como superior, não sendo necessariamente de classe abastada. Serviço voluntário é atividade de cidadania e, portanto, de todo cidadão.
4. "Art. 37, CF: A administração pública

direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (*) **Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98.**

5. Art. 67, LDB - Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso-exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

6. Jair Teixeira dos Reis, na sua Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos, promovido pela PUC Minas Virtual, intitulada "Trabalho Voluntário e Direitos Humanos" noticia que pesquisadores indicam como início do trabalho voluntário no Brasil a fundação da Santa Casa de Misericórdia em Santos, na data de 1.532.

7. O aspecto da profissionalização do voluntariado foi abordado por Maria Nazaré L. Barbosa e Carolina Felipe de Oliveira nos seguintes termos: "A ausência de um estatuto jurídico aplicável ao trabalho voluntário dificultava a profissionalização do serviço voluntário por duas razões: a) a entidade não exigia pontualidade, competência, temerosa de que a exigência pudesse vir a caracterizar a subordinação típica da relação de emprego; b) a entidade resistia a efetuar qualquer ajuda de custo, embora justificável em muitos casos, receosa de caracterizar a remuneração, outro elemento típico da relação de emprego" (in. Manual de ONGS - Guia Prático de Orientação Jurídica, Editora FGV, p. 46)

8. Fala-se aqui em entidade em sentido lato, ou seja, abrangendo: as associações civis sem fins lucrativos, as organizações não governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse público (OSCIP's), asso-

ciações filantrópicas, dentre outras.

9. Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço. § 1º - Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados. § 2º - Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, serão, para os efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas. Art. 3º - Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. **Parágrafo único** - Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, nem entre o trabalho intelectual, técnico e manual.

Art. 9º - Serão nulos de pleno direito os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na presente Consolidação;

10. Art. 11 - "Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; II - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício; III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo; IV - negar publicidade aos atos oficiais; V - frustrar a licitude de concurso público; VI - deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo; VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço."

Art. 12 - "Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes

cominações: I - na hipótese do art. 9º, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos; II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos; III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos. Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente."

11. Ementa: Concurso Público. Concessão de liminar vedando contratações para preenchimento de cargos. Suspensão do processo em razão de propositura de ação direta de inconstitucionalidade. Admissibilidade. Prejudicialidade Externa (CPC, Art. 265, IV, A). Inafastável. Homenagem ao princípio da economia processual. Recurso Improvido. (TJSP – 9º Câmara de Direito Público; AI. Nº 285.605-5/0-00 – Barretos – SP; Rel. Des. Ricardo Lewandowski; J. 18/12/2002; V.U.)

12. Enunciado 363, TST - A contratação de servidor público, após a Constituição de 1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu artigo 37, II e §2º, somente conferindo-lhe direito ao pagamento dos dias efetivamente trabalhados

segundo a contraprestação pactuada.

13. TRT 15ª R., 01627-2001, Rel. Juiz Luis Carlos M. Sotero da Silva, DJ 29/12/02

14. "Por ofensa ao art. 37, IV, da C.F. ("durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira"), a Turma deu provimento a recurso extraordinário para assegurar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público para o cargo de professor assistente da Universidade de São Paulo. Considerou-se que, no caso concreto, ficara comprovada a necessidade da Administração no preenchimento das vagas, haja vista que a Universidade de São Paulo contratara, no prazo de validade do concurso, dois professores para exercerem o mesmo cargo, sob o regime trabalhista – sendo um deles candidato aprovado do mesmo concurso. Afastou-se, ainda, a fundamentação constante do acórdão recorrido no sentido de que seria necessária a abertura de novo concurso pela Administração para a comprovação da existência das vagas. Precedente citado: RE 192. 568 – PI DJU 13.9.96. (RE 273.605 – SP, rel. Min. Néri da Silveira, 23.4.2002)

Referências Bibliográficas

DI PIETRO, Maria Sylvia. *Parcerias na administração pública*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BARBOSA, Maria Nazaré Lins e OLIVEIRA, Carolina Felipe de. *Manual de ONGS – Guia Prático de Orientação Jurídica*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2001.

REIS, Jair Teixeira dos. *Trabalho Voluntário e Direitos Humanos*. Monografia apresentada ao Curso de Aperfeiçoamento de Direitos Humanos e Direitos dos Cidadãos promovido pela PUC/MG. Disponível em:

www.portaldovoluntario.org.br/biblioteca/p_voluntarios/monografia_trabalho_voluntario.pdf.

BENÍCIO, João Carlos. *Gestão Financeira para Organizações da Sociedade Civil*. Global Editora (Coleção Gestão e Sustentabilidade), São Paulo, 2000. ☒

Políticas públicas e trabalho docente - mapeando a conjuntura pós-moderna

Maria Jucilene Lima Ferreira *

Introdução

A partir das concepções teóricas aqui apresentadas, acreditamos reunir neste trabalho alguns elementos significativos inerentes à criticidade necessária à leitura e releitura das relações entre contexto social, trabalho docente e projeto neoliberal.

Apresentamos como objetivo maior discutir a conjuntura pós-moderna do mercado global e as implicações desta nas políticas públicas e no cotidiano do trabalho docente, visando, ainda, uma reflexão crítica sobre o contexto sócio-político-econômico da realidade brasileira.

Nas últimas décadas, a política educacional vem se constituindo como uma forte aliada de defesa da economia globalizada e do sistema capitalista. Isto porque os países do núcleo que concentram a maior parte da riqueza mundial, controlam, de acordo com seus interesses, os mecanismos sócio-cultural-econômico-políticos dos países em desenvolvimento, definem e regulam as medidas educacionais destes países.

Esta política tem funcionado como sustentação do avanço crescente do capitalismo, isto de forma mais perversa e arbitrária como perda da soberania, desesperança, racionalização, precarização dos meios de produção, ausência de qualificação profissional para acompanhar as exigências do contexto social, econômico e educativo pós-moderno. Tal habilida-

de desconsidera a potencialidade do ator social para opinar nas escolhas que farão interferências em suas próprias vidas, portanto, por provocar o alheamento das pessoas, quanto às questões políticas, econômicas, educativas da sociedade.

A seguir, discutiremos alguns mecanismos pós-modernos que inferem no mercado de trabalho e na educação dos países da América Latina – identificados, dentre outros símbolos, como países em desenvolvimento.

Pós-modernidade, reestruturação do processo de produção e procedimentos educativos

No contexto da pós-modernidade, cada vez mais é menor a dignidade humana, a força de trabalho e possibilidade de descentralização do poder vigente.

As relações sociais, no âmbito do espaço profissional do professor e do processo de educação dos países em desenvolvimento, têm se caracterizado como um engessamento da autonomia e participação dos sujeitos. Esse engessamento se dá em função de manobras político-econômicas dos gerenciadores da submissão cultural, social, política e econômica que, através dos órgãos “competentes” como o BM¹, FMI², BIRD³, imprime aos países periféricos o controle necessário à sustentação de seus mandos. Uma comitiva perfeita lidera o encabestramento desses países. Vale salientar, ainda,

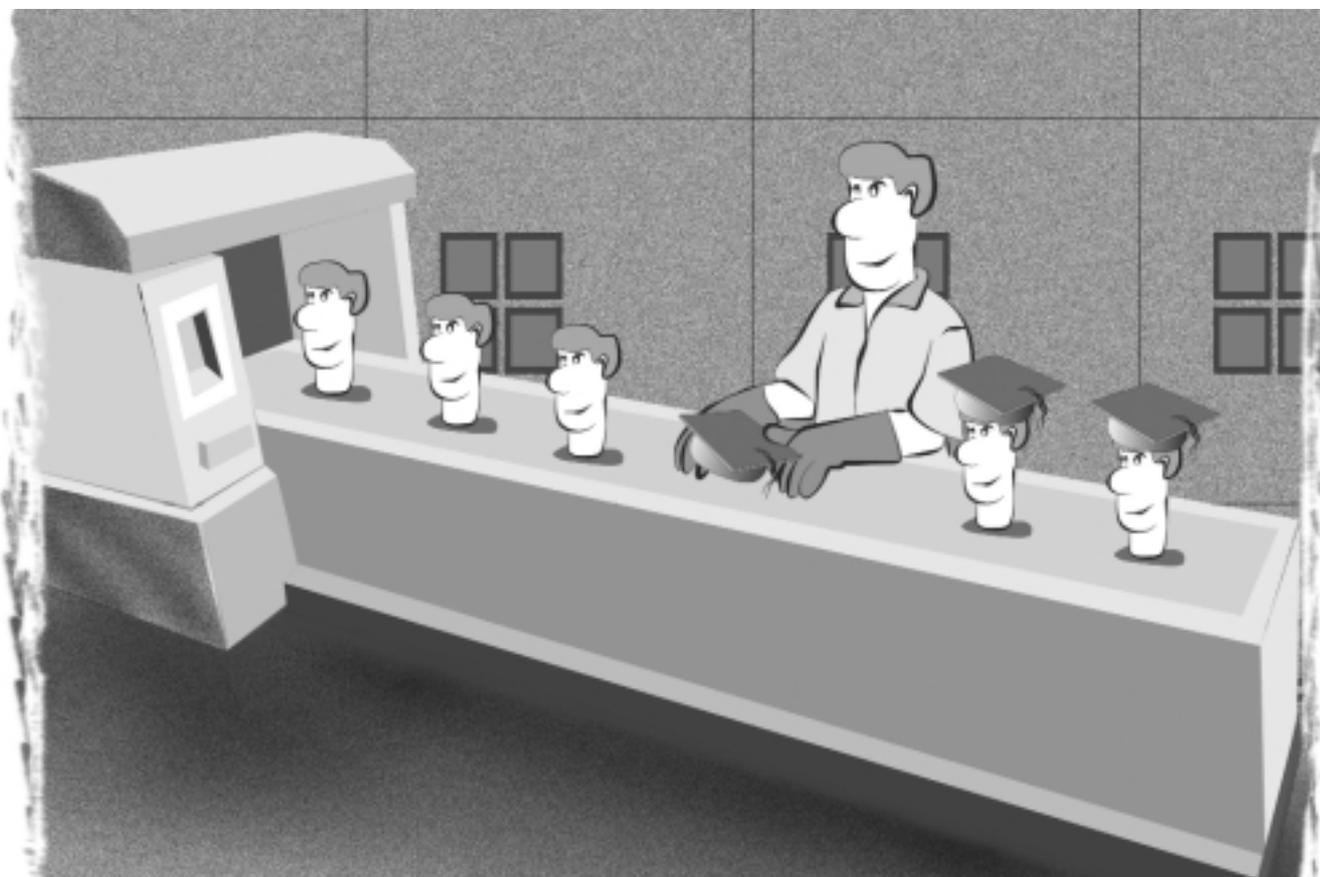
que estas manobras se constituem através de um discurso que camufla as verdadeiras intenções de cada ação, de cada intervenção realizada.

A pós-modernidade caracteriza-se principalmente como uma nova performance em que se desenvolve o processo de produção. Hoje, cada vez mais, é menor o sistema de produção identificado por taylorista/fordista⁴, pois este não responde mais às exigências da lógica do capitalismo contemporâneo - destruição e/ou precarização da força de trabalho e acumulação flexível do capital (ANTUNES, 2001).

O nosso contexto atual situa-se nessa lógica do capitalismo contemporâneo e, para tanto, um dos sistemas que se exemplifica com muita propriedade é o toyotismo - “forma de organização do trabalho que nasce a partir da fábrica toyota, no Japão, e que vem se expandindo pelo ocidente capitalista, tanto nos países avançados quanto naqueles que se encontram subordinados” (ANTUNES, 2001,p.21).

A pós-modernidade trouxe consigo o avanço tecnológico e científico, mas, por outro lado, demarca a dura realidade da exploração radical da força de trabalhadores, reduz a oferta de emprego, desumaniza o homem e sua relação com a natureza. No dizer de Ricardo Antunes:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais pro-



funda da crise estrutural que assola a (des) sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental “embalagem” para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (ANTUNES,2001,p.17).

Eis os motivos pelos quais não podemos silenciar a nossa voz, nossa leitura sobre esta realidade, sob pena de sermos coniventes com este sistema avassalador para a humanidade.

Este cenário anti-social acaba por interferir nas mais variadas esferas da sociedade: saúde, habitação, segurança, transporte, educação, la-

zer etc., afetando diretamente as condições de vida, de sobrevivência das crianças, de homens e mulheres das nações menos desenvolvidas.

Constatamos, então, que esta conjuntura estabelece novas formas de relações sociais, direcionam novos papéis e novas práticas para o Estado e para a sociedade, objetiva, ainda, atender às novas demandas postas pela globalização da economia e pela reestruturação produtiva.

No que toca aos processos educativos, estes têm sofrido diversas influências deste contexto. Ocorre que os processos educativos vêm-se obrigados a corresponder à nova ordem econômico-social. Há, pois, um mecanismo atrativo nas relações sociais que acabam por exigir que a educação atenda, capacite, qualifique a mão-de-obra que atua ou atuará no mercado de trabalho. Isto porque, no dizer de Anísio Teixeira:

A escola regula a distribuição social. Daí não ser a educação escolar mais do que um esforço par redistribuir os homens pelas diversas ocupações e meios de vida em que se repartem as atividades humanas.

Assim entendida, toda educação escolar é profissional; toda educação visa preparar o homem para alguns dos grandes tipos de ocupação (TEIXEIRA, 1999,p.42).

Cabe lembrar que, na era de auge do sistema taylorista/fordista, a escola incumbiu-se de referendar práticas escolares conservadoras, onde a metodologia de ensino e os conteúdos desenvolveram-se e desenvolvem-se até hoje de forma linear e fragmentada, através de estratégias e atividades mecânicas, em que prevalece, tanto para o aluno como para o professor, o cumprimento da tarefa

em detrimento da relação com o mundo do conhecimento (KUNZER, 1998).

A reestruturação dos meios de produção por sua vez, exige novas habilidades e competências do trabalhador. Segundo Acácia Kuenzer:

(...) os processos de base rígida vão sendo substituídos pelos de base flexível; a eletromecânica, com suas alternativas de solução bem definidas vai cedendo lugar à microeletrônica, que assegura amplo espectro de soluções possíveis desde que a ciência e a tecnologia, antes incorporadas aos equipamentos, passem a ser domínio dos trabalhadores; os sistemas de comunicação interligam o mundo da produção (KUNZER, 1998, p.119).

Quais as implicações do contexto econômico globalizado na educação? E quais os desafios que se colocam para a prática do educador? Estas questões nortearão as novas discussões postas mais à frente.

Contexto das políticas públicas no/para os países periféricos

A conjuntura que ora se instala-se de forma globalizada nos países periféricos, não oferece espaço/opportunidade para que estes sustentem ações que subsidiem e beneficiem as classes populares. O mecanismo de poder exercido faz-se visível no plano do controle, de vigilância, de proibições, de coerções para os que ousam desobedecer. Desta forma, as políticas educacionais defendidas no bojo da sociedade capitalista e a partir dos pressupostos neoliberais trazem consigo, intencionalmente, mecanismos estruturantes de uma prática educativa de marginalização e de exclusão de uma grande maioria de atores sociais.

Além disso, atuam como reguladoras do sistema educacional, o que dificulta a autonomia necessária à gestão de possibilidades de trabalhos coletivos, de projetos participativos e de intervenção político-pedagógica, bem como afeta o crescimento humano sustentável, através do qual se deve dar o avanço da consciência política do cidadão. Para José Luís Corraggio:

“(...) A conjuntura está determinada por um processo global de reforma do Estado e de suas relações com a sociedade e a economia, direcionado a instaurar o mercado mundial como mecanismo principal de alocação de recursos entre os países e dentro destes” (CORAGGIO, 1996, p.79): .

Observa-se, portanto, um jogo de poder entre Economia, Mercado, Estado e Educação; no qual a política vigente tece a maximização das intenções capitalistas, particularizadas, individualistas, que contribuem apenas para a sustentação do poder em curso. A exemplo disto, temos a forma e o contexto em que se constitui a legislação educacional brasileira. As leis que consubstanciaram elucubrações acerca das diretrizes e bases da educação se fizeram sob forma retaliadora, refratária e maniqueísta, colocando à margem a participação dos atores envolvidos no contexto educativo.

O complexo terreno de ação das políticas educacionais parece conduzir-nos a ajustes que se fundam no princípio do mercado. Nesta perspectiva, o mercado desenvolve práticas em que arremata para si as atribuições que anteriormente (no capitalismo organizado) diziam respeito a atribuições do Estado.

Hoje estão a cargo de empresas privadas – o que altera a qualidade dos serviços prestados e impede que um maior número de pessoas tenham acesso aos serviços prestados. O avançado aparelhamento tecnológico e o atual processo de globalização mundial utilizam-se das políticas educacionais para incrementarem aí a efetivação da reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que este vai despidendo-se de suas responsabilidades públicas e transferindo-as à sociedade civil competitiva que, por sua vez, terá que arcar com a aquisição de recursos e financiamento dos serviços ainda públicos (educação, saúde, saneamento etc.).

Em consonância com este enfoque de análise, Coraggio adverte-nos:

“Cabe perguntar se surgirão causas opostas, pelas quais essas forças poderão tornar-se, em algum momento, favoráveis ao desenvolvimento humano ou à efetiva democratização, e não à reprodução ampliada de semelhantes configurações de poder” (CORAGGIO, 1996: 84).

As políticas educacionais advindas do “princípio do mercado” efetivavam-se com veemência, alastrando-se velozmente na conquista de suas finalidades, ou seja, agem a partir de uma tomada de decisão sobre o objeto em foco (ação política) e usufruindo do poder que lhe é peculiar, sustentando seus ideais e perspectivas futuras de manutenção da ordem instalada. No entanto, essas mesmas políticas podem comportar uma outra contextualização: a que venha emergir do “princípio da comunidade”, sem ignorar as primeiras, mas interagindo com elas, na defesa de sonhos, projetos, conquistas priorizadas pe-

los atores envolvidos (professores, educandos, coordenadores...) no processo educativo - social.

Trata-se, por conseguinte, da instalação de novas práticas/práxis educativas e sociais que venham ocupar-se de uma formação social voltada para o incremento da soberania do país, da confiança nos saberes aqui produzidos pelos sujeitos que compõem esta sociedade. Segundo Vitor Henrique Paro,

(...) Parece não haver dúvidas de que essa situação de alheamento dos educadores escolares se deve a uma multiplicidade de fatores, entre os quais se destacam suas inadequadas formações, bem como as precárias condições em que exercem seu ofício, as quais não lhes proporcionam oportunidades mais sistemáticas de reflexão; sem esquecer o próprio meio social, permeado pela ideologia dominante, que reforça a postura acrítica diante dos problemas (PARO, 2001,p.30).

Portanto, existe a necessidade real de garantir ao educador dignidade nas condições de trabalho, bem como o desafio de efetivas interferências no processo formativo dos professores, oportunizando uma intervenção solidamente fundamentada em seus propósitos e no compromisso de romper com a estagnação pessoal e profissional do educador, uma vez que sua formação modernista incumbiu-se de torná-lo possuidor de todos os saberes a serem “transmitidos” aos educandos. Carecemos, assim, de práticas inventivas, criativas, reflexivas, que subsidiem iniciativas coletivas, organizadas que venham alterar, a nosso favor, o cenário de encabotamento aí colocado.

Excluir a possibilidade de inversão do atual quadro de políticas educacionais é negar a contradição, o conflito e a interatividade “positiva”, inerente às relações micro e macro-sociais. As instituições educacionais podem e devem desenvolver uma política de participação efetiva dos atores envolvidos direta e indiretamente com o sistema educacional, de forma que o processo histórico seja considerado como ponto de partida para transcendência, crescimento daquilo que a comunidade entenda como finalidade a ser conquistada. Não seria necessariamente abdicar totalmente das intervenções do mercado e dos recursos que ele pode oferecer, mas um labor de parceria, interação, através de posicionamentos firmes por parte dos atores e criação de critérios que definam as finalidades para a educação e para a sociedade em prol de uma contribuição favorável ao desenvolvimento crescente, comunicativo, que emerge do seio da instituição educativa, em busca de conexões com outras instâncias.

As instituições educativas voltadas à formação dos educadores têm aí um papel relevante: desempenhar políticas de instrumentalização da “educação do professor” para a investigação, para a pesquisa-ação.

A política que se coloca em evidência no contexto social, aqui referenciada, é predestinada a atuar, no que concerne especificamente ao coletivo, ou seja, caracteriza-se pelos processos de interesses, formulação e tomada de decisão definida pelos sujeitos que se beneficiarão destas mesmas políticas. O significado político, no processo histórico-social, coloca em jogo a existência humana e a condição de vida na sociedade, por-

tanto, uma responsabilidade individual com implicações no coletivo.

Faz-se necessária a res-significação da prática educativa para um pensar-fazer-pedagógico implicado no/com o complexo contexto social, que respeite a diferença, as múltiplas culturas e, principalmente, as múltiplas referências que os atores sociais trazem consigo, reverberando reflexões teórico-práticas acerca do que é ser e atuar enquanto pessoa no e com o mundo.

Notas

1. Banco Mundial
2. Fundo Monetário Internacional
3. Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
4. O sistema taylorista/ fordista significa fragmentação do processo produtivo nas suas atividades elementares e tem como princípio extrair o máximo de trabalho em menor tempo; especializações dos operários na realização de operações simples e repetitivas, eliminando a necessidade de habilidades especiais.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor Henrique (org.). Políticas Públicas & Educação básica. São Paulo: Xamã, 2001 p.13-27
- CORAGGIO, José Luís. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problema de concepção? Tradução de Mônica Curullón. In: WARDE, Míriam Jorge. *O Banco Mundial e as políticas públicas para a educação*. São Paulo: Cortez, 1997.
- PARO, Vitor Henrique. Políticas Educacionais: Considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, Luiz Fernandes, PARO, Vitor Henrique (org.). Políticas Públicas & Educação básica. São Paulo: Xamã, 2001 p.29-47.
- TEIXEIRA, Anísio Spindola. Educação para a Democracia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

* *Maria Jucilene Lima Ferreira é pedagoga, professora da UNEB/ Campus X.*

O Ensino de História e a Doutrina de Segurança Nacional

Maria Izabel Ladeira Silva *

O objetivo desse breve estudo é refletir sobre a inserção da Doutrina de Segurança Nacional no ensino de História, a partir de 1964, tomando como elemento básico de análise o livro didático. Convencer a comunidade acadêmica da pertinência desse tema tem sido uma tarefa árdua. Essa reflexão já foi posta à prova em outras ocasiões, e a receptividade tem sido desdenhosa. Alguns colegas afirmam que esse tipo de estudo não se sustenta diante da obviedade das conclusões. Outros argumentam que temas ligados à inserção ideológica, nos livros didáticos, é um terreno amplamente explorado, e bem conhecido.

Certamente, não posso concordar com tais colocações. Se é tudo tão óbvio, por que não encontramos, na historiografia da educação, estudos que reflitam sobre a ideologia da Segurança Nacional e sua influência na vida cultural brasileira?. Fala-se da influencia estrangeira ou “colonialismo científico”, trazido pelos técnicos da AID (Agency for International Development) de “mandarinato tecnocrático” ou “modernização autoritária”, mas não encontramos qualquer reflexão que aponte a presença do pensamento autoritário associado à questão da Segurança Nacional, na cultura e na educação brasileiras. Até mesmo a ver-

tente marxista, pródiga nesse tipo de investigação, é cega à presença do ideário da Doutrina de Segurança na nossa vida cultural . Portanto, o presente estudo se justifica, na medida em que lançamos como hipótese a crença, segundo a qual, durante a Ditadura Militar, a vida cultural brasileira, especialmente a educação, foi significativamente marcada pela ideologia da Segurança Nacional. Nesse período, técnicos de MEC, editores e autores de livros escolares se mobilizaram para atender às exigências do novo regime, as quais estavam fundamentadas no ideário formulado pela Escola Superior de Guerra.

Antes de tudo, é necessário fazer uma ressalva importante. A minha exposição não pretende ser uma análise na linha que Kazumi Munakata denominou de “Belas Mentiras”. Eu explico. De acordo com o professor Munakata, nos anos 80, uma grande quantidade de pesquisas acadêmicas foi dedicada a denunciar os livros didáticos como objeto de suspeição, face à produção de versões consideradas tradicionais, oficiais, mistificadoras e preconceituosas, fabricadas no tempo da ditadura militar. Livros editados nesse período foram denunciados como estando a serviço da ideologia dominante. É justamente esse tipo de produção “denuncista” que Mu-

nakata chamou de gênero “Belas Mentiras”.

O meu estudo, não obstante tratar de inserção ideológica nos livros didáticos, não está preocupado em fazer denúncia ou lançar suspeição sobre a produção do período. Minha preocupação é, basicamente, identificar essa inserção da DSN nos livros didáticos, a fim de reconhecê-la como uma etapa da história do ensino de História. Etapa que considero, hoje, superada na medida em que a produção didática atual deixou de reproduzir essa ideologia, buscando sintonia com as novas correntes do pensamento historiográfico.

Para mim, a atitude de apontar preconceitos e denunciar ideologias nos livros didáticos é um ato de validade duvidosa, pois entendemos que o ensino, em geral, e o de História, em particular, sempre foram e continuarão sendo, alvo de algum tipo de inserção ideológica de qualquer matiz. Mesmo aqueles que se dizem portadores de uma “postura crítica”, não escapam às determinações valorativas, ideológicas e políticas do seu tempo. “Postura crítica” é apenas um clichê, um chavão de uma “história tribunal” que julga as concepções e interpretações, atribuindo rótulos tais como: “conservador”, “progressista”, “popular”, “burguesa” etc. Incapazes de perceber, no discurso historiográfico, uma repre-



sentação de determinada época ou lugar social, os adeptos da linha “denuncista” acreditam que a simples atribuição do rótulo “história crítica” é, necessariamente, sinônimo de neutralidade, cientificidade e qualidade inquestionáveis. Todavia, já me deparei com muita “história crítica” compostas de embustes e mitologização ao sabor da ideologia de ocasião. Não tenho receio em afirmar que ensino de História e o livro didático em particular constituem-se num terreno muito propício a todo tipo de mistificação das quais, dificilmente, escapamos. Feita essa ressalva, posso iniciar a ex-

posição do tema.

A hipótese inicial é a de que o ideário nacionalista, do início do século XX, fundiu-se com a Doutrina de Segurança Nacional, forjada ao longo da década de 1950, e juntos, colonizaram os livros didáticos de História, a partir da década de 1960. Antes de apontar as evidências dessa formulação, é prudente estabelecer um breve histórico do ensino e do livro didático de História do Brasil.

De acordo com Circe Maria Fernandes Bittencourt (1993), o ensino de História do Brasil foi introduzido, nos currículos, na década de 1830.

Imediatamente após a introdução do ensino de História, surgem os livros didáticos. Desde a sua origem até a primeira República, o livro didático possuía algumas características básicas, tipificadas pelos seguintes elementos: a) lugar de sua produção; b) finalidade; c) conteúdo. No que se refere ao lugar de sua produção, o livro didático vincula-se às instituições onde foi engendrada a História oficial: o IHGB, o Colégio Pedro II e a Escola Militar. Eram os membros dessas instituições que operavam a transformação do saber erudito em saber a ser ensinado.

No que se refere à finalidade, ainda de acordo com Bittencourt, a produção didática situava-se junto ao poder, destinando-se aos filhos das elites, futuros dirigentes do país. Além disso, essa produção está sempre associada aos imperativos políticos de construção da nacionalidade, correspondendo às necessidades do Estado e da formulação de uma ideologia, a partir das noções de Pátria e Nação.

No que se refere aos conteúdos, os livros didáticos de História estão sempre associados à “instrução cívica” e à Geografia. A “instrução cívica” tinha por finalidade a formação moral do cidadão através da inculcação de costumes e valores ditos civilizados. Quanto à fusão com a Geografia, tinha, por propósito, o conhecimento do “solo em que pisamos e sobre o qual vão desdobrar-se os acontecimentos” (Aníbal Mascarenhas, citado por Bittencourt, 1993:222).

Também pode ser encontrada, nessa produção didática, a predominância de uma abordagem nacionalista e uma concepção de História como “mestra da vida”, justificando a elaboração de uma “galeria de he-

roís” vistos como modelos de virtude e patriotismo. A construção da nacionalidade sempre esteve ligada ao ensino de História, como finalidade primeira. Vale lembrar que o ideário nacionalista teve grande influência na vida cultural brasileira durante a Primeira República. Com o fracasso do projeto monárquico de criação da nacionalidade, coube à República a tarefa de “substituir um regime e construir uma nação”, conforme nos alerta José Murilo de Carvalho (1990). No início do século, emerge uma preocupação com a “nacionalização” do Brasil, pois os indicadores sócio-culturais apontavam para um país estrangeirizado, aberto ao influxo de idéias européias e norte-americanas; com uma elite cosmopolita, apartada e distante, de país atrasado e inculto. Some-se a isso uma crescente população de imigrantes e seus descendentes, nos centros urbanos industrializados como São Paulo e Rio de Janeiro, o que vem a agravar a alienação em relação aos proclamados valores nacionais.

Em 1916, Olavo Bilac denuncia esse estado de coisas e clama pela construção da nacionalidade. A elite intelectual brasileira criara uma noção de “povo brasileiro”, associando-o à apatia, inércia, ignorância, degradação e falta de consciência cívica. A alternativa para o combate a essas mazelas era a Educação e, sobretudo, o ensino de História, cuja finalidade era difundir o sentimento patriótico, comunitário, de valorização das “coisas da terra” e de regeneração dos costumes do povo. Os livros didáticos de História do Brasil tornaram-se o veículo privilegiado de divulgação deste ideário. Pois bem, essa finalidade primeira do ensino de História, atrelada aos im-

perativos de construção da nacionalidade, ainda pode ser encontrada na produção didática do período do regime militar. Porém, a Ditadura Militar trouxe um ingrediente novo à História ensinada: a Doutrina de Segurança Nacional.

Antes de demonstrar a presença da DSN nos livros didáticos, vale expor algumas características desse pensamento. Examinaremos seus pontos centrais, conforme elaboração de seu principal criador, o General Golbery do Couto e Silva.

O general era, sem dúvida, um dos mais influentes e poderosos intelectuais da história recente. Chamado de “guru”, “eminência parda” ou “mago da penumbra”, dentre outras dezenas de denominações. Nas palavras de Demétrio Magnoli, “suas idéias modificaram a nossa vida”.

O locus de produção e divulgação da DSN era a Escola Superior de Guerra, ESG, criada em 1948. De acordo com Eliézer Rizzo de Oliveira (1976), a criação da ESG teve por objetivos: a) aglutinar os integrantes do EMFA (os quais ocupavam alta posição no aparelho de Estado); b) promover a especialização no estudo da Segurança Nacional, no âmbito da “Guerra Fria” e da “Guerra Revolucionária”; c) difundir a DSN entre as elites civis e militares.

A ESG oferecia cursos extensivos a “estagiários” (alunos) civis, oriundos dos diversos escalões governamentais, com a condição de que já tivessem nível universitário. A meta era preparar as elites para o exame de questões relacionadas à Segurança Nacional. A condição de diplomado da ESG era altamente valorizada e abria portas para ascensão no emprego público.

Portanto, a ESG desenvolve ati-

vidades claramente ideológicas, articulando as elites e difundindo a DSN. Ainda de acordo com Oliveira, trata-se de uma nova função atribuída às Forças Armadas: a função de difusão ideológica, cujo pensamento, “impregna amplos setores da sociedade”.

Além da função de formular e difundir ideologia, a ESG assume também uma função política, na medida em que critica as instituições do Estado Populista, nos anos que antecederam o golpe de 1964. Por esse motivo, os “esguianos” vão estar envolvidos em todos os movimentos políticos conspiratórios do período: a tentativa de impedir a posse de JK, em 1955, a tentativa de impedir a posse de Jango, em 1961, e a sua queda, em 1964.

Estas duas novas funções atribuídas às Forças Armadas (a ideológica e a política), através da ESG, prepararam o terreno e legitimam a intervenção dos militares no quadro político-institucional, não obstante o aparente discurso democrático-liberal de sua ideologia. Voltemos, agora, a Golbery do Couto e Silva.

O general ingressou, na ESG, em 1952, como professor, e logo tornou-se o principal teórico da Forças Armadas. Grosso modo, os pontos centrais da Doutrina criada pelo General Golbery são os seguintes. Com a “Guerra Fria”, a questão da Segurança Nacional assume, nos países latino-americanos, duas formas: a luta contra o “inimigo interno” e o atrelamento entre Segurança e Desenvolvimento.

Para os “esguianos”, os países comunistas, liderados pelo epicentro ameaçador Moscou-Pequim, na ânsia de expandir os seus domínios, evitam engajar-se no confronto dire-

to, convencional, e passam a explorar as vulnerabilidades das sociedades democráticas, envolvendo as populações do país alvo, numa ação lenta de incitamento da luta de classes, explorando os descontentamentos. Diante desse fato, toda população passa a ser objeto de suspeição, e aparece a noção de “inimigo interno”. Impõe-se o combate à ameaça interna, através da criação de uma rede de órgãos de informação e espionagem. Qualquer atividade de oposição organizada é vista como ameaça interna e infiltração do comunismo internacional.

Quanto ao binômio Segurança e Desenvolvimento, os “esguianos” estabelecem uma estreita ligação entre esses dois aspectos, de tal maneira que a Segurança depende do grau de desenvolvimento econômico alcançado. Nesse sentido, inscreve-se um modelo econômico baseado nos seguintes pontos: a) defesa do grande capital como único capaz de promover o desenvolvimento; b) industrialização substitutiva; c) exploração dos recursos naturais; d) ampliação dos transportes e comunicações; e) integração do território; f) ocupação de amplos espaços vazios e g) controle e treinamento da força de trabalho.

Vale lembrar que a ocupação e desenvolvimento de amplos espaços vazios, como a Amazônia, funcionava como “antídoto” contra a ameaça comunista. Com esse modelo de desenvolvimento, a ESG revela, ainda, uma fixação no campo econômico e geopolítico: a inescapável vocação do Brasil para se tornar potência sul americana, porém, subordinada aos interesses do “Bloco Ocidental”, comandado pelos Estados Unidos. Essa crença obsessiva no “Brasil Po-

tência” vai impregnar a “formação das almas” e impulsionar a política econômica dos governos militares.

A DSN submete a nação aos imperativos da Segurança e prega um Estado forte, centralizado e intervencionista. O capitalismo liberal é descartado. Nesse sentido, vários analistas chamam a atenção para a existência de uma ponte de ligação entre a DSN e o “pensamento autoritário” forjado nas primeiras décadas do século XX, a partir de Alberto Torres, seguido por Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Francisco Campos e o General Góes Monteiro.

Não é objeto desse estudo aprofundar essa questão. Todavia, vale a pena mencionar que a crença em um Estado forte e centralizador como agente de construção da nação, a crítica ao despreparo e à “indisciplina mental” das elites e o receio em relação à inserção das massas no cenário político são pontos compartilhados entre os “esguianos” e o referido “pensamento autoritário”. Tais representações fazem parte de uma tradição largamente difundida tanto entre as elites político-militares, quanto entre setores subalternos.

Herdeira dessa tradição, a DSN destaca a inserção das massas no cenário político como um elemento perturbador da ordem, na medida em que as massas se tornam alvo fácil da manipulação comunista. O conflito entre capital e trabalho é concebido como coisa estranha, já que estas ralações deveriam ser “naturalmente” marcadas pela cooperação e complementariedade. Desse modo, os movimentos trabalhistas são postos sob suspeição.

Por fim, é importante expor a noção de “Objetivos Nacionais” definidos pela DSN. Os “esguianos”

sustentam a existência de um interesse coletivo, geral e nacional, o qual é denominado de “Objetivos Nacionais”. Esse interesse coletivo apresenta-se como evidente e natural, acima das classes e das particularidades, pois compõe-se pelo somatório dos interesses individuais. Caberia à ESG interpretar quais são as “legítimas e autênticas” aspirações nacionais, definir e difundir os “Objetivos Nacionais”, para que o Brasil possa chegar à categoria de Grande Potência. A luta de classes, as diferenças e a heterogeneidade são contrárias às aspirações nacionais, por isso devem ser neutralizadas.

Feitas todas essas digressões, cabe agora mostrar como a DSN e o já citado ideário nacionalista colonizaram a Educação, em geral, e o ensino de História, em particular, através dos textos dos livros didáticos. Partimos do pressuposto de que a DSN é a expressão do pensamento militar e que fundamente a construção de uma nova ordem no país. Essa expressão não poderia ter ficado ausente de uma área tão sensível do ponto de vista estratégico, e tão exposta a elementos doutrinários, como a Educação.

A fim de demonstrar a minha hipótese, utilizei como fonte as seguintes obras (quadro na página seguinte) destinadas aos alunos do ensino fundamental (antigo 1º Grau):

A Lei 5692/71 estabeleceu três áreas de estudo: Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências. A área de Estudos Sociais deveria integrar ou somar os conteúdos das disciplinas: História, Geografia, OSPB, Educação Artística, Educação Física, EMC e Programa de Saúde. A referida Lei não determina a integração imediata nem afirma a

TÍTULO	AUTORIA	GÊNERO/VOL.	LOCAL, EDITORA, DATA
Curso de Estudos Sociais	Michalany, Ramos, Pacheco Filho & Nicola neto	Paradidático em 04 volumes	São Paulo, Ed. Michalany, 1977
Estudos Sociais: Integração NacioNal	Francisco Maria Pires Teixeira	Didático em 01 volume	São Paulo, Ática, 1977
Estudos Sociais: Integração NacioNal	Comissão Didática Laudes (CDL)	Didático em 01 volume	Rio de Janeiro, Ed. Laudes, 1975

Acervo: Biblioteca "Clodomir Silva".

necessidade de livros integrados. Todavia, as editoras se adiantam em cumprir os princípios “integracionistas”, lançando no mercado livros de Estudos Sociais. São exatamente, nesses livros de Estudos Sociais, que podemos encontrar tanto o discurso da DSN, quanto o velho discurso nacionalista do início do século XX. Essas representações não separam a História da Geografia e da Instrução Cívica. Em todos os livros pesquisados, encontrei características comuns, associadas aos discursos acima citados. As características são as seguintes.

A exaltação de vultos ou personagens históricos, que servem como modelo de virtude e patriotismo. O *Curso de Estudos Sociais* é pródigo nesse sentido. Além dos vultos destacados, ao longo dos quatro volumes, há, no final do quarto volume, um índice de “Vultos da Pátria”, com centenas de nomes, e suas respectivas datas de nascimento e morte. Essa mesma obra também destaca os “grandes historiadores do Brasil” e enumera os nomes de Frei Vicente do Salvador, Francisco Adolfo Varnhagen e Capistrano de Abreu. Nenhum historiador contemporâneo é lembrado. Fica claro que a História é um conhecimento fixado há muito tempo pelos “grandes”, e que não há nada de novo a acrescentar.

É notável a utilização quase obsessiva das noções de *desenvolvimento, integração e objetivos nacionais*. Esses termos se repetem exaustivamente em todos os textos. As ilustrações fotográficas retratam as obras de infra-estrutura, a atividade industrial, a exploração de petróleo, estradas, pontes, navios etc., enfim, uma gama de atividades criadas pelo regime militar, de acordo com o modelo econômico da DSN. Mais uma vez apelamos para o *Curso de Estudos Sociais*, que dedica boa parte do volume quarto à questão do *desenvolvimento*, sem esquecer a articulação com os *objetivos nacionais*. Nesse mesmo volume, há uma seção intitulada “Grandes Objetivos Nacionais”, onde se lê, à página 554: “Como conseguiu o Brasil resistir a tantos abalos? Como a pátria evitou o perigo mortal que a ameaçava?(...) Qual a solução que encontrou? A solução foi simples: um regime de autoridade, de honestidade e de decência administrativa surgiu no país a partir de 31 de março de 1964, substituindo um sistema de fraqueza, corrupção, indecisões, erros, sobresaltos e demagogia. O amparo militar proporcionou ao governo o instrumental necessário para intervir em todos os setores da economia (...)”.

O texto, supostamente destinado ao ensino primário, reproduz com

clareza as críticas que a ESG fazia ao regime populista, e repete o discurso da DSN no que se refere ao papel dos militares, cujo “amparo” permitiu o desenvolvimento. A linguagem é um primor de sofisticação propagandística, totalmente inadequada a crianças em idade escolar. A quem se dirige esse texto? Aos professores? Aos pais? Ou ao agrado dos próprios militares?

No texto de Francisco Maria Pires Teixeira, também encontrei, na página 09, o destaque para os Objetivos Nacionais, que são definidos como manda a DSN: defesa, integração, desenvolvimento & segurança. Nesse texto, a ênfase está na questão da integração nacional definida como: “ocupar espaços ainda vazios, desenvolvendo igualmente todas as regiões” (1975:15). Estas são noções encontradas na DSN. Também nas definições de Povo, Território, Nação, está sempre presente o fetiche do desenvolvimento.

No texto da “Comissão Didática Laudes”, é farta a presença dos conceitos e programa da DSN. Na seção denominada *Os Caminhos da Integração Nacional*, é exaltada a construção de rodovias, o desenvolvimento dos transportes e as demais realizações do governo militar, para a construção da nação. Exaltam-se a criação das superintendências do de-

envolvimento (Sudene, Sudeco, Sudam), a construção de hidroelétricas e até os incentivos fiscais, como fatores importantes para a vida do país. A conquista da Amazônia é sempre lembrada como projeto de integração e unidade. Os conteúdos reproduzem o discurso do programa de governo dos militares que, por sua vez, é inspirado na DSN. O ensino promove a exaltação desse programa e suas realizações. Não há espaço para a reflexão crítica, pois o programa inspirado na DSN é incontestavelmente verdadeiro.

Os textos didáticos pesquisados reproduzem, ainda, a idéia contida na DSN de que o Brasil estava em perigo iminente de se desintegrar, ou então sob ameaça de algum inimigo oculto e perigoso. Nesse sentido, há uma obsessão pela homogeneização do país. Diferenças são ameaças e desvios indesejáveis, nocivos à integração e à unidade.

Finalmente convém destacar a presença da noção de *inimigo interno*, nos textos didáticos. Encontrei essa noção no *Curso de Estudos Sociais*, volume 03, onde são definidos o comunismo e a rebelião de 1935. Os autores definem o comunismo como fruto da infiltração externa que possibilita a emergência do *inimigo interno*, bem ao gosto da DSN. Também definem o presidente João Goulart como agente do comunismo e contrário à democracia. Na página 360, lê-se: “*passando desde então a exercer todos os poderes de Presidente da República, Goulart começou a dirigir um processo de subversão das instituições nacionais, procurando destruir o regime democrático. Quase todos os assessores de Goulart eram comunistas ou simpatizantes, pretendiam eles*

derrubar o sistema político brasileiro, substituindo-o por uma república socialista, semelhantes à que Fidel Castro instalara em Cuba”.

Curioso é que, muito menos, o Presidente escapa da suspeição. Fica clara a reprodução do discurso dos golpista, calcada na noção de *inimigo interno*. Não consideram que o 31 de março tenha sido um golpe contra a democracia. Invertem-se os papéis e coloca-se Goulart como ameaça interna.

Conforme afirmamos anteriormente, a Doutrina de Segurança Nacional representa não só a ideologia da Forças Armadas, mas também o fundamento de uma nova ordem, a partir de 1964. Portanto, tal pensamento não poderia ter ficado ausente da área educacional. Nesse sentido, a elaboração da Lei 5692/71 mereceria uma investigação que destacasse as relações com a ESG e a DSN. Nunca é demais lembrar que a Lei 5692/71 é herdeira dos estudos patrocinados pelo IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) que, em 1964, era dirigido pelo General Golbery. Durante o regime militar, os altos escalões do governo frequentaram a ESG. Se pudéssemos cruzar dados, encontraríamos muitos professores, autores de livros didáticos, tecnocratas do MEC, como diplomados da ESG.

Portanto, não é estranha nem inusitada a presença da DSN guiando todo processo de “modernização” da educação. Editores e autores se apressam em atender às exigências da reforma do ensino e da nova ordem econômica. A questão da Segurança & Desenvolvimento, contida nos livros, fundamenta um discurso que não se destina ao aluno da escola primária, mas, sim, aos

educadores, principais receptores e transmissores da mensagem ufano-nacionalista.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira – *A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*, em **Estado e Oposição no Brasil 1964-1984**; Petrópolis: Vozes, 1984.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes – **Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma História do Saber Escolar**; São Paulo: Tese de Doutorado FFLCH/USP, 1993

CERRI, Luís Fernando – *Ensino de História e Nação na Propaganda do “Milagre Econômico”* em **Revista Brasileira de História**; São Paulo: V.22, No.43; 2002.

FAUSTO, Boris – **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes- **Educação no Brasil nos Anos 60: O Pacto do Silêncio**; São Paulo: Loyola, 1985.

MAGNOLI, Demétrio- **O que é Geopolítica**; São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

MUNAKATA, Kazumi – *Histórias que os Livros Didáticos Contam, depois que Acabou a Ditadura no Brasil* em FREITAS, Marcos César de (org.), **Historiografia Brasileira em Perspectiva**; São Paulo: Contexto, 1998.

.....*Livro Didático: Produção e Leitura* em ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**; São Paulo: Mercado de Letras, 2000.

NAGLE, Jorge – **Educação e Sociedade na Primeira República**; 2ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo de – **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil 1964-1969** ; Petrópolis: Vozes, 1976

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira – **História da Educação no Brasil**; 24ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMAN, Lana Mara de Castro & FONSECA, Thaís Nívia de Lima e (orgs.) – **Inaugurando a História e Construindo a Nação: Discursos e Imagens no Ensino de História**; Belo Horizonte: Autêntica; 2001.

* *Maria Izabel Ladeira Silva é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe; (belrafa@ufs.br)*

Religião, Educação e Saúde: a missão central do Brasil

Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento *

Em 1859, com o intuito de expandir as fronteiras presbiterianas para o Brasil, a Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), sediada em Nova Iorque, enviou ao Rio de Janeiro seu primeiro representante – Ashbel Green Simonton. Na década seguinte, chegaram outros missionários, formando o primeiro núcleo da Missão do Brasil – Brazil Mission –. Com a eclosão da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), em 1861, a igreja presbiteriana dividiu-se, surgindo a Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), conhecida como Igreja do Sul, a qual organizou também sua agência missionária, o Comitê de Missões Estrangeiras, instalado em Nashville, no Tennessee. Porém, somente em 1869, ela enviaria ao Brasil seus primeiros representantes. (Matos, 2003).

Pela grande extensão territorial do país, em 1896, a Missão do Brasil dividiu-se em Missão do Sul do Brasil, compreendendo inicialmente Rio de Janeiro, São Paulo e, posteriormente, Paraná e Santa Catarina. Já a Missão Central do Brasil, com sede em Salvador, ficou responsável pela Bahia, Sergipe, norte de Minas Gerais e, posteriormente, Mato Grosso e Goiás (Matos, 2003)¹.

As informações que apresentarei a seguir dizem respeito às institui-

ções organizadas pela Missão Central do Brasil – igrejas, escolas e hospitais -. Utilizando principalmente a documentação levantada nos arquivos confessionais, numa perspectiva historiográfica, pretendo trazer neste estudo uma primeira abordagem a respeito da ação daquela organização no *hinterland* brasileiro, levando em consideração que suas instituições são “objetos privilegiados de análise dos processos de circulação e apropriação de padrões escolares norte-americanos, como também dos processos de produção desses padrões”. (Warde, 2001, p. 28), como também tendo o cuidado na análise das provas, pois, “todo ponto de vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si” (Ginzburg, 1989, p. 43).

Os Presbiterianos na Bahia

Durante a década de 1860, os missionários enviados pela Junta de Nova Iorque organizaram as primeiras instituições presbiterianas brasileiras: as igrejas do Rio de Janeiro (1862), de São Paulo (1865) e de Brotas (1865). Apesar de a capital do Império ter sido o *locus* inicial de sua ação, São Paulo tornou-se o epicentro da Missão do Brasil, possibi-

litando a irradiação não só de igrejas mas de escolas para outras regiões do país.

Apesar de a Bahia ter recebido imigrantes provenientes de vertentes reformadas desde o início do século XIX², somente com a chegada de missionários presbiterianos norte-americanos, a partir de 1871, foram organizadas igrejas e escolas abertas à população não evangélica. Naquele mesmo ano, chegou a Salvador Francis Joseph Schneider que, juntamente com James Theodore Houston e Alexander Latimer Blackford, formou o primeiro núcleo de missionários presbiterianos vinculados à Missão do Brasil, cabendo a Schneider a organização da primeira igreja presbiteriana na capital baiana, em 18 de abril de 1872. Posteriormente, a Missão enviou Edgar McDill Pinkerton, Woodward Edmund Finley e John Benjamin Kolb, os quais seriam responsáveis pela organização de vários pontos de pregação e escolas paroquiais – escolas primárias ao lado das igrejas - na Província.

Com a morte de Pinkerton, em Salvador, e a transferência de Finley para Sergipe, em junho de 1892, a Missão enviou George Whitehill Chamberlain, o organizador do Mackenzie College, em São Paulo, para trabalhar em Salvador e em Cachoeira. Em março de 1893, acompanhado do colportor e evangelista

José Clementino, Chamberlain visitou a Fazenda Flores, perto da antiga Orobó Grande, atual Rui Barbosa, onde recebeu os 22 primeiros membros. Em março de 1896, fixou residência em Feira de Santana³ (Matos, 2003). A Fazenda Flores foi comprada, em 1877, por Manoel Raymundo dos Santos, negociante, que vendia animais em São Paulo, na feira de Sorocaba, onde entrou para a Maçonaria (Galvão, 1993: 3). A pedido de Manoel, Chamberlain enviou uma professora de São Paulo, a portuguesa Adelaide Rezende, a qual ficou lá provavelmente durante três anos (id.: 29).

No final de 1896, o missionário presbiteriano norte-americano William Alfred Waddell, viúvo, empreendeu uma viagem à Bahia, conhecendo a filha de George Chamberlain, Laura, missionária e professora no período de 1894 a 1896, da *City School* de Salvador, instituição

A Escola Americana de São Paulo fora designada pela Junta de Nova Iorque como sua escola modelo, a qual utilizava os métodos, os livros didáticos traduzidos e a organização, similares aos de suas escolas presbiterianas norte-americanas.

fundada por John B. Kolb. Casou-se com ela, em 1897, em Feira de Santana, e seguiu para São Paulo (Matos, 2003). Retornando à Bahia, em 1898, fixou residência em Salvador, tendo sido o responsável pela construção do templo na capital (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912).

Pela grande extensão territorial da Bahia, a Missão Central do Brasil dividiu-a em três regiões: Salvador,

Feira de Santana e Norte da Bahia. Os relatórios dos missionários enviados à Junta de Nova Iorque indicavam os primeiros trabalhos evangelísticos e educacionais desenvolvidos nas cidades de Salvador e de Cachoeira, informando que, nesta última, funcionava uma escola secundária com internatos feminino e masculino, sem, no entanto, detalhar seus movimentos (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912: 21/05/1897).

Desde 1895, a Escola Americana de São Paulo fora designada pela Junta de Nova Iorque como sua escola modelo, a qual utilizava os métodos, os livros didáticos traduzidos e a organização, similares aos de suas escolas presbiterianas norte-americanas (McIntire, 1959: 413). A localização e a arquitetura de suas instituições educacionais, na medida do possível, seguiriam aquele modelo pré-estabelecido, procurando re-



fletir sua concepção de educação. A Junta sempre tivera a preocupação de distinguir seus prédios destinados à educação e à religião das outras construções locais, procurando construí-los em pontos estratégicos das cidades, próximos às residências da elite econômica e, se possível, no centro cultural e político.

O ano de 1898 foi decisivo para a área educacional da Missão Central do Brasil. Os dados registrados nos livros de ata indicavam que suas escolas passavam por problemas financeiros e administrativos e confirmavam a decisão da Junta, em homogeneizar seu setor educacional. Um plano foi encaminhado pela missão e aprovado pelo diretor da Escola Americana de São Paulo, Horace Manley Lane, o qual designou Waddell como superintendente das escolas da Missão Central. O plano propunha a sistematização de suas escolas da seguinte forma:

1º - O Presidente do Colégio Protestante (ou quando este estivesse ausente, o Decano), será o superintendente das escolas da Missão Central, com total autoridade sobre as mesmas;

2º - O Presidente designará os diretores dessas escolas, e pessoalmente inspecionará os trabalhos deles, para que as escolas mantenham a qualidade. Se ele não puder ir, mandará um subordinado para inspecioná-las;

3º - Ele pessoalmente, ou seu substituto, apresentará para a Missão um relatório anual das atividades das escolas, demonstrando se as estimativas propostas para o período foram alcançadas;

4º - Os professores contratados pelo escritório da Missão



não terão direito a voto nas questões referentes às escolas;

5º - O missionário residente será consultado em todas as questões que afetarem o relacionamento entre a escola e o público em geral. (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912: 19/01/1898).

Em 1900, o casal Waddell seguiu para São Félix, abrindo um internato feminino que, provavelmente, era a principal escola da Missão Central naquele momento⁴. A proposta para a escola era que, além do primário, seria oferecido o secundário e industrial. O edifício foi projetado em dois andares, acompanhando as linhas arquitetônicas da Escola Americana de São Paulo. No andar térreo funcionaria o externato misto (Day School) e, no andar superior, o internato das meninas (Boarding School). A planta baixa do externato trazia a divisão das salas de aulas, para turmas mistas, com a capacidade de alunos e a localização das séries; e a do interna-

to explicitava a quantidade e dimensões dos quartos. Em 1901, tinha sido decidido que seria adicionado ao programa daquela instituição um curso de Pedagogia para formar professores brasileiros, ficando este sob a responsabilidade de Margareth Bell Axtell (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912; Reuniões de 17/01/1901 e dez/1901).

Sancha Galvão, uma das alunas internas, descreveu o colégio quando ele ainda funcionava num sobrado:

Estavam começando o internato, e éramos só três meninas. A casa era um daqueles antigos sobradões de São Félix, com salas enormes. (...) Com eles aprendi a falar e escrever em inglês com bastante desenvoltura (...). O colégio funcionava num outro sobrado, bem maior que a morada. (...) Havia muitas salas bem ornamentadas e boa mobília. Em cada sala funcionava uma classe com uma professora e uma censora. Havia um grande silêncio; ouvia-se somente a voz da professora e das crianças, quando argüídas. A censora ficava andando entre as carteiras, vendo o de que precisavam os alunos, de ponta de lápis a auxílio maior. Quando se queria alguma coisa, levantava-se a mão e, com permissão da professora, falava-se o que se queria. As paredes eram cobertas de quadros negros, muitos mapas, quadros instrutivos etc. Na minha sala, que era enorme, funcionavam duas classes, com carteiras duplas, confortáveis. (...) Lembro-me até de um livro de leitura, Coração, de Raimundo de Amicis. Aos domingos

íamos aos cultos, em Cachoeira. (...). Já em São Félix, eles, notando o meu gosto pelo ensino, me puseram como auxiliar numa sala do 2º ano. Nos intervalos, se ensinava leitura e matemática. (...). D. Edith, a americana que ensinava, dizia gostar muito do meu trabalho (Galvão, 1993: 45, 46).

A Escola de São Félix foi designada a Escola Central da Missão, entretanto, por motivos que a documentação analisada não revelou, Waddell decidiu transferir o projeto para outro local.

O relatório enviado pela Missão Central à Junta de Nova Iorque, em 1904, registrou que o trabalho evangelístico e educacional, implementado a partir de 1897, crescera “em número, em extensão — atingindo dez vezes mais a extensão territorial prevista em 1899 — e em espiritualidade, como também alcançando pessoas de destaque da sociedade”. O mesmo documento ainda apresentava um novo plano educacional, propondo quatro tipos de escolas:

1º - Escolas Paroquiais Primárias – pagas em grande parte ou integralmente pelos seus benfeitores;

2º - Escolas Missionárias – abertas na residência do missionário ou em outros pontos que oferecem uma especial oportunidade para que as jovens professoras-evangelistas possam influenciar e desenvolver grupos de novos convertidos. Deses grupos deriva também uma grande parte de seu sustento financeiro no campo;

3º - Escola Central – capaz de treinar professores para essas outras escolas;

4º - Internatos – eles são de necessidade imediata se nós queremos salvar para a Igreja as crianças de melhores classes sociais que estão chegando agora. ((Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938: 19/12/1904).

No mesmo relatório, Waddell propunha um novo tipo de instituição educacional, distinta da “Escola Americana de São Paulo”, mais compatível à realidade do *hinterland* brasileiro, uma escola rural formadora de professores e de pastores. Na verdade, ele inspirou-se num modelo semelhante idealizado e concretizado por outro missionário presbiteriano norte-americano na década de 1880, na cidade paulista de Jaú. John Beatty Howell

adquiriu uma propriedade a poucos quilômetros dessa vila, na localidade denominada Ortigal ou Capim Fino, onde criou, em 1887, um instituto bíblico ou colégio agrícola. Devido à escassez de pastores, esse novo tipo de escola visava preparar jovens para trabalharem como catequistas ou pregadores em suas igrejas locais e incluía treinamento profissional em agricultura. Começou com doze rapazes, que pagavam seus estudos com trabalho agrícola. (Matos, 2003).

Após tentar se estabelecer em Feira de Santana, Itaberaba e Lençóis, em 1906, comprou a Fazenda Ponte Nova, localizada próxima a Wagner, de propriedade de Luiz Guimarães e Souza, tenente-coronel da Guarda Nacional⁵. Em 29 de janeiro daquele ano, Waddell fundou e dirigiu a Escola Americana de Ponte Nova, oferecendo, inicialmente, o

primário e, em seguida, o curso normal⁶. Como ainda não era reconhecido pelo governo estadual, só possibilitava aos seus diplomados o exercício do ensino primário particular. Oferecia também um curso bíblico, secundário, com a finalidade de formar pastores e missionários para os seus campos evangelísticos. (Boletim de Informação do Serviço de Estatística da Educação e Saúde da Bahia, 1939. Arquivo do IPN). Segundo Sancha Galvão, aluna da primeira turma da instituição e, posteriormente, também professora, a escola começou com poucos alunos, por falta de acomodação. No primeiro ano foram somente seis moças e seis rapazes. Aos poucos, foi aumentando o número de alunos e foram melhorando as acomodações. Rapazes e moças, (...), iam para a escola Ponte Nova e muitos chegaram a se formar. Diversos rapazes foram para o Seminário. (Galvão, 1993: 50).

O IPN, como ficou conhecido, ministrava ensino religioso, presbiteriano, de caráter obrigatório, sendo um estabelecimento de natureza privada e confessional. Destinado a educar os filhos das famílias que seriam evangelizadas, era mantido pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte, não recebendo nenhuma subvenção do governo brasileiro. Os missionários norte-americanos recebiam seus salários das igrejas presbiterianas norte-americanas (Boletim de Informação do Serviço de Estatística da Educação e Saúde da Bahia, 1939. Arquivo do IPN). O objetivo de Waddell era fazer funcionar uma escola normal rural, destinada a dar aos jovens um preparo que os habilitasse a ensinar em núcleos urbanos

mais afastados, no interior da Bahia, “desencadeando assim uma verdadeira onda de cultura e cristianismo naquelas terras sertanejas” (Homenagem do Instituto José Manuel da Conceição. Arquivo do IPN). Como também, “educar o indivíduo para que ele vivesse em seu ambiente, fixando-o em seu meio, evitando, assim, a evasão rural para os centros urbanos”. Oferecia não somente o ensino primário,

mas também o conhecimento de técnicas que lhes possibilitassem um melhor aproveitamento dos recursos da localidade, a fim de tornar mais amena e saudável a vida e uma maior integração ao ambiente. (Ginásio do IPN, Relatório de Verificação, 1957. Arquivo do IPN).

Funcionava em regime de internato para moças e rapazes, e, semelhante às suas escolas presbiterianas norte-americanas, adotava a co-educação e o sistema cooperativo, em que o aluno obtinha sua educação através de uma contribuição financeira anual (50 mil réis) e serviços prestados ao estabelecimento. Os rapazes cuidavam da limpeza dos arredores, da horta, do pomar, do internato, e recebiam noções de carpintaria. As moças cuidavam da culinária, cada uma lavava e passava sua roupa, sendo proibidas de pagarem a lavagem. Cada aluno tinha deveres com a igreja: era obrigado a participar do coral e dos cultos aos domingos, independente de sua religião (Boletim de Informação do Serviço de Estatística da Educação e Saúde da Bahia, 1939. Arquivo do IPN).

Até 1938, a Missão investira na construção de um complexo educacional em Wagner. O Relatório de Verificação das Instalações do Ins-

tituto Ponte Nova, realizado pela Comissão de Fiscais da Secretaria de Educação da Bahia, naquele ano, descreveu minuciosamente o IPN⁷: um sobrado, destinado à residência do diretor e internato masculino, com capacidade para 40 alunos; três pavilhões de salas de aula, dispostos em formato de "U", com uma área coberta no centro; um sobrado em estilo vitoriano, construído no ponto mais alto da fazenda, destinado à residência das alunas internas e das professoras do estabelecimento.

“Educar o indivíduo para que ele vivesse em seu ambiente, fixando-o em seu meio, evitando, assim, a evasão rural para os centros urbanos”.

Em 1916, chegou, em Ponte Nova, o médico recém-formado Walter Welcome Wood, e, em 1923, o engenheiro agrônomo Samuel Irvine Graham, encarregado do ensino rural, ambos formados na Leland Stanford University, Califórnia. Logo que chegou, Dr. Wood organizou um centro médico, o único da região, atendendo doentes de vários Estados. Posteriormente, sob sua direção, a Missão construiu o Grace Memorial Hospital, inaugurado em 1926. O hospital possuía os seguintes departamentos, funcionando em quatro pavilhões: Clínica Médica, Cirurgia, Obstetrícia, Pediatria, Ginecologia, Raio-X, Diatermia e Laboratório. (Grace Memorial Hospital, 1926). No mesmo ano de inauguração do hospital, foi organizada pela missionária norte-americana Lídia Hepperle, a Escola de Auxiliar de Enfermagem de Ponte Nova, a primeira do gênero na Bahia. O pré-

dio da escola foi inaugurado em 1932. O curso tinha duração de três anos, com aulas práticas e teóricas. (Histórico de Wagner, "Cidade de Deus", 20/08/01. Arquivo do IPN).

Outra escola organizada pela Missão Central do Brasil, de importância no contexto educacional baiano, foi o Colégio Dois de Julho, organizado em 1927, fruto do trabalho de John B. Kolb. Sob a direção do missionário Peter G. Baker e da professora Irene H. Baker, e mantido pela Missão, atendia às crianças pobres da comunidade. Além do regime de externato, foi implantado um internato para alunos evangélicos vindos do interior da Bahia. Muitos dos aspirantes ao ministério eram mantidos por bolsas de estudos financiadas pela Junta de Nova Iorque. Como retribuição, os bolsistas "atuavam no Colégio como censores, contribuindo para a manutenção da ordem e da disciplina, e também divulgando os preceitos evangélicos" (Rosado, 1977: 27).

Considerações Finais

Durante cem anos - 1871 a 1971 - os missionários vinculados à Missão Central do Brasil, partindo da Bahia, organizaram igrejas, escolas e hospitais, em sua área de jurisdição⁸. O Instituto Ponte Nova, instituição de ensino secundário rural, ofereceu durante décadas os cursos secundários normal, preparatório de pastores, auxiliar de enfermagem e técnico agrícola. Após a saída da Missão, o IPN foi nacionalizado e integrado à Rede Pública Estadual da Bahia. Os cursos técnico agrícola e auxiliar de enfermagem foram oferecidos até 1999, e o normal continua funcionando.

O sucesso do modelo institucio-

nal idealizado por Waddell e implementado em Wagner levou a Missão a apresentar à Junta de Nova Iorque, em 1923, um projeto denominado "Escolas Ponte Nova". A localização das escolas seria definida pelas seguintes variáveis: densidade populacional protestante, condições higiênicas, água potável, fertilidade do solo, facilidade de transporte, do acesso aos materiais de construção e condições políticas. Em 1926, existiam escolas rurais em Buriti e Cáceres, Mato Grosso (Chapada dos Guimarães); Jataí e Planaltina, Goiás (Chapada dos Veadeiros). Nesta última cidade, foi construído um hospital. Em Rio Verde, Goiás, foram organizados pelo Dr. Donald Gordon, uma escola de enfermagem e um hospital. As atas ainda falam de um hospital em Araguaia, Mato Grosso, e de um hospital e escola em Anápolis, Goiás, estes dois últimos construídos pelo Dr. James Fanstone. (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938).

No período de atuação, a Missão Central do Brasil contou com toda a infra-estrutura necessária para implementar seus projetos. Possuía fazendas, gado, água potável, energia elétrica, tipografia, telefone, avião, veículos e serraria (na qual eram feitos os móveis de suas instituições). Em Bom Jesus da Lapa, havia uma fazenda com clínica, templo e escola primária, à margem do rio São Francisco, com barco motorizado. Desde a década de 1940, o avião "Arauto do Rei" ligava Wagner, Sítio do Mato, Santa Maria, Cocos (divisa com Mato Grosso), Carinhonha (próximo a Minas Gerais) e vários outros pontos, geralmente transportando os alunos internos e os



missionários. Além de Wagner, a Missão tinha bases em Salvador e Rio Verde, com um hangar e tambores para depósito de gasolina. Segundo o piloto George Glass, "voávamos com um mapa, sem nenhum outro equipamento mais importante. As luzes na pista nos guiavam na aterrissagem, eram os sinais de pouso que tínhamos". (Entrevista concedida por George Harold Glass, ex-piloto da Missão, em 10/02/02). Além de Glass, a Missão contou com os "pilotos-evangelistas" Rodger Perkins, Bill Elton, Grady, Buyers, Trew, Reasoner, e Moore⁹.

No território de sua jurisdição, somente sob a liderança de William Alfred Waddell, os missionários da Junta de Nova Iorque organizaram mais de quarenta escolas primárias e vários colégios secundários, além das igrejas e hospitais (Christian Work in Latin America. Survey and Occupation; Message and Method; Education, 1917: 437).

Levando em consideração que é possível "conjecturar o invisível a

partir do visível, do rastro" (Ginzburg, 1989, p. 57), as ações da Missão Central do Brasil, deixadas à margem da historiografia educacional brasileira, revelam disputas e tensões entre grupos que tinham projetos distintos propostos para aquela sociedade. Pode-se inferir que o fato de aquela organização ser presbiteriana numa região que estivera sob a ação católica durante séculos, provocou reações adversas por aqueles que não viam com bons olhos a presença de outro grupo religioso.

A Missão Central do Brasil não deixou somente indícios ou pistas, mas ações concretas na formação de homens concretos, na moldagem das almas. Há muito a pesquisar a respeito das igrejas, escolas e hospitais organizadas pela Missão Central do Brasil, a maioria ainda funcionando. Mesmo não sendo possível fazer aqueles sujeitos falarem, poder-se-á falar, em seu lugar, das realidades de sua época, de suas intenções e ações, assim como das intenções e ações que interditaram sua presença no cenário educacional brasileiro. Necessário se faz investigar a formação de várias gerações de professores, pastores, enfermeiros e técnicos agrícolas que serviram de propagadores daquele padrão cultural norte-americano - o presbiteriano.

Notas

1. Em 1937, os livros de ata registram um plano de fusão entre as missões central e sul, que, segundo Ferreira, ocorre em seguida. (Ferreira, 1992, v. 2, p. 372).
2. Sobre o assunto, verificar Silva, 1999; Vieira, 1980
3. De 1899 a 1902, fez de São Félix e Cachoeira seus pontos de partida de suas viagens evangelísticas (Matos, 2003).
4. Sobre o assunto, verificar Ferreira, V. 1, p. 475.

5. Posteriormente, o tenente-coronel foi excomungado da igreja católica por ter feito negócio com os presbiterianos. (Documento 'Projeto Wagner', Câmara de Comércio Americana-BA/Governo do Brasil, 1995. Arquivo do IPN).
6. Há indícios de que, em 1911, foram iniciadas as atividades do curso normal rural, com duração de cinco anos (Livro de Registro de Pontos/Matrícula, 1911-1925). Naquele mesmo ano, Waddell solicitou ao escritório de Nova Iorque uma professora com experiência em High-School (Minutes of Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912, Reunião em 11-13/12/1911).
7. O resultado do "Relatório de verificação das instalações do Instituto Ponte Nova", feito pela Comissão de Fiscais da Secretaria de Educação da Bahia, afirmava que "a Escola Normal do Colégio de Ponte Nova, satisfaz os itens I, II e IV do Artigo 2º do Decreto 10.781 de 10 de junho de 1938". (Arquivo do IPN).
8. Até o momento, este estudo localizou os seguintes missionários vinculados à Missão Central do Brasil: Alexander Latimer Blakford, Elizabeth Wiggins Simonton Blakford, Francis Joseph Christopher Schneider, Ella Grace Kinsley Schneider, George Whitehill Chamberlain, Mary Ann Annesley Chamberlain, James Theodore Houston, Nancy Houston, John Byron Cameron, Jessie Luce Cameron, John Benjamin Kolb, Keziah Brevard Gaston Kolb, Woodward Edmund Finley, Lillie B. Martin Finley, William Alfred Waddell, Laura Annesley Chamberlain Waddell, Edgar McDill Pinkerton, Mrs. Pinkerton, Cassius Edwin Bixler, Florence B. Elwell Bixler, Henry John McCall, Margareth Bell Axtell, Pierce Annesley Chamberlain, Julia B. Law Chamberlain, Harold Anderson, Franklin Graham, Philipp Landes, Eells, Reese, Samuel Irvine Graham, Ruth Wyant Graham, Violeta Graham, Peter Baker, Irene Baker, Dr. Walter Welcome Wood, Grace L. Brown Wood, Mabel Oliver Wood, Ella Mary D. Wood, Lídia Hepperle, James Wright, Alma Wright, Anne Belle McPherson, Elsie P. Cory, Clara Emile Hough, Elizabeth Williamson, Anita Harris, Mary Hull Halloc. Anne B. McPherson, Dr. Donald Gordon, Dr. James Fanstone e os "pilotos-evangelistas" George Harold Glass, Rodger Perkins, Bill Elton, Grady, Buyers, Trew, Reasoner e Moore.
9. Brazilian Witness, p. 2.

Referências Bibliográficas

- CENTRAL BRAZIL MISSION. Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission - 1897-1912, 1904-1938. Arquivo particular de James Wrihth. Vitória, Espírito Santo.
- CHRISTIAN WORK IN LATIN AMERICA. Survey and occupation; message and method; education. 1917. New York: Missionary Education Movement of the United States and Canada.
- FERREIRA, Júlio A. 1992. História da igreja presbiteriana do Brasil. 2 Vols. 2ª ed., São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.
- GALVÃO, Sancha. Saudosas memórias - memórias da vida de uma professora evangélica no sertão. Rio de Janeiro: Editora e Livraria Swedenbog Ltda, 1993.
- GINZBUG, Carlo. 1989. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Livro de Registro de Pontos/Matrícula, 1911-1925. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Ginásio do IPN, Relatório de Verificação, 1957. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Documentação para o Registro de Certificado de Auxiliar de Enfermagem de Marluce Braulio de Souza, 26/07/1967. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Documento 'Projeto Wagner', Câmara Americana de Comércio-BA/Governo do Brasil, 1995. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Boletim de Informação do Serviço de Estatística da Educação e Saúde da Bahia. 1939. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Histórico de Wagner, "Cidade de Deus", 20/08/01. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Homenagem do Instituto José Manuel da Conceição. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- INSTITUTO PONTE NOVA. Livro de Registro de Pontos/Matrícula, 1911-1925. Arquivo do IPN. Wagner, Bahia.
- McINTIRE, Robert L. Portrait of half a century fifty years of presbyterianism in Brazil: 1849-1910. Dissertation presented in partial fulfillment of the Requirements for the Degree of Doctor of Theology in the Princeton Theological Seminary: USA, 1959.
- MATOS, Alderi Souza de. Os pioneiros presbiterianos no Brasil (1859-1900): missionários, pastores e leigos do século 19.

São Paulo: no prelo.

Presbyterian Board of Foreign Missions in the United States of America. Grace Memorial Hospital, 1926-1936. Edição bilíngüe comemorativa ao 20º ano da chegada do Dr. Wood em Ponte Nova e 10º ano da fundação do Grace Memorial Hospital. S/ed, s/d.

PRESBYTERIAN CHURCH, U.S. 1966. Brazilina Witness. Nº 1. S/Ed.

ROSADO, Rita de Cássia S. de Carvalho. 1977. Memória histórica: Colégio 2 de Julho. 1927-1977. Salvador: Colégio 2 de Julho.

SILVA, Elizete da. 1999. Conflitos no campo religioso baiano: protestantes e católicos no século XIX. In: Revista Sitientibus. Feira de Santana, nº 21, jul/dez, pp. 51-67.

VIEIRA, David G. 1980. O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. 2ª ed. Brasília: Editora da UnB.

VILAS-BÔAS, Ester F. 2000. Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913. Aracaju: UFS. Dissertação de Mestrado.

_____. 2001. "A influência da pedagogia norte-americana em Sergipe e na Bahia: reflexões iniciais". Revista Brasileira de História da Educação. Jul/Dez, nº 2, pp. 9-38. Campinas: Editores Autores Associados.

WARDE, Mírian J. Cultura e educação: o americanismo e a fabricação do homem novo. Projeto de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade. São Paulo: PUC, 2001.

Entrevista

Entrevista concedida por George Harold Glass. Vitória da Conquista, 10/02/02.

** Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento é aluna do doutorado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora da Rede Pública de Educação de Sergipe.*

Organismos internacionais e política de educação superior na periferia do capitalismo

*Kátia Regina de Souza Lima **

Apresentação

O presente trabalho constitui parte do projeto de pesquisa “Política Educacional e Utilização das Novas Tecnologias na Educação Superior”, cadastrado no CNPq e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense e ao Grupo de Pesquisa “Coletivo de Estudos sobre Política Educacional”.



Tem como objetivo analisar alguns dos principais elementos das políticas promovidas pelos organismos internacionais do capital, principalmente, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura/UNESCO, o Grupo Banco Mundial/BM e a Organização Mundial do Comércio/OMC¹, e como estas políticas vêm interferindo na implementação da política de educação superior brasileira nos anos de 1990.

A atuação destas organizações está ligada ao aspecto financeiro, ao fornecimento de empréstimos aos países periféricos, mas, sobretudo, ao controle econômico, cultural e político que exercem com os países credores a partir da exigência de cumprimento de condicionalidades, travestidas pela imagem de assessorias técnicas. A cada empréstimo, o país tomador está mergulhado em condicionalidades que expressam a ingerência destes organismos nas políticas macroeconômicas e nas políticas setoriais dos países devedores².

A história da política educacional brasileira está atravessada pelas relações com estes organismos interna-

cionais³, contudo, avaliamos que o processo de mercantilização da educação, principalmente da educação superior no Brasil, sob a diretriz política destes organismos, vem evidenciando um aprofundamento nos anos 90 e que tal debate deve se constituir um objeto privilegiado de análise de todos nós, educadores.

A década de 90 e a mercantilização da educação na periferia do capitalismo

Ao longo da década de 90, desencadeia-se uma ampliação do espaço privado não somente nas atividades diretamente ligadas à produção econômica, mas também no campo dos direitos sociais conquistados pelas lutas da classe trabalhadora, o que gera um aprofundamento no processo de mercantilização da educação. Este processo torna-se expresso na educação superior, na medida em que o discurso dos organismos internacionais ressalta que a este nível de ensino é destinado um montante de verbas públicas maior do que para a educação básica. Esta política, nesta perspectiva, deveria ser revertida com a garantia de verbas para a educação básica, especialmente para a educação fundamental, através da diversificação das fontes de financiamento da educação superior.

Quando o discurso dos organismos internacionais do capital considera a necessidade de redução das verbas públicas para a educação, especialmente superior, abrindo a possibilidade para outras fontes de financiamento da atividade educacional via setores privados, depreende-se que, para garantia da expansão no acesso à educação, é imprescindível o fortalecimento da expansão do ensino privado.

Desta forma, o processo de privatização envolve dois movimentos: a) a expansão de instituições privadas através da liberalização dos serviços educacionais; b) o direcionamento das instituições públicas para a esfera privada através das fundações de direito privado, das cobranças de taxas e mensalidades, do corte de vagas para contratação dos trabalhadores em educação e, entre outros, do corte de verbas para a infraestrutura das instituições.

Estes dois elementos estarão presentes no documento *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994 pelo Banco Mundial, no qual são apresentadas quatro estratégias para a reforma da educação superior na América Latina, Ásia e Caribe. A primeira prevê a diversificação das instituições de ensino superior, sob o pressuposto do desenvolvimento de universidades públicas, privadas e de instituições não universitárias, incluindo os cursos politécnicos, os cursos de curta duração e a educação à distância através das universidades abertas com seus modernos meios eletrônicos.

A diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas apresenta-se como a segunda estratégia, a partir das seguintes diretrizes:

O processo crescente de privatização da educação superior é entendido pelo BM como “democratização” deste nível de ensino, numa ruptura com a lógica da universalidade ao acesso da educação.

1) movilizar más fondos privados para la enseñanza superior; 2) proporcionar apoyo a los estudiantes calificados que no pueden seguir estudios superiores debido a ingresos familiares insuficientes y 3) mejorar la asignación y la utilización de los recursos fiscales entre y dentro de las instituciones. (BM, 1994, 7).

Para tanto, o BM defende a necessidade de cobrança de matrículas e mensalidades para os estudantes, o corte de verbas públicas para as atividades “não relacionadas com a educação” (alojamento e alimentação), assim como a utilização de verbas privadas advindas de doações de empresas e das associações dos ex-alunos, da elaboração de cursos de curta duração, consultorias e pesquisas através de convênios firmados entre as universidades e as empresas — convênios estes mediados pelas fundações, consideradas estruturas administrativamente mais flexíveis.

A terceira estratégia é a redefinição das funções do Estado: de instância executora da política de ensino superior, deve-se tornar um agente facilitador da consolidação de um novo marco político e jurídico que viabilize a implantação das diretrizes privatizantes da educação:

“Los tipos de reformas antes analizados entrenan cambios profundos en la relación entre el gobierno y la enseñanza postsecundaria. Suponen también, para la mayoría de los países una expansión considerable del sector privado en ese nivel de la educación.” (BM, 1994, 61).

Por fim, a quarta estratégia, a implantação de uma política de “qualificação” do ensino superior é concebida a partir do eficiente atendimento aos setores privados:

“Las instituciones a cargo de los programas avanzados de enseñanza e investigación deberían contar con la orientación de representantes de los sectores productivos. La participación de los representantes del sector privado en los consejos de administración de las instituciones de enseñanza superior, públicas y privadas, puede contribuir a asegurar la pertinencia de los programas académicos”(BM, 1994, 79).

Assim, o processo crescente de privatização da educação superior é entendido pelo BM como “democratização” deste nível de ensino, numa ruptura com a lógica da universalidade ao acesso da educação.

Como resposta a este documento *La enseñanza superior – las lecciones derivadas de la experiencia*, a UNESCO elabora em 1995 o *Documento de Política para a Mudança e o Desenvolvimento na Educação Superior*.

Apesar de Trindade (1999) observar divergências entre as diretrizes dos dois documentos, de um modo geral, eles apresentam os mesmos fundamentos: a adaptação de países e indivíduos a “um mundo em rápida transformação”, a concepção da educação nos preceitos da teoria do “capital humano” como estratégia fundamental para qualificar os trabalhadores frente aos reordenamentos atuais no mundo de trabalho e para a consolidação de um caldo político e cultural que legitime e reproduza o processo de exploração do capital em relação ao trabalho⁴.

A Conferência Mundial sobre Educação Superior, organizada pela UNESCO em outubro de 1998, objetivou retomar os debates sobre o tema apontando críticas às perspec-



tivas mercantilistas do BM. Contudo, mais uma vez, as posições dos dois organismos se assemelham em vários aspectos. Em primeiro lugar, ambos partem de uma concepção sobre a necessidade de adequação dos países periféricos à lógica do reordenamento internacional do capital, ressaltando a necessidade de integração entre educação e esfera produtiva. No artigo 7 - Reforçar a cooperação com o mundo do trabalho - da *Declaração Mundial sobre Ensino Superior no Século XXI: Visão e Ação*, a UNESCO afirma que:

“os vínculos com o mundo do trabalho podem ser reforçados mediante a participação de seus representantes junto aos órgãos diretores das instituições, a intensificação da utilização, pelos docentes e estudantes, nos planos nacional e internacional das possibilidades de aprendizagem profissional e a combinação de estudos e trabalho, o intercâmbio de indivíduos entre o mundo do trabalho e as instituições de ensino superior e a revisão de planos de estudo para que os mesmos se adaptem melhor às práticas profissionais.” (UNESCO, 1998, 86.)

Em segundo, está posto de maneira transparente as diretrizes do financiamento privado como base para a produção do conhecimento. No

artigo 5º, focalizando os mecanismos de financiamento da pesquisa, encontramos os seguintes termos:

“tem especial importância o aumento da capacidade de investigação nas instituições de ensino superior com funções de pesquisa visto que, quando a educação superior e a pesquisa estão presentes, em alto nível, dentro de uma mesma instituição, o potencial de qualidade é maior. Essas instituições deverão obter o apoio material e financeiro necessário de fontes públicas e privadas.” (UNESCO, 1998,86).

Um terceiro ponto de contato está na defesa da diversificação das instituições de ensino superior (IES), na proposta de flexibilização do contrato de trabalho docente e do processo de flexibilização/aligeiramento da formação profissional que se expressam no artigo 8 — A diversificação como meio de reforçar a igualdade de oportunidades — no qual a UNESCO estabelece que:

“a diversificação dos modelos de educação superior, das modalidades e dos critérios de contratação é indispensável para responder à tendência internacional de massificação da demanda e para dar acesso aos mais distintos modos de ensino e ampliar o ingresso a grupos públicos cada vez mais diversos, com vistas à educação por toda vida, no qual se supõem poder ingressar no sistema de educação superior e dele sair facilmente. Alguns sistemas de educação superior mais diversificados supõem novos tipos de instituições de 3º grau, públicos, privados e sem fins lucrativos, entre outros. Essas instituições devem oferecer uma ampla gama de possibilida-

des de educação e formação: títulos tradicionais, cursos de curta duração, estudos em tempo parcial, horários flexíveis, cursos em módulos, ensino à distância, etc.” (UNESCO,1998, 87).

Um último aspecto central da convergência entre os organismos se refere à questão do financiamento da educação superior a partir da concepção de que o Estado e a sociedade civil devem se responsabilizar conjuntamente pela sua efetivação, conforme reafirmado no artigo 14:

“o financiamento da educação superior requer recursos públicos e privados...a sociedade, em seu conjunto, deverá apoiar a educação em todos os seus níveis, inclusive o ensino superior; dado o papel que este desempenha no desenvolvimento econômico, social e cultural. A mobilização com este propósito depende da sensibilização e participação da comunidade, dos setores público e privado da economia, dos parlamentos, dos meios de comunicação, das organizações governamentais e não-governamentais, dos estudantes e das instituições, das famílias, e de todos os agentes sociais que intervmem no ensino superior.” (UNESCO,1998, 89).

Um ano depois da Conferência Mundial sobre Educação Superior organizada pela UNESCO, o Banco Mundial lança outro documento (*“Estratégia para o Setor Educacional – Documento Estratégico do Banco Mundial: a Educação na América Latina e Caribe”*) contendo as avaliações da instituição quanto à educação na região durante a década de 1990 e as diretrizes a serem implementadas a partir do próximo século.

O documento parte da perspecti-



va do desenvolvimento econômico e social para a região, considerando: a) a globalização econômica e os avanços tecnológicos; b) a necessidade de aumento dos salários para os indivíduos mais educados e capacitados; c) a necessidade de investimento na coesão social; d) o fortalecimento das parcerias entre os Estados e os setores privados para financiamento e prestação da educação, especialmente a universitária, apontando estratégias de investimento no desenvolvimento do “capital humano”; e, e) a restrição dos objetivos da educação nos seguintes tópicos: capacitação da força de trabalho para a garantia do crescimento econômico, garantia da coesão social e redução da pobreza.

Novamente, o BM reforça o papel da educação como estratégia de alívio à pobreza e a necessidade de privatização do ensino superior.

O centro desta política é a segurança do capital para atravessar, conquistar e submeter mercados através da estabilidade econômica, no sentido de adequação ao processo de mundialização financeira, da atualização da força de trabalho para responder às novas demandas da divisão internacional do trabalho e, ao

fim, do aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos. O documento, reforçando a relação entre democracia/desenvolvimento/privatização, reafirma a importância na criação de um clima favorável de coesão social para facilitar a atuação dos investidores estrangeiros nos países latino-americanos. O sentido desta “democratização” está assim expresso:

“el clima de democracia que ahora prevalece en la mayoría de los países de la región ha llevado a un aumento en el número de organizaciones del sector privado que prestan servicios sociales.” (BM, 1999, p. 32).

Quanto à educação superior, o documento ratifica as orientações contidas no documento de 1994: diversificação das instituições de ensino superior; flexibilização da gestão administrativa; melhoria na qualidade, entendida aqui como adequação dos currículos às demandas do mercado de trabalho; e, ainda, o fortalecimento do setor privado/diversificação das fontes de financiamento.

Nos últimos anos, vem sendo afirmado com certa frequência que o BM estaria “revisando” suas tradicionais posições expressas no documento de 1994, rompendo com os paradigmas do Consenso de Washington e dando maior ênfase à preocupação com a coesão social e o alívio à pobreza nos países periféricos. A mudança na ênfase do discurso não acena, entretanto, para uma mudança de rumos da política educacional deste organismo.

Em primeiro lugar, não se expressa claramente qualquer ruptura com a lógica central que norteia historicamente o discurso sobre o “alívio da pobreza”, à medida que o

Banco Mundial reafirma a necessidade de centralização da atuação dos países periféricos nas políticas macroeconômicas e no fortalecimento das instituições financeiras. A prioridade da política “proposta” pelo BM no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e social se circunscreve ao discurso da estabilidade econômica para retomada do crescimento com ênfase no fortalecimento dos setores produtivos, via empréstimos financeiros e garantia de participação do setor privado no financiamento da política educacional.

Em segundo lugar, na análise deste organismo, a dificuldade de integração dos países periféricos ao mercado internacional da moderna economia diz respeito às dificuldades destes Estados em implementarem os programas de reforma econômica e social, de garantirem o ajuste fiscal e a redução dos gastos públicos. Este é, portanto, o sentido da “governabilidade”, ou seja, a capacidade dos Estados de administrarem a pobreza e conduzirem as reformas econômicas e sociais preconizadas pelos mesmos organismos, a partir de um conjunto de ações já implementadas em dois momentos: na década de 1980, com ênfase na estabilização, no controle da inflação e dos preços; e, na década de 90, com ênfase na reforma estrutural, na política de ajuste, liberalizando as várias esferas da vida social para sua incorporação lucrativa pelo capital. Omite-se, outrossim, que o crescimento da pobreza é uma consequência da assimetria do crescimento econômico mundial e que o objetivo destas políticas é a manutenção da pobreza em níveis aceitáveis para que não afete a legitimidade e a re-

produção do capital. Tudo isso travestido pela idéia de que seu crescimento se deve a atuação dos governos que não adotam medidas de liberalização ou apresentam baixa capacidade de “governabilidade”.

Por fim, em terceiro lugar, o Banco Mundial identifica que para superação dos “impactos dos choques econômicos” na vida dos “pobres” é prioritário que esses realizem sua “autoproteção”. Por exemplo, investindo em educação para “reduzir a probabilidade” de engrossarem as fileiras do desemprego. Esse discurso, circunscrito aos quadros teóricos da “modernização conservadora” do capitalismo, impõe para cada indivíduo a função de adquirir competências e habilidades para se protegerem em momentos de crise econômica, como também para os Estados nacionais a “missão” de implantar políticas sociais focalizadas para reduzir ou aliviar os níveis de pobreza.

Na realidade não existe nas políticas propostas pelo Banco Mundial uma ruptura de paradigmas. Ao contrário, o BM aprofunda o enfoque da mercantilização da educação, apresentando a posição do Banco como um “Banco do Conhecimento” que disponibiliza informações para investimentos dos setores privados dos países centrais na área educacional dos países da periferia do capitalismo⁵. Expansão e democratização são sinônimos de diversificação das instituições e das fontes de financiamento da educação superior neste cenário marcado pelo crescente processo de privatização, cujo aprofundamento será visível ao final da década de 1990.

OMC e ALCA: a educação como serviço

Nos últimos anos, elementos de

continuidade e novas expressões vêm à tona no que tange ao processo de abertura do setor educacional como opção de investimentos de grupos privados. O elemento de continuidade é garantido pelo reforço à concepção de educação como instrumento de preparação de mão-de-obra para o mercado e também de dominação ideológica através da visão de mundo empresarial.

O elemento de novidade é o crescente empresariamento da educação, com três aspectos importantes. O primeiro diz respeito à globalização crescente dos sistemas educacionais na América Latina, sendo cada vez mais significativo na região os incentivos para que universidades públicas e privadas associem-se às universidades globais, através do estabelecimento de programas com diplomação compartilhada. O segundo refere-se à constituição das universidades corporativas implementadas nas ou pelas empresas. O terceiro se expressa no incentivo ao investimento na educação à distância, impulsionada pelo desenvolvimento das inovações tecnológicas.

Este novo enfoque é reforçado pela entrada no debate educacional da OMC, em parceria com o BM e o FMI, sob a hegemonia dos Estados Unidos da América⁶. Articulada ao FMI e ao BM, a OMC atua, desde sua criação em 1995, como fórum de negociações sobre temas ligados ao comércio. Seu objetivo principal é liberalizar e reduzir as barreiras ao comércio mundial, tanto as tarifárias como as não tarifárias, que procuram limitar as importações através da imposição de cotas e salvaguardas dos mercados locais⁷.

Desta forma, a OMC objetiva garantir o controle de acordos sobre a

liberalização comercial de serviços. Na verdade, a organização se tornou uma “corte de julgamentos” sobre o comércio internacional, concebido como elemento chave para o desenvolvimento econômico, aplicando sanções e impondo regras para as transações comerciais, num jogo que envolve bilhões de dólares.

Em dezembro de 1996, na Conferência de Singapura foram aprovados os primeiros acordos da entidade. Já em maio de 1998, em Genebra, foi aprovado o controle do comércio eletrônico e no início de dezembro de 1999, em Seattle, foi aprovado um acordo sobre produtos de tecnologia da informação e foi reivindicada a liberalização total do comércio mundial, aproximando a questão comercial da educação, através da possibilidade aberta da compra pelos países periféricos de pacotes educacionais produzidos nos países centrais.

Nos marcos da atuação da OMC, a educação se insere no setor de serviços e adquire esta feição, mais especificamente, no Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), que entrou em vigor em Janeiro de 1995.

Esta política de mercantilização, entretanto, não pode ser apreendida como um elemento isolado. Pelo contrário, se insere num movimento mais amplo do capital em busca de novos mercados de exploração lucrativa que se expressa em acordos comerciais como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O primeiro é um acordo de liberalização do comércio envolvendo Estados Unidos, México e Canadá, que entrou em vigor em 1994 e se constitui

Com início previsto para janeiro de 2005, a ALCA representa, de fato, uma das vias de materialização da nova ordem do comércio mundial, onde todas as atividades humanas são consideradas como serviços.

no modelo de desenvolvimento norte-americano para a região, permitindo o movimento de empresas multinacionais em várias áreas e setores (vestuário, energia, educação, telecomunicações, agricultura, têxtil, transporte e serviços financeiros)⁸.

Já a ALCA tem como objetivo a formação de uma área de livre comércio continental, se constituindo numa prioridade para a política externa dos EUA⁹. Com início previsto para janeiro de 2005, a ALCA representa, de fato, uma das vias de materialização da nova ordem do comércio mundial, onde todas as atividades humanas são consideradas como serviços e os acordos comerciais garantem a ampliação dos direitos dos investidores e das empresas multinacionais que vendem serviços e bens¹⁰.

Neste cenário, dois elementos políticos devem ser analisados: a) a pressão dos países centrais para que os países de desenvolvimento desigual e combinado abram suas fronteiras ao livre comércio, ao mesmo tempo em que os primeiros mantêm suas políticas protecionistas; b) a ênfase na redução das barreiras no setor de serviços, onde se inclui a educação. Estes dois elementos se evidenciam nos documentos conclusivos da reunião de Cúpula das

Américas realizada em 1994, em Miami – EUA, que aprovou a criação da ALCA: a Declaração de Princípios¹¹ e o Plano de Ação, ambos apresentando como tarefas principais a promoção da democracia representativa, a consolidação do desenvolvimento e a integração econômica da região. O Plano de Ação é constituído dos seguintes capítulos: a) preservação e fortalecimento da democracia nas Américas; b) promoção da prosperidade por meio da integração econômica e do livre comércio¹²; c) erradicação da pobreza e da discriminação do hemisfério; e, d) garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural para as gerações futuras¹³.

No capítulo que trata da erradicação da pobreza, o Plano de Ação defende como prioridade o acesso à educação, apresentando como tarefa dos Governos a atuação:

“com os setores público e privado e com atores não-governamentais e com o apoio de instituições multinacionais, para garantir o acesso universal a uma educação primária de qualidade. Em particular os governos procurarão alcançar até o ano de 2010 um índice de 100% de conclusão do curso primário e uma matrícula mínima de 75% no nível secundário e preparar programas de erradicação do analfabetismo, prevenção da evasão escolar e melhoria do treinamento de recursos humanos.” (Reunião da Cúpula das Américas, 1994).

Esta parceria entre setores privados e instituições financeiras internacionais garantiria a subordinação da educação às exigências do mercado e a “formação de uma parceria continental, operando por meio de organizações existentes, a fim de

atuar como foro consultivo dos Governos, atores não-governamentais, comunidade empresarial, doadores e organizações internacionais, visando a reforma das políticas educacionais e um direcionamento mais eficiente dos recursos” (Reunião da Cúpula das Américas, 1994).

O projeto político regido por estes organismos internacionais através dos acordos comerciais é caracterizado, desta forma, pelo aprofundamento do processo de privatização de setores estratégicos dos países periféricos, desnacionalizando a educação, a ciência e a tecnologia e as telecomunicações. Este processo pode ser observado pelos dados apresentados por Gonçalves, conforme tabela abaixo.:

quisa dos países da periferia do capitalismo.

O papel destes organismos internacionais nestes países, no sentido de aprofundamento da desnacionalização-privatização da educação, especialmente da educação superior, tem sido fundamental, com as seguintes evidências. Em primeiro lugar, pela globalização dos sistemas educacionais, via formação de parcerias entre empresas educacionais com sede nos Estados Unidos e Europa, além de pólos espalhados por várias regiões de interesse do capital. Estas parcerias viabilizam a venda de modelos pedagógicos, a comercialização de programas de ensino e de livros didáticos, especialmente para a formação e treinamen-

o aprofundamento do processo de empresariamento deste setor, ao mesmo tempo em que se torna fundamental para padronizar conhecimentos, uniformizando conteúdos através de currículos flexibilizados¹⁴.

Uma segunda forma de evidência deste movimento encontra-se na expansão das universidades corporativas criadas pelas empresas para formação e (re) qualificação dos trabalhadores em seus locais de trabalho e com um conhecimento dirigido para os interesses imediatos das empresas¹⁵.

A terceira, por sua vez, torna-se clarividente na articulação de um mercado educativo global, especialmente através das universidades na América Latina. Uma das principais estratégias para viabilizar este processo é a utilização da educação à distância, através da venda de pacotes tecnológicos e/ou implantação de universidades virtuais parceiras de universidades norte-americanas e europeias. Neste projeto se articulam as empresas dos países centrais, principalmente IBM, Microsoft, as empresas da mídia, como Time-Warner e os organismos internacionais, num mercado que envolve quatro milhões de professores, oitenta milhões de alunos e trezentos e vinte mil estabelecimentos escolares (Coggiola, 1998).

Considerações finais

Neste processo, o NAFTA, a ALCA e os programas dos organismos internacionais, principalmente os da OMC, expressam o movimento do capital em busca de novos mercados e também o peso hegemônico da política externa norte-americana no cenário de implementação de acordos entre economias desi-

Participação estrangeira na privatização de empresas públicas no Brasil, por origem, 1991-98.								
País	Nível Federal		Nível Estadual		Telecomunicação		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
EUA	1630.2	9.0	3,038.0	17.2	1,332.9	17.7	6,001.1	13.8
Espanha	1.2	0.0	1,961.7	11.1	--	--	1,962.9	4.5
Chile	--	--	1,006.1	5.7	--	--	1,006.1	2.3
Suécia	--	--	--	--	599.3	7.9	599.3	1.4
França	479.1	2.6	--	--	--	--	479.1	1.1
Portugal	0.5	0.0	176.0	1.0	--	--	176.5	0.4
Canadá	21.1	0.1	--	0.0	264.0	3.5	285.1	0.7
Itália	--	--	--	--	297.3	3.9	297.3	0.7
Alemanha	75.4	0.4	--	--	--	--	75.4	0.2
Argentina	--	--	148.2	0.8	--	--	148.2	0.3
Japão	8.1	0.0	--	--	265.2	3.5	273.3	0.6
Holanda	5.1	0.0	--	--	--	--	5.1	0.0
Reino Unido	2.4	0.0	--	--	--	--	2.4	0.0
Uruguai	0.1	0.0	--	--	--	--	0.1	0.0
Coréia do Sul	--	--	--	--	265.4	3.5	265.4	0.6
Outros	156.6	0.9	350.0	2.0	--	--	506.6	1.2
Participação Externa	2,379.7	13.1	6,680.0	37.8	3,024.0	40.1	12,083.7	27.8
Total	18,204.0	100.0	17,697.0	100.0	7,544.0	100.0	43,445.0	100.0

Fonte: BNDES, *Privatization in Brazil, 1991-1998*, Rio de Janeiro, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1998.

Nota: Dados de 1991 até abril de 1998. (Disponível em <http://inca.or.cr/publicaciones>)

Esta desnacionalização, portanto, se evidencia na pressão que estes organismos realizam no sentido de garantir a abertura para que empresas estrangeiras controlem empresas nacionais, escolas e centros de pes-

to de professores objetivando a consolidação de um caldo ideológico e político que legitime e reproduza a lógica hegemônica. Neste movimento, a educação como serviço forma uma cultura empresarial, permitindo

guais. Esses acordos comerciais vêm provocando preocupações em amplos segmentos da sociedade mundial. Tais preocupações acham-se, em parte, reunidas no dossiê Seattle, organizado pelo jornal francês *Le Monde Diplomatique* durante o período de Dezembro de 1999 e Janeiro de 2000.

Em matéria publicada neste dossiê, Susan George, presidente do Observatório Mundial da Globalização, afirma que os serviços ameaçados de cair sob a autoridade de regras da OMC não representam apenas transações comerciais que movimentam trilhões de dólares a cada ano, mas englobam quase todas as atividades humanas (George, 1999). Na mesma direção, Philippe Frémeaux, redator chefe do Jornal “*Alternatives Economiques*”, em comunicação feita durante a Jornada de Estudos para os militantes da ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos — em relação ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, ressalta que:

“o setor privado observa a abertura de um mercado potencialmente colossal, quando sabemos que o número de estudantes passou de, no nível mundial, de 6,5 milhões em 1950 para 51 milhões em 1980 e, sem dúvida, mais de 90 milhões nos dias de hoje, como o explica Gleen Jones, fundador de um império multimídia da educação (Knowledge TV, Jones International University, Global Alliance for Transnational education...): ‘a educação é o mais vasto mercado do planeta, aquele que cresce o mais rápido, aquele onde os atores atuais não respondem à demanda.’ (Frémeaux, 2001)¹⁶.

Essas preocupações mostram

Os serviços ameaçados de cair sob a autoridade de regras da OMC não representam apenas transações comerciais que movimentam trilhões de dólares a cada ano, mas englobam quase todas as atividades humanas.

que enfrentar a lógica hegemônica é possível. Elas podem servir de base para a constituição de uma força contra-hegemônica que vislumbre a constituição de um outro projeto societário. Genebra, Seattle, o Fórum Social Mundial I, II e III e o Fórum Mundial de Educação são expressões destas resistências. No Brasil, quando várias entidades se articularam para a organização do Plebiscito Nacional sobre a ALCA, evidenciou-se que o que está em realmente em jogo: os direitos e conquistas sociais e a soberania nacional e continental. A batalha entre projetos societários distintos está sendo travada. Nesta disputa permanente, o capital em crise luta por sua própria sobrevivência, enquanto forças políticas se articulam na construção de um novo mundo, fruto da internacionalização das lutas e das resistências dos oprimidos para a construção da sociedade socialista.

Notas

1. O Grupo Banco Mundial compreende: o Banco Internacional de reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Corporação Financeira Internacional (IFC), o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA), a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), o ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas Internacionais) e, mais recentemente, passou para a coordenação do Banco, o GEF (Fun-

do Mundial para o Meio Ambiente).

2. Por condicionalidades compreendemos o processo pelo qual os empréstimos financeiros concedidos pelos organismos internacionais estão *condicionados* à implementação de reformas na política macroeconômica e nas políticas setoriais à luz do projeto societário do capital. Ver (Leher, 1999).

3. Para uma análise da atuação do BM junto às políticas educacionais no Brasil nas décadas de 70 à 90 ver Fonseca, (1998), Nogueira (1999) e Leher (1999a).

4. Em seu texto, o autor defende que a divergência central entre a UNESCO e o Banco Mundial reside na concepção sobre a importância do financiamento público da educação superior defendido pela primeira, ao contrário do Banco Mundial. Sobre esta questão, consultar Trindade (1999).

5. Para uma análise sobre o papel do serviço de Informação de Investimento em Educação (EdInvest) criado pelo BM e sobre a formação do Banco de Administração do Conhecimento (Knowledge Management Bank) ver artigo de Siqueira (2001).

6. Tanto no Banco Mundial como no FMI a hegemonia norte-americana é evidente. Quanto maior a economia de um país, maior sua quota de contribuição e maior o peso de votação daquele país nas decisões do FMI. Os Estados Unidos detêm de longe a maior quota. Em fevereiro de 2001, a quota norte-americana era igual a 17,63% do total. No BM os Estados Unidos possuem a maior parcela (cerca de 17%). O mesmo acontece com o BID onde os EUA contribuem com aproximadamente 31% do orçamento do Banco e 31% do poder de voto da organização; com o BAD/ Banco Asiático de Desenvolvimento - os Estados Unidos contribuem com 16% dos fundos da instituição; BafD/ Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento onde os EUA são os maiores quotistas não africanos com cota de 5,6% e fornecem 11% das contribuições totais do Fundo para o Desenvolvimento Africano. Estas informações, por si, já demonstram a hegemonia norte-americana nas instâncias decisórias de todos os organismos internacionais do capital. (Departamento de Estado Norte-Americano, 2001).

7. A OMC foi constituída em 1995 substituindo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) criado em 1948 e só assumiu uma estrutura permanente em 1960, já que constituiu-se como um acordo e não como um organismo nos moldes do FMI e do BM.

Também na década de 60 é criada a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Porém, seu papel é minimizado diante da atuação da OMC. Para uma análise do GATT e da UNCTAD ver Jakobsen e Martins, 2002. Sobre o papel da OMC e da OCDE, incluindo as negociações sobre o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) ver George(1999).

8. Para o aprofundamento do debate sobre o NAFTA e as conseqüências econômicas, políticas e sociais para o México no sentido de acirramento das desigualdades sociais ver Jakobsen e Martins (2002).

9. Em 1990, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, lançou a “Iniciativa para as Américas” que visava ao aprofundamento das relações daquele país com a América Latina, que assim voltava a figurar entre as importantes prioridades da política externa dos Estados Unidos. Na época constavam como pontos importantes a questão dos investimentos, da dívida externa e do comércio. Nasceu naquela ocasião a idéia de constituir uma área de livre comércio do Alasca à terra do Fogo. Este projeto foi retomado pelo seu sucessor Bill Clinton, que chamou os países do hemisfério para uma reunião de chefes de Estados. Assim, em 10 de dezembro de 1994, ocorreu em Miami a Reunião da Cúpula das Américas. www.mdic.gov.br/comtext/secex/alca.html

10. Foram realizadas até o momento cinco reuniões ministeriais sobre a ALCA: em 1995 em Denver nos EUA; em 1996, em Cartagem na Colômbia; em 1997, em Belo Horizonte no Brasil; em 1998 em São José da Costa Rica e em 1998 em Toronto, Canadá. Para viabilizar sua estrutura de funcionamento foram criados nove grupos de negociações assim denominados: acesso a mercados; agricultura; investimentos; subsídios, antidumping e direitos compensatórios; compras governamentais; direitos de propriedade intelectual; serviços; políticas de concorrência e solução de controvérsias. Para um maior detalhamento do trabalho destes grupos, consultar www.alca.hpg.com.br

11. A *Declaração de princípios: Pacto para o desenvolvimento e a prosperidade: democracia, livre comércio e desenvolvimento sustentável na Américas* consta de quatro itens que serão desenvolvidos no Plano de Ação para implantação da ALCA: preservação e fortalecimento da comunidade de democracia das Américas; promoção da prosperidade mediante a integração econômica e

o livre comércio; erradicação da pobreza e da discriminação do hemisfério e garantia do desenvolvimento sustentável e conservação do meio natural para as gerações futuras. Disponível no sítio do Sistema de Informação sobre Comércio Exterior do Departamento de Tecnologia da Informação da Unidade de Comércio da Organização dos Estados Americanos - www.sice.oas.org

12. O documento da ALCA reforça as negociações multilaterais sob o comando da OMC, sustentando que a liberalização dos mercados de capitais é essencial para financiar o investimento privado, considerado elemento vital para o desenvolvimento econômico. Esta análise está apresentada no Capítulo II do citado documento.

13. Este capítulo trata do uso da energia, promovido em parceria com os setores privados; do intercâmbio de informações sobre a biodiversidade e a formulação de leis ambientais com a participação do BID, FMI, BM e OEA no financiamento e implementação dos projetos considerados prioritários.

14. Um exemplo desta parceria aparece na reportagem de capa da Revista Exame de 03/04/2002. A Apollo International é a empresa parceira para investimentos estrangeiros do Apollo Group, maior grupo empresarial de ensino dos Estados Unidos, com escolas na Holanda, Chile, Alemanha e recentemente no Brasil, movimentando 770 milhões de dólares no ano de 2001.

15. A americana Jeanne Meister, uma das maiores autoridades mundiais em educação corporativa, estima que em poucos anos cada uma das 500 maiores empresas listadas pela revista Fortune tenha seu próprio centro de educação. Hoje 405 delas têm um. No ano passado, a IBM gastou mais de 500 milhões de dólares em treinamento e anunciou que começaria a vender programas de educação gerencial para outras companhias. Como a IBM, existem mais de 2000 universidades corporativas nos Estados Unidos com a missão de garantir o aprendizado contínuo de funcionários, clientes e fornecedores. Revista Exame – 03/04/2002.

16. Para uma análise da pressão norte-americana para liberação dos mercados financeiros, bancários, de seguridade, telecomunicações e de comércio eletrônico e o papel da ATTAC – Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos - ver Pecequillo, Cristina S. “As perspectivas da OMC in www.ilea.ufrgs/nerint/arquivoartigos/content303/content303-1/artigo.rtf .

Referências Bibliográficas

BANCO MUNDIAL. *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiencia*. Washington, 1994, Mimeo.

_____. *Documento estratégico do Banco Mundial: a educação na América Latina e Caribe*. Dez. 1999. Disponível em www.bancomundial.org. Acesso em fev. 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. A Crise Universitária no Brasil. *Revista ADUSP*, set. 1998.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a educação brasileira: uma experiência de cooperação internacional. In: OLIVEIRA, R.P. (org.). *Política educacional: impasses e alternativas*. SP: Cortez, 1998.

FRÉMEAUX, P. *Educação, saúde e cultura na linha de mira*. Maio 2001. Disponível em www.attac.org.br Acesso em fev. 2002.

GEORGE, Susan. *Antes das liberdades, o comércio. Dossiê Seattle*. Disponível em www.diplo.com.br Acesso em dezembro 1999.

JAKOBSEN, K.; MARTINS, R. *ALCA. Quem ganha e quem perde com o livre comércio das Américas*. Editora da Fundação Perseu Abramo, 2002. (Coleção Brasil Urgente).

LEHER, Roberto. Para fazer frente ao apartheid educacional imposto pelo Banco Mundial: notas para uma leitura da temática trabalho-educação. Trabalho e Crítica. *Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd. EDUFF/NETE-UFGM*, set. 1999.

NOGUEIRA, Francis. *Ajuda externa para a educação brasileira. Da USAID ao Banco Mundial*. Cascavel: UNIOESTE, 1999.

SIQUEIRA, Ângela. *Organismos internacionais: educação em uma política de integração soberana?* Disponível em www.forummundialdeeducação.org.br Acesso em 2001.

TRINDADE, Hélgio. UNESCO e os cenários da educação superior na América latina. In: *Universidade em ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes, Rio Grande do Sul: CIDEPEs, 1999.

UNESCO. *Documento de política para a mudança e o desenvolvimento na educação superior*. 1995. Mimeo.

_____. Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação. Conferência Mundial sobre a Educação Superior. Paris. In: *Universidade e Sociedade*, nº 17, ANDES-SN, nov. 1998.

Kátia Regina de Souza Lima é professora do Departamento de Serviço Social - UFF.

Osmar de Oliveira Marchese

*Professor titular da área de Política e Planejamento Econômico do Instituto de Economia da UNICAMP. Foi secretário geral do ANDES-SN, na gestão 1998/2000. Para este número de **Universidade e Sociedade**, o professor Osmar nos apresenta sua trajetória como sindicalista atuando no Movimento Docente.*

Entrevista e apresentação por Antônio Ponciano Bezerra*

US) Como aconteceu, professor, o seu envolvimento, sua participação, no movimento docente, ao nível local, regional e nacional?

Prof. Osmar: Considerando a importância política do movimento sindical, participei, desde a criação, da ADUNICAMP – Associação dos Docentes da Unicamp e da Associação dos Servidores da Unicamp (atual Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp – STU).

US) Que destaques o senhor faria, em sua trajetória sindical, relacionados a dificuldades e conquistas vivenciadas no movimento docente?

Prof. Osmar: Ter enfrentado, junto com o movimento docente, o então governador de São Paulo, Paulo Maluf, quando tentou intervir e desmantelar a Unicamp, destituindo dirigentes de Unidades e membros do Conselho Universitário. Conseguimos reverter a questão após muita pressão, o que resultou no retorno dos dirigentes legitimamente eleitos e o afastamento e a expulsão do campus de vários interventores malufistas.

Outro ponto a destacar foi a participação numa das maiores greves do movimento docente das três Univer-

sidades Públicas Paulistas, Unicamp, USP e Unesp e que resultou na concessão da Autonomia Universitária, regulamentada através de Decreto Governamental.

US) Como avalia, politicamente, a gestão em que o senhor exerceu a função de secretário geral do sindicato?

Prof. Osmar: O período da gestão, no qual exerci o cargo de Secretário Geral, se caracteriza por oposição ao governo federal e ao então Ministro da Educação, Paulo Renato, principalmente no enfrentamento da tentativa ministerial de impor projeto de Reforma Universitária extremamente autoritária e restritiva de prerrogativas das I.E. Superior Públicas.

US) O senhor foi secretário geral do ANDES-SN, numa gestão de oposição. Como avalia a situação política do sindicato que permitiu uma sucessão representada por sindicalistas ideologicamente contrários à diretoria vigente, naquele momento?

Prof. Osmar: As posições comuns, na defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, en-



quanto estratégia de luta, acredito que diferenças e divergências nas táticas de enfrentar o Governo Federal, estão entre os motivos que resultaram na eleição da Diretoria da qual orgulhosamente fiz parte.

A luta pela rejeição de Propostas Governamentais, por nós, Diretoria Gestão 1998/2000, foi realizada, tendo como características marcantes a apresentação de Propostas Alternativas como meio mais adequado para defender os interesses da categoria e visando ainda o fortalecimento da Universidade Pública.

US) Como tem sido a sua atuação como sindicalista nesses últimos anos?

Prof. Osmar: Permaneço partici-

pando de lutas do movimento universitário, atuando no Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp - STU, coordenando o Departamento de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria. No momento, faço parte da Diretoria do STU, eleito para um mandato de 03 anos. Tenho atuado, com muito empenho, junto à FASUBRA e à CUT, e no Congresso Nacional, em Brasília, nas questões relacionadas com as Reformas Previdenciárias, dos governos FHC e LULA.

US) Que avaliação o senhor faz da greve como instrumento de luta de nosso sindicato?

Prof. Osmar: A greve tem se mostrado fundamental, tanto para o Sindicato Nacional dos Docentes, como para a FASUBRA e o STU, como resposta à insensibilidade dos governos federais ou estaduais.

É muito comum dirigentes governamentais e mesmo Reitores relegarem a um plano secundário legítimas reivindicações, muitas vezes, se recusando à abertura de efetivas negociações com o movimento universitário, desrespeitando as lideranças sindicais eleitas para defender os interesses da categoria. Com essa postura, dirigentes governamentais, praticamente, "justificam" greves e paralisações, comprometendo, portanto, a própria atuação e sobrevivência da Universidade Pública.

US) Que análise o senhor faria das lutas sociais presentes, atualmente, no governo LULA?

Prof. Osmar: As lutas sociais precisam e devem ser estimuladas. O governo LULA não tem dado prioridade para políticas sociais, preferindo, ostensivamente, se preo-

cupar em manter elevados superávits nos orçamentos públicos para dispor de recursos financeiros direcionados ao pagamento de encargos da dívida pública. Ao atender tão somente aos interesses do FMI e ao beneficiar o sistema financeiro nacional e internacional, o governo LULA deixa de contribuir para a melhoria das condições de vida da população brasileira.

US) Qual a sua avaliação do governo Lula quanto à onda de reformas em andamento (Previdência, Tributária, Sindical)?

Prof. Osmar: O governo LULA tem se mostrado bastante eficiente em atender aos interesses da elite econômica, contrariando frontalmente as promessas eleitorais, fundamentalmente quando frustra as expectativas de crescimento econômico, de geração de renda e emprego para a classe trabalhadora.

A reforma Previdenciária do governo LULA é extremamente perversa para os trabalhadores servidores públicos, pois só visa retirar direitos, inclusive afrontando a Constituição Federal, ao ferir o princípio do direito adquirido e a expectativa de direitos. Além de penalizar aposentados e servidores em atividade, a Proposta do governo LULA enfraquecerá a Administração Pública, pois os futuros servidores públicos perderão direito à aposentadoria integral e à paridade de remuneração com os servidores em atividade, o que certamente resultará em desestímulo ao ingresso no serviço público.

A Reforma Tributária não tem como objetivo, o que, a nosso ver, deveria ser tratado de forma prioritária, ou seja, equacionar a má e de-

sigual distribuição da renda entre o capital e o trabalho. Permanecem como básicos os Impostos Indiretos, tributos sobre o consumo, penalizando por isso as camadas de baixa renda da população. O correto seria ampliar as receitas tributárias com base nos impostos diretos sobre a renda e propriedade dos detentores dos meios de produção, e taxar os especuladores do mercado de capitais.

US) Que encaminhamento o senhor aponta para a luta política do movimento docente nacional, nesta 1ª década do século XXI?

Prof. Osmar: Neste início do século XXI, acredito que a principal bandeira do movimento docente nacional, do movimento universitário, é lutar por obter autêntica e efetiva autonomia universitária. É também necessário lutar pela expansão do ensino público de 3º grau, mantendo sua gratuidade e qualidade.

US) Que exigências o senhor faria para voltar a integrar-se à diretoria do ANDES-SN?

Prof. Osmar: Voltar a integrar a diretoria do sindicato nacional dos docentes, apesar de não estar nas minhas preocupações atuais, sempre será uma honra, desde que minhas propostas de atuação sejam claramente conhecidas, debatidas e aceitas pelo movimento docente.

** Prof. Antônio Ponciano Bezerra é professor doutor na Universidade Federal de Sergipe; 2º vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste II do ANDES-SN e editor da revista Universidade e Sociedade.*

A utopia renegada

Antônio da Silva Câmara *

Pretendo, neste ensaio, analisar a evolução do Partido dos Trabalhadores no Brasil a partir da noção de utopia. Parto do pressuposto de que este partido, ao abandonar paulatinamente as aspirações que lhe deram origem - independência e autonomia das classes trabalhadoras, ruptura com o capital, construção do socialismo e a postura aberta à participação de todos os grupos de esquerda contrários ao stalinismo e à colaboração de classes - em função de uma perspectiva amesquinhada de tornar-se um partido da ordem capitalista sob a hegemonia do capital financeiro internacional, evoluiu negativamente nos seus vinte anos de existência.

Para proceder à tal análise, tomo por referência o pensamento de Ernest Bloch acerca da força revolucionária da utopia e, em seguida, à luz desta concepção, reconstruo o itinerário do PT e a sua subordinação atual à linha mestra da política econômica neoliberal. Por fim, faço um exercício de reflexão a partir dos movimentos sociais e da luta sindical hoje atuante no Brasil para identificar onde se entrincheira a utopia, no momento em que as palavras medo e esperança ganham uma sinalização invertida no discurso oficial.

I- Bloch e os fundamentos da utopia

O conceito de utopia construído por Ernest Bloch, a partir da noção de sonho acordado ou sonho diurno sugerido por Freud, aproxima psicanálise e materialismo histórico.

Bloch destaca as características do sonho acordado em diversas etapas da vida humana, apresentando-as como fundamento de aspirações individuais e sociais.

Na infância, a criança deseja evadir-se dos espaços reais (da casa e da escola), viajar para locais distantes, e fantasia situações estranhas e desconhecidas. As brincadeiras e os jogos entretêm-nas e iniciam-nas

num mundo fora-de-si mesmas. A esta vontade de evasão, o autor acrescenta o prazer de tornar-se invisível, que frequentemente é realizado pelas crianças através do jogo de esconde-esconde.

Na pré-adolescência, os sonhos de uma “vida melhor proliferam com exuberância”. Bloch concebe este período como aquele no qual os jovens contam histórias fabulosas



nas quais eles próprios aparecem como os protagonistas. É a época também onde se apresenta o horror à mediocridade, mesmo para aqueles que não dispõem de nenhuma originalidade. Neste período, predomina a ambição por uma vida melhor do que aquela vivida pelos pais e as fantasias sexuais.

Os sonhos juvenis, na vida dos adultos com aspirações burguesas e pequeno-burguesas, dão lugar a sonhos mesquinhos, predominando a busca pela satisfação de necessidades imediatas. As grandes aspirações de juventude são substituídas pela ambição comedida do conforto cotidiano, da compra da casa, do carro, e pela segurança da vida familiar. Não se deixa de sonhar, mas os sonhos adquirem características absolutamente diversas daqueles que ocorreram na infância e na juventude. Os sonhos grandiosos desta última fase reaparecem na pequena burguesia apenas como uma recordação que desperta remorso pela incapacidade de cumprir os desejos anteriores, ou então (o que é mais grave) como sentimento de vingança em relação aos outros grupos sociais. Através de pequenos atos de vingança ou omissão diante do sofrimento alheio, compensa-se a frustração pelos sonhos não realizados¹. Os sonhos agora voltam-se mais para o passado do que para o futuro.

Este empobrecimento dos sonhos acordados, apresenta-se de forma ainda mais dramática na velhice, pois além dos problemas físicos, decorrentes da perda da vitalidade biológica, numa sociedade que valoriza a juventude e despreza o envelhecimento, acrescentam-se o vazio de perspectiva, a solidão e as incertezas da vida financeira. A consciência

burguesa valoriza ao extremo a acumulação de bens, a bolsa, a segurança financeira, etc. Vivendo em época de grandes crises dos valores burgueses, Bloch observava que, nos próprios indivíduos, encontrava-se entranhada a consciência burguesa dominante, afastando-os do desprendimento que a “alta idade” poderia lhes propiciar. Os burgueses e pequenos burgueses aprisionados aos sonhos do passado viam-se na contingência de aumentar o seu grau de segurança econômica.

A consciência antecipadora – o que impulsiona para a frente

Abordando o conceito de pulsão

A psicanálise jamais se preocupou com o estômago do seu público, não o incluindo dentre as causas dos distúrbios psicológicos, apesar de, nas classes inferiores, o problema da fome ultrapassar, em muito, o problema da libido.

como fundamento para compreender os desejos humanos e a sua necessidade de satisfação, como encontrado em Freud, Bloch não concorda que o instinto sexual (libido) possa ser considerado como o impulso originário e transformador da existência humana. Bastante crítico das formulações de discípulos de Freud (Adler e Jung) e da filosofia decadente de Nietzsche, ele rejeita o conceito de vontade de potência, recuperado por Adler sob o disfarce de “protesto masculino”, e o de inconsciente coletivo elaborado por Jung, como estrutura fundamental da psiquê humana. Não me alongando so-

bre a crítica blochiana a estas formulações, sublinho os seus aspectos centrais, quais sejam: o abandono da racionalidade humana conquistada ao longo da história das civilizações e a pregação da barbárie ou da submissão do ser humano a uma ancestralidade mítica e naturalista. Bloch contrapõe a esses impulsos uma necessidade humana fundamental (que em Freud aparece de forma secundarizada) que é a fome. Esta última exige imediata mitigação sob pena dos indivíduos não poderem realizar nem a libido, nem a dominação sobre os demais. Tal como Marx acentuou na Ideologia Alemã, Bloch entende que a fome é a necessidade primária vital.

Segundo Bloch, a psicanálise jamais se preocupou com o estômago do seu público, não o incluindo dentre as causas dos distúrbios psicológicos, apesar de, nas classes inferiores, o problema da fome ultrapassar, em muito, o problema da libido.

“(…) não existe nenhuma concepção da história susceptível de livrar-se da concepção econômica, não existe nenhuma explicação do mundo pela libido e seus disfarces que anteceda à explicação pela economia e pela supra-estrutura. É por isso que nos propomos a chamar as coisas enfim por seu próprio nome: é o interesse econômico que, sem ser o único em jogo, tem no entanto uma importância fundamental, podemos dizer o que o instinto de conservação (melhor conhecido pela fome) é o único dos instintos ditos fundamentais que pode merecer plenamente este qualificativo; ele se encontra antes das demais pulsões, (...)”²

Para Bloch, existem duas séries de impulsos: aquela que corresponde aos afetos de satisfação, quais sejam, aqueles que podem ser preenchidos a partir de objetos que existem no mundo externo; e outra, que diz respeito aos afetos para os quais o “objeto não somente é inacessível ao indivíduo como ainda não se manifestou no mundo acessível”. Os primeiros são os afetos passíveis de satisfação mediata ou imediata, enquanto que os últimos são os afetos de expectativa (angústia, medo, esperança ...) que mergulham o indivíduo na incerteza de uma solução futura. Logo, o que distinguiria estes últimos afetos dos primeiros seria o grau elevado *do seu caráter antecipante*. Nos sonhos acordados, Bloch encontra a dimensão de um futuro que não se realiza no imediato. Nos afetos de angústia e de medo, a dimensão antecipadora é passiva, enquanto que na esperança esta é positiva, impulsionando o indivíduo para a conquista do futuro. Por isso, afirma Bloch *“A esperança é a mais humana de todas as emoções e somente aos homens ela é acessível estando ao mesmo tempo centrada sobre o mais vasto e mais luminoso horizonte que se possa imaginar”*³

É a partir desta diferenciação entre os afetos de satisfação e os afetos de expectativa que Bloch constrói a sua visão revolucionária da fome. A atualidade desta formulação esta menos na definição deste impulso enquanto originário do que em seu sentido de privação, de desejo que não pode ser satisfeito com os meios que estão dados em determinada situação, recuperando, dessa forma, o anseio por uma vida melhor, já presente em Marx.

A subjetividade poderia ser uma arma fundamental para a transformação do mundo, contanto que os homens se libertem da falsa consciência da ideologia dominante que os impede de conhecer suas condições materiais efetivas.

O sonho acordado conteria os elementos fundamentais que impulsionam os indivíduos para mais adiante, tais como: a realização de desejos; a integridade do ego; a melhoria do mundo; e a fixação de objetivos que se persegue até o fim.

Estes elementos fariam parte da consciência antecipadora que se encontraria numa situação intermediária entre o inconsciente e o consciente. Opondo-se à dicotomia da psicanálise (inconsciente/consciente), Bloch recupera a noção esboçada por Freud de uma pré-consciência. Esta pré-consciência é para Bloch o ainda-não-consciente que não está subordinado nem ao passado, nem ao presente, vinculando-se ao futuro, pois o seu conteúdo ainda não se manifestou plenamente.

Esta aquisição de Bloch deu-lhe condições para entender o momento prévio à própria consciência de classe (classe para si) e portanto presente não apenas nos jovens, mas, em menor ou maior proporção, nos adultos de camadas sociais inferiores e dos segmentos médios conquistados para as causas revolucionárias. A partir do ainda-não-consciente e da percepção de que o mundo não é fechado e que por isso os indivíduos podem aspirar a uma outra realidade, Bloch concluiu pela ne-

cessidade da imaginação utópica.

Além da categoria da imaginação utópica, Bloch analisa a ação das classes sociais a partir da categoria da possibilidade, entendida não como uma métrica mesquinha e imediatista, mas como um processo com potencialidades inesgotáveis:

*“o fator subjetivo representa aqui a capacidade inesgotável de mudar as coisas, o fator objetivo é a potencialidade inesgotável da variabilidade do mundo no quadro das leis, leis estas que dentro de novas condições variam segundo outras leis”*⁴

À semelhança de Lukacs, Bloch considera que essa subjetividade poderia ser uma arma fundamental para a transformação do mundo, contanto que os homens se libertem da falsa consciência da ideologia dominante que os impede de conhecer suas condições materiais efetivas.

II - O partido dos trabalhadores – o sonho utópico de 1980

Guardando as devidas reservas, gostaria de comparar as premissas básicas de Bloch com o surgimento, maturidade e enrijecimento do Partido dos Trabalhadores, utilizando este último termo numa acepção negativa, isto é, de conformação aos valores burgueses dominantes.

O PT nascido no início da década de 80 como herdeiro de um movimento operário jovem, livre das amarras getulistas, surge quase ao mesmo tempo que a Central Única dos Trabalhadores (CUT); ambos em oposição à política de compromisso de classes operada pelos sindicatos pelegos e pelos clássicos partidos stalinistas. O PT dos anos 80 congregava em suas fileiras a base operária independente e não dou-

trinária advinda das grandes lutas de São Bernardo do Campo; intelectuais independentes e anti-populistas que desejavam a construção de uma nova via para o socialismo; segmentos pequeno-burgueses urbanos que buscavam participar da construção de novas perspectivas sociais; trabalhadores sem-terra em oposição à CONTAG e aos sindicatos rurais tradicionais com práticas de aliança de classes; organizações políticas clandestinas da esquerda brasileira rompidas com o stalinismo e organizações trotskistas.

Em certa medida, o projeto inicial do PT traz no seu bojo uma forte tensão política: de um lado, as organizações de esquerda, que esperavam moldá-lo ou conquistá-lo para a via revolucionária, vendo neste um amplo partido operário de massas e a solução para a crise de direção revolucionária da qual padecia as classes trabalhadoras brasileiras e, de outro, um grande grupo de “independentes”, que sem definir a natureza do partido, desejava opô-lo à forma clássica de organização baseada no centralismo democrático.

No entanto, esta heterogeneidade era contrabalançada por algumas convergências essenciais: a perspectiva de um futuro socialista, a oposição ao stalinismo e ao antigo trabalhismo populista, o denodo na construção de um partido com forte inserção na sociedade civil e com participação de todos os seus filiados, a partir de Núcleos de base, organizados nos bairros e nos locais de trabalho. Nestes núcleos, articulavam-se as discussões acerca da conjuntura nacional com as demandas locais por melhoria urbana, emprego, saúde, etc.

Tal como Bloch concebia os sonhos diurnos da juventude, via-se

um partido em que, por mais diferenciações internas e indefinições acerca de qual o tipo de socialismo seria desejável, buscava um caminho para além do horizonte imediato, sonhava alto com a transformação do país e unificava diversas camadas das classes trabalhadoras com vistas a um projeto de transformação social.

A partir de meados da década de 80, inicia-se a lenta metamorfose do PT, passando da fase sonhadora para a fase madura, que se configurará

Os grupos que não se adaptaram à involução da democracia interna foram expulsos no início dos anos 90, como, por exemplo, os grupos trotskistas Convergência Socialista e Causa Operária.

mais explicitamente na década de 90. Procurando afirmar-se enquanto um partido com representação parlamentar e conquistar cargos executivos nos Estados, a disputa eleitoral que, no início dos anos 80, aproximou o PT da população pobre, pouco à pouco passa a adquirir autonomia da vida partidária. As correntes políticas organizam-se agora em torno de seus candidatos e após os resultados eleitorais em torno dos seus parlamentares. Esta lógica implicou a mudança do discurso e da prática partidária e na subordinação à forças externas e aos grupos dominantes.

A situação atual do PT ultrapassa em muito a descrita acima: o partido prescinde do apoio político e financeiro dos seus Núcleos (que foram esvaziados e cederam lugar à esdrú-

xula organização por Zonas Eleitorais); os ex-militantes dos bairros agora são apenas filiados chamados para votar nos próximos dirigentes das zonais ou na nova direção municipal e regional do partido; o partido é dirigido por parlamentares, assessores e burocracia partidária, tendo perdido completamente o seu caráter de partido de base.

O crescimento eleitoral e o distanciamento das bases são acompanhados pelo fortalecimento das instâncias de direção e pelo enfraquecimento das tendências de esquerda, submetidas a rígidas regras partidárias. Os grupos que não se adaptaram à involução da democracia interna foram expulsos no início dos anos 90, como, por exemplo, os grupos trotskistas Convergência Socialista e Causa Operária.

Os atuais estatutos do PT, no art. 223, ao regulamentar o direito de tendência, preocupam-se fundamentalmente em restringi-lo, exigindo registro junto à direção partidária e não reconhecendo o “direito de seus filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas”. Além disso, este artigo proíbe os grupos internos de possuírem sede, imprensa própria, de veicularem externamente documentos do Partido e de manter relações internacionais, “atributo exclusivo da direção do Partido”.

O PT contrário ao centralismo democrático adotou, dessa forma, um centralismo burocrático que favoreceu amplamente a tendência majoritária em detrimento de todos os grupos de esquerda.

Tais atitudes foram acompanhadas, a nível interno, por mudanças programáticas, e, a nível externo, pela ampliação do arco de alianças com partidos tradicionais. O PT

que, no início da década de 80, encontrou nos dois principais partidos stalinistas forte oposição, torna um deles seu parceiro preferencial, no final daquela década; alia-se também ao Partido brizolista (PDT) e a setores minoritários de partidos burgueses (PMDB e PSDB). As alianças a partir de 89 indicam, na linguagem dos seus dirigentes, um partido “maduro”, ou, talvez, na linguagem de Bloch, um ser adulto, pragmático, que deixa para trás seus sonhos acordados visando à melhoria do mundo para adaptar-se de forma acelerada à nova conjuntura internacional.

Apesar disso, em 1989, quando a candidatura de Lula a presidente arrebatou a militância de base e mobilizou milhares de trabalhadores em todo o país, ainda havia a esperança de se construir um poder socialista no país. Mantendo um discurso combativo, contrapondo-se de forma decidida ao fantoche da burguesia Fernando Collor de Mello, o PT parecia recuperar os seus princípios e realizar o sonho impossível de governar sem subordinar-se aos interesses dominantes locais e internacionais. A derrota de Lula e duas vitórias sucessivas do Projeto neoliberal, representado então por Fernando Henrique Cardoso, abriram o caminho para a idade do **enrijecimento, da senilidade no Partido dos Trabalhadores, agora** transformado absolutamente em partido eleitoral, centrado em eleição de vereadores, prefeitos, governadores, deputados, senadores e, enfim, Presidente da República.

As últimas eleições completaram a metamorfose do PT e o converteram ao receituário burguês, isso culminou no paroxismo das alianças

com o Partido Liberal, o oposto de um partido socialista por definição, e com segmentos putrefatos da burguesia brasileira (Sarney, Itamar Franco, Ciro Gomes, Garotinho etc.). O discurso socialista foi completamente abandonado e mesmo o nacionalismo burguês, derivado das alianças com o PDT, deram origem ao convívio civilizado e cooperador com a “comunidade econômica internacional”, leia-se, a rapace burguesia financeira internacional.

Esta concessão à “classe política” e ao capital financeiro foi acom-

A vitória de Lula, que pode ser considerada como a derrota do PT enquanto um Partido com utopia socialista, repete de forma mais dramática a aventura da social democracia alemã, que abandonou os princípios revolucionários apostando no desenvolvimento capitalista

panhada por uma ruptura ainda mais profunda com sua base militante, substituindo o discurso honesto, franco, direto com a população pobre pelo discurso pasteurizado, globalizado, entregue à indústria da propaganda eleitoral. Assim, o PT chegou ao poder, abrindo mão do enfrentamento regional, das suas bases políticas e ampliando a aliança com a burguesia conservadora.

A vitória de Lula, que pode ser considerada como a derrota do PT enquanto um Partido com utopia socialista, repete de forma mais dramática a aventura da social democracia alemã, que abandonou os princípios revolucionários apostan-

do no desenvolvimento capitalista; e o drama mais recente da social democracia francesa, que promoveu reformas capitalistas profundas e impossíveis de serem efetivadas pela direita, devolvendo o poder aos legítimos representantes de tais reformas: a direita.

No presente momento, passados alguns meses da posse de Lula, mantém-se uma política econômica que dá seqüência à do governo anterior, o pagamento da dívida externa, a desnacionalização da economia, as altíssimas taxas de juros e, por fim, na pauta mais recente, a realização de reformas, todas pautadas pelo capital e destinadas a “modernizar” o Brasil, no âmbito do comércio internacional e na exploração planetária da força de trabalho. Reformas que visam pôr um fim aos direitos que são considerados obstáculos à integração moderna do Brasil ao comércio internacional pelo BM e o FMI.

Estas reformas diferem daquelas pregadas por Marx, no Manifesto Comunista, sobretudo no que consta à reforma agrária, controle do capital financeiro, política industrial e emprego para todos. Difere também daquelas propostas, em meados do século XX, por Trotski no Programa de Transição, que previam, dentre outras medidas, escala móvel de trabalho e escala móvel de horas de trabalho; controle operário das fábricas; expropriações de certos grupos de capitalistas; expropriação de bancos privados e estatização do sistema de crédito.

Mas se lembrar de revolucionários poderia parecer antiquado e utópico, pode, então, se alegar-se que o Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, ao propor a reforma do capitalismo, acentua a neces-

sidade de controlar o capital financeiro, suspender a dívida do terceiro mundo, proteger a agricultura, combater aos transgênicos, defender uma rede de proteção social e de solidariedade internacional etc. Todas estas medidas estão em oposição à prática do governo Lula que mantém em pauta as reformas exigidas pelo organismos internacionais, tais como a reforma da Previdência Social, a Reforma Trabalhista, objetivando flexibilizar direitos dos trabalhadores, e a Reforma Tributária, simplificando os tributos e atendendo aos objetivos relacionados à implantação da ALCA, na América Latina

Dir-se-ia, talvez, que a esperança utópica do governo Lula se concentra em resolver a pulsão da fome. Mas como isto ocorrerá? Através da doação de alimentos de forma “focalizada” como prevista pelo segundo consenso de Washington? A fome poderá ser mitigada de forma limitada em algumas áreas de regiões mais pobres, dessa forma os três pratos de comida não serão obra dos próprios trabalhadores, mas concessão de uma antiga liderança operária que perigosamente pode aparecer como um novo pai de alguns pobres.

O programa petista carrega forças da sociedade civil para o assistencialismo pequeno-burguês, tranquilizando, assim, a consciência dos que se alimentam diariamente; afasta completamente da luta aqueles que não comem; e paralisa o protesto contra a distribuição iníqua dos valores produzidos por toda a sociedade. O fome zero não insere o faminto no mercado de trabalho, única “inclusão” necessária para os trabalhadores viverem dignamente; não realiza a reforma agrária, acomoda o faminto aos três pratos de comida

O fome zero não insere o faminto no mercado de trabalho, única “inclusão” necessária para os trabalhadores viverem dignamente.

doados pelo Estado. O fome zero desconhece a capacidade produtiva do faminto, talvez perigosamente torne-o um ressentido, acomodado às estruturas da lama da sociedade burguesa que lhes destina as sobras. Por isso, tanto esta quanto as demais ações sociais próximas dos modelos de submissão social (bolsa escola, distribuição de leite, etc.) não educam o povo para a sua emancipação, e moldam o PT à imagem e semelhança dos velhos e corruptos partidos políticos brasileiros.

Nesta situação, o princípio da esperança desloca-se da esfera político-partidária e entrincheira-se nos movimentos sociais autônomos e independentes do Estado: no sindicalismo da esquerda cutista, que não aceita o atrelamento da central sindical ao governo; no MST, que não aceita ser seduzido pelo discurso bem intencionado dos órgãos responsáveis pela reforma agrária, que não dispõem de recursos efetivos para realizá-la; de movimentos sociais ecologistas, que denunciam a tolerância com os transgênicos; dos movimentos indígenas, que mantêm as ancestrais reivindicações por terra, e, por fim, dos próprios militantes de esquerda que, no PT ou em outras organizações, percebem que é hora de construir outra alternativa política, capaz de empunhar a bandeira da luta contra as estruturas capitalistas, de revitalizar o sonho e

contrariar a integração passiva na ordem que o novo governo Lula protagoniza.

Notas

1. Os atos de vingança e de mesquinhez da pequena burguesia foram analisados por Bloch tendo em vista o nazismo e a postura vingativa, adesista ou omissa da pequena burguesia alemã
2. BLOCH, E. 1976. Vol I. p. 87
3. Idem, p. 97.
4. Idem, p. 229.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, Ricardo. Entrevista: Qual é a tua Convergência? In Revista Teoria e Debate. N° 10. Abril/Maio/Junho 1990. P 54-60
- BLOCH, Ernest. Le Príncipe Esperance, III Vol. Éditions Galimard. Paris. 1976.
- CAPISTRANO, David. Sobre a « diferença » e outros prês-à-poter. In Revista Teoria e Debate. Ano 8. N° 29. Jan/Jul 1995. Págs. 21-24.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. Tentação reformista: Medo e (gosto) de pecar. In Revista Teoria e Debate. N° 10. Abril/Maio/Junho 1990. P 49-53.
- MARX, Karl. Manifesto Comunista. In Textos 3. Editions Sociais. Editora Alfa.Omega. São Paulo. Pp. 13/47.
- MUNSTER, Arno. Filosofia da Práxis e utopia concreta. Editora UNESP. São Paulo. 1993.
- MUNSTER, Arno. Utopia, Transição e Apocalipse ns Primeiras Obras de Ernest Bloch. Editora UNESP. São Paulo. 1994.
- PONT, Raul. E Agora PT ? In Revista Teoria e Debate. N° 34. Mar/Abril/Maio/ 1997. 17-19.
- TROTSKI, Leon. Programa de Transição para a Revolução Socialista. Antídoto. Lisboa. 1978.

** Antônio da Silva Câmara é Professor no Departamento de Sociologia/Pós-graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal da Bahia e Presidente da APUB – Ssind.*

Economia brasileira e política econômica

César Benjamin *
(com Rômulo Tavares Ribeiro)

1. Depois de mais de dez anos de experimento neoliberal, a economia brasileira carrega do período anterior o peso de enormes dificuldades. Entre elas, destacam-se um desequilíbrio estrutural nas contas externas, com permanente tendência a déficit, e o desmonte da capacidade do Estado realizar, induzir e coordenar investimentos. Ambos convergem para um padrão de crescimento irregular no curto prazo (chamado pelos economistas de *stop and go*), no qual se intercalam períodos de estagnação (ou recessão) e miniciclos de crescimento, logo abortados. A resultante é uma reiterada tendência ao baixo crescimento quando se observam séries mais longas.

Denunciado há muito tempo pelas forças de oposição, esse contexto não podia ser considerado surpreendente quando Luís Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República em janeiro. Desde então, no plano do discurso, o novo governo adotou três abordagens diferentes – e simultâneas – para referir-se



a este passado recente. A primeira, para muitos a mais inesperada, não poupava elogios à gestão anterior da economia brasileira e garantia aos conservadores que prevaleceria a opção por uma continuidade virtuosa. Esta abordagem foi expressa com muita ênfase na posse do novo ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e na sabatina de Henrique Meirelles no Senado Federal, quando de sua indicação para a presidência do Banco Central.

O segundo discurso, dirigido especialmente à militância do próprio PT e às demais forças do campo

progressista, era inteiramente oposto. Enfatizava a “herança maldita”: tendo sido empossado em uma situação de quase-descontrole na economia nacional, restava ao novo governo a alternativa de evitar um confronto com o grande capital em condições desfavoráveis. Era necessário ganhar tempo para impedir uma rápida desestabilização, cujas sementes estavam plantadas, principalmente, na possibilidade de escalada inflacionária e de fuga desordenada de capitais. Reafirmava-se nesse caso o compromisso com mudanças estruturais, remetendo-as no

entanto a uma fase posterior da ação governamental.

Para lidar com a evidente contradição entre esses dois discursos, coube ao próprio presidente Lula enfatizar uma terceira abordagem: esqueçamos o passado, pensemos no futuro. Assim, alicerçado em grandes esperanças que ultrapassavam as fronteiras nacionais, constituiu-se um governo cuja marca inicial foi a ambigüidade. Compreender seu desdobramento no tempo, até aqui, é a nossa tarefa.

2. O projeto neoliberal pode ser desagregado em dois conjuntos de políticas. O primeiro são as chamadas “reformas estruturais”, basicamente de três tipos, conforme os objetivos que perseguem: (a) as que visam ao desmonte de mecanismos extra-mercado de regulação da vida social (sistemas de previdência, legislação trabalhista, etc.); (b) as que visam ao enfraquecimento direto do Estado (privatizações, desmoralização do funcionalismo, etc.); (c) as que visam ao aumento do grau de exposição da economia nacional aos movimentos do capital internacional (desregulamentação de fluxos comerciais e financeiros, etc.). No segundo conjunto estão as políticas macroeconômicas *stricto sensu*, que comandam o dia-a-dia da administração (fixação dos juros, política de câmbio, gestão orçamentária, etc.).

Aplicadas simultaneamente, essas reformas e políticas criam um novo ambiente econômico, social, institucional e até cultural que favorece a transformação de tudo em mercadoria, ampliando assim o espaço da acumulação de capital. O problema das forças progressistas, no mundo atual, é construir caminhos que con-

O problema das forças progressistas, no mundo atual, é construir caminhos que conduzam à superação dessa herança, lidando com economias e sociedades muito fragilizadas.

duzam à superação dessa herança, lidando com economias e sociedades muito fragilizadas.

3. Não importa discutir aqui se houve sabedoria, rendição ou que outro nome se queira dar ao caminho escolhido nos primeiros sete meses de governo Lula. Isso o tempo dirá.

Para que possamos iniciar um debate sobre o futuro do Brasil, devemos apenas reconhecer que, tendo como pano de fundo as três referências acima explicitadas – o posicionamento diante da herança recebida, das “reformas estruturais” e da condução macroeconômica, que juntas formam a essência do projeto neoliberal –, o novo governo adotou uma direção coerente: (a) optou por legitimar e considerar intocável a herança, ou seja, o “ambiente” criado pelo neoliberalismo. Não tomou nenhuma iniciativa, nem de ordem política nem de ordem legal, para modificar acordos e contratos feitos no período anterior. Aceitou mover-se dentro dos marcos estruturais previamente fixados. Na relação com a sociedade, exerceu um papel desmobilizador. Para não criar áreas de atrito com os chamados investidores internacionais, foi muito tímido até mesmo ao tropeçar em casos explícitos de ações criminosas, como as evidências de fraudes nas privatizações (denunciadas pelo próprio PT), o rompimento de contratos por parte de empresas multinacionais (por exemplo, com o BNDES) e a remessa ilegal de bilhões de dólares para fora do país; (b) deu continuidade às cha-

madadas “reformas estruturais”, com a privatização de bancos públicos e a reforma da Previdência. Além disso, tem reiterado que estão sendo preparadas a concessão da autonomia para o Banco Central e a revisão da legislação trabalhista, o que representará a abertura de uma nova geração de “reformas” que apontam no mesmo sentido das anteriores, talvez com maior gravidade; (c) radicalizou a aplicação da mesma política macroeconômica em todas as frentes, sem nenhuma exceção.

Esse conjunto de políticas não será sustentável pelo governo Lula, a menos que ele rompa claramente com a base social e política que o elegeu.

4. Do ponto de vista econômico e social, o resultado dessas políticas, neste momento, pode ser assim resumido.

(a) A inflação foi contida, dando lugar a um período de deflação. Partindo-se de uma taxa anualizada de quase 30% em dezembro de 2002, pôde-se afirmar, com credibilidade, a busca pelo Banco Central de uma taxa de 8,5% em 2003. Este tem sido apresentado como o principal trunfo da política macroeconômica. Sua interpretação está sujeita a controvérsias, pois a taxa constatada em dezembro de 2002 decorria da combinação de dois choques: a desvalorização cambial ocorrida em 2001 e 2002 (com repasse interno do aumento dos preços de insumos, bens e serviços cotados em dólar) e a elevação dos preços internacionais

de *commodities* que o Brasil produz (nesses casos, os preços internos acompanham automaticamente os preços internacionais, pois os produtos podem ser vendidos em ambos os mercados). Se isso é verdade, então a política econômica fortemente recessiva do primeiro semestre do governo Lula apenas apressou a queda da inflação, pois a acomodação dos preços, absorvidos os efeitos dos dois choques externos, já era uma tendência inscrita na dinâmica econômica em curso. Note-se ainda que, ao contrário do que pensam os leigos em economia, a deflação (queda generalizada de preços) não é uma notícia auspiciosa, pois expressa o colapso das atividades econômicas.

(b) Não houve fuga anormal de capitais, registrando-se um saldo positivo de US\$ 3,5 bilhões em investimentos estrangeiros no primeiro semestre (muito inferior aos US\$ 9,6 bilhões do primeiro semestre de 2002). Toda a dívida externa que venceu no primeiro semestre de 2003 foi rolada. A projeção oficial – provavelmente otimista, pois está havendo uma reversão de fluxos neste momento, por motivos que nada têm a ver com o Brasil – é de que o ingresso líquido de capitais atinja US\$ 10 bilhões no ano, mas devem ser descontados cerca de 25% desse valor, devidos às chamadas “operações de conversão”, que não representam entrada efetiva de dólares. Parece realista falar-se hoje em um ingresso de US\$ 8 bilhões em 2003, cerca da metade de 2002. Não é possível dizer quanto desse montante se destinará a criar capacidade nova e quanto será usado na compra de ativos já existentes (ou outras operações inócuas do ponto de vista do investimento), como foi

a regra geral na década de 1990.

(c) O saldo comercial manteve sua trajetória ascendente, iniciada nos anos anteriores, com previsão de chegar a US\$ 17 bilhões em 2003 (contra US\$ 13 bilhões em 2002). Esse desempenho decorreu basicamente de três fatores: a desvalorização cambial de 2001 e 2002 (que pressiona a inflação para cima, mas melhora o desempenho comercial do país), o aumento dos preços internacionais de produtos básicos exportados pelo Brasil (*idem*) e a contração de quase 20% nas importações (associada ao baixo crescimento). A trajetória positiva do saldo comercial inspira cuidados e apresenta limitações. Com exceção dos aviões da Embraer, o Brasil vem confirmando sua condição de exportador das chamadas *commodities* – produtos primários e alguns intermediários, homogêneos, de baixo valor, baseados sobretudo em trabalho e em dotações de recursos naturais, dirigidos a mercados pouco dinâmicos –, enquanto sua pauta de importações se move na direção de produtos intensivos em conhecimento e tecnologia. Nesse contexto, desvalorizações cambiais e contenção do crescimento interno tendem a tornar-se recorrentes para preservar saldos que não resultam da conquista de mercados dinâmicos, mas da ampliação da nossa participação em mercados fortemente concorrenciais e relativamente saturados. Quanto às limitações, é preciso destacar que tais saldos melhoram, mas não resolvem, o problema das contas externas. O déficit estrutural na conta de serviços, a volatilidade da conta de capitais (cuja trajetória errática é determinada por fatores externos) e o baixo nível das reservas internacio-

nais mantêm alta a vulnerabilidade do país, que no curto prazo se traduz em enorme incerteza sobre o comportamento das taxas de câmbio.

(d) Em 2003, a produção industrial caiu em dezessete de dezenove setores estudados, em muitos casos de forma expressiva: caiu até 5% em quatro setores, entre 5% e 10% em três setores, entre 10% e 15% em três setores, entre 15% e 20% em dois setores, e mais de 25% em cinco setores. No comércio, a queda de vendas atingiu até mesmo produtos de consumo básico, como alimentos, vestuário e bebidas. Deve-se ressaltar, no entanto, que tamanha queda na produção e nas vendas não vem necessariamente acompanhada de queda na lucratividade – esta, na verdade, aumentou em quase todos os setores –, pois permanece aberta às empresas a alternativa de obter elevados ganhos financeiros, aplicando seus recursos sobranes em títulos da dívida pública. Mesmo assim, a taxa média de crescimento da economia vem sendo sucessivamente revista para baixo, situando-se hoje (fins de agosto) entre 1,0% e 1,5%, sendo a primeira menor e a segunda apenas equivalente à taxa de aumento populacional. Ou seja, o país empobrece. Em termos de crescimento econômico, tem-se como certo que 2003 será um ano perdido (o IBGE acaba de anunciar a queda de 1,6% do PIB no segundo trimestre). Isso reforça a hipótese de que – tendo em vista os desempenhos medíocres observados nos anos anteriores – estejamos iniciando a terceira década perdida, em seqüência, da economia nacional. Haverá nova queda na formação bruta de capital fixo em 2003, o que significará mais um ano sem criação

de capacidade produtiva nova.

(e) Este contexto de baixo crescimento geral da economia brasileira tem duas exceções relevantes. Os bancos tiveram lucros recordes nos primeiros seis meses do ano.

Também foi excepcional o desempenho do agronegócio, baseado em monoculturas de exportação altamente mecanizadas, com destaque para a soja e o milho. Este foi praticamente o único setor produtivo a apresentar crescimento expressivo (24%) na safra 2002-2003, quase toda destinada à exportação. Como a área plantada aumentou apenas 8%, percebe-se que houve significativo ganho de produtividade. Porém, é baixo o efeito multiplicador das monoculturas de exportação sobre a renda e o emprego, de modo que a ampliação das exportações de *commodities* agrícolas não é capaz de compensar a queda dos demais setores. O impulso exportador já encontra forte gargalo nas condições da infraestrutura do país (principalmente estradas e portos), notoriamente defasadas.

(f) O desemprego, medido pelo Dieese e a Fundação Seade, atingiu 20,3% em junho de 2003, a maior taxa para esse mês desde 1985, quando a pesquisa começou a ser realizada. Houve também um aumento no ritmo de precarização do trabalho, com a geração de proporções maiores de empregos sem carteira e, principalmente, de autônomos (que correspondem a 85% dos postos de trabalho gerados). Nesses extratos se concentram contingentes de trabalhadores que têm menor capacidade de repor perdas de poder aquisitivo causadas pela inflação. Dado surpreendente: o IBGE constatou que 270 mil dos quase 500 mil novos desempre-

gados de 2003 têm pelo menos onze anos de escolaridade.

De forma coerente com essas tendências do mercado de trabalho, a renda média dos trabalhadores continuou a trajetória de queda iniciada em 1998. Os rendimentos do trabalho caíram 27% de janeiro de 1999 a maio de 2003, sendo quase 13% somente nos últimos doze meses. Houve um aumento de 54% no número de trabalhadores que ganham menos de um salário mínimo. A queda da massa salarial levou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a registrar, no primeiro semestre, o maior déficit de sua história (R\$ 9,6 bilhões), por causa da queda na arrecadação.

5. Quanto à situação da máquina pública, estamos diante de um caso provavelmente inédito no mundo: nos primeiros meses do governo do PT, o capital financeiro capturou para si e conseguiu paralisar quase completamente um Estado nacional de grande porte, o Estado brasileiro. Até o ex-ministro Delfim Netto criticou o “desejo extravagante de credibilidade por parte do Banco Central junto ao sistema financeiro internacional, que produziu um aperto demasiado”.

Não há exagero nisso. Quando observamos os números referentes aos investimentos previstos no orçamento do ano corrente, podemos perceber que o Estado brasileiro foi reduzido à vida vegetativa, na qual se limita a pagar salários, alguns gastos de custeio e, sobretudo, juros. Nos seis primeiros meses, o governo havia executado apenas 2,5% do orçamento de investimentos previsto para todo o ano. Áreas como agricultura, defesa, segurança pública, assis-

tência social, cultura, meio ambiente, transportes, reforma agrária e ciência e tecnologia foram afetadas de forma dramática, realizando investimentos irrisórios (entre 0,01% e 2,26% do total orçado); outras, como habitação e saneamento, foram literalmente paralisadas, com investimento zero. A saúde investiu 3,5% do previsto; a educação, 5,5%. O Estado brasileiro, neste momento, existe muito mais no mundo do espetáculo mediático – o mundo das entrevistas, das declarações, dos anúncios, das movimentações políticas, das solenidades – do que na vida real. É duvidoso que esse nível de paralisia possa manter-se por muito mais tempo sem que se multipliquem conflitos e sinais de colapso (como a crise aguda no Instituto Nacional do Câncer, a suspensão de serviços em milhares de prefeituras, os protestos dos trabalhadores rurais sem terra, a desmobilização de recrutas das forças armadas etc.).

Em 6 de agosto, o *Valor Econômico* registrava a inutilidade desses sacrifícios: “Embora o governo venha conseguindo obter um superávit primário vigoroso, acima até do compromisso recorde que se autoimpôs, a dívida líquida vem crescendo. Saltou de R\$ 839 bilhões em abril para R\$ 856 bilhões em junho (...). Uma das explicações para esse comportamento é a extravagante conta de juros que o governo pagou. Ela mais que engoliu o duro esforço de contenção de despesas praticado pela atual administração. (...) Apenas no primeiro semestre do ano, a conta de juros pagos pelo setor público atingiu R\$ 74,2 bilhões, quase o dobro da economia de R\$ 40 bilhões obtida [com o contingenciamento dos gastos dos ministérios]. As projeções para 2003 indicam que o governo

podrá obter R\$ 68 bilhões de superávit primário, absolutamente insuficientes para cobrir pagamentos de juros estimados em R\$ 150 bilhões, cerca de 8% do PIB.” Um terço do estoque de papéis da dívida interna brasileira vence em até um ano. Cerca de 51% da dívida mobiliária pública são reajustados pela taxa Selic (a taxa de juros básica do Banco Central, agora fixada em 22%) e outros 31% contam ainda com correção cambial. O crescimento da dívida pública, portanto, é puxado pela política macroeconômica – especialmente pelas taxas de juros e de câmbio – e não por gastos em investimento e custeio. Vivemos em uma situação paradoxal: o Estado arrecada cada vez mais, gasta cada vez menos e, mesmo assim, suas contas tornam-se cada vez mais desequilibradas. Incapaz de compensar o déficit financeiro crescente, o corte de gastos sempre aparece como insuficiente, recolocando a necessidade de novos cortes mais adiante. As conseqüências disso sobre a trajetória de uma sociedade periférica e desigual, como a nossa, não podem ser exageradas. Os povos sem Estado, como dizia um famoso pensador do século XIX, são facilmente expulsos da História.

Na execução orçamentária do primeiro ano do governo Lula repetem-se o que ocorreu em 2002, último ano de Fernando Henrique Cardoso, quando 36% dos recursos da União foram usados com encargos, juros e amortização de dívidas financeiras, restando menos de 3% para investimentos. Uma das conseqüências pouco percebidas dessa situação é o aumento irracional da dívida externa brasileira, pois as pouquíssimas obras em curso, como a duplicação

das rodovias Fernão Dias e Régis Bittencourt, acabam sendo realizadas com financiamento do Banco Mundial ou do Banco Interamericano de Desenvolvimento, já que o Estado brasileiro está proibido de financiá-las (os recursos para isso existem, mas ficam esterilizados no superávit primário do governo federal). Assim, nos endividamos em dólar, no exterior, para fazer obras que não exigem nenhuma importação de bens e serviços e que, portanto, poderiam ser completamente financiadas em moeda nacional.

6. Examinemos agora uma questão decisiva para o julgamento da política econômica em curso. Trata-se do compromisso de distribuir a renda nacional, problema histórico do Brasil. Estamos caminhando em sentido contrário. Não pode haver distribuição de renda consistente em um ambiente macroeconômico marcado pelo aumento do desemprego, o baixo crescimento e a manutenção de elevadas taxas de juros. (Os programas assistenciais e compensatórios anunciados pelo governo, como o Fome Zero, devem ser vistos como são: assistenciais e compensatórios, sem nenhuma capacidade de reverter as tendências gerais.)

É falso confundir, como tem sido proposto, política antiinflacionária com política de distribuição de renda. Embora a inflação seja um mecanismo concentrador de renda, a atual política antiinflacionária, paradoxalmente, age no mesmo sentido. Vejamos por quê. Numa economia frágil e aberta, como a nossa, a instabilidade cambial transmite-se com muita força aos preços internos (a volatilidade do câmbio é a principal via de contágio da economia real a

partir dos movimentos do capital especulativo), de modo que as pressões inflacionárias não desaparecem, mesmo quando estamos em estagnação ou recessão. Nesse contexto, o regime de metas inflacionárias, adotado pelo Banco Central, exige políticas monetárias especialmente restritivas. Porém, uma parte expressiva do sistema de preços (a parte dolarizada e administrada) responde fracamente a essas políticas. Apenas sete itens, cujos preços são fixados por contratos ou administrados pelo governo (transportes públicos, energia elétrica, telefonia, remédios, mensalidades escolares, combustíveis e taxas de água e esgoto), foram responsáveis por quase a metade da inflação registrada no primeiro semestre de 2003. Por causa da inflexibilidade desse subconjunto de preços que independe das condições do mercado, o Banco Central, para atingir as metas de inflação desejadas, precisa produzir recessão, contendo fortemente a demanda, de modo que os preços dos setores concorrenciais caiam o suficiente para puxar a média para baixo. Combina-se assim, paradoxalmente, um regime de baixa inflação com um enorme processo de concentração de renda em grandes empresas, por meio de alterações dos preços relativos de bens e serviços.

A taxa de inflação expressa apenas a média dos movimentos dos preços, mas não mostra os deslocamentos de renda que têm ocorrido por causa dessa brutal alteração dos preços relativos.

Com o fim da âncora cambial que funcionou durante a vigência do Plano Real, a “âncora salarial” – ou seja, a compressão pura e simples do preço da força de trabalho, que é

a renda dos trabalhadores – ganha cada vez mais importância como mecanismo de controle da inflação. Tornou-se política oficial no governo do PT. Em comunicado emitido em maio de 2003, o Banco Central justificou sua opção recessiva afirmando que ela era necessária para evitar que os trabalhadores obtivessem reajustes salariais capazes de compensar a inflação passada. Ou seja, agiu explicitamente para agravar as condições desfavoráveis do mercado de trabalho, tendo em vista impedir que os trabalhadores conseguissem repor suas perdas. Sancionou assim mais uma rodada de concentração da renda nacional.

7. A política macroeconômica que combina restrições fiscais rigorosas (com sucessivos aumentos de impostos e contração dos gastos do Estado), taxas de juros elevadas, metas de inflação e câmbio livre mostra evidentes sinais de esgotamento, seja do ponto de vista do acúmulo de frustrações e tensões sociais que atingem especialmente a base de apoio mais tradicional do PT, seja do ponto de vista dos resultados obtidos. O desemprego, a queda generalizada na renda dos trabalhadores, a rearticulação de movimentos sociais e a frustração do funcionalismo público são expressões do primeiro grupo de problemas.

Quanto aos resultados pretendidos, vimos que o controle da inflação foi provisoriamente obtido, com alto custo, mas a queda na relação dívida / PIB – reiteradamente anunciada pelo ministro Palocci como sua outra meta principal – frustrou-se. Essa relação era de 52,57% em dezembro de 2001, passou a 56,53% em dezembro de 2002 e oscilou na

A taxa de câmbio permanece volátil, inibindo o cálculo econômico de longo prazo, essencial à decisão de investimento privado.

marginem para 55,39% em junho de 2003 (algumas projeções indicam que a relação voltará a subir, podendo atingir 60% no fim do ano). A recessão, por sua vez, compromete o próprio esforço arrecadatório do governo. No primeiro semestre de 2003 as receitas federais com impostos diretamente relacionados com a atividade econômica apresentaram expressiva queda (equivalente a 1% do PIB), e entre maio e junho, quando a recessão se acelerou, houve queda de 8% no total de impostos arrecadados pela Receita Federal.

8. Não é possível identificar com clareza qual seria o motor da retomada do crescimento no segundo semestre deste ano, prometida pelo presidente Lula em seus pronunciamentos.

O investimento público, como vimos, está em colapso, por força de uma gerência macroeconômica cuja continuidade vem sendo reafirmada pelo próprio governo. A taxa real de juros continua muitíssimo alta, abrindo alternativas atraentes de ganho financeiro para os detentores de riqueza líquida, que assim não têm por que investir na atividade produtiva. A taxa de câmbio permanece volátil, inibindo o cálculo econômico de longo prazo, essencial à decisão de investimento privado. A massa salarial está em queda livre, levando para o fundo do poço a capacidade de consumo da sociedade. O nível de crédito ofertado à economia é o mais baixo da história (24% do PIB), confirmando uma tendência de queda que se mantém cons-

tante desde 2001. Por motivos sazonais e de mercado, o ritmo das exportações cairá significativamente nos próximos meses: dos US\$ 17 bilhões de saldo comercial projetado para 2003, US\$ 11,4 bilhões já foram obtidos no primeiro semestre.

Em agosto, o comércio internacional do Brasil como um todo – considerado como a soma de exportações e importações – começou a declinar, atingindo os menores valores desde janeiro.

O governo acena com seis alternativas: (a) a queda gradual da taxa nominal de juros (que passou de 26,5% para 22%) e do depósito compulsório dos bancos junto ao Banco Central (que passou de 60% para 45%), o que estimularia a expansão do crédito; (b) a abertura de uma linha de microcrédito para pessoas pobres (R\$ 500,00) e pequenos empreendedores (R\$ 1.000,00), com taxas de juros de 2% ao mês e prazos de até 120 meses, até um montante estimado em R\$ 1,1 bilhão (público-alvo de 2 milhões de pessoas); (c) a proposta de parceria público-privado (PPP), que visa a atrair recursos empresariais para projetos tradicionalmente realizados pelo Estado, especialmente nas áreas de infraestrutura; (d) o aumento dos gastos públicos, seja por um relaxamento relativo do contingenciamento realizado pelo Ministério da Fazenda, seja pelo maior domínio do próprio governo sobre a máquina administrativa (mesmo com recursos muito apertados, os ministérios não conseguiram gastar R\$ 2 bilhões liberados pela Fazenda, por incapacidade

dade operacional); (e) o recurso aos fundos de pensão para alavancar investimentos em infraestrutura a partir de 2004; (f) em caso de renovação do acordo com o FMI, a realização de uma negociação em termos mais favoráveis, em que os investimentos de empresas públicas seriam liberados, pelo menos parcialmente, do draconiano contingenciamento hoje em vigor.

Os resultados dessas medidas são muito incertos – para dizer o mínimo –, e em nenhuma hipótese elas terão efeito em 2003. Em termos de crescimento econômico, o ano já se perdeu. Quanto aos próximos anos, o desempenho dependerá, em parte, da opção do governo brasileiro de renovar ou não – e, se renovar, em que bases – o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

9. Criado no contexto dos Acordos de Bretton Woods, no fim da Segunda Guerra Mundial, o FMI é o prestador de última instância do sistema internacional, uma espécie de unidade de terapia intensiva (UTI) à qual os países recorrem apenas em casos de desequilíbrio agudo na conta-corrente do balanço de pagamentos. Na definição das políticas do Fundo, o voto de cada país é proporcional ao número de cotas que cada um detém, o que confere ampla preponderância aos Estados Unidos. No mundo inteiro, em qualquer época, o recurso ao Fundo sempre foi considerado uma situação excepcional, como mostra a própria trajetória brasileira: nosso país nunca precisou fechar acordos com o Fundo até a crise da dívida externa na década de 1980. Depois, alguns acordos foram fechados e quase sempre descumpridos. Nos



últimos cinco anos, porém, começa a ganhar ares de normalidade a nossa permanência na “UTI do sistema internacional”, pois só graças a ela temos conseguido evitar que se explicita a crise cambial latente a que fomos conduzidos pelo experimento neoliberal da década de 1990.

O acordo assinado em 2002 previa um aporte de US\$ 32 bilhões do FMI ao Brasil, em seis parcelas, das quais falta apenas uma, a ser sacada em novembro. Os recursos já foram gastos em grande parte, o que nos transforma nos maiores devedores mundiais do Fundo. Precisaremos pagar US\$ 25 bilhões em prestações que se estendem até 2007, o que constituirá mais um foco de pressão sobre as contas externas brasileiras. A boa vontade do Fundo depende da boa vontade do governo dos Estados Unidos, dono da maioria das cotas, o que impõe evidentes limites ao exercício da nossa soberania.

Tais limites já estão presentes hoje, com grande força, pois os países que recorrem ao Fundo ficam sujeitos às chamadas “condicionalidades” definidas por ele, que combinam as chamadas “reformas estruturais” (como a da Previdência, explicitamente exigida pelo FMI no último acordo) com as políticas macroeconômicas neoliberais. Durante a vigência dos acordos, o Fundo ganha

o direito de impor decisões que afetam aspectos cruciais da nossa política interna, cabendo-lhe ainda inspecionar periodicamente o cumprimento das metas traçadas. Em 29 de junho de 2003, Celso Furtado voltou a advertir para a gravidade dessa trajetória: “A estratégia do FMI é prolongar a recessão até que aceitemos o *currency board* [que equivale a uma eliminação do Banco Central, tal como ele existe hoje] ou a dolarização da economia, o que é tremendamente perigoso para a manutenção da soberania nacional.” Também Joseph Stiglitz, ex-vice-presidente do Banco Mundial e Prêmio Nobel de Economia, foi enfático: “É melhor ficar sem o dinheiro do FMI do que aceitar um novo acordo que estrangule a economia do país.”

Será uma decisão difícil. Obcecado pelo controle da inflação e agindo em nome de uma política de defesa do câmbio livre – política que praticamente não tem paralelo no mundo e é incompatível com a realidade de um balanço de pagamentos estruturalmente deficitário –, o Banco Central reduziu muito sua intervenção no mercado do dólar no primeiro semestre do governo Lula, quando o movimento de entrada de capitais era ascendente. Cometeu assim dois erros gêmeos: não recompôs as reservas internacionais e deixou o real valorizar-se demais. Esses erros podem ter conseqüências futuras seríssimas, pois comprometem a continuidade do saldo comercial, nos fragilizam diante de choques externos e desde já enfraquecem a posição do Brasil em uma eventual nova rodada de negociações com o FMI.

10. Apesar do aumento do sal-

O governo, no entanto, não se mostra disposto a alterar seus fundamentos, à espera de sinais de reaquecimento que, se vierem, terão vida breve, como ocorreu em todos os miniciclos de crescimento dos últimos anos.

do comercial, o front externo não permite tranqüilidade. As projeções do Banco Central indicam a necessidade de US\$ 39 bilhões para fechar as contas externas em 2004 (US\$ 5 bilhões para cobrir o déficit em conta-corrente e US\$ 34 bilhões em amortizações de dívidas). As reservas internacionais líquidas brasileiras mantêm-se em torno de US\$ 14 bilhões (um pouco inferiores ao patamar do final de 2002), suficientes para sustentar as necessidades de importação do país durante apenas três meses. Com este nível de reservas e mantendo aberta a conta de capital do balanço de pagamentos, permanecemos expostos a ataques especulativos fulminantes, que podem comprometer, em poucas semanas, a coerência de qualquer política econômica.

O cenário internacional é preocupante. Parece estar havendo um encurtamento dos ciclos de abundância e escassez no mercado internacional de capitais, com exacerbção da volatilidade. Exemplo disso foi o movimento brusco de valorização dos principais títulos brasileiros negociados no exterior (os C-bonds) nos primeiros meses de 2003, antes de iniciarem em julho um novo movimento de recuo, apesar da inesgotável busca por credibilidade e a manutenção dos chamados “bons fundamentos” da política econômica pelo novo governo. O colunista Luís Nassif captou as causas disso, ao escrever em 2 de agosto:

“Só o supino amorismo das autoridades monetárias para não aprender uma lição que vem sendo repetida há anos: o tal do ‘mercado’ não analisa os países sob a ótica de que os fundamentos estão bons ou maus, mas se o país está caro ou barato. Seja qual for a situação do país, se ele depender do capital especulativo, chega o momento em que bate no limite de alta. Quando bate, não há milagre que faça o capital permanecer no país, porque seu ambiente de lucro é a volatilidade – é comprar ativos na baixa e vender na alta.”

Por isso é que, mesmo tendo realizado todo o chamado “dever de casa” e tendo sido elogiada durante anos pelo sistema financeiro internacional, a Argentina quebrou. Tal como o Estado argentino da época de Menem, o Estado brasileiro, como vimos, vem perseguindo os “bons fundamentos” definidos pelo sistema: aprofunda a recessão e a dependência, e concentra renda nos segmentos rentistas, detentores de riqueza líquida, sempre dispostos a abandonar o país no momento oportuno. Não sairemos dessa armadilha enquanto mantivermos aberta a conta de capital (herança nefasta do governo Collor), expostos a um câmbio volátil combinado com o regime de metas de inflação.

11. A nação paga alto preço para sustentar a atual política econômica, cujos efeitos são frustrantes e cujas

dificuldades são crescentes. O governo, no entanto, não se mostra disposto a alterar seus fundamentos, à espera de sinais de reaquecimento que, se vierem, terão vida breve, como ocorreu em todos os miniciclos de crescimento dos últimos anos.

Diante do agravamento da crise, com as conseqüências sociais e políticas a ela associadas, é provável que estejamos iniciando uma nova fase na ação governamental, mais errática.

Nela, a (perversa) coerência anterior não poderá mais ser sustentada plenamente, por causa do agravamento da crise social, mas tampouco o governo adotará uma política fundamentalmente diferente. A administração Lula não dá nenhuma demonstração de que tenha, ou de que possa vir a ter, capacidade de alterar o modelo neoliberal. Na tentativa de gerenciar o modelo, tem sido levada a aprofundar suas características mais importantes.

Nesse contexto, menos do que questões tópicas de política econômica, poderão entrar na agenda nacional certas concessões estratégicas de grande alcance, como a independência do Banco Central e a adesão à Área de Livre Comércio das Américas. Nesse caso, que ainda pertence ao terreno das hipóteses, o governo Lula, para surpresa da grande maioria, terá cumprido o papel de desarticular a oposição ao neoliberalismo e desarmar as resistências da sociedade brasileira a um desmonte das derradeiras instituições decisivas para a soberania nacional e a justiça social.

César Benjamin é autor de A Opção Brasileira (Contraponto Editora, 1998, nona edição) e integra a coordenação nacional do Movimento Consulta Popular.

Conselhos: forma de governo e de poder/forma de inserção democrática¹

Ana Maria Ramos Estêvão *

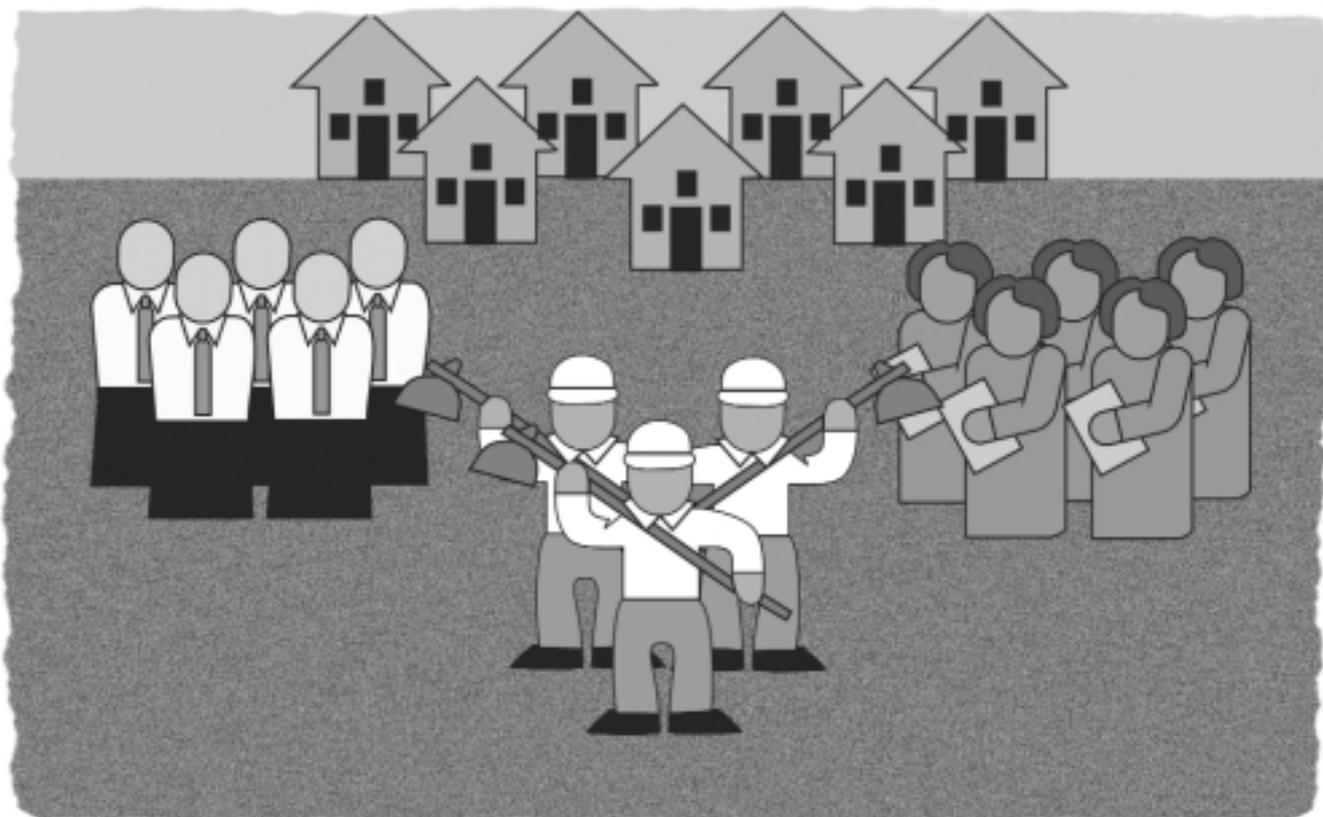
Nosso objeto de estudo são os conselhos. Os “conselhos populares”, expressão que se tornou conhecida no Brasil, na década de 80, trazida pelo debate em torno das candidaturas de governos que se propunham como “populares” (em geral, os do Partido dos Trabalhadores) e pela Constituinte. São um tema complexo e antigo na história. Sua construção também não é recente, nem simples.

É particularmente instrutivo rever a história dos conselhos, uma vez que a concepção sobre os mesmos, predominante entre nós atualmente, restringe-se quase que só àqueles conselhos institucionais, nascidos após a Constituição de 1988, muito diferentes de tantas outras, historicamente datadas. Em particular, interessa-nos as raízes daqueles que

figuraram nos primeiros momentos da formação brasileira, os conselhos e concelhos portugueses.

Para Alexandre Herculano², os conselhos tiveram um papel democrático relevante na formação política portuguesa, na medida em que se instituíram como núcleos de resistência contra os excessos dos poderes superiores. Os conselhos apa-

reciam como representando os direitos do povo e mostraram-se, através dos tempos, irredutíveis neste papel. Do século XII ao século XV, houve uma uniformização municipal em Portugal que criou os Concelhos (com C), que até hoje se mantêm, tendo como forma de organização político-administrativa o sistema de Câmaras locais, onde todos os cargos executivos e legislativos - secretários municipais inclusive - são preenchidos por eleição direta, num sistema parlamentarista. A mudança ortográfica passou a distinguir o conselho (com S), de



origem não institucional, do concelho (com C), uma forma político-administrativa, derivada da forma mais antiga, mas destituída de seu caráter de instância de participação direta.

Toda a administração política em Portugal baseou-se no sistema de conselhos, que chegam ao Brasil colônia, dando origem às nossas Câmaras Municipais e Prefeituras, adaptando-se às condições locais (e mais próximas de conselhos do que de concelhos, na medida em que raras vezes sua existência interessava à Metrópole).

Ao contrário do Brasil, em Portugal, pelas características dos respectivos processos recentes de democratização – lá expressamente revolucionário, aqui, “lento e gradual”, resolvendo-se por acomodação –, o imaginário tradicional dos conselhos pode jogar um papel muito mais

lar semelhantes aos conselhos: o tradicional rural, muito velho e hoje em declínio, o moderno, filho da Revolução dos Cravos, melhor resolvido e ligado ao meio urbano, e o espontâneo, hoje presente em todas as regiões do país”³ (Vieira, 1992 pag.59).

O modelo tradicional rural existe até hoje, no norte de Portugal, onde subsistem formas de democracia representativa mais tradicionais. A característica principal das localidades que possuem este tipo de organização é a sobrevivência de redes de solidariedade e de fraternidade existentes nas vilas e aldeias.

O modelo moderno, tendo se originado do movimento das Comissões de Moradores, é um tipo de conselho especificamente urbano, nascido com a Revolução dos Cravos. Iniciado nas ruas, a partir da ocupação das Assembléias e Juntas

de democratização a que aludimos, nada de similar veio a ocorrer no Brasil. Ações semelhantes, em especial com motivação rural, tendem antes a estruturar-se como “movimento”.

Os conselhos espontâneos buscam fazer a junção entre estes dois modelos. Raros funcionam mais como signos de uma proposta de gestão antiga e, ao mesmo tempo, embrionária do que como expressão política efetiva.

A comparação entre a experiência multissecular dos conselhos em Portugal e as tentativas de introduzir o tema na política brasileira leva-nos a refletir se a democracia institucional, representativa, baseada sobre o sistema de partidos políticos – com seus interesses de classe e as regras próprias do jogo político oficial –, estarão sempre em contradição com as formas de democracia pura ou direta, em que a disciplina não é mais do que um total de normas éticas, a partir das quais os indivíduos decidem, de comum acordo com seus objetivos coletivos, condição geral para a existência dos conselhos.

Na Europa, em geral, os conselhos urbanos irromperam em contextos de crises de hegemonia e de dominação política (como no ocaso das ditaduras portuguesa, espanhola e grega), adquirindo formas mais ou menos espontâneas e conflitantes com as organizações tradicionais de representação das classes subalternas, em geral os partidos.

No Brasil, o debate sobre a prática de conselhos como proposta de participação social e política, como instrumento de exercício da democracia direta ou como um dos instrumentos de construção da demo-

Os conselhos também puderam ser uma proposta de esquerda assumida pelos partidos de centro ou até de direita, em seus momentos de pretensões democráticas.

influyente na História recente.

É interessante notar que, em Portugal, os conselhos sobreviveram em forma semelhante à original (ao menos, no sentido de serem órgãos de democracia direta) mesmo durante os períodos de ditadura, inclusive a de Salazar, entre 1910 e 1974. Com o advento da Revolução dos Cravos, a idéia de criar um poder paralelo, nascido de uma vontade democrática enraizada na cultura popular, fez surgir, à luz do dia, um tipo de conselho fortemente participativo e de pretensões revolucionárias.

“Deste poder paralelo nasceram três modelos de organização popu-

de Freguesia, constituiu-se enquanto comissões provisórias de gestão. Tornou-se a oposição local, atenta, contestadora e, às vezes, difícil de controlar pelo poder institucional.

Estas comissões de habitantes existem até hoje, às centenas, e têm um amplo papel na defesa dos direitos e reivindicações dos habitantes organizados por quarteirões. Suas conquistas estão presentes na vida dos cidadãos: ocupação de casas vazias, construção de conjuntos residenciais, ações na área de saneamento urbano, na construção de equipamentos coletivos etc. Como é notório, pelas características diver-

cracia participativa, sempre esteve presente nos diversos setores da esquerda: anarquistas, comunistas, socialistas, católicos. Os conselhos também puderam ser uma proposta de esquerda assumida pelos partidos de centro ou até de direita, em seus momentos de pretensões democráticas (neste caso, os conselhos são vistos como colaboradores na gestão das políticas públicas), como tem sido o caso pós-Constituição de 1988.

Estudar os conselhos, tanto quanto pensar sua relação com o Estado, envolve também a questão de sua relação com as organizações partidárias e sindicais e com os movimentos sociais. Além disso, no plano das idéias, certas concepções mais marcadas pela vasta e fracassada experiência soviética, vêem os “conselhos” como prenúncio do que deveria ser o poder dos trabalhadores no socialismo que concebem, o que aponta para questões teóricas fundantes da própria concepção dos conselhos.

A questão dos conselhos e as visões a seu respeito tenderam sempre a funcionar como divisor de águas entre partidos, principalmente nos momentos revolucionários ou considerados como tais.⁴

Foi o caso evidente na Comuna de Paris (1841), que se instituiu na forma de conselhos para organização e gestão da cidade. Entendiam-se como organizações revolucionárias que se propunham a exercer o controle operário, instituindo o “autogoverno do proletariado”.⁵

Presentes para a contemporaneidade desde então, os “conselhos revolucionários”, isto é, entendidos como forma de democracia direta e radical, ganharam importância

mundial, a partir da experiência russa, que criou os soviets (na sua forma inicial, conselhos rurais que existiram em 1905 e ressurgiram em 1917), e os conselhos de fábrica – formados por trabalhadores que atuam no nível da organização da produção.⁶

Nem mesmo na República dos Soviets, os conselhos puderam subsistir como forma de governo. Con-

Os conselhos populares passam a ser tema nacional, no fim do período autoritário e na transição democrática, assumindo duas modalidades organizativas: a de operários ou trabalhadores (classistas ou por categoria) e os conselhos de cidadãos em geral.

selhos e “centralismo democrático”, conselhos e “ditadura do proletariado”, tais como concebidos à maneira estalinista, não combinam, levando-nos a manter como ponto de partida a idéia segundo a qual, os conselhos, como forma de exercício da democracia participativa e/ou direta, estão fundamentados num paradigma expressamente democrático.

No Brasil, as experiências pioneiras da chamada “democracia de base” começam no momento de constituição da classe operária (1920) e, durante a Ditadura Militar, o tema ganha alguma importância prática com as Comissões de Fábrica, que tentavam organizar os trabalhadores “pela base”; isto é, fora dos sindicatos e da legislação que coibia fortemente a atividade sindical.

Os conselhos populares passam a ser tema nacional, no fim do período autoritário e na transição democrática, assumindo duas modalidades organizativas: a de operários ou trabalhadores (classistas ou por categoria) e os conselhos de ci-

dadãos em geral. A cidadania e a participação política passam a ser categorias da idéia de conselhos.

O Brasil possui várias experiências de conselhos⁷ e, pelo que sabemos, a maioria delas, quase todas institucionais e de gestão, como é o caso de experiências históricas em São Paulo, como os Conselhos Populares de Saúde (1976) ou os da gestão Luiza Erundina (PT), na

cidade de São Paulo (1989-1992), é de caráter consultivo.

Os Conselhos Populares de Saúde, entre os quais o da zona leste de São Paulo, são os pioneiros e os mais conhecidos, tendo sido fundados em 1976, a partir do trabalho de sanitaristas dos Postos e Centros de Saúde da Prefeitura e do Estado e de moradores, inicialmente ligados ao PCB, sobreviveram durante muito tempo, de forma, pelo que sabemos, ao menos a princípio, independentes.

Organizados a partir das questões da saúde, contavam com moradores dos bairros e trabalhadores na área da saúde. Durante muito tempo, estes conselhos ditaram a política de saúde da região. Chegaram a ser formado por trezentos representantes eleitos.

Na gestão Luiza Erundina, na cidade de São Paulo (1989/1992), havia conselhos consultivos: no âmbito municipal, em geral, o Conselho Tarifário (composto por empresários, trabalhadores, representantes do executivo, legislativo e técnicos, definindo reajustes e preços de tarifas públicas), o Conselho Municipi-

pal de Saúde e o Conselho Municipal de Rendas Mobiliárias (que definiu os reajustes tributários). Localmente, havia Conselhos de Escola, o Conselho da Mulher, do Negro, do Idoso, e outros, todos com características consultivas.

Com relação ao poder público, após a organização dos primeiros conselhos populares e operários,

“a idéia da existência de conselhos como forma de gestão, passa a ter uma certa aceitação entre os políticos e nos quadros administrativos, a idéia que estes conselhos ajudam a viabilizar obras, a prestar serviços, a atender necessidades que o Estado faz de forma limitada ou simplesmente não faz” (WANDERLEY, 1991, pag. 54).

Além disso, se tomarmos os conselhos como formas de participação popular, veremos que estes possibilitam decisões governamentais mais eficazes e baratas. Após 1988, com algumas vitórias das chamadas “administrações populares”, os Conselhos passam a ser a questão que polariza os debates: são ou devem ser de natureza deliberativa ou consultiva? O agentes criadores deles são o “movimento popular”, a “administração” ou mesmo o “Partido”?

Interessante notar que, neste mesmo ano, os conselhos são incluídos na Constituição e passam a ter um caráter institucional, eles que sempre se entenderam como formas alternativas de poder e de fortalecimento de poder popular, tornam-se no Brasil, neste momento, forma de gestão.

WANDERLEY aponta claramente como os conselhos tanto podem ser condicionados pelas regras do jogo da democracia representativa, como podem ser órgãos autônomos, forjados por um poder alterna-

Outras idéias que a temática dos conselhos reforça são a da solidariedade como um valor a ser promovido e a do local como território simbólico para implementar formas de um poder horizontal.

tivo.⁸ Ainda, segundo ele, o tema encontra sua pertinência se pensarmos que vivemos numa sociedade onde o culto ao individualismo, à corrupção que a competição favorece, e à promoção do dinheiro como medida universal degradam e desumanizam as individualidades. Daí a sedução que exercem como possibilidade contrária ao hegemônico centralismo político estatal, distanciando, cada vez mais, os cidadãos das decisões e da participação no poder.

Estudar os conselhos hoje tem o intuito de retomar a idéia de que a democracia deve se apoiar em valores essenciais ou genéricos – como diria Agnes Heller –, tais como a otimização da qualidade de vida tanto no nível individual como social, na valorização das diferentes culturas locais e nacionais, favorecendo a participação democrática, tornando-a cada dia mais larga e mais organizada, de todos os cidadãos e na criação de redes de poder local. Outras idéias que a temática dos conselhos reforça são a da solidariedade como um valor a ser promovido e a do local como território simbólico para implementar formas de um poder horizontal⁹.

Pode-se ainda perguntar se, a longo prazo e numa perspectiva histórica, o sistema de conselhos pode vir a configurar-se como uma alternativa à forma instituída de gestão do Estado e até contribuir para um novo paradigma que modificaria ou criaria um novo conceito de Estado. Constitui-se nosso objetivo colaborar nesta discussão, buscando delimitar um

conceito de conselho que contemple um paradigma que, ao mesmo tempo que recupere sua historicidade, insira-o no mundo da vida.

Para Hannah Arendt, os conselhos são a única forma possível de um governo horizontal. Tal hipótese interessa-nos especialmente se pensarmos os conselhos como um tipo de poder que insira a participação e a cidadania como condição de possibilidade de sua existência.

Para chegar até os conselhos, Hannah Arendt faz um longo percurso, tendo como centro convergente suas mais gerais concepções acerca do próprio homem, nas quais, segundo os mais clássicos modelos, indivíduo e cidadão se interpenetram inextrincavelmente.

Para a autora, os homens tanto “são seres condicionados como condicionantes, condicionados porque sua vida na Terra se dá sobre determinadas circunstâncias, sob categorias tais como nascimento e morte, mundo e cosmo que possibilitam e limitam sua existência, São condicionantes porque criam coisas e eventos que, num momento posterior, os condicionará de uma nova maneira” (1981, pág.189).

Assim como há um duplo condicionamento, há também dois modos de existência fundamentais: a vida ativa e a vida contemplativa, agrupando cada uma delas vários tipos de atividades. A vida ativa compreende o que a autora chama de labor, trabalho e ação, já a segunda compreende pensamento, vontade e julgamento, e todas se relacionam

em distintos graus com a política e, por isso, a ação política aparece através e entre os homens que forjam o poder. Ambos os modos de existência, ativo e contemplativo, são tão necessários quanto intrincados um no outro. No caso da vida ativa, cuja elucidação é necessária para se chegar ao político, trata-se de determinar quais são suas articulações ou seu ordenamento, qual o significado que lhe foi sendo outorgado no decorrer da História.

Além destes dois tipos de vida, existem duas esferas essenciais para o homem: o público e o privado. Constitutivos do político, a ação e o discurso – arte de encontrar palavras justas no momento adequado – pertencem à esfera pública. Em política, o adequado encontro verbal já é ação e seu objetivo maior é a grandeza: *ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns com os outros, não como objetos físicos senão enquanto homens...* (ARENDT, 1981, pag. 189).

Se o privado for o âmbito da desigualdade e da tirania e o público o espaço da igualdade e da liberdade, a política só será possível entre iguais, que não mandam entre si nem são mandados, igualdade que é condição para a diferenciação. No entanto, as diferenças entre o público e o privado tenderam a perder seus contornos com o aparecimento de uma terceira esfera, globalizante de ambas, o social. Desta forma,

“a passagem do social – a ascensão da administração doméstica, de suas atividades, problemas e recursos organizativos – do sombrio interior caseiro para a luz da esfera pública, não só diluiu a antiga divisão entre o privado e o polí-

tico, como também alterou o significado dos termos e sua importância para a vida do indivíduo e do cidadão, a ponto de torná-los quase irreconhecíveis” (ARENDT, 1981:, pág. 47).

Uma das conseqüências deste fato é substituição da espontaneidade pela normatização, a diluição da ação na conduta, fazendo com que

“a sociedade, em todos os seus níveis, exclua a possibilidade de ação (...) Em troca da ação, a sociedade espera de cada um de seus membros um certo tipo de comportamento, impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a ‘normatizar’ seus membros (...) a vitória da igualdade no mundo moderno é apenas o reconhecimento político e jurídico do fato que a sociedade conquistou a esfera pública e que a distinção e a diferença se reduziram a questões privadas do indivíduo” (ARENDT, 1981, pág. 54).

Outra conseqüência do surgimento do “social” seria o conformismo trazido pela sociedade de massas e com ele o predomínio do social sobre o político. O conformismo, a substituição da ação pela conduta, a troca da excepcionalidade pela regularidade criam suas próprias formas de governo que se expressam na burocracia, ou seja, o “governo de ninguém”, no qual a administração é o sucedâneo da política.

A política implica transcendência e imortalidade, temas que também perderam o sentido, diluindo-se no social, assim a política aparecerá transmutada em vaidade ou vanglória. É nesse quadro que Hannah Arendt busca recuperar a política, recolocando-a como uma das possibilidades de ação.

Ação e discurso precederam não

só as muralhas e leis como também a esfera pública e a forma de governo; duram tanto quanto a comunidade mas talvez não sobrevivam à dispersão dos cidadãos ocasionada pela globalização da economia e o esgotamento dos antigos paradigmas. Tratar-se-ia, portanto, de recuperá-los (ação e discurso, poder e liberdade) através da ação política enquanto *projeto coletivo*.

Não há, para a autora, política propriamente sem liberdade dos atores e, nesse sentido, argumentar contra a democracia é argumentar contra a essência da política. A Revolução Americana teria acrescentado à idéia de liberdade e igualdade a de felicidade, que, segundo ela, jamais brota do isolamento nem consiste num balancete de prazeres e sofrimento e, sim, na participação pública.

Ora, a participação na vida pública como felicidade só é possível, em toda sua extensão, com o surgimento de novas forma de governo. Para melhor compreensão do conceito de Conselhos de Hannah Arendt, é necessário nos reportarmos às duas revoluções que ela considera modelares: a Revolução Francesa e a Revolução Americana.

Enfatizando que, enquanto os franceses privilegiaram a *liberdade pública*, os americanos preferiam a *felicidade pública*, por expressar melhor a idéia de que o público não constituía um peso para a República, antes era a única forma de alcançar a felicidade. Os franceses tomaram como fonte originária a Nação e sua vontade una, após a Revolução, o povo não só foi visto como fonte de todo poder como também origem de todas as leis. Diferentemente, os americanos nunca tiveram uma fonte comum de poder e de direito.

Para eles, o poder se originava do povo e o direito da constituição. Mas a novidade da Revolução Americana é a de ter elaborado uma nova forma política, como já havia mostrado Alexis De Tocqueville¹⁰: a combinação de democracia com república. O melhor de tudo na revolução não foi ter nascido uma República – o império das leis – mas, sim, uma democracia – o império da maioria.

Mas, comum a ambas as Revoluções, foram as comunas que se constituíram tanto como grupo de pressão dos pobres, quanto como um sistema que permitia ao povo participar do governo, duplicidade esta que permitia uma leitura dupla do conflito entre o movimento comunal e o governo da Revolução. Visto como um conflito entre a rua e o corpo político ou como o enfrentamento entre o povo e os que, com o pretexto de representar a soberania da Nação, aparecem como os que despojavam o povo de seu poder.

Desde então e no decorrer de todo o século XX, o conflito entre formas representativas e formas de poder democrático direto nunca deixou de eclodir nos momentos de tensão histórica. O sistema de partidos e as organizações revolucionárias, apesar de distintos, nascem ao mesmo tempo e junto com o Estado Nacional, que acolhe um para acabar com o outro (num determinado momento da história, os partidos revolucionários e os conservadores coincidem ao considerar o sistema de conselhos como inimigo.) O sistema de conselhos teria permitido outra forma de governo cujos germens podem ser encontrados tanto no sistema distrital americano, nas comunas france-

O conflito entre formas representativas e formas de poder democrático direto nunca deixou de eclodir nos momentos de tensão histórica.

sas e nos conselhos e soviets de todas as revoluções posteriores.

“Sempre que fizeram sua aparição, [os conselhos] surgiram como órgãos espontâneos do povo, não só à margem de todo partido revolucionário, mas sim de forma inesperada tanto para eles como para seus dirigentes” (ARENDDT, 1981, pág 262).

Em seu livro *Crises da República*¹¹, Hannah Arendt vai mais além, os conselhos já não são apenas uma forma de governo, podem ser também uma nova forma de Estado:

“os únicos rudimentos [...] para um novo conceito de Estado podem ser encontrados no sistema federalista, cuja vantagem é que o poder não vem nem de cima nem de baixo, mas é dirigido horizontalmente de modo que as unidades federadas refreiam e controlam mutuamente seus poderes” (ARENDDT, 1973, pág. 187).

Segundo ela, a dificuldade real em se especular sobre esses assuntos é que o recurso final não deveria ser *supranacional*, mas *internacional*. Uma autoridade supranacional seria ou ineficaz ou monopolizada pela nação que fosse, por acaso, a mais forte, e assim levaria a um governo mundial, que facilmente se tornaria a mais assustadora tirania concebível, já que não haveria escapatória frente a sua força policial global – até que ela, por fim, se despedaçasse. No entanto, com a quebra dos antigos paradigmas, principalmente aquele que fundamentava

o socialismo, em sua vertente internacionalista proletária, onde encontrar modelos que pudessem nos ajudar a erigir, pelo menos teoricamente, uma autoridade *internacional* como a mais alta entidade de controle?

Para Hannah Arendt, desde a década de 70, a solução estava presente já desde as revoluções do século XVIII, pois nesta fase da história

“todo grande levante desenvolveu realmente os rudimentos de uma forma completamente nova de governo, que surgiu, independente de todas as teorias revolucionárias procedentes, diretamente fora do curso da revolução em si, isto é, fora das experiências de ação e fora do desejo resultante dos atores em participar do ulterior desenvolvimento dos assuntos públicos. Esta nova forma de governo é o sistema de conselho, que como sabemos, pereceu em todo lugar e em toda época, destruído diretamente pela burocracia dos Estados-Nações ou pelas máquinas dos partidos. Se este sistema é uma pura utopia – de qualquer modo seria uma utopia do povo, não a utopia de teóricos e ideólogos – eu não posso dizer. Parece-me, no entanto, a única alternativa que já apareceu na história, e que tem aparecido repetidas vezes” (ARENDDT, 1981, pág. 185).

A organização espontânea de um sistema de conselhos ocorreu em todas as revoluções (ou, ao menos, nas de tradição Ocidental): com os jacobinos, na Revolução Francesa, com Jefferson, na Revo-

lução Americana, na Comuna de Paris, nas duas Revoluções Russas – a de 1905 e a de 1917 –, nas tentativas revolucionárias, na Alemanha e na Áustria, no fim da Primeira Guerra Mundial, e, finalmente, na Revolução Húngara. E mais,

“estes sistemas de governo nunca apareceram como resultado de uma tradição ou teoria revolucionária consciente, mas de um modo totalmente espontâneo; cada vez como se nunca tivesse havido nada semelhante antes. Assim o sistema de conselho parece corresponder e brotar da própria experiência da ação política. Nesta direção parece-me haver algo a ser descoberto, um princípio de organização completamente diferente que começa de baixo, continua para cima e afinal leva a um parlamento” (ARENDRT, 1981, pág.199).

Ou seja, Hannah Arendt nos instiga a pensar a instituição de conselhos não só na sua faticidade, mas também nas suas possibilidades latentes, ainda que nunca desabrochadas. Esta é a perspectiva teórica que orienta nosso trabalho.

Não se trata de propor os conselhos como forma de democracia direta, participativa, opostos à democracia representativa, mas de pensá-los, na sua concretude, como experiências que tendem a compreender todos os domínios da vida humana, de uma forma integrada.

Notas

1. Este artigo é parte da pesquisa de pós-doutorado realizada com bolsa Fapesp, no CIDEHUS -Universidade de Évora – Portugal e no Conjunto Residencial Iporã em Campinas.
2. Cf. Alexandre Herculano, História de Portugal, 5.^a Ed., Lisboa, 1900.

3. O artigo de José Luiz Pratas Vieira: “Le cas du Portugal. Démocratie participative: tradition et modernité”, publicado na *Revue Territoires*, Paris, 1992, n.º 333, é um dos poucos que trata os conselhos em Portugal como forma de democracia participativa.

4. Cf., por exemplo, uma polémica clássica a respeito: GRAMSCI, A., & BORDIGA, A., *Debate sobre los Consejos de Fabrica*. Barcelona: Anagrama, 1977.

5. Cf, por exemplo, GAILLARD, J., *Communes de Provence, Commune de Paris 1870-1071*. Paris: Flammarion, 1971.

6. Mais próximo de nós, além dos conselhos portugueses a que nos referimos, também são parte desta história os Conselhos de Moradores, na Espanha, principalmente na cidade de Barcelona, que, resgatados do imaginário da Guerra Civil, renascem no movimento de resistência à ditadura de Franco e se mantêm, despidos de suas pretensões revolucionárias, como forma de organizar a gestão da cidade e as reivindicações cidadãs.

7. Há ainda experiências anteriores e pouco conhecidas, como o Conselho Popular das Comunidades de Osasco, em fins da década de 70, e a Assembléia do Povo de Campinas em São Paulo, são experiências efetivas como essas que atraem nossa atenção neste trabalho.

8. Id., ib. pág 6.

9. Cf. sobre o tema, por exemplo, HELLER, A., *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona, Nadal, 1977. ESTÊVÃO, A. M. R., *A Comunidade Como Valor*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP, 1989.

10. Cf. DE TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.

11. ARENDRT, H., *Crises da República*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

Referências Bibliográficas

- ARENDRT, Hannah. (1981) *A Condição Humana*. São Paulo. Perspectiva.
- _____. (1973) *Crises da Republica*. São Paulo. Perspectiva.
- _____. (1979) *As Origens do Totalitarismo: Totalitarismo, o Paroxismo do Poder*. Rio. Documentário, 3 volumes.
- _____. (1990) "Da Violência" in *Religião e Sociedade*, vol. 15, n.º 1, pp.142-150.
- DE TOCQUEVILLE, Alexis. (1977) *A Democracia na América*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977.

ESTÊVÃO, Ana Maria Ramos (1989) *A Comunidade Como Valor*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, PUC-SP.

_____. (1997) *Um Constructo de Poder Local na Cidade de São Paulo. O Virtual e o Real. Gestão Municipal 1989/1992, Região Sé*. Tese de doutorado em Serviço Social, PUC-SP.

GAILLARD, Jeanne .(1971) *Communes de Provence, Commune de Paris 1870-1071*. Paris, Flammarion.

GOHN, Maria da Gloria. (1991). *Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia*. São Paulo. Ed.Loyola.

GRAMSCI, A., & BORDIGA, A.(1977) *Debate sobre los Consejos de Fabrica*. Barcelona, Anagrama.

HELLER, Agnes, *Sociologia de la Vida Cotidiana*. (1977) Barcelona, Nadal.

MAGRI, Lúcio. (1975) “Parlamento ou Conselhos Operários” in *Conselhos Operários*. Coimbra, Portugal. Centelha, s. p.

BALDISSERA, Adelina. (s.d) “Participação popular nos Conselhos Municipais” in *Anais do I Fórum Municipal de Assistência Social*. Pelotas/RS.

GOHN, Maria da Gloria.(1990) “Conselhos Populares e participação popular”, *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, XI, n.º 34, pp. 65-88.

SAN'ANA, R. S, ROSA, U.C.C., ESTEVAO, AMR. "Conselhos de Assistência Social: O Quarto Poder?" in *Caderno de Comunicações do 1º Encontro de Serviço Social na Esfera da Seguridade Social no Brasil*. Belo Horizonte, CFESS-CRESS 6ª Região, 1997. pp. 191-194.

VIEIRA, José Luís Pratas. (1992) “ Le cas du Portugal. Démocratie participative: tradition et modernité”, *Territoires*, Paris, Adels, n.º 333, pp. 57-61.

WANDERLEY, Luís Eduardo. (1991) “Participação Popular: Poder Local e Conselhos”, *São Paulo em Perspectiva*, V, n.º 2.

**Ana Maria Ramos Estêvão é Assistente Social, Doutora em Serviço Social (PUC-SP) e Professora Livre – Docente do departamento de Direito Público da FHDSSRI da UNESP - Campus de Franca, na disciplina Direito e Legislação Social.*

Flexibilização do trabalho: novas demandas para a formação no campo da odontologia

Maria Helena Santana Cruz *

Karina Santana Cruz **

Introdução

O início do século XXI apresenta-se como um período de profundas transformações que, geradas pelo processo de globalização, pela introdução de inovações tecnológicas e pela reestruturação produtiva, abarcam a cultura, a produção, o mundo do trabalho, a ciência e a tecnologia. A modernização econômica e social questiona o sistema educacional universitário com novas exigências qualificacionais, tanto do ponto de vista do setor produtivo quanto da perspectiva de formação de cidadãos competentes; interroga o atual papel do Estado mínimo e os investimentos na política de ensino superior, em face da crise do capitalismo.

É lugar comum que as instituições universitárias encontram-se submetidas a um profundo bombardeio de demandas e exigências que emergem na esteira do processo de globalização. Essas demandas e exigências derivam de um particular diagnóstico feito fundamentalmente pelas administrações governamentais neoliberais sobre o funcionamento das instituições de pesquisa e docência universitária. Esse diagnóstico estabelece a necessidade de ampliar os níveis de qualidade, produtividade, de eficácia e eficiência, estruturando processos de modernização, construindo modelos alterna-

tivos, práticas democráticas e participativas. Aqui, a compreensão de Universidade expressa todos os campos de ação e de intervenção entre esses campos e, naturalmente, às políticas universitárias, seu planejamento face ao caráter monopolizador do Estado brasileiro.

O discurso do Estado é importante para se compreender as transformações emergentes, articuladas com a crise dos paradigmas de explicação, a crise de racionalidade que se refletiu no capitalismo, no modelo de produção, nas forças produtivas, nas relações de produção.

O mundo é fundado em algumas lógicas condicionadas pelos processos de globalização, a lógica da urgência e da mudança, que marcam o processo do fazer e conviver humano, influenciando na trajetória da universidade, especialmente a da ciência e da tecnologia. Como nunca antes na história da humanidade, observa-se que os acontecimentos são velozes e impõem marcadamente um novo ritmo à pesquisa, trazendo um novo tipo de comportamento para o pesquisador. Em todos os campos do saber, o ensino e a formação esperam uma revisão crítica e objetiva, que reflita sobre o papel do profissional na contemporaneidade.

A reflexão é endereçada a todos aqueles que se interessam pelas mudanças de paradigmas das ciências,

paradigmas produtivos, paradigmas no campo da saúde e sobre os riscos e desafios que essas mudanças colocam para cada cidadão, independentemente de condição econômica, da relação de gênero ou de ser do campo da saúde ou não¹. Repensar o processo de construção do ensino superior e a formação em Odontologia/saúde, implica questionar o processo de formação de profissionais para atuação neste campo específico do saber. Pergunta-se: Como o ensino moderno de nível superior, modelado a partir da revolução industrial e das exigências do mundo do trabalho, pode/deve formar indivíduos para um mercado crescentemente globalizado, em que os profissionais são chamados a desenvolver distintas formas de trabalho que exigem flexibilidade, criatividade, capacidade de gestão, comunicação, informação, etc.? Como repensar o campo da Odontologia numa perspectiva histórica? Qual o seu papel e que tipo de formação se quer instituir? Para quem a Odontologia está sendo desenvolvida na contemporaneidade?

A discussão dessa temática se fará numa perspectiva histórica, analisando-se a relação entre ensino superior, processo produtivo e as tendências emergentes na contemporaneidade, assim como as implicações decorrentes para o processo de produção, socialização do conhecimen-



to e/ou para a formação no campo da odontologia.

O Ensino Superior no Brasil: processo produtivo

Como ocorre com outras construções sociais, a universidade orienta sua ação de acordo com as características que conformam a própria cultura: uma cultura que muda com mais agilidade que os marcos normativos regentes destas ações. A dinâmica da sociedade condiciona tendências e mudanças que operam no campo específico das Universidades nas políticas para a pesquisa e para o ensino superior articuladas ao processo de modernização e de transformação conjuntural do capitalismo e da sociedade. Esse intercâmbio introduz alterações que fazem oscilar entre a permanência e a mudança, nos modos de atuar e organizar, aspectos que, integrados em seu conjunto, conformam a cultura das instituições.

A sociedade de mercado, que produz e troca equivalentes, fortalece a reprodução ideológica e contribui para que as suas instituições também sejam equivalentes e em conteúdos ideológicos medidos por meio de

“velhas” ou “novas” formas de racionalidade. GIDDENS (1991) aborda esse tema, ao utilizar a concepção de “reflexividade” para denominar a “plasticidade” do pensamento sobre a sociedade, num mundo em que cada vez mais a mídia veicula idéias que provocam opiniões. As instituições de ensino superior sentem os impactos da nova conjuntura e integram no processo de reflexividade, o desafio de repensar coletivamente seu papel na sociedade e a formação de recursos humanos adequados às necessidades do país. Discutem-se, inclusive, os problemas que afetam seu funcionamento e a qualidade do ensino, da pesquisa, da pós-graduação e da extensão, intimamente relacionadas com as políticas governamentais e com as condições materiais e culturais que os alunos dispõem em cada universidade e na família.

Com o impulso do desenvolvimento científico, a Universidade também abre discussões sobre os métodos da ciência, a aplicação desses métodos e sobre procedimentos que seguiriam uma lógica diversa da tradicional/formal. Isto porque, técnica e ciência são produtos sociais,

resultam, primordialmente, dos desafios colocados pela natureza aos homens (das relações dos homens com a natureza) e da capacidade humana por um processo de trabalho e de produção social (das relações entre os homens), de superá-los, modificando, criando e transformando a natureza e a si mesma.

Em momento algum da história educacional brasileira houve um movimento tão abrangente no sentido de conferir unidade conceitual, epistemológica e metodológica à relação entre o sistema educativo e o mundo do trabalho, obrigando a todos que se dedicam a essa área de estudos a enfrentar os desafios para a compreensão de seus avanços e recuos². Na nova LDB (Lei nº 9.394, de dezembro de 1996) e das políticas públicas voltadas para a avaliação da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior, a discussão sobre o “*modus faciendi*” dessa avaliação ganhou inusitada dimensão e suscitou preocupação nas Universidades e na comunidade acadêmica³. No Brasil, o ensino superior apresenta como finalidades: o ensino, a pesquisa, e a extensão, ou seja, o processo de produção e socialização do saber em suas variadas formas e contextos. A LDB destaca as funções/finalidades do ensino superior, descritas como se segue no Art. 43:

I – Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III – Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica,

visando o desenvolvimento da ciência da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações, ou de outras formas de comunicação;

V – Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI – Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII – Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Diante do quadro atual da realidade brasileira, tais funções/finalidades se mostram ambiciosas, tendo em vista as crises e reduções orçamentárias para o ensino superior, agravadas pela atual proposta de reforma da previdência apresentada pelo Governo Federal, voltada aos aspectos econômicos e fiscais desprezando o necessário caráter social de um sistema de previdência, com graves prejuízos às universidades públicas⁴.

O ensino formal, a escola e o ensino superior dentro da engrenagem capitalista têm a função de sociali-

zar para o trabalho. Não para qualquer tipo de trabalho, mas para aquele historicamente desenvolvido no modo capitalista de produção: para o labor na indústria, o labor hierarquizado, segmentado e produtor de mais valia, segundo princípios do “taylorismo” considerado um paradigma para o desenvolvimento científico, tecnológico e organizacional. Por meio da divisão de tarefas complexas em várias etapas simples, que não exigiam qualificação do seu executor – etapas bastante simplificadas – aplicadas à divisão do trabalho no interior das unidades produtivas, o taylorismo fez com que os trabalhadores se especializassem em apenas uma de tais unidades simples, com vistas a que a unidade produtiva alcançasse maior produtividade e ganhos de eficiência em função das especializações.

Os efeitos sobre os trabalhadores e sua qualificação foram profundos. A separação em pequenas etapas diminuiu a qualificação exigida para executar o trabalho industrial, quando comparado ao trabalho artesanal, o que elevou a oferta de mão-de-obra, regulou os salários para baixo e resolveu o problema da oferta de mão-de-obra necessária para a reprodução capitalista. Por outro lado, os efeitos sobre os indivíduos foram consideráveis. Ao especializar-se em apenas uma das etapas do trabalho produtivo, o trabalhador perdeu a noção do todo; ao desenvolver atividades mecânicas perdeu a capacidade de reflexão. A inexistência de interação e cooperação no trabalho trouxe o individualismo e, com ele, as dificuldades de organização dos trabalhadores enquanto classe.

A organização taylorista trouxe também uma profunda divisão entre

as atividades da área administrativo-organizacional e as atividades da linha de produção, entre as atividades de planejamento e execução. Ocorre que a escola do ensino fundamental, médio e superior, foi historicamente dirigida para a atuação em “linhas de produção” nos diferentes setores da economia, salvo algumas “ilhas de exceção”, como são conhecidas as escolas de formação de elites. Nessa linha de reflexão, evidenciava-se a emergência de uma nova racionalidade que orienta as relações sociais no trabalho e no cotidiano e na vida das pessoas. Na organização taylorista/fordista do trabalho, o conceito de qualificação dos operadores se restringia, cada vez mais ao preparo de rotinas e seqüências de tarefas e operações pré-determinadas. A qualificação tem como diretriz a preparação para executores de ordens e serviços, capazes de algumas habilidades e movimentos básicos fundamentais à transformação da matéria-prima em produtos industrializados. Do ponto de vista dos conteúdos formais, o preparo do trabalhador seria limitado ao mínimo indispensável de conhecimentos gerais e técnicos, direta e indiretamente relacionados ao conteúdo das tarefas e operações que compusessem a ocupação tanto do uso de máquinas “versáteis” quanto da cooperação no chão da fábrica. Nesse aspecto, a politecnia fundamentava-se na variação técnica do processo de trabalho, no domínio do conjunto de técnicas exigido pelo sistema de produção.

O novo paradigma da “flexibilidade” do trabalho condiciona a revisão do fundamento do processo de formação/qualificação, associa-se à construção de novas formas de res-

significação das noções de trabalho, qualificação, competência e formação profissional. Os efeitos da incorporação das inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo tem uma dupla face. Por um lado, o fator humano ganha papel ampliado na produção, por outro, os trabalhadores tornaram-se mais vulneráveis à desregulamentação do mercado de trabalho, uma vez que a produção flexível e descentralizada dificulta a organização dos trabalhadores e enfraquece o sindicatos. Não são poucos os fatores que fazem com que os avanços científicos e tecnológicos passem a ser vistos como uma ameaça, sentimento de insegurança, presentes em muitos lugares entre os trabalhadores.

A demanda por novas competências constitui o novo e coloca-se no âmbito da transição do antigo para o novo paradigma. Constitui um desafio para os estudiosos do campo educacional, que exige reflexões conjuntas (instituições diversas, empresas, trabalhadores e educadores) sobre a redefinição do conteúdo das qualificações, os níveis de saberes e habilidades necessários, de forma a contemplar os questionamentos provenientes do mundo do trabalho.

No “novo modelo produtivo”, o trabalho cooperativo em equipe, a falta de demarcação de tarefas a partir dos postos de trabalho e tarefas prescritas a indivíduos, implicam um funcionamento fundado na polivalência e na rotação e de tarefas (de fabricação, de manutenção, de execução, de controle de qualidade e de gestão da produção (Hirata, 1994, p.135). São amplamente valorizadas novas competências como, por exemplo, envolvimento, participação, cooperação, responsabilidade e

motivação do trabalhador. O conceito de competência, para além dos conhecimentos técnicos, refere-se ao conjunto de saberes portados por um trabalhador, principalmente, refere-se à flexibilidade, capacidade e disponibilidade que tem esse trabalhador, de mobilizar os diferentes saberes para enfrentar e resolver os problemas e imprevistos com que se depara no trabalho e na vida.

Considera-se que a valorização de novos saberes sociais⁵, da qualificação social, das novas competências sociais abre possibilidade para o resgate do sujeito e para o fortalecimento da cidadania, extensiva a todo o conjunto de segmentos de trabalhadores, na sua heterogeneidade (Leite,

Não são poucos os fatores que fazem com que os avanços científicos e tecnológicos passem a ser vistos como uma ameaça, sentimento de insegurança, presentes em muitos lugares entre os trabalhadores.

1994). A noção de competência tão em foco na contemporaneidade, baseou-se sempre em dois pilares básicos: o “saber”, referindo-se ao conhecimento adquirido, à ampla capacidade para pensar lógica, analítica, estrutural, conceitual e criativamente (qualificação de base); e o “saber-fazer”, que diz respeito à experiência profissional, à capacidade de receber, interpretar, e trabalhar informações; encontrando dimensões práticas, operativas, técnicas e científicas, adquiridas na formação acadêmica (cursos, treinamentos). Atualmente, há um terceiro e determinante aspecto para

alguém se manter no mercado de trabalho: é o “saber-ser”, ou seja, o seu comportamento social abrange novas habilidades, competências e qualificações pessoais que têm como propósito gerar harmonia com pessoas, criar confiança, manter relacionamentos com qualidade, consideradas premissas básicas para se obter sucesso pessoal e profissional.

Os conhecimentos e capacidades, como manutenção, assistência, são qualificações consideradas válidas igualmente para as tarefas da vida e do trabalho, adaptadas às mudanças do progresso técnico, científico e da modernização social. As pessoas que naturalmente interagem na sua prática nas relações de trabalho saem na frente, já aquelas que não possuem essas qualidades podem aprender a ouvir, a dar espaço à idéia dos outros, sem serem em hipótese alguma donas da verdade.

Na contemporaneidade, o profissional em geral, encontra-se diante de um novo espírito científico e de uma mudança substantiva no mundo, no capitalismo, na morfologia e na cultura com alterações do espaço/tempo global, engendrando uma nova comunicabilidade no trabalho. Na discussão dos novos modelos produtivos, é preciso levar em conta o problema do sujeito, da subjetividade e das relações intersubjetivas, que condicionam o sucesso da implantação dos novos paradigmas. Cresce a importância da comunicação horizontal entre os trabalhadores, introduzindo-se o paradigma comunicacional. Zarifian (1990, 1991) e Zarifian e Veltz (1993), ao tomarem como referência a relação entre trabalho e comunicação, concebem a qualificação como capacidade de lidar com o imprevisto, isto é, de agir

e reagir a situações imprevistas, com o reconhecimento dessa capacidade pela comunidade de produtores, o que caracteriza a “dimensão social da qualificação”. Emerge a importância das qualificações, em função da necessidade de se discutirem as qualificações formais (componentes organizados e explícitos) e as qualificações tácitas (componentes implícitos e subjetivos do trabalhador).

Nessa linha de reflexão, concebe-se a qualificação como um processo socialmente construído no posto de trabalho a partir de experiências vividas pelos sujeitos, da escolarização, das ações coletivas, das culturas, das estratégias de lutas entre trabalhadores. Isso faz da qualificação uma arena política onde se disputam credenciais que conferem reconhecimento e asseguram o acesso a classificações vigentes no mundo do trabalho. A discussão desvela a multidimensionalidade da construção social da qualificação, em virtude da crescente diversificação dos âmbitos econômico, cultural, político e organizacional e revela que, em cada âmbito, dão-se diversas formas de constituição de sujeitos (Cruz, 1999), da especificidade da construção da cidadania de acordo com os atributos de classe, gênero, etnia e geração e sua relação com os diversos fenômenos contemporâneos.

A historicidade e ensino superior: a formação em Odontologia

A reflexão sobre a formação de recursos humanos adequados às necessidades do País está intrinsecamente associada com a universidade, com o ensino e a pesquisa, com a pós-graduação e extensão, com a questão da formação/qualificação; por outro lado, não pode ser pensa-

Hoje vale o princípio de que a qualificação é uma variante da organização da cultura do trabalho, e não da técnica em si.

da sem que se leve em conta as mudanças na esfera da produção, no mundo do trabalho, na reprodução de ideais e valores. Hoje vale o princípio de que a qualificação é uma variante da organização da cultura do trabalho, e não da técnica em si. Um dos elementos a serem destacados refere-se à importância de se conferir uma perspectiva histórica e contemporânea acerca dos determinantes que nos levam a construir percepções e ações daí derivadas, de como deve ser construído um projeto pedagógico.

Esse posicionamento também implica na revisão de pressupostos metodológicos no campo da Odontologia. Isso porque se compreende que o conhecimento especializado, “*know-how*”, como qualquer outro recurso, de qualquer forma, esgotar-se-á um dia, ao contrário das competências e habilidades comportamentais. O foco nas competências/habilidades sinaliza que elas podem ser usadas para qualquer fim.

Os princípios da flexibilidade condicionam a utilização dessas habilidades também para o cirurgião-dentista que, embora de modo diferente, também é submetido a novas formas de consumo e controle da força de trabalho, porque ele também participa da divisão sócio-técnica do trabalho. Dele é exigido apresentar um perfil moderno, delineado por procedimentos “racionais” e profissionais, que passam a

orientar sua requalificação. Verifica-se que ao dentista é exigido um tipo de preparação que vai além do mero manuseio de ferramentas, da visão da Odontologia como uma prática científica que se utiliza de instrumentos tecnológicos, ou ciência objetivada, ou cristalizada em instrumentos que

“nada possuem em comum com as aptidões do corpo humano e visam a interferir nos fenômenos estudados e mesmo a construir o próprio objeto científico e destinam-se a dominar e transformar o mundo e não apenas facilitar a relação do homem com o mundo” (Chauí, 1999, p. 278).

O cirurgião-dentista deve estar cotidianamente instrumentalizado com os conhecimentos necessários à sua intervenção, de modo que possa responder às questões e demandas emergentes na sociedade. Por exemplo, a interatividade do trabalho do odontólogo/professor e pesquisador, coloca-o frente a exigências de “novas qualificações tácitas, sociais ou informais”, novas linguagens, ferramentas e máquinas. A produção do conhecimento no trabalho integrado em equipes técnicas, em grupos, redes de pesquisa, coloca novas demandas de qualificação. São amplamente solicitadas e valorizadas novas competências: envolvimento, participação, cooperação, responsabilidade e motivação do trabalhador, consideradas dimensões subjetivas humanas que contribuem para mudar os paradigmas no campo da saúde e da odontologia neste início do terceiro milênio.

A informática oferece uma nova cartografia, um novo mapa da realidade, um novo padrão de conhecimento científico. O uso crescente da digitalização direta de dados exige

novos conhecimentos, informações e qualificações para as atividades desenvolvidas por pesquisadores. Neste ponto, inserem-se as metodologias informatizadas: quantitativas e qualitativas. O acesso à informação científica e técnica, embasada em uma cultura geral ampla, difundida pela educação em seus diversos processos, fundamenta a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar as situações que vivenciam e de construir ações de co-responsabilidade em um projeto de desenvolvimento democrático voltado para a construção da cidadania.

A forma de conhecimento decorrente do modelo tradicional de ciência, implica na separação/fragmentação e especialização/instrumentação, significando o monopólio de um saber, que exclui a Odontologia (produção, organização e formas de trabalho) do que há nela de essencial, sua humanidade (o trabalho e as relações sociais) e sua historicidade. Assim, a formação acadêmica pelo modelo clássico de ciência não apresentaria recurso suficiente para construção e preparação do novo trabalhador orientado por uma nova ética. Isso porque, juntamente com as qualificações técnicas específicas da profissão exigem-se também uma qualificação/formação geral.

O objeto da Odontologia, não se restringe à boca, ou, de forma mais simplificada, aos arcos dentários, mas integra o homem, seu produto e produtor. A Odontologia reproduz-se como um trabalho especializado para o atendimento às necessidades sociais e ao consumo; por ter utilidade (valor de uso), produz serviços odontológicos.

O principal valor dos serviços odontológicos é a qualidade do tra-

balho profissional a ser desenvolvido, seja de forma individual ou em associação entre pequenos grupos de técnicos especializados (ex: escritórios e as clínicas); também se criam serviços especializados para o atendimento pessoal e a domicílio. O setor de serviços caracteriza-se por grande permeabilidade ao ingresso de novos trabalhadores. A especificidade dos serviços odontológicos apresenta características de serviços, uma vez que “não é produtivo, não gera produtos materiais, que não podem ser transportados e armazenados, não é ou é menos susceptível à racionalidade técnica e organizacional se comparado com o que produz bens, sua produtividade não pode ser medida e padrões de produtividade não podem ser controlados” (Offe, 1989, p. 155).

Diferentemente da produção material, em que o produtor e o consumidor não se encontram presentes no momento da produção, na produção odontológica, a presença do consumidor é imprescindível, sem a qual a produção não se efetiva. Considera-se que o ato odontológico em si não se modificou, mas sim as maneiras ou formas de fazê-lo e, inclusive, os conhecimentos e habilidades necessários do profissional, ou seja, desenvolveram-se suas forças produtivas, modificando o trabalho de artesanal para um trabalho mecanizado e transformando-se as relações sociais de produção, reproduzindo, portanto, as relações capitalistas dominantes. Todas essas alterações inserem, paulatinamente, as atividades odontológicas no circuito da acumulação e valorização do capital (Iyda, 1998, p. 133).

Disso decorrem algumas implicações: a reestruturação do perfil

dessa mão-de-obra com maior nível intelectual, visto que o trabalho nos serviços exige uma visão mais completa da sociedade, e um conhecimento mais complexo das atividades desenvolvidas: serviços ligados às áreas de saúde, serviços especiais, educação e informação.

Nesse ponto, emerge a necessidade de diversificação da formação na graduação e na pós-graduação, particularmente no que concerne à experiência de pesquisa. Além de uma sólida formação alicerçada nas bases atuais, necessita-se que sejam também oferecidas oportunidades adicionais de estudos, para que os profissionais trabalhem em instituições diversificadas, aprofundem a capacidade investigativa, atribuam, no aprendizado em pesquisa, relevância semelhante à percebida por docentes no âmbito universitário. A flexibilização da formação nos níveis de graduação e pós-graduação objetiva oferecer, com base em uma sólida formação já garantida nas bases atuais, para ampliar as oportunidades adicionais de estudo,

Os cursos de odontologia, a exemplo dos demais cursos, iniciam uma série de questionamentos em torno da duração, estrutura curricular, inserção de novas disciplinas, definição de linhas de pesquisa, (principalmente entre os cursos de pós-graduação). A pretensão é obter uma estrutura curricular mais definida com maior compatibilização entre as diretrizes, linhas de pesquisa, e disciplinas ofertadas, bem como com o corpo docente qualificado academicamente (Velo, 2002).

Considerações finais

Os elementos que integram a reestruturação dos processos e das rela-

ções sociais no trabalho, ampliam as dimensões de positividade da qualificação, trazem questionamentos que ressignificam as relações humanas no contexto do trabalho que afetam todos de todos os campos do saber e, em particular, o campo da odontologia. Sobretudo, no contexto das universidades de transposição milenar, emerge uma questão de mais alta importância para sermos críticos sobre o que ocorre no mundo, nas nossas instituições, sobre as direções que damos à nossa formação profissional, a dedicação à pesquisa, ao ensino e à extensão universitária.

Mais do que aprofundar o tema, a reflexão coloca uma agenda de pontos no sentido de entender as transformações contemporâneas, integrar no campo da formação em Odontologia os aspectos global e particular, passando por questões que lhe são muito próximas e que estão no cotidiano. A rapidez das mudanças exige educação permanente, aperfeiçoamento e atualização e, fundamentalmente, integração do lado profissional com o lado pessoal, buscando-se expandir o aspecto profissional sem dissociá-lo do pessoal, elevando-se a qualidade de vida. O discurso atual propõe uma ampliação do “Curriculum Vitae” dos indivíduos, que evolui atualmente de forma imprevisível e descontínua, diferenciando-se dos tempos em que as classes e as posições sociais eram mais inflexíveis.

Notas

1. Afinal de contas, os preços dos medicamentos e serviços médicos, os usos e manipulações das novas tecnologias ou, então, a transformação do sofrimento e da doença em mercadorias e objetos de lucro incessante, aparecem como temas que tiram o sono do brasileiro.

2. A esse respeito, ver contribuições de Cunha, 2000; Ferretti, 2000; Forquin, 1993; Romanelli, 1982 e outros.

3. Consultem-se dados do Relatório BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Sinopse Estatística. Brasília 1990; 1991.

4. Ver texto publicado pelo Jornal da Ciência em 13 de junho de 2003, com o título: “Unicamp está muito preocupada com os rumos da reforma da Previdência”, com destaque para o conteúdo da moção aprovada por unanimidade, enviada ao Presidente da República e ao Presidente do Senado pelo Conselho Universitário da UNICAMP. Tal proposta coloca em risco o futuro das Universidades públicas, na medida em que provoca grande evasão de docentes e pesquisadores experientes e com grupos de pesquisa consolidados e altamente produtivos; também coloca em risco o futuro do país ao impedir que a Universidade cumpra sua missão primordial, que é a geração do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e a formação de recursos humanos altamente qualificados. Este processo gera o esvaziamento das Universidades e/ou falta de atrativos para a contratação de novos quadros.

5. A esse respeito, ver contribuição de Ropé, F. e Tanguy, L. Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Sinopse Estatística**. Brasília, 1990. ----- Sinopse Estatística. Brasília. 1991.
- CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP, Brasília, DF: FACS, 2000.
- CHAUÍ, M. O Ideal Científico e a Razão Instrumental. In: **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática 1999. Cap.5, Unidade 7, p.278-87.
- CRUZ, M.H.S. **Modernização do Trabalho e Tradição: estudos de caso sobre as relações sociais de gênero em indústrias estatais de Sergipe**. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.
- FERRETTI, C.M.J. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no Ensino Médio e no Ensino Técnico. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.21, n.70, abr. 2000, p. 80-99.
- FORQUIN, J.C. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Edusp, 1991. HIRATA, H. Da polarização das qualificações ao modelo de competência. In: J. C. FERRETTI, J. C. et al. **Novas Tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Petrópolis. RJ: Vozes, 1994.

IYDA, M. Saúde Bucal: Uma prática social. In: BOTAZZO, C; FREITAS, S.F.T. de (Org). **Ciências Sociais e Saúde Bucal. Questões e Perspectivas**. Bauru. SP. EDUSC: SP. EDUSC: São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, (Prismas) 230p.

FILHO, J. M. **JORNAL DA CIÊNCIA**. Publicação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Unicamp está muito preocupada com os rumos da reforma da previdência**. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2003. Ano XVII, n. 503.

LEITE, M.P. **O Resgate da Qualificação**. 1994 Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 1994.

OFFE, C. O crescimento do setor serviços. In: **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.13-166.

ROMANELLI, O. **História da Educação no Brasil**. 11ed. Petrópolis. Vozes,1982.

ROPÉ, F; TANGUY, L. Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

VELOSO, Jaques.(Org.). **A Pós-Graduação no Brasil: Formação e Trabalho de Mestres e Doutores no País**. Brasília: Fundação coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002, Vol. I - 452 p.

ZARIFIANN, P. **Travail et communication des les industries automatisées**: Conferência. São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 1990.

ZARIFIANN, P; VELTEZ, P. Vers de nouveaux modèle d'organization? **Sociologie du Travail**. Paris, v.35. n.1, p.1-25, 1993.

* **Maria Helena Santana Cruz** é Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Educação e Sociologia e Educação, Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe; helenacruz@uol.com.br

** **Karina Santana Cruz** é Professora do Curso de Especialização em Ortodontia-Ortopedia Facial da ABO-SE, Doutoranda e Mestre em Ortodontia-Ortopedia Facial (USP-Bauru) e Profª de Ortodontia da Graduação da UFS.

Literatura e Revolução em Walter Benjamin

Flores adornam cada estação deste calvário, são as Flores do Mal.

(Walter Benjamin em *Parque Central*)

Martha D'Angelo *

A preocupação de Walter Benjamin com o caráter único e incomparável dos fenômenos levou-o a tomar *As Flores do Mal* como referência básica na compreensão do século XIX. Não se trata, porém, de um regresso aos fatos objetivando uma “história das mentalidades”. O interesse por Baudelaire tem a ver com a tarefa do materialista histórico de *escovar a história a contrapelo*, isto é, de reescrever a história na perspectiva dos vencidos.

A subversão do sentido das pala-

avras nas *Flores do Mal* é, segundo Benjamin, uma forma de contraposição à reativação das forças míticas empreendida pelo capitalismo. A desarticulação das relações espaço-temporais, intrínseca à modernidade, encontra na lírica de Baudelaire uma forma de resistência. O tom aparentemente enigmático de suas alegorias está intimamente ligado à história, e é exatamente por não transcender a história que sua poesia contém enigmas e não mistérios.

Em suas transfigurações Baude-

laire viveu inúmeros personagens - *flâneur*, dândi, trapeiro - sempre desafiando as regras do jogo social. Segundo Benjamin, as máscaras usadas por Baudelaire revelam o enorme esforço que ele empreendeu para salvar o poeta da corrosão mercantilista característica de sua época. No século XIX a mercadoria ocupa o lugar da alegoria poética. Nas sociedades opulentas e comerciais não há mais lugar para o poeta autêntico; este vai desaparecendo como um velho saltimbanco de fei-



ra, degradado pela miséria e pela solidão. Mas a reação de Baudelaire ante a possibilidade da morte da arte está muito distante do intelectualismo das análises de Hegel e da resignação estoica de Max Weber. Acompanharemos a trajetória de Baudelaire, em seu processo de reconhecimento das fantasmagorias que cercam o horizonte de sua época, através da crítica de Walter Benjamin.

A história do século XIX foi apresentada por Walter Bagehot como a da “construção de nações” (Hobsbawn, 1990). Sem dúvida, após as revoluções de 1848 inicia-se na Europa uma era caracterizada pelo retrocesso do liberalismo e pela exaltação do nacionalismo, mas essas construções não foram fruto das aspirações e das necessidades das pessoas comuns, e sim da dinâmica do capital.

Antes desse período, na época em que a França era governada pelo mais liberal dos Bourbons, Luiz Felipe (1830-1848), o chamado Rei-cidadão, havia em Paris federalistas espanhóis, carbonários italianos, poloneses, anarquistas russos, alemães, que precisaram ou julgaram mais conveniente, abandonar seus países. Abrigando a efervescência revolucionária do século XIX, Paris se tornou o barril de pólvora da Europa. Os trabalhadores que haviam deixado suas oficinas para pegar em armas e derrubar a monarquia absoluta de Carlos X (1824-1830) foram os iniciadores do grande avanço na participação política da população industrial francesa.

O moderno movimento trabalhador francês nasce na década de 30 sob o lema “Vivre en travaillant ou mourir en combattant”. Com ele surgiram as grandes insurreições

dos tecelões de Lyon e os primeiros jornais populares: o *Journal des Ouvriers*, o *Artisan*, o *Le Peuple*. Depois do segundo levante de Lyon, em abril de 1834, termina este ciclo de motins políticos, mas a fermentação de idéias continua. As idéias de Babeuf (através de Buonarotti), Barbès, Blanqui, Proudhon, Fourier e dos saint-simonianos começam a circular mais amplamente. É nesta época que surgem as primeiras sociedades secretas que vieram a desempenhar um importante papel na revolução de 1848. Esta foi diferen-

Abrigando a efervescência revolucionária do século XIX, Paris se tornou o barril de pólvora da Europa.

te da de 1789 pela entrada em cena dos socialistas e dos trabalhadores da moderna indústria têxtil, sem a qual não teriam surgido os “magasins de nouveautés” e as galerias de Paris. Sobre este período da história francesa, Marx escreveu o seguinte: “À monarquia burguesa de Luiz Felipe só pode suceder uma República burguesa, ou seja, enquanto um setor limitado da burguesia governou em nome do rei, toda a burguesia governará agora em nome do povo” (Marx, 1968: 24)

Com a garantia do sufrágio universal masculino a partir de 1848, o conceito de cidadania é redefinido. Esse direito, entretanto, investiu os novos eleitores de um poder apenas formal. Benjamin justificou esse fato relacionando o jogo político ao jogo econômico: “A ampliação do aparelho democrático através da justiça eleitoral coincide com a corrupção parlamentar organizada por Guizot.

Protegida por ela, a classe dominante faz história fazendo os seus negócios.” (Benjamin, 1991: 37)

Com a derrota dos trabalhadores em 1848, o nacionalismo tornou-se cada vez mais forte. Sobretudo na França, 1848 pode ser considerado um marco no recuo da revolução política e no avanço da revolução industrial. Os ideais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, uma vez atrelados ao jogo parlamentar, perderam a vitalidade inicial. A pretensão de uma igualdade política sem igualdade econômica foi percebida pelos excluídos como farsa. A república democrática, mantidos seus marcos de classe, começa a ser vista pela burguesia não apenas como inevitável, mas também como o meio mais eficaz de disciplinar o jogo político, tornando-o menos perigoso.

A insurreição de junho de 1848 em Paris, que colocou os trabalhadores e os burgueses em lados opostos das barricadas, foi um desdobramento “inevitável” do colapso da aliança entre democratas burgueses e trabalhadores, ocorrido logo depois de sua vitória comum em fevereiro daquele mesmo ano. Reportando-se a essa época e às fantasmagorias que dominam a ação do proletariado até a Comuna de 1871, Benjamin observa:

“Através dela dissipa-se a ilusão de que seja tarefa da revolução proletária completar, de braços dados com a burguesia, a obra de 1789. Tal ilusão domina o período de 1831 a 1871, do Levante de Lyon até a Comuna. A burguesia jamais compartilhou desse erro” (Benjamin, 1991: 42).

Em sua luta contra a revolução, a República parlamentar consolidou,

junto com medidas repressivas, a centralização do poder governamental. A nação francesa se construiu desenvolvendo a centralização que a monarquia absoluta começara, mas a idéia de "nação" como prolongamento do princípio da liberdade individual ao coletivo é tipicamente burguesa. O "Estado-nação" não afirmou seu poder recorrendo apenas à força e à coerção, pois criou uma unidade lingüística, que suprimiu os dialetos regionais, e implantando um sistema educacional em todo o país. A escolarização compulsória, erradicando o analfabetismo, modificou o perfil da sociedade e ampliou as possibilidades do mercado editorial. O surgimento do folhetim, sua rápida aceitação pela grande imprensa se inscrevem neste contexto. Os primeiros folhetinistas vieram do meio literário. Eugène Sue, Dumas, Balzac, antes de escreverem em jornais, já eram reconhecidos como romancistas. A geração que os sucedeu não vinha do mesmo meio e via com naturalidade o fato de escrever para o mercado. Gaboriau, Xavier de Montepin e Pierre Zaccone são os nomes mais conhecidos desta fase. Se anteriormente era o prestígio literário do escritor que possibilitava sua publicação em folhetim, a partir do Segundo Império a individualidade do autor é solapada pela voracidade dos editores e pela tendência do "público" em atribuir uma importância maior aos personagens do que àqueles que os criaram. O fenômeno da diluição da autoria através da divisão do trabalho também atingiu a primeira geração de folhetinistas. Benjamin se refere a um panfleto de 1844 - *Fabrique de romans - Maison Alexandre Dumas et Cie* (Benjamin, 1991:



60) - que questionava e ironizava o ritmo frenético da produção de Dumas. Segundo os boatos da época, ele empregava clandestinamente inúmeros literatos pobres e sem nome no mercado.

Baudelaire cedo percebeu o que se passava no mercado literário (da época), e nunca teve ilusões a res-

Baudelaire cedo percebeu o que se passava no mercado literário (da época), e nunca teve ilusões a respeito da interdependência entre artista-obra-público.

peito da interdependência entre artista-obra-público. Se existe um pequeno grupo de pessoas que produz alguma coisa que passa a ser disputada por muitas pessoas no mercado, o caráter dessa coisa tende a ser modificado. A incorporação do artista ao conjunto da força de trabalho não ocorreu sem profundas modificações na natureza da criação artística. É por isso que Baudelaire sempre compara o literato e a si próprio com a prostituta.

O interesse despertado pelo tipo de romance explorado pelo folhetim, que privilegia os aspectos sentimentais, psicológicos e privados, es-

tá relacionado ao processo de acomodação à separação empreendida pelo Estado burguês entre o homem e o cidadão, o privado e o público. As fronteiras entre esses espaços apresentaram inúmeras alterações no decorrer do século XIX. No início do processo revolucionário, ainda no século XVIII, "privado" é sinônimo de conspiratório ou suspeito, a ele sobrepondo-se sempre o interesse "público". A redefinição burguesa do espaço privado e dos direitos individuais resultou na despolitização da vida doméstica, no fechamento do indivíduo em si mesmo e na família. Em "Paris Capital do Século XIX", Benjamin destacou o aparecimento do homem privado no palco da história na época de Luiz Felipe e avaliou suas consequências:

"Pela primeira vez, o espaço em que vive o homem privado se contrapõe ao local de trabalho. Organiza-se no interior da moradia. O escritório é o seu complemento. O homem privado, realista no escritório, quer que o interior sustente as suas ilusões. Esta necessidade é tanto mais aguda quanto menos ele cogita estender os seus cálculos comerciais às suas reflexões sociais. Reprime ambas ao confirmar o seu pequeno mundo privado. Disso se originam as fantasmagorias do "interior", da interioridade. Para o homem privado, o interior da residência representa o universo." (Benjamin, 1991: 37)

É no interior do lar que o burguês procura esquecer as contradições da sociedade. Os rituais domésticos, os objetos de decoração servem para manter a ilusão de um universo harmonioso. A fantasmagoria da cultura capitalista se desdobra no interior

burguês: cortinas, papéis de parede, quadros, molduras rebuscadas, tapetes, etc., devem montar um cenário capaz de oferecer segurança e apoio espiritual aos personagens. Além do conforto, é preciso solidez e beleza, em oposição à fragilidade e feiúra do mundo do lado de fora. Descrivendo um sonho de interioridade no poema “La Chambre Double” (O Quarto Duplo), Baudelaire expõe essa fantasmagoria associando a corrosão da intimidade pessoal à brutal ditadura do tempo moderno: “Asseguro que os segundos agora são forte e solenemente acentuados, dizendo cada um, ao sair do relógio: ‘Eu sou a vida, a insuportável, a implacável vida’”¹ (Baudelaire, 1949: 255)

O que costuma ser definido como o tema da evasão impossível em Baudelaire guarda sempre um modo particular de rejeição à dicotomia público/privado, homem/cidadão.

Somente para o burguês a casa representa o domínio privado por excelência. Para as classes populares urbanas e rurais, ao contrário, as condições de moradia propiciavam um desenvolvimento da intimidade completamente diferente dos cultivados pela burguesia. A questão da morada popular foi apontada, no decorrer de todo o século XIX, como fonte de perturbação da ordem pública, de instabilidade política e de problemas sanitários. O relatório oficial da pesquisa realizada em Paris após a epidemia de cólera de 1832 apontava as taxas mais altas de mortalidade entre os moradores das regiões mais sujas e miseráveis da cidade. Essas condições sugeriram inúmeras analogias entre os perigos da existência nas cidades e os riscos e adversidades das florestas. Constrangidos a viverem amontoa-

A questão da morada popular foi apontada, no decorrer de todo o século XIX, como fonte de perturbação da ordem pública, de instabilidade política e de problemas sanitários.

dos, os pobres eram levados a um uso privativo do espaço público e a manifestações visando a redefinição de ambos. A forma mais sugestiva deste entrelaçamento entre o espaço privado e o público é, sem dúvida, a barricada.

As barricadas que tomaram conta das ruas de Paris nas revoluções - Benjamin fala de mais de 4000 durante julho de 1848 - fazem parte de um momento da história francesa em que o Estado e a sociedade civil estão se reorganizando. Marx chamou atenção para o fato de ser só com o segundo Bonaparte que o Estado francês parece tornar-se completamente autônomo, consolidando sua posição face à sociedade civil (Marx, 1968: 131). Depois do Golpe de 2 de dezembro, que massacrava os dirigentes das barricadas, Napoleão III coloca-se como um poder independente cuja missão é salvar a “ordem social”. Representando não o camponês revolucionário, mas o conservador, a dinastia Bonaparte no Segundo Império fortalece a pequena propriedade e enfraquece os laços entre a população rural revolucionária e os trabalhadores da cidade, laços que foram construídos anteriormente com o objetivo de derrubar a velha ordem.

As barricadas representaram um dos traços mais característicos dos

movimentos conspiratórios franceses. No “Discurso a Paris”, que deveria concluir *As Flores do Mal*, Baudelaire recorda a magia das mãos que erguem paralelepípedos como fortalezas para o alto. E o grande sonho terrorista que Marx encontra entre os conspiradores é apontado por Benjamin como tendo a sua contrapartida em Baudelaire. A ira, o rancor, o sangue frio, a irreverência, a paixão que animaram meio século de lutas de barricadas em Paris, estão presentes no espírito de Baudelaire.

Sob o Segundo Império, o espaço urbano parisiense começa a ser planejado e reorganizado por Haussmann. As transformações realizadas por ele levaram Benjamin a dizer que nesta época Paris se torna “uma cidade estranha para os próprios parisienses” (Benjamin, 1991: 41). Conciliando os interesses do Estado e dos grandes grupos financeiros, Haussmann consegue implantar sua política de urbanização. Até a metade do século XIX, cada região de Paris era como um pequeno mundo e não havia uma comunicação regular entre essas regiões. A diferenciação entre bairros ricos e pobres levou à expansão da periferia da cidade, assim como a separação entre a residência e o local de trabalho tornou necessária a criação de uma rede de transportes capaz de garantir a circulação regular entre uma zona da cidade e outra.

Fugindo de uma normatividade marcada pela polarização do homem e do cidadão, resistindo à divisão esquizofrenizante do espaço moderno, Baudelaire veste a máscara do *flâneur*: ele é ator e espectador ao mesmo tempo, como a prostituta, “que em hipostática união é vendedora e

mercadoria.” (Benjamin, 1991: 40). O *flâneur* não existe sem a multidão, mas não se confunde com ela. Perfeitamente à vontade no espaço público, o *flâneur* caminha no meio da multidão “... como se fosse uma personalidade.” (Benjamin, 1991: 81), desafiando a divisão do trabalho, negando a operosidade e a eficiência do especialista. Submetido ao ritmo de seu próprio devaneio, ele sobrepõe o ócio ao “lazer” e resiste ao tempo matematizado da indústria. A versatilidade e mobilidade do *flâneur* no interior da cidade dão a ele um sentimento de poder e a ilusão de estar isento de condicionamentos históricos e sociais. Por isso, ele parte para o mercado, imaginando que é só para dar uma olhada. As fantasmagorias do espaço a que o *flâneur* se entrega, tentando conquistar simbolicamente a rua, escondem a “mágica” que transforma o pequeno burguês em proletário, o poeta em assalariado, o ser humano em mercadoria, o orgânico no inorgânico. Mas a *flânerie* de Baudelaire guarda uma certa consciência de sua própria fragilidade. Fascinado pelo espetáculo da multidão, pela embriaguez a que ela o levava, Baudelaire mantém a consciência de não poder escapar do poder do capital, “exatamente como bêbados se mantêm ‘ainda’ conscientes.” (Benjamin, 1991: 86)

O efeito narcotizante que a multidão exerce sobre o *flâneur* é o mesmo que a mercadoria exerce sobre a multidão. Só o poeta em sua *flânerie* consegue penetrar na alma de um outro, em meio aos sobressaltos da rua. Só ele tem acesso à privacidade de alguém, em meio ao espaço público. Na dedicatória a Arsène Houssaye, nos “Pequenos Poemas em Prosa”, Baudelaire explicita a

sua obsessão de combinar os movimentos da alma e da fantasia ao ritmo da vida moderna; só assim o poeta é capaz de captar, no interior da multidão, sentimentos muito íntimos de indivíduos desconhecidos.

No poema “Les Veuves” (As Viúvas), Baudelaire se refere aos recantos sombrios dos jardins públicos, freqüentados sobretudo pelos estropeados da vida, e justifica o interesse do poeta e do filósofo por esses lugares, a atração que ambos sentem por tudo o que é fraco, arruinado, triste e órfão. É principalmente nos lugares públicos que eles encontram os condenados a uma solidão absoluta, decifram nos rostos e nos corpos os sofrimentos silenciosamente suportados, ou, ainda, num lampejo singular, percebem o “reflexo da alegria do rico no fundo dos olhos do pobre.” (Baudelaire, 1949: 264)

O sentimento de Baudelaire em relação à multidão está ligado também ao reconhecimento de que só o mergulho na multidão permite ao poeta tornar-se moderno. Para poder gozar do incomparável privilégio de entrar na pessoa de um outro ou para experimentar a misteriosa embriaguez de uma comunhão universal, é preciso que o poeta deixe a sua torre de marfim e se misture com as pessoas comuns. Este modo de ver a multidão fugia aos estereótipos da

O sentimento de Baudelaire em relação à multidão está ligado também ao reconhecimento de que só o mergulho na multidão permite ao poeta tornar-se moderno.

época, revelados em expressões como “gens sans aveu” (gente sem linhagem) ou “canaille” (a turba). Entre artistas e intelectuais nem sempre se fazia uso dessas expressões, mas era comum algum tipo de reserva ou de desconfiança em relação à multidão. Georges Rudé observa, em *A Multidão na História, que até mesmo um revolucionário como Robespierre, embora apaixonadamente dedicado ao povo*, inclinava-se a ver os amotinados da fome (como numa famosa ocasião em fevereiro de 1793) como os agentes dos ingleses e da aristocracia.” (Rudé, 1991: 6). Segundo Rudé, o historiador Taine, embora liberal em 1848, teria escrito o seguinte sobre a multidão de 1789 que tomou a Bastilha: *rebotalho da sociedade, bandidos, selvagens, maltrapilhos*; os insurgentes de outubro seriam “vagabundos da rua, ladrões, mendigos, prostitutas”; e os de agosto de 1792, que expulsaram Luiz XVI das Tulherias, seriam *aventureiros sedentos de sangue, estrangeiros, valentões e agentes da perversão*. (Rudé, 1991: 7).

A visão de Taine é bem diferente do “goût de la vengeance” (gosto da vingança) e do “plaisir naturel de la demolition” (prazer natural da destruição), expressões usadas por Baudelaire para manifestar o tipo de identificação que teve com os rebeldes de 1848. Taine e Gustave Le Bon - que, segundo Rudé, é o criador da moderna psicologia de massas -, inclinam-se a tratar a multidão em termos *a priori* como: *irracional, instável e destrutiva, como intelectualmente inferior a seus componentes, como primitiva, ou com tendência a reverter a uma condição animal* (Rudé, 1991: 8). Le Bon admite também que os tipos crimino-

sos, degenerados e pessoas de instintos destrutivos tendem a se sentir atraídos pela multidão. Esse estereótipo é bastante próximo do estereótipo do artista moderno, de vanguarda. Por essa via, chega-se a uma definição do que é arte a partir de uma teoria do psiquismo. Se a origem da obra de Baudelaire está na ausência de *mens sana*, ou no problema edipiano, então sua visão da modernidade fica reduzida a um sintoma. Neste caso é a biografia de Baudelaire que justifica o seu discurso, a realidade permanece como *summum bonum*. Para Benjamin, no entanto, o que se coloca em primeiro plano é o discurso de Baudelaire, os fenômenos da realidade que esse discurso manifesta e decifra. Benjamin não aproximava a psicanálise e a arte reforçando a tese clássica da arte como sublimação e por isso mesmo ele pôde ver a modernidade a partir de Baudelaire, não reduzindo as *Fleurs Du Mal* a uma projeção do seu autor.

É no interior da multidão e nas *passagens*, por sua posição intermediária entre a rua e a residência, que o *flâneur* se sente em casa. É desses espaços que ele extrai suas alegorias, distintas das alegorias comuns por encontrarem no banal do cotidiano urbano sua fonte de criação, e por introduzirem na poesia palavras que ainda não haviam penetrado seu universo. Isto era feito com extremo cuidado; o cuidado de Baudelaire com as palavras é proporcional à desenvoltura com que ele transita no interior da cidade. Benjamin observa que: “A sua construção dos versos é comparável ao plano de uma grande cidade, na qual se pode movimentar-se sem ser percebido, encoberto por blocos de casas, portões

ou pátios. Neste mapa as palavras têm, como conspiradores antes de estourar uma rebelião, os seus lugares indicados com toda precisão. Baudelaire conspira com a própria linguagem. Passo a passo calcula os seus efeitos.” (Benjamin, 1991: 120)

O que há de específico no espaço e no tempo da modernidade é captado e descrito por Baudelaire. Sua prosa poética “flexível e nervosa” surge dos choques com a grande cidade. Baudelaire se contrapõe aos românticos por não aceitar a renúncia e por reforçar a capacidade de



decisão, ainda que esta seja pelo suicídio. Não podemos olvidar o tempo a não ser servindo-nos dele” (Baudelaire, 1988: 92). A opção pelo suicídio significa o modo mais dramático do poeta afirmar o seu poder sobre o tempo e uma indisposição radical a qualquer tipo de concessão capaz de atingir o seu elã produtivo.

A mudança no conceito de tempo operada pela modernidade foi apontada por George Woodcock (Woodcock, 1986: 120) como a diferença mais gritante entre as sociedades ocidentais e orientais. Antes dessa diferenciação, os dias eram medidos pelo amanhecer e o crepúsculo, os anos em termos de plantar

e de colher, das folhas que caem e da intensidade do frio e do calor. O tempo estava ligado aos processos naturais de mudança das coisas e dos homens, e não era necessário medi-lo com exatidão. A ampulheta, o relógio de sol, a vela ou lâmpada, onde o resto de cera e de óleo que permanecia indicavam as horas, davam medidas aproximadas de tempo. Na época moderna, o ciclo natural da vida deixa de ser a referência para se medir o tempo, que passa, cada vez mais, a ser calculado com exatidão matemática. O tempo como duração perde sua importância diante do tempo mercadoria, representado de modo exemplar no slogan “tempo é dinheiro”. O “perder tempo”, sobretudo para os moralistas e protestantes, passa a ser visto como pecado. Com a difusão dos relógios a partir de 1850, disseminou-se a idéia de pontualidade como “virtude”. A dependência ao tempo matemático, no início imposta apenas aos pobres, se estendeu a todas as classes sociais; quem não se ajustava a esse ritmo enfrentava a hostilidade social e a ruína econômica. Neste contexto, a disposição permanente do *flâneur* de “matar o tempo” representa um confronto direto com a lógica do sistema capitalista. Por sua marginalidade, o *flâneur* se aproxima mais do *lumpen* do que do proletário, embora ele não tenha uma estrutura de caráter amorfa como o *lumpen*. Ele se aproxima do *lumpen* por sua indefinição econômica e política, mas a energia que move o *flâneur* é semelhante à dos conspiradores profissionais. Sua estrutura psíquica é homóloga à dos rebeldes terroristas. Daí a aproximação feita por Benjamin entre Baudelaire e Blanqui.

Os conspiradores profissionais, inclusive Blanqui e seu grupo, foram incluídos por Marx na “massa indefinida” que os franceses chamavam de “la bohème” e definidos com as seguintes palavras: “Eles são os alquimistas da revolução e compartilham plenamente da confusão das idéias e da parvoíce dos antigos alquimistas.” (Benjamin, 1991: 50)

Apesar de crítico em relação aos métodos putschistas, à fragilidade teórica e ao voluntarismo de Blanqui, Marx, no 18 Brumário, se refere a ele como “o verdadeiro líder do partido proletário” e Benjamin faz deste reconhecimento um ponto de apoio para compará-lo a Lenin.

Os mesmos traços que revelam o baixo nível de consciência política em Blanqui foram detectados por Benjamin em Baudelaire, daí as contradições profundas que o levam a dedicar o “Salon de 1846” ao burguês, a considerar em 1850 que a arte não poderia ser separada do aspecto utilitário e, pouco tempo depois, a defender a “arte pela arte”. A ausência de uma mediação entre essas mudanças abruptas é reveladora da fragilidade teórica de Baudelaire. Suas declarações sobre a arte e a política, sempre proferidas de modo imperativo e surpreendente, constituem o que Benjamin chama de “metafísica do provocador”. É a revolta contra a vida burguesa e suas divisões do espaço e do tempo que nutre essa metafísica.

A ausência de hábitos, horários e rotinas, a preferência pela noite, a atração pelos lugares públicos e bares, a mudança freqüente de domicílio, típicas da vida boêmia, representam uma inversão completa do modelo de vida burguês. O predomínio do aspecto quantitativo sobre o qua-

O predomínio do aspecto quantitativo sobre o qualitativo, que domina o espírito do capitalismo, é totalmente rejeitado pelos integrantes da “boêmia”.

litativo, que domina o espírito do capitalismo, é totalmente rejeitado pelos integrantes da “boêmia”. Não é apenas a exploração inerente ao mundo do trabalho que eles questionam, mas, também, as regras disciplinares deste mundo e sua uniformidade monótona e mecânica.

Submetido à matematização do tempo moderno, o operário se divide entre o trabalho e o lazer. As Exposições Universais constituem as primeiras tentativas de administrar o tempo “livre” do trabalhador, sendo precedidas por exposições nacionais. Referindo-se à exposição nacional realizada no Campo de Marte, em Paris, em 1798, Benjamin escreveu o seguinte: “Ela decorreu do desejo de ‘divertir as classes trabalhadoras, tornando-se uma festa de emancipação para elas’. Aí o operariado tem o primado enquanto burguesia. Ainda não se formara o quadro da indústria da diversão. Esse espaço é ocupado pela festa popular.” (Benjamin, 1991: 35).

Comentando o significado da festa popular no poema “Le Vieux Saltimbanque”, (O Velho Saltimbanco) Baudelaire diz ter a impressão de que a alegria, o tumulto e a despreocupação experimentada nessas ocasiões levam ao esquecimento do trabalho e da dor. A festa popular representa uma espécie de “armistício firmado com as forças maléficas

da vida”, uma trégua em meio à guerra universal.

Durante o Segundo Império, as Exposições Universais se transformaram em local de formação e educação das classes populares. O objetivo visado era o desenvolvimento de valores morais e estéticos capazes de estimular o amor pelo trabalho. O medo de que a democratização das ciências e das artes viesse a tornar os operários “pretensiosos e intoleráveis” era comum à aristocracia e aos segmentos burgueses mais conservadores, mas a grande burguesia procurava destacar o papel estratégico da educação no amortecimento dos conflitos sociais. Patrões e empregados dissolveriam suas contradições visando o progresso e as possibilidades de melhorar suas condições físicas através da ciência. O operário valorizaria os padrões de desenvolvimento industrial introduzidos pela burguesia. O contato com grandes obras através das Exposições Universais impediria a criação de ilusões no operário quanto às suas possibilidades individuais e mostraria a ele as conveniências de sua integração à nova ordem social pelo abandono dos costumes “atrasados”.

O processo de aburguesamento do operário é paralelo ao da extinção do *flâneur*. Este se distingue do operário e do vagabundo comum por sua origem burguesa ou pequeno-burguesa. O ócio do pobre, por constituir uma ameaça permanente à propriedade, sempre foi duramente reprimido, mas o do *flâneur* foi tolerado. E não é apenas no século XIX que esta questão se coloca. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels atribuem, ao desaparecimento das milícias dos senhores feudais e dos exércitos dos reis, a origem de uma

intensa vagabundagem no início do trabalho manufatureiro. Em suas análises sobre estes acontecimentos, revelam eles “que a vagabundagem estava intimamente ligada à decomposição do feudalismo. A partir do século XIII encontramos alguns períodos esporádicos em que este fenômeno se verificava, mas só nos finais do século XVI poderemos encontrar uma vagabundagem permanente e generalizada. Os vagabundos eram em tal número que Henrique VIII da Inglaterra, entre outros, mandou enforcar 72.000 e, mesmo assim, só uma miséria extrema os levou a trabalhar, depois de enormes dificuldades e de uma longa resistência. A rápida prosperidade das manufaturas, sobretudo na Inglaterra, absorveu-os progressivamente.” (Marx, s.d.: 68)

O desejo de ócio, portanto, não é exclusivo do *flâneur*, manifestando-se de diversas maneiras ao longo da história. A partir do século XIX, esse desejo deixa de ser reconhecido como um direito legítimo do poeta, tal como ocorria anteriormente. Essas circunstâncias transformam a *flânerie* numa arte, exigindo o seu cultivo uma postura heróica.

A aversão ao trabalho e o fascínio pelo suicídio são dois aspectos que aproximam Baudelaire dos surrealistas. Valor fundamental da sociedade burguesa, palavra intocável, o trabalho assalariado foi sistematicamente atacado e considerado vergonhoso pelos surrealistas. Totalmente identificado com essa crítica, Buñuel aponta um momento em que ela aparece em sua obra *Tristana*, “quando Don Lope diz ao jovem mudo: ‘Pobres trabalhadores! Enganados e além do mais pisados! O trabalho é uma maldição, Saturno. Abaixo o

O grande sonho terrorista dos conspiradores e a raivosa ira de Baudelaire estão presentes na “revolta absoluta” dos surrealistas.

trabalho que temos que fazer para ganhar a vida! Esse trabalho não nos honra, como dizem; só serve para encher a pança dos porcos que nos exploram. Em compensação, o que fazemos por prazer, por vocação, enobrece o homem. Seria preciso que todos pudéssemos trabalhar assim. Olhe para mim: não trabalho. Que me enforcem, não trabalho, e você vê, vivo mal, mas vivo sem trabalhar.” (Buñuel, 1982: 171).

Quanto ao tema do suicídio, o primeiro número da revista *La Révolution surréaliste*, de dezembro de 1924, é totalmente dedicado a ele. A partir de um levantamento feito na grande imprensa sobre diversos casos de suicídio noticiados, a questão começa a ser debatida. Abre-se uma pesquisa em torno da pergunta: “O suicídio é uma solução?” O enfoque não tinha nada de literário, pois conduzia muito mais a uma reflexão de caráter moral. O segundo número da revista publica uma análise de René Crevel sobre a questão que marcará profundamente os rumos do movimento. Para ele, a morte só é desejada quando a vida sufoca de modo insuportável os verdadeiros desejos do homem, mas esta situação pode também fazer nascer um desejo diferente: “mudar a vida”. A tentação do suicídio encontra seu “executório” na revolta. A idéia de “revolta absoluta” torna-se, desde então, essencial à posição surrealista, a ponto de

André Breton, no segundo Manifesto, considerá-la como um dogma. O grande sonho terrorista dos conspiradores e a raivosa ira de Baudelaire estão presentes na “revolta absoluta” dos surrealistas. Baudelaire, Blanqui, Bakunin e os surrealistas formam uma constelação, quase um “tipo ideal” weberiano oposto ao que Weber entendia por “espírito do capitalismo”.

O gosto pelo escândalo e o culto “de la blague” existem em Baudelaire, nos conspiradores profissionais e nos surrealistas como estratégia de revelação das forças secretas que controlam a sociedade. Benjamin relacionou a negatividade existente neles aproximando-os da utopia socialista. Se eles têm em comum uma profunda aversão à cultura burguesa, por que não aproximá-los de um projeto revolucionário? Benjamin admite também que os escândalos e atitudes chocantes de Baudelaire constituem seu modo particular de contraposição aos choques da modernidade. Sua lírica não pretende ser um pára-choque e sim um contra-choque. Apesar disso, ou talvez por isso, Baudelaire almeja ser compreendido, mas essa compreensão não se manifestou no público do século XIX, pouco interessado em obras líricas e seduzido completamente pelo folhetim. Benjamin supôs que esta falta de receptividade do público tinha origem na dificuldade de a poesia lírica manter contato com a experiência do leitor e admitiu que: “isto poderia ser atribuído à mudança na estrutura desta experiência.” (Benjamin, 1989: 104).

A degradação ou perda da experiência faz parte de um longo processo que começa com as manufaturas e atinge seu apogeu com a indústria

moderna. O interesse de Benjamin em reunir informações sobre temas diversos como: uso do ferro na arquitetura, ferrovias, daguerreotipia, sistemas de iluminação, etc, está ligado a esta avaliação. Nos ensaios “O Narrador” e “Sobre Alguns Temas em Baudelaire”, ele relaciona a substituição da forma narrativa pela informação ao empobrecimento da experiência na modernidade. Num trecho do segundo ensaio mencionado, Benjamin diz: “Se fosse intenção da imprensa fazer com que o leitor incorporasse à própria experiência as informações que lhe fornece, não alcançaria seu objetivo. Seu propósito no entanto é o oposto, e ela o atinge. Consiste em isolar os acontecimentos do âmbito onde pudessem afetar a experiência do leitor. Os princípios da informação jornalística (novidade, concisão, inteligibilidade, e sobretudo falta de conexão entre uma notícia e outra) contribuem para este resultado do mesmo modo que a paginação e o estilo lingüístico.” Quanto à narrativa: “Esta não tem a pretensão de transmitir um acontecimento pura e simplesmente (como a informação o faz); integra-o à vida do narrador, para passá-lo aos ouvintes como experiência. Nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila.” (Benjamin, 1989: 107).

A perda da experiência pelo bombardeio da informação, pela mecanização e divisão do trabalho industrial se traduz em automatização. Transformado em autômato, o operário lida melhor com a máquina. Os mesmos gestos mecânicos são encontrados entre os transeuntes das ruas e as multidões que circulam nas grandes cidades. As condições de vida nas sociedades moder-

nas obrigam os indivíduos a concentrarem suas energias protegendo-se dos choques, onipresentes na realidade. Absortos na vivência do presente, eles vão perdendo a memória, se isolando, adquirindo assim uma nova sensibilidade. Esta nova sensibilidade surge da necessidade de sobreviver ao impacto produzido pelos choques; um dos seus traços essenciais é não possibilitar mais as sinestésias e metáforas que aludem à harmonia do homem com a natureza. O reconhecimento do perfume de uma flor, por exemplo, torna-se impossível. Desta incapacidade Baudelaire retirou versos:

“Conforta-te minha alma ao sono
que te enluta”

(...)

“Perdeu a doce primavera o seu
odor” (Baudelaire, 1949: 105).

E Benjamin decifrou nestes versos a dor e o desconsolo de alguém que percebe que sofreu uma perda irreparável; foi-se com a primavera a experiência.

A relação que Baudelaire estabelece entre multidão - choque - perda da aura, bem explícita no poema “Perda da Auréola”, é vista por Benjamin como o aspecto central de sua obra poética, e ele destaca as mudanças promovidas por Baudelaire nesta temática como resultantes de sua desilusão com a multidão. Ao perceber que a multidão não tinha “impulsos próprios”, nem uma “alma pró-

As condições de vida nas sociedades modernas obrigam os indivíduos a concentrarem suas energias protegendo-se dos choques, onipresentes na realidade.



pria”, Baudelaire se volta contra a multidão com a “fúria impotente de quem luta contra a chuva e o vento” (Benjamin, 1989: 145). Este estado de revolta aparece numa carta de Baudelaire a sua mãe em dezembro de 1865, sobretudo num trecho onde ele diz: “Se algum dia eu encontrar a tensa força e a energia que já possuí algumas vezes, então darei vazão à minha cólera em livros que hão de despertar indignação. Quero que toda a raça humana fique contra mim. Isso me daria um prazer tão grande que me compensaria por tudo” (apud Benjamin, 1991: 47).

Esta postura caracteriza o tipo de vivência que Baudelaire tentou elevar à condição de “verdadeira experiência”. A convivência de Baudelaire com a destruição da aura custou-lhe muito caro, mas sem ela ele não teria se tornado um poeta moderno. A dessacralização da arte aurática tem um aspecto liberador, pois permitiu o rompimento com a postura reverente que a antiga aura impunha, mas tem também um aspecto opressor, pois submeteu a arte à economia de mercado. O caráter dialético da cultura consiste precisamente nesta ambigüidade inerente à perda da aura da obra de arte e da natureza.

Num trecho de *Rua de Mão Única* intitulado “Canteiro de Obra”, criticando o pedantismo dos pedagogos pós-iluministas e suas elucubrações sobre material educativo e brinquedos infantis, Benjamin se refere à concretude do olhar infantil: “as crianças são inclinadas de modo especial a procurar todo e qualquer lugar de trabalho onde visivelmente transcorre a atividade sobre as coisas. Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas e para elas unicamente”. (Benjamin, 1995:18)

Sem dúvida, o interesse de Benjamin pela alegoria de Baudelaire está relacionado à possibilidade que ela oferece de recuperação desse olhar poderoso capaz de identificar o rosto das coisas em pequenos fragmentos. Em uma das transfigurações do poeta - o trapeiro - observamos o mesmo interesse da criança pelo residual, a sobra ou o que foi jogado fora. Adotando um procedi-



mento idêntico ao catar resíduos no lixo da história oficial, Benjamin construiu uma imagem da Europa do século XIX. Este modo de contar a história é oposto ao que pretende contá-la “como ela realmente foi”, isto é, ao que cultiva as ilusões de neutralidade do historiador.

Nota

1. “Je vous assure que les secondes maintenant sont fortement et solennellement accentuées, et chacune en jaillissant de la pendule, dit: “Je suis la Vie, l’insupportable, l’implacable Vie!”

Referências Bibliográficas

BAUDELAIRE, C. 1985. *As Flores do Mal*. 6ª. edição. Tradução e notas de Ivan Junqueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BAUDELAIRE, C. 1949. *Les Fleurs Du Mal* suives de Petits Poèmes en Prose. Paris: Bordas.

BAUDELAIRE, C. 1988. *O Meu Coração a Nu*, precedido de Fogachos. Lisboa: Guimaraes Editores.

BEHAR, H. & CARASSOU, M. 1992. *Le Surrealisme*. Paris: Librairie Générale Française.

BENJAMIN, W. 1989. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. 1ª. edição. Tradução de José Martins Barbosa e Hermerson Alves Batista. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 3).

BENJAMIN, W. 1994. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura/Walter Benjamin*. 7ª edição. Tradução de Sergio Paulo Rouanet, prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 1).

BENJAMIN, W. 1984. *Origem do Drama Barroco Alemão*. 1ª edição. Tradução, apresentação e notas de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense.

BENJAMIN, W. 1995. *Rua de Mão Única/Walter Benjamin*. 5ª edição. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense (Obras escolhidas, v. 2).

BENJAMIN, W. 1991. *Walter Benjamin, Sociologia*. 2ª. edição. Tradução, introdução e organização de Flávio Kothe. São Paulo: Ática.

BOLLE, W. 1994. *Fisiognomia da Metró-*

pole Moderna. São Paulo: EDUSP.

BRETON, A. 1985. *Manifestos do Surrealismo*. São Paulo: Brasiliense. BUÑUEL, L. 1982. *Meu Último Suspiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

HOBBSAWM, E. J. 1979. *A Era do Capital: 1848 - 1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HOBBSAWM, E. J. 1990. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Programa, Mito e Realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KONDER, L. 1988. *Walter Benjamin O Marxismo da Melancolia*. Rio de Janeiro: Campus.

KOTHE, F. R. 1990. *Benjamin & Adorno: Confrontos*. São Paulo: Perspectiva. LÖWY, M. 1990. *Romantismo e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva.

MARX, K. s.d. *A Ideologia Alemã*. Lisboa: Editorial Presença. MARX, K. 1968. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Escriba.

MICHELET, J. 1989. *História da Revolução Francesa*. São Paulo: Cia das Letras.

MURICY, K. 1987. “Benjamin Política e Paixão” in: *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Cia das Letras.

ORTIZ, R. 1991. *Cultura e Modernidade*. São Paulo: Brasiliense.

PERROT, Michelle (org.) 1991. *História da Vida Privada 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Schwarcz, 1991. *REVISTA USP*, São Paulo (15), 1992 (Dossiê Walter Benjamin).

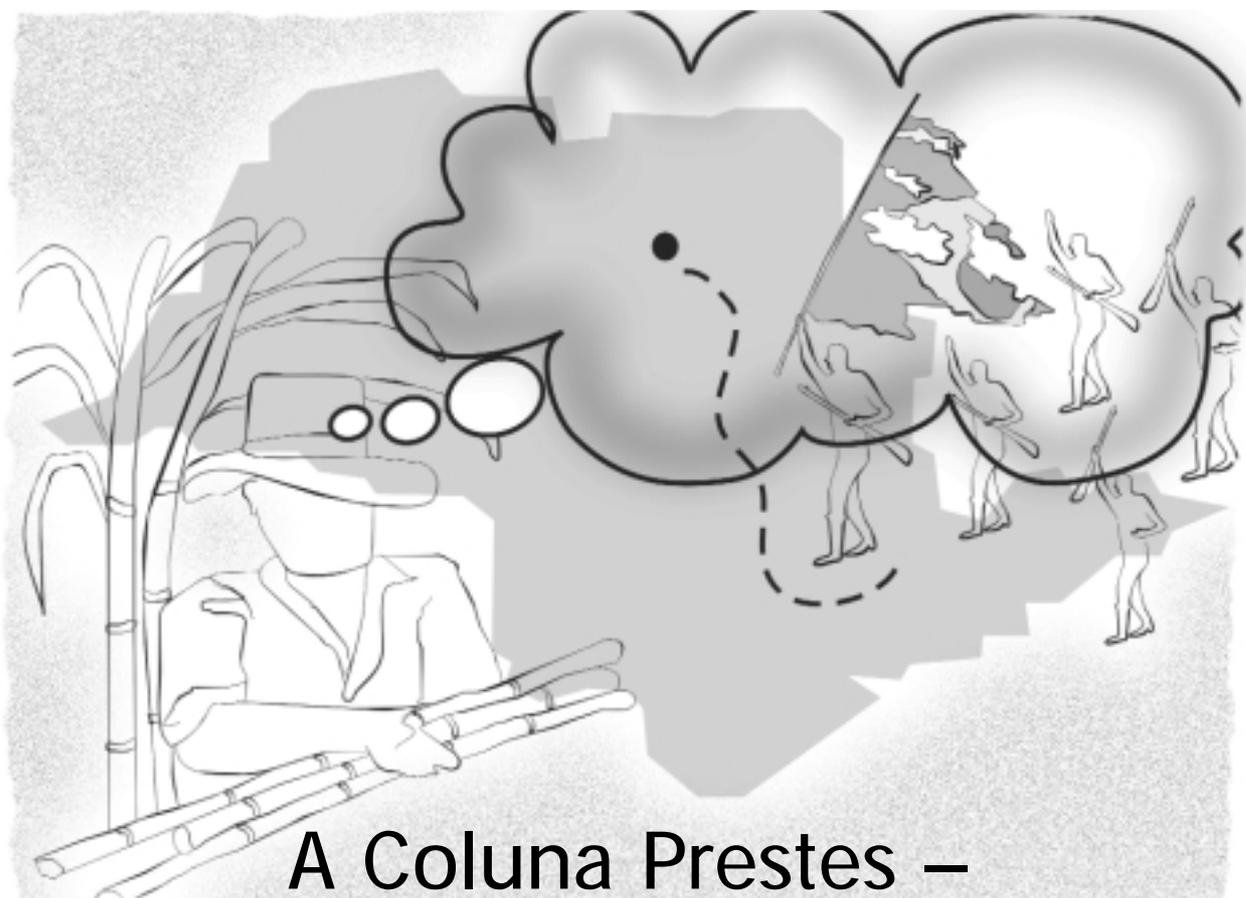
RUDÉ, G. 1991. *A Multidão na História*. Estudo dos Movimentos Populares na França e na Inglaterra 1730 - 1848. Rio de Janeiro: Campus.

SENNETT, R. 1988. *O Declínio do Homem Público*. As Tiránias da Intimidade. São Paulo: Cia das Letras.

WEBER, M. 1980. *Textos Selecionados*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

WOODCOCK, G. (org.) 1986. *Os Grandes Escritos Anarquistas*. Porto Alegre: L & PM.

**Martha D'Angelo é professora de Filosofia e Epistemologia da Universidade Federal Fluminense.*



A Coluna Prestes – Poder local e a cidade de Sertãozinho - uma história nunca contada¹

*Arlete Aparecida Mantoani **

Nas últimas décadas, muito se pesquisou sobre a Coluna Prestes, muito se falou sobre o Cavaleiro da Esperança e homem político Luiz Carlos Prestes. Muito se exaltou sobre os 25 mil quilômetros percorridos pela coluna e a prova disso é o calhamaço escrito por Domingos Meirelles intitulado “As Noites Das Grandes Fogueiras – Uma História da Coluna Prestes”, onde o autor narra, em forma de um diário, os fatos que culminaram no grandioso movimento intitulado A Coluna Prestes. Tantos outros escreveram sobre Prestes, inclusive

seus filhos, que muito valorizaram seu legado, como Anita Leocádia Prestes, em seu livro “A Coluna Prestes – uma epopéia brasileira”, e seu filho Igor Prestes, no documentário “O Velho”.

Encontramos relatos na internet de antigos moradores de cidades por onde a Coluna passou, mapas das cercanias percorridas pelos revolucionários, mas relatos a respeito de como os moradores do interior de São Paulo reagiram diante da tomada e quase destruição da Capital de seu Estado pouco se falou. O intuito deste trabalho é, através dos jornais

do período, elucidar sobre o que ocorreu com os habitantes de uma cidade no interior do Estado de São Paulo, localizada a aproximadamente 400 km de distância da capital, chamada Sertãozinho, no momento em que Isidoro Dias Lopes e seus asseclas tomaram de assalto a cidade de São Paulo, expulsando de lá o próprio governador.

De 1898 a 1919, aproximadamente, a república foi a expressão quase que exclusiva do governo dos grandes fazendeiros de café, isto é, dos grandes estados da federação: São Paulo e Minas Gerais, fato que ficou

conhecido como política do café com leite.

Com a eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-1918), o Brasil, cuja economia era baseada na importação de produtos industrializados, sofreu imediatamente suas conseqüências porque a guerra desorganizou o mercado internacional, trazendo novas dificuldades para a exportação do café que teve o seu preço em declínio.

A crise cafeeira foi resolvida somente em 1918, com a geada e o fim da guerra.

No Brasil, respondendo a esta nova situação, criou-se, em São Paulo, o Instituto do Café, destinado a controlar inteiramente o comércio exportador do produto.

Precisamente por causa desta política de valorização que mantinha em alta o preço do café, estimulou-se ainda mais a sua produção.

Esta situação artificial não poderia ser sustentada, pois, a capacidade de estocagem estava diretamente ligada ao apoio financeiro que obtinha no exterior. Em 1929, a crise geral do capitalismo precipitou os acontecimentos.

O desenvolvimento industrial no Brasil, particularmente depois da Primeira Grande Guerra e crise do café, conferiu a indústria um lugar de grande relevo na economia do país.

Além das mudanças econômicas ocorreu também uma mudança de mentalidade das elites intelectuais da época que apresentavam seu descontentamento em relação ao padrão tradicional social e econômico da época, organizando-se e apresentando a Semana de Arte Moderna (1922).

A crise política que surge na Primeira República, após a Primeira Guerra Mundial, revela-se em dois aspectos: no descontentamento de

um grupo funcional - o Exército, e na crescente insatisfação da população urbana, de algum modo associada à classe média, que o sistema não absorve. Deve-se considerar também as tensões regionais da classe dominante embora não apresentassem uma linha contínua.

A crise política reapareceu, entretanto, em 1922, nas eleições para sucessão de Epitácio Pessoa, quando Minas e São Paulo resolveram a questão indicando Artur Bernardes (mineiro) para a presidência e já acertando a candidatura de Washington Luiz (paulista) para futuro sucessor de Bernardes.

Contra esse arranjo político, uniram-se os seguintes estados: Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, nesta ordem em termos de importância eleitoral. Formou-se então a Reação Republicana, que apresentou Nilo Peçanha como candidato e opositor de Bernardes, o candidato do café com leite. Novamente, o Exército inclinou-se para a oposição contra a oligarquia dominante.

As disputas acirradas criaram um clima de grande tensão, agravado ainda mais pelo episódio das CARTAS FALSAS, publicadas no jornal Correio da Manhã, em outubro de 1921, atribuídas ao candidato oficial Artur Bernardes. Tais cartas continham violentas acusações contra o Exército e os tenentes revoltaram-se ainda mais com o fechamento do Clube Militar, fato que ocasionou a eclosão das conspirações contra o próprio governo.

Com a adesão dos militares, a campanha de Reação Republicana atingiu grandes proporções nas principais cidades do Brasil. Mas devido ao sistema eleitoral mantido na Re-

pública Velha que era o bico de pena, os oficiais acreditavam que não venceriam a eleição.

Em 1º de março de 1922, ocorreram as eleições para sucessão presidencial e como já era previsto, o vencedor foi o candidato oficial Artur Bernardes.

O movimento tenentista teve suas raízes nas eleições para sucessão presidencial de 1922, principalmente por estarem descontentes com o governo do país, que estava sempre sob o monopólio das oligarquias cafeeira - paulista e mineira.

Ao se organizarem para o levante, os tenentes e alguns capitães do Exército tinham por objetivo principal derrubar o então, eleito presidente, Artur Bernardes, antes mesmo que este tomasse posse e edificar um novo governo. Um governo militar, moralista e honesto, onde não haveria mais corrupção e a elite do país não participasse mais desse governo.

Com tais idéias revolucionárias foi que se iniciou o levante. A partir de 5 de julho de 1922, começaram a ocorrer rebeliões em quartéis do Mato Grosso e, ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, episódio que marcaria profundamente o movimento Tenentista que ficou conhecido como OS DEZOITO DO FORTE.

Os dezoito do forte constituíram no levante ocorrido no Forte de Copacabana onde os tenentes sobreviveram bravamente ao ataque das tropas do governo por três dias e, logo em seguida, apenas 18 tenentes sobreviventes saíram do forte unidos e marchando pela avenida Nossa Senhora de Copacabana, levando junto do coração um pedaço da bandeira brasileira. Estes tenentes foram fuzilados juntamente com um civil que se com-

padeceu com o movimento e seguiu com eles. Dos dezoito, sobreviveram somente dois: Eduardo Gomes e Antônio Siqueira Campos que se tornaria, mais tarde, peça imprescindível na luta contra o governo opressor e corrupto do já então empossado Dr. Artur Bernardes.

A insatisfação no país era geral, mas a jovem oficialidade do Exército e da Marinha que assumiu junta a liderança das oposições e novamente eles que, no denominado segundo 5 de julho, seria o segundo aniversário do massacre dos Dezoito do Forte, estourou em São Paulo uma nova revolta tenentista.

Neste dia, levantaram-se vários grupamentos policiais e várias unidades do exército da cidade de São Paulo, tendo aí o início de fato do novo levante.

Os tenentes eram comandados pelo então general reformado do Exército Isidoro Dias Lopes e o tenente chave do movimento foi o capitão do Exército Joaquim Távorra, que, na companhia de seu irmão, viajou por todo país atrás de mais adeptos ao movimento, no dia marcado para o levante, várias unidades, em todo país, comprometidas com a rebelião não se levantaram. E as que levantaram-se foram completamente esmagadas pelas tropas do governo.

Em São Paulo, a rebelião também não foi bem organizada mas a fuga do então governador do Estado, Carlos de Campos, permitiu que os rebeldes tomassem toda a cidade, sem maiores esforços.

Durante três semanas, a cidade de São Paulo foi bombardeada e completamente destruída pelas tropas do governo, enquanto os rebeldes aí resistiram bravamente. Antes



Em São Paulo, a rebelião também não foi bem organizada mas a fuga do então governador do Estado, Carlos de Campos, permitiu que os rebeldes tomassem toda a cidade, sem maiores esforços.

de serem derrotados pelas tropas do governo e sacrificar mais ainda a população de São Paulo, sob o comando do general Isidoro, decidiram deixar a cidade e tentaram ir rumo a Mato Grosso, mas, diante da resistência inimiga na região de Três Lagoas, decidiram retroceder e descer o Rio Paraná, em direção ao oeste do estado do Paraná.

Os rebeldes seguiram pela Estrada de Ferro Sorocabana e desceram o Rio Paraná, chegando ao estado do Paraná, foram imobilizados por mais de seis meses, entre o Rio Paraná e a Serra de Medeiros, pelas tropas legalistas comandadas pelo general Cândido Mariano Rondon, até o momento em que os sublevados do sul chegam a Catanduvas, local on-

de os paulistas ficaram sitiados, e Luiz Carlos Prestes, em uma manobra inteligentíssima e arriscada, fez com que a já formada Coluna Prestes atravessasse o Rio Paraná, rio caudaloso com aproximadamente 500 metros de largura e a Coluna segue seu caminho.

A cidade de Sertãozinho

Enquanto os tenentes revoltosos se põem a fugir da capital paulista com as tropas legalistas ao seu encalço, uma pequena localidade no interior paulista vive momentos angustiosos quando surge a notícia de que os revoltosos vindos da capital estão na cidade em busca de armas e víveres.

Tudo começa quando algumas pessoas, ainda não se sabe precisar quantas e nem os seus nomes, simpatizantes da causa dos rebeldes tenentes, espalham pela cidade de Sertãozinho que estes, após a fuga da cidade de São Paulo, estariam ali em busca de armas e alimentos para reabastecer a tropa enquanto fugiam. Segundo estes cidadãos sertanezinhos, os rebeldes estariam escondidos em um sítio, nas proximidades da cidade.

Segundo o livro de Anita Leo-

cácia Prestes “Uma Epopéia brasileira – A Coluna Prestes”, a grande marcha teria se iniciado com a fuga da Coluna Paulista de São Paulo, passando por Barretos, Bauru, chegando a Presidente Epitácio e daí para o Paraná. Portando, afirmar que a Coluna Paulista de fato esteve na cidade de Sertãozinho ainda não nos é possível, mas a seguir transcrevo os artigos encontrados no jornal da cidade de Sertãozinho chamado de O BANDEIRANTES, que muito nos esclarecerão sobre os acontecimentos daqueles dias de agosto de 1924.

Estes artigos serão utilizados para a elaboração da análise do objetivo proposto que é o de avaliar os impactos da tomada da cidade de São Paulo pelos tenentes comandados por Isidoro Dias Lopes, no cotidiano da pequena cidade de Sertãozinho.

DOCUMENTO I

Sertãozinho

5 de agosto de 1924

Exmo. Sr. dr. Carlos de Campos
Presidente do Estado

A Câmara municipal desta cidade por seus vereadores abaixo assinados, externando primeiramente a sua admiração pela absoluta calma e impavidez com que V. Excia. Se manteve durante o primeiro ataque à mão armada que insolitamente e insidiosamente sofreu o governo de São Paulo, em dias angustiosos do mês passado, vem por meio desta mensagem transmitir-vos as mais sinceras felicitações pelo triunfo obtido pela Federação em favor da legalidade e contra abominável atentado ao regime nacional. Felicitações que se resumem ao mesmo tempo numa veemente censura aos



vândalos arvorado em déspotas de São Paulo, por alguns dias, ambiciosos de poderes e sequiosos de sangue que não trepedaram em lanças o leito e ao orfandade na Família Brasileira, etilizando contra seus próprios irmãos raciais, dos apetrechos bélicos que o Governo da nação lhes confiara para a defesa e garantia da pátria como um pai confiante entrega a seus filhos queridos a garantia do lar e a defesa da família justamente numa época em todos os brasileiros, na mais santa das comunhões devem cooperar e concorrer para a propriedade e engrandecimento do Brasil.

O canhoneiro que assertou ao governo de V. Exma. e que provocou indignação e repulsa de todos os que como nos trabalhamos nesta casa para a grandeza e prosperidade do Estado, condenam a traição a selvageria e a pilhagem em vez de abate-lo na sua moral e no seu crédito, fez crescer mais a confiança que o povo lhe depositava, fez crescer mais a estima que a população paulista tem por V. Exma. e fez crescer ainda mais o espírito de solidariedade dos que militam na política em São Paulo, ao lado do direito e da legalidade.

Dr. Crispiniano Martins de Siqueira
– Presidente Câmara Municipal
Carlos Carvalho – Vice Presidente
José Izaias Ferreira – Prefeito
Manoel Mariano da Silva Jotta –
Vice Prefeito
Frederico Marques – Vereador
Ananias Costa Freitas – Vereador

Esta seria uma carta de felicitações encaminhada ao então presidente do estado Dr. Carlos de Campos, na qual muito se exalta a coragem, o senso de justiça e dever do ilustríssimo Dr. Presidente do Estado. Não nos esquecendo que o mesmo ilustríssimo Dr. Presidente do Estado juntamente com todo seu secretariado fugiu da cidade de São Paulo, não oferecendo nenhuma resistência aos rebeldes.

DOCUMENTO II

O Bandeirantes –

11 de agosto de 1924

Movimento Sedicioso em São Paulo

Foi recebida no município de Sertãozinho com enorme alegria e entusiasmo a vitória das tropas legalistas sobre a malta de vilões e asseclas de Isidoro e João Francisco, que arvorados em reformadores de costume não vacilaram em praticar traiçoeiramente o mais ignominioso e revoltante atentado ao governo do Exmo. Sr. Dr. Carlos de Campos e o mais vergonhoso assalto a uma população laboriosa como é a de São Paulo, impondo-lhe uma situação verdadeiramente humilhante e desoladora.

Escudeiro, biltres, sob o pretexto enganoso de reformar o regime político social do país prometendo ao povo riqueza e conforto exagerados, conseguiram arrastar ao movimento revolucionário alguns ambiciosos. Movimento criminoso cujo

seus autores estão a merecer severa punição é incapaz de trazer a mais insignificante melhoria no país, pois, não é com a revolução e com o assalto a propriedade alheia, semeando a destruição e o crime, que se reformam costumes e regimes políticos, não é com o canhão de bandeiros que se conseguem dum governo o perdão a outros bandoleiros, não é com insídia e com a felonía de assalariados estrangeiros que se consegue poderes, e não é com a destruição de cidades e morticínios de mulheres e crianças que se consegue a prosperidade de uma nação, como pretendiam os celebres revoltosos fazer a custa da fuzilaria e roubalheiras aumentarem as nossas forças de terra e mar de modo que surgissem a tona dos mares brasileiros melhores esquadras do mundo, nascerem a flor da terra as fabulosas arvores de libras esterlinas, quitar-se a nação da dívida que tem para com o estrangeiro, terem surtos de progresso nunca vistos a nossa indústria, lavoura e comércio, não existindo mais o operariado, porque triunfa a santa causa, como diziam os vilões boateiros, todos os operários seriam patrões de bolsas e dispensas cheias. Pretensões e promessas que ficaram reduzidas a expressões mais simples, vergonhosas e degradantes: saquear e matar. E pela prática desses crimes irão pagar os revoltosos sinônimo de ambiciosos, invejosos e ladrões, pois a justiça os espera com sua inexorável punição.

Frizar que essa alegria partiu dos que sempre se conservaram ao lado da legalidade e não dos Caim e dos Isariote, revoltosos aqui residentes, que se declararam abertamente propagandistas do movimen-

to revolucionário e espalharam boatos terroristas e alarmantes pondo esta população em sobressalto, desde o início até o final da revolução.

Desses piratas que pretendiam tomar de assalto os Poderes Municipais e por instinto de macaquice ou imitação dos feitos isidorianos, saquear talvez, a população desta cidade, tendo feito convites a meio mundo para tomar parte no assalto um deles, ao que nos consta já esta prestando contas ao seu amo, com quem pretendeu jogar as peras, outros estão tirando cipó as margens do rio da Onça e os demais estão com as barbas de molho. E a justiça irá puni-los inevitavelmente.

No documento II, observamos ao analisar este pequeno trecho "... Caim e Isariote, revoltosos aqui residentes...e espalharam boatos terroristas e alarmantes..." que de fato pessoas residentes na cidade se declararam a favor do movimento revoltoso dos tenentes e ainda afirmaram que os rebeldes estariam escondidos nos arredores da cidade.

Num outro trecho onde diz "...tomar de assalto os Poderes Municipais e por instinto de pura macaquice ou imitação dos feitos isidorianos, saquear talvez, a população desta cidade..." faz alusão a um suposto episódio onde revoltosos residentes na cidade invadem a delegacia do município para tentar roubar

armas, assim como fizeram os tenentes.

Na seqüência, o documento II ainda traz uma informação preciosa "...ao que nos consta já esta prestando contas ao seu amo, com quem pretendeu jogar as peras, outros estão catando cipó as margens do Rio da Onça..." neste trecho, o autor do artigo, talvez no intuito de assustar e impedir novas investidas dos munícipes revoltosos, fala do castigo exemplar aplicado aos culpados, pois catar cipó no Rio da Onça indicasse talvez possíveis mortes de alguns dos envolvidos.

DOCUMENTO III

15 de agosto de 1924

Guarda Municipal

Estão ainda prestando seus inestimáveis serviços à Guarda Municipal desta cidade o Sr. Pio de Oliveira, Antonio de Souza Abranches, Joaquim de Oliveira, Raimundo Cruz Vidoca de Oliveira.

Sempre ao lado da legalidade, esse grupo de homens intrépidos e patriotas não se afastaram dos seus postos, passando noites e noites ao relento na vigilância da população sertanense, gesto esse digno de louvores e aplausos de todos os que sabem avaliar e meditaram sobre as conseqüências desagradáveis que poderiam advir da falta de garantias em que nos vimos durante mui-



tos dias e desassossegados que os revoltosos aqui residentes espalhavam nesta cidade, pondo esta população inteira em sobressaltos.

O documento III, se refere à Guarda Municipal da cidade que foi criada especialmente neste período para proteger os seus concidadãos dos delituosos revoltosos residentes na cidade, para salvaguardar a ordem e os poderes municipais.

DOCUMENTO IV

24 de agosto de 1924

Restabelecendo a Verdade

Tendo chegado ao nosso conhecimento que pessoas malévolas com intuito de nos antipatizar perante o publico desta cidade que sempre acatamos, haviam propalado que não pediramos ao Sr. Dr. Carlos Vasques, delegado de policia desta cidade, para efetuar prisões de aderentes ao movimento revolucionário operado em São Paulo, aqui residentes, por ser uma mentira crassa e torpe taes afirmações procuramos ontem o Sr. Delegado afim de ficarem restabelecida a verdade dos fatos.

Em companhia do respeitável ancião o Sr. Major Francisco de Souza Portugal nos dirigimos a casa do Sr. Dr. Pompeu de Andrade, onde se achava o Sr. Dr. Carlos Vasques e na presença do Sr. Ernesto Scatena e daquele conceituado clinico, a referida autoridade policial concordou de um modo irrefutável que nos absolutamente não lhe pediramos que efetuasse a prisão de quem quer que seja e somente lhe disseramos que procedesse com toda imparcialidade na abertura de inquérito mandado abrir pelo Sr. Dr. Delegado geral de policia de São Paulo, com fim de ser apurada a responsabilidade das pessoas que se mos-

trando francamente ao lado dos revoltosos espalharam boato terrorista e alarmantes nesta cidade, pondo as nossas famílias em completo desassossego.

Ficando assim patente a nossa irresponsabilidade de quanto as illusórias ameaças de prisão feitas a certos responsáveis pelas desagradáveis ocorrências verificadas nesta cidade, nos dias angustiosos do mês de julho ultimo, fazendo esta declaração para o devido julgamento das pessoas que acatamos e que desconheciam estas verdades.

Sertãozinho 23 de agosto de 1924.

Carlos Carvalho – membro do Diretório do PRT desta cidade

Jose Izaías Ferreira – Prefeito Municipal

No documento IV, observamos que os acontecimentos mencionados no documento III, principalmente no que diz respeito a prisões e mortes dos revoltosos da cidade, trouxeram conseqüências aos representantes dos poderes municipais, pois se transformaram em alvo das investigações de inquérito policial aberto por ordem do delegado geral do estado.

Considerações finais

Se a Coluna Paulista de fato esteve na cidade de Sertãozinho, como disse anteriormente, não podemos ainda provar. A verdade é que naqueles dias tumultuosos, dias cheios de angustias e de presságios de calamidades, os habitantes da cidade acreditaram que os tenentes revoltosos, vindo em desabalada fuga da capital paulista, estivessem em Sertãozinho.

Um contingente de homens foi mobilizado e armando em torno desta idéia. Assaltos e prisões, sem justificativas, foram cometidos. Tal-

vez algumas pessoas tenham perdido a vida por também acreditarem que os revoltosos paulistas estivessem na cidade.

O cotidiano de toda uma cidade foi alterado, no mês de agosto de 1924, suas vidas se modificaram nestes dias, talvez tenham sido aprisionados por seu próprio imaginário, talvez não. Mas a verdade é que naqueles dias de agosto a Coluna esteve na cidade de Sertãozinho, ela fez parte da vida daquelas pessoas e transformou, mesmo que por poucos dias, a realidade daquela gente.

A Coluna Paulista, que mais tarde, ao se juntar com a Coluna Invicta, se transformou na Coluna Prestes, fez parte do imaginário coletivo daquela cidade, marcou para sempre a história da cidade de Sertãozinho.

Notas

1. Este artigo faz parte de uma proposta de projeto de pesquisa para doutorado, em fase de coleta de dados, a ser trabalhado no Programa de Pós-Graduação na Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca. Portanto, os documentos aqui apresentados serão somente analisados e não interpretados.
2. Os documentos (I,II,III e IV) usados para análise, neste artigo, mantêm a ortografia original de sua época de publicação.

Referências Bibliográficas

- MEIRELLES, Domingos.(1995) “As Noites das Grandes Fogueiras- Uma Historia da Coluna Prestes”, Ed. Record, 2ª Ed., Rj e SP.
- PRESTES, Anita L.. “A Coluna Prestes – uma epopéia brasileira”
- SILVA, Hélio “Sangue na Areia de Copacabana”
- Documentário “O Velho” por Igor Pretes
- O Bandeirantes – jornal do município de Sertãozinho na década de 20.

**Arlete Aparecida Mantoani é Doutoranda da Faculdade de História, Direito, e Serviço Social na UNESP-Franca/SP.*

Capitalismo patrimonial nos trópicos?

Terceira via e governo Lula

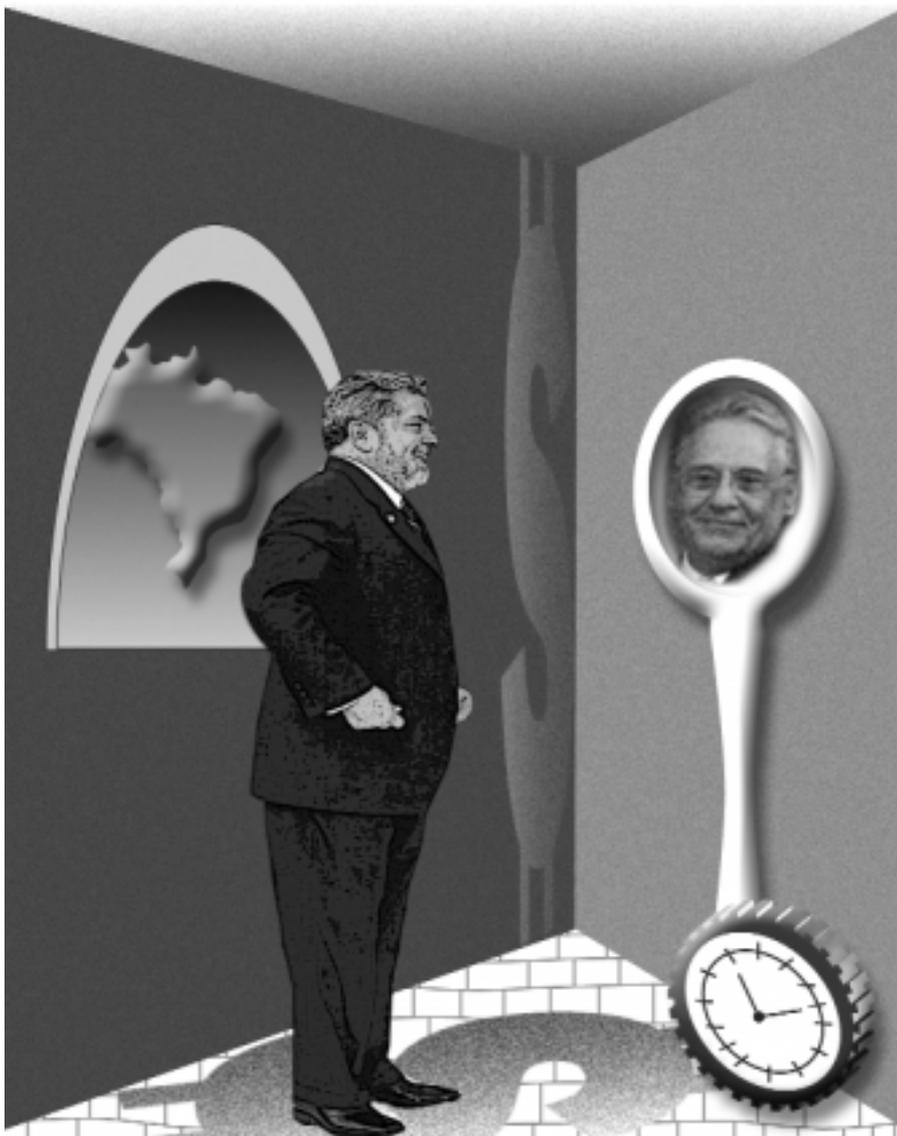
Alvaro Bianchi *

Ruy Braga **

A presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cúpula da Governança Progressista, realizada em Londres, foi anunciada por seus organizadores como a possibilidade de relançar o combalido projeto da Terceira Via. “O mundo ainda vai ouvir muito sobre a terceira via”, festejou seu ideólogo, o sociólogo Anthony Giddens, em artigo recentemente publicado (2003). Para o analista da política, interessado em compreender, tal prognóstico tem pouco interesse. Relevante é, entretanto, compreender o significado da terceira via e o movimento de aproximação de Lula a ela.

Anunciada com estardalhaço por Giddens, a terceira via se apresentou como um projeto e um programa econômico, social e político, supostamente equidistante tanto do liberalismo quanto do socialismo. Abraçado pelo então presidente norte-americano, Bill Clinton, e pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair, o projeto ganhou corpo com a reunião da Cúpula da Governança Progressista, realizada em Florença em 1999, que contou, também, com o chanceler alemão Gerhard Schroeder e os primeiros ministros Wim Kok, da Holanda, e Massimo D'Alema, da Itália.

A participação de Lula no encontro da Governança Progressista sinaliza, para a esquerda mundial, o que os “mercados” já sabiam: a conver-



são do PT ao programa do social-liberalismo. Por social-liberalismo entendemos um amplo movimento em escala internacional da incorporação de premissas do neoliberalismo por tradicionais partidos de orientação trabalhista e social-democrata. O respeito por parte destes às

determinações dos “mercados” – esta verdadeira mistificação conceitual que procura obscurecer as estratégias e os mecanismos da exploração e da opressão –, a adesão às políticas de ajuste estrutural compactuadas pelos fundos internacionais (FMI e Banco Mundial) e a defesa progra-

mática das reformas trabalhistas e previdenciárias produziram um curioso efeito político: a emergência tendencialmente hegemônica de uma espécie de “neoliberalismo mitigado”.

É possível identificar um número bastante variado de exemplos desta conversão de partidos reformistas à ortodoxia liberal: o “Novo Trabalhismo” inglês, o “Socialismo Administrativo” francês e o “Novo Centro” alemão, a despeito de sua pluralidade, apontam, há algum tempo, para o caminho que vem trilhando o “petismo” brasileiro. No Brasil, com a vitória eleitoral de 2002, este processo elevou-se quantitativa e qualitativamente. Democracia e mercados, Estado e economia, direita e esquerda, crise e reestruturação produtiva, indivíduo e classes sociais... Um conjunto heterogêneo e articulado de grandes temas das ciências sociais ressurgem, captado de acordo com o prisma do “social-liberalismo”, na teoria da terceira via. É inquestionável a importância deste debate no âmbito das alternativas à crise do neoliberalismo.

Fenômeno internacional, tal crise – México (1994), França (1995), Sudeste Asiático (1997), Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001-2002) e, novamente, Brasil (2002) – descortinou uma conjuntura relativamente nova no cenário econômico e político internacional. Processualidade complexa e dissonante, o desgaste das estratégias dos fundos internacionais, os ataques aos direitos sociais, o desempenho econômico modesto, o desemprego e o enfraquecimento eleitoral daí decorrentes conferiram um novo fôlego ao projeto da “moderna” orientação social-democrata, na Europa e no Brasil. Se

A Terceira Via, colocando-se supostamente “além da esquerda e da direita”, pressupõe tacitamente a social-democracia renovada pela hegemonia neoliberal.

bem é verdade que a crise do neoliberalismo condicionou o ressurgimento do debate sobre a terceira via, também é verdade que os principais eixos teóricos e políticos que o sustentam debruçam raízes profundas na conjuntura econômica e política dos anos 1970 e 1980.

Sem dúvida, os anos 1980 foram os anos da estruturação hegemônica do neoliberalismo. A cena da história assumiu uma tonalidade marcada pela difusão do processo de mundialização do capital cuja dinâmica fez vergar a espinha dorsal da maioria das sociedades nacionais. Um impulso extra adveio da crise e do posterior sepultamento das “sociedades do Leste”, assim como do dilaceramento e da defensiva do movimento operário mundial, atingido em cheio pelo desemprego de massas e a reestruturação produtiva em curso.

O pensamento e a prática reformistas não poderiam passar imunes a um processo dessa magnitude. A Terceira Via, colocando-se supostamente “além da esquerda e da direita”, pressupõe tacitamente a social-democracia renovada pela hegemonia neoliberal. A resultante é clara: o socialismo inscreve-se apenas formalmente no horizonte histórico. Deve ser perseguido por meio de reformas progressistas negociadas com o capitalismo. Nesse sistema, só não há espaço para a revolução. Entre esta e o capitalismo, intercala-se um caminho alternativo: acumular forças e transitar pacificamente rumo a um socialismo inalcançável. O Estado

regulador proposto pelo reformismo permitiria mudar o mundo permanecendo tudo como está.

O governo petista busca, acompanhando a trajetória recente de parte da esquerda europeia social-democrata, se constituir como a alternativa por excelência entre aqueles que defendem a passividade da classe trabalhadora diante da exploração, por um lado, e os partidários das lutas de classes, por outro. Simétricos na recusa à negociação, neoliberais e “esquerdistas” encontrar-se-iam enclausurados numa compreensão estreita das possibilidades abertas ao crescimento com estabilidade pelo compromisso social no crepúsculo de um período histórico marcado pela crise contemporânea.

Se, por um lado, é possível localizar profundas diferenças entre a trajetória da esquerda reformista europeia – e suas representações teóricas – e a trajetória política petista, por outro, é impossível deixar de notar paralelismos e convergências significativas. Sobretudo quando pensamos no programa de governo do PT, na reforma da Previdência e na gestão macroeconômica levada a cabo pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Não queremos dizer com isso que o governo Lula será uma espécie de “cópia” de experiências políticas reformistas recentes. A rigor, o programa petista localiza-se à direita de várias das políticas reformistas europeias. Mas, do “Novo Trabalhismo” inglês ao “Socialis-

mo Administrativo” francês, passando pelo “Novo Centro” alemão, não deixa de ser possível vislumbrar, no passado recente europeu, algumas indicações interessantes a respeito do futuro do governo Lula e das alternativas ao neoliberalismo.

Fome Zero e as contra-reformas sociais

Após seis meses de governo, já se encontram maduras as condições econômicas e políticas para uma análise do sentido da política social do governo Lula no interior da qual podemos localizar o programa Fome Zero. E tal análise deve, necessariamente, partir do debate a respeito dos rumos mais gerais da política econômica petista. Já é uma obviedade que, no poder, o PT contribuiu decisivamente com a renovação do projeto neoliberal nacional. Isto é, “ortodoxia” econômica mais publicidade para o “social” é igual a social-liberalismo.

A medida da integração ativa do governo Lula aos ditames da “Consenso de Washington” renovado pela crise econômica latino-americana é o documento do Ministério da Fazenda, intitulado *Política econômica e reformas estruturais*. A importância do documento é patente: sintetiza as diretrizes que comandarão o desenrolar de todo o governo Lula, caso este projeto não seja derrotado pela intervenção das massas trabalhadoras. A defesa do neoliberalismo é empreendida tanto no diagnóstico a respeito da crise brasileira



quanto nas políticas que deverão ser implementadas objetivando seu “enfrentamento”. Eficiência econômica, mas com uma suposta justiça distributiva: a política econômica e, conseqüentemente, a política social do governo partem da idéia central de que seria necessária uma transição entre a situação presente e um “novo ciclo histórico em que o Brasil reencontre e desenvolva todas as suas potencialidades de crescimento econômico”.

Na combinação de um quadro de crise externa com a generosidade fiscal de FHC, o governo petista localiza sua “nova” política econômica e social.

A retomada do crescimento, no entanto, subordina-se ao restabelecimento do “equilíbrio de longo prazo das contas públicas” de modo a garantir as condições para a “retomada do investimento privado e uma maior eficácia no uso dos recursos públicos” (Ministério da Fazenda, 2003). Do ponto de vista do diagnóstico da crise, o documento não deixa dúvidas a respeito do que representa o tal período de transição: um fortíssimo ajuste das contas públicas. Afinal, parte do argumento para explicar a crise recai na idéia segundo a qual o governo FHC gastava muito e não se ateu o suficiente às metas fiscais (Idem, p. 6).

Outra parte recai na velha cantilena do segundo governo de Fernando Henrique: a conjuntura internacional desfavorável, destacando-se a incerteza quanto às perspectivas econômicas de curto prazo. Na combinação de um quadro de crise externa com a generosidade fiscal de FHC, o governo petista localiza sua “nova” política econômica e social. Tendo em vista a natureza do argumento, não é de se estranhar que o novo governo sustente como *primeiro compromisso* da política econômica a “resolução dos graves problemas fiscais que caracterizam nossa história econômica, ou seja, a promoção de um ajuste definitivo das contas públicas” (Idem, p. 7).

E o Fome Zero? A crença que ampara tal linhagem de raciocínio reserva algum espaço para preocupações de ordem “social”. Consideradas as restrições orçamentárias do Estado, afirma o documento, quanto maior o espaço para que avancem ações destinadas a buscar o crescimento, tanto maiores seriam as condições para que se forme um “ciclo

virtuoso”, com a melhoria das contas públicas, do emprego e, posteriormente, das condições de combate à fome. Isso tudo, obviamente, sob um ajuste fiscal de 4,25% do PIB. A agiotagem internacional agradece a diminuição do risco-país para patamares pré-eleitorais. Diante de tanta generosidade do governo petista, não é de se estranhar.

Paralelamente à formação da “virtuosidade” do ciclo de acumulação do capital, as políticas sociais compensatórias, caso do Fome Zero, deverão ser progressivamente “racionalizadas”, no sentido da configuração de um desenho institucional capaz de garantir a “alocação eficiente dos recursos públicos” e a “viabilização do acesso dos grupos de menor renda aos serviços por meio de subsídios e políticas sociais bem focalizadas” (Idem, p. 11). Ou

O período de transição tão propalado pelo PT no poder significa exatamente isto. A transição passiva no interior da ordem neoliberal.

seja, a tal “inclusão” social tão propalada pelo governo petista será tentada às custas do que ainda resta de políticas públicas universais, a previdência social inclusa. Afinal, num quadro de aumento do ajuste articulado às restrições fiscais e baixo crescimento, o que pode significar uma “racionalização” dos recursos públicos para políticas sociais que não implique transferências desses mesmos recursos em direção às políticas mais “focalizadas”?

Não resta dúvidas: o Fome Zero faz parte de uma estratégia mais ampla de incorporação da política social do governo ao campo hegemônico pelo “Novo Consenso de

Washington”. Um neoliberalismo que procura sua legitimidade mediante políticas sociais regressistas e compensatórias. O período de transição tão propalado pelo PT no poder significa exatamente isto. A transição passiva no interior da ordem neoliberal.

Mas mesmo o modesto Fome Zero parece ter se perdido definitivamente na agenda governamental. Recapitulemos: o programa articulava políticas estruturais (políticas de geração de emprego e renda, intensificação da reforma agrária, previdência social universal, bolsa escola e renda mínima); específicas (programa cupom de alimentação, ampliação e redirecionamento do Programa de Alimentação do Trabalhador, doações de cestas básicas emergenciais, combate à desnutrição infantil e materna, estoques de

segurança, ampliação da merenda escolar, segurança e qualidade dos alimentos, educação para o consumo e educação alimentar); e locais (restaurantes populares, banco de alimentos, modernização de equipamentos de abastecimento, novo relacionamento com redes de supermercados, agricultura urbana, agricultura familiar, produção para o autoconsumo) (Instituto Cidadania, 2001, p. 79-100).

Mas os relatórios do próprio Ministério da Segurança Alimentar mostram que mesmo este programa tem sido esvaziado pelas prioridades fiscais do governo. Os cortes orçamentários atingiram em cheio os

programas sociais reduzindo seu alcance a níveis insignificantes. Atendendo às exigências do FMI, o governo federal cortou 72% dos investimentos previstos para 2003. As restrições orçamentárias afetaram diretamente o programa Fome Zero e acabaram inviabilizando completamente as chamadas “políticas sociais específicas” do governo Lula. O Ministério da Segurança Alimentar, responsável pelo programa, perdeu R\$ 34,5 milhões. Conclusão: do projeto inicial, até agora só saíram do papel o cupom alimentação e as cestas básicas para assentados. Mesmo assim, em julho, apenas 298.589 famílias foram beneficiadas pelo cartão-alimentação, o equivalente a 3,2% do público potencial segundo o próprio programa Fome Zero.

O Orçamento encaminhado pelo governo Lula para apreciação do Senado Federal – seu primeiro Orçamento, já que o de 2003 havia sido encaminhado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso – sepultou definitivamente o Fome Zero. O Ministério Secretaria de Segurança Alimentar, responsável pelo projeto, teve suas verbas reduzidas de R\$ 1,72 bilhão para R\$ 400 milhões, uma queda de 77%! O arrocho orçamentário foi acompanhado por um esvaziamento da Secretaria, indicativo claro das prioridades do governo. O cartão-alimentação saiu do Ministério e passou a integrar um programa unificado de transferência de renda, coordenado pelos ministérios da Saúde, Educação e Assistência Social. Mas o Orçamento desses ministérios não cresceu proporcionalmente a suas novas atribuições.

O esvaziamento do Ministério de Segurança Alimentar e a redução de

seu projeto inicial às políticas sociais “específicas” compensatórias revelam que o calcanhar-de-aquiles do novo governo encontra-se nas políticas estruturais. Apenas estas permitiriam a superação sustentável da fome epidêmica. Entretanto, sob o comando do Partido dos Trabalhadores, as reformas estruturais estão dando marcha a ré. Transformaram-se em contra-reformas. Os cortes orçamentários no Ministério do Desenvolvimento Rural, por exemplo, atingiram 36,5% das verbas, totalizando uma redução de R\$ 450 milhões, paralisando os programas de assentamento rural.

O governo Lula havia prometido, em seu programa de governo, assentar 400 mil famílias sem terra em quatro anos de mandato. Mas os cortes de verbas provocados pela política fiscalista do governo transformaram essa meta em algo completamente vazio. Em agosto, a imprensa noticiava que, de acordo com o próprio Ministério do Desenvolvimento Rural, “o dinheiro disponível neste ano [de 2003] – R\$ 713,2 milhões – só será suficiente para assentar 10 mil famílias até o final do ano, embora a meta fixada para 2003 fosse assentar 60 mil famílias” (Lula agora, 2003, p. A-4).

A lentidão da reforma agrária tem despertado críticas até mesmo de fiéis aliados. O ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Gerson Teixeira, coordenador do programa *Vida Digna no Campo*, base da política agrária do governo, protestou, recentemente: “não deixa de causar uma certa perplexidade constatar a timidez do nosso governo na reforma agrária até o momento.” (Teixeira, 2003, p. 10.) Segundo Teixeira, essa timidez

é o resultado da “opção política do governo que o levou a uma base política de amplo espectro e a uma conduta conservadora na economia.” (Idem.) É bom lembrar que a “base política de amplo espectro” incorporou, além do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues, líder do *agrobusiness* brasileiro, 31 deputados da base governista que são grandes proprietários de terras (Pompeu, 2003, p. 12).

O cartão-alimentação saiu do Ministério e passou a integrar um programa unificado de transferência de renda, coordenado pelos ministérios da Saúde, Educação e Assistência Social.



O ministro Miguel Rosseto tem justificado essa timidez da reforma agrária: “Nós herdamos um Orçamento extremamente apertado para o conjunto do governo e isso obviamente reduz muito a capacidade operacional. Já temos sinalizações positivas de expansão de recursos no segundo semestre. Em 2004 teremos o maior orçamento da história do Brasil para aquisição de terras para a reforma agrária.” (Rosseto, 2003.) Mas a expansão esperada não veio.

O novo Orçamento de 2004 prevê verbas de R\$ 1 bilhão para a reforma agrária, menos da metade da verba do Ministério em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Com essas verbas, o Ministério do Planejamento afirmava que seria possível assentar 25 mil famílias em 2004. Mesmo com a utilização de terras públicas para ampliar o número de famílias assentadas para 60 mil, como indicou o ministro do Planejamento, ainda assim não haveria dinheiro para aumentar os investimentos em instalação dos assentados (Lula agora, 2003, p. A-4).

Poucos dias após o anúncio do modesto Orçamento, foi demitido o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Marcelo Resende, acusado pelos latifundiários de nomear para postos-chaves do Incra membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e de incentivar as ocupações de terras. A demissão do presidente do Incra ocorreu justamente

no momento em que começava a ser discutido o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária, com as novas diretrizes para o desenvolvimento agrário no Brasil. Logo após a demissão do presidente do Incra, o governo anunciou a nova edição do Banco da Terra, criado pelo governo Fernando Henrique, mas não alterou seus propósitos: fornecer linhas de crédito para que trabalhadores rurais comprem terras diretamente dos proprietários de acordo com a lógica – e os preços – do mercado. Tal política fundiária vem sendo apresentada como uma “reforma agrária de mercado”, realizada nos moldes preconizados pelo Banco Mundial.¹ Com fortes vínculos com a Comissão Pastoral da Terra (CPT e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Resende era um dos principais opositores à chamada “reforma agrária de mercado”.

Os principais beneficiários dessa política de crédito fundiário e da “reforma de mercado” são os proprietários de terra que têm conseguido transformar suas propriedades em ativos financeiros e que viram suas terras serem rapidamente valorizadas pela possibilidade de serem adquiridas mediante pagamento à vista por cooperativas ou associações de trabalhadores rurais. Mas os programas de crédito fundiário não constituem uma reforma agrária verdadeira. Nesta não é a lógica do mercado o que predomina e sim a dos movimentos sociais; nela a aquisição da terra não é o resultado de um ato de compra e venda e sim de uma desapropriação.

A CPT tem protestado contra essa “reforma agrária de mercado” e denunciado a política agrária do governo, que “vem teimando, ultima-

A reforma de Lula dá continuidade às mudanças na Previdência Social que tiveram início no governo de Fernando H. Cardoso, com a delimitação de um teto para os benefícios do setor privado.

mente, em seguir as injunções do FMI, de manutenção da Reforma Agrária de mercado, através dos instrumentos do Banco da Terra, do crédito fundiário, do arrendamento de terras, da estadualização e ‘pre-feiturização’ da Reforma Agrária. Mais ainda, o agronegócio vem pressionando o Governo para que maiores extensões de terras públicas sejam privatizadas, a grilagem seja legalizada e ampliada a quota de desmatamento da Amazônia Legal.” (Coordenação da Comissão Pastoral da Terra, 2003).

Fiscalismo e distribuição de renda regressiva

Se a reforma agrária ilustra a paralisia das reformas estruturais e suas contradições, é na Reforma da Previdência, encaminhada pelo governo ao Congresso nacional e aprovada por este, que se revela a intencionalidade das contra-reformas do governo Lula e seu caráter regressivo. A reforma de Lula dá continuidade às mudanças na Previdência Social que tiveram início no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a delimitação de um teto para os benefícios do setor privado. A reforma do governo Lula tem por alvo o setor público.

A Proposta de Emenda Constitucional 40 de 2003 (PEC 40/2003), encaminhada pelo governo Lula ao Congresso Nacional, limita o teto da aposentadoria para R\$ 2.400,00, eleva a idade mínima de aposentadoria para 55 nos (mulheres) e 60 (-

homens), exige a contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e cria um sistema de aposentadorias complementares (privadas), dentre outras alterações na legislação vigente. As alterações atingem os trabalhadores que já se encontram no serviço público, eliminando direitos já adquiridos e constituindo uma anomalia jurídica. Os trabalhadores no serviço público organizaram uma greve que contestou a política do governo muito embora não tenha conseguido revertê-la.

Dois foram os argumentos mobilizados pelos defensores da reforma. O primeiro deles, baseado na racionalidade fiscal; o segundo, na racionalidade social. O argumento fiscal não fez senão reproduzir o discurso do governo de Fernando Henrique Cardoso: a previdência pública é deficitária.² Em 1995, a Proposta de Emenda Complementar nº 33 (PEC 33/1995), reformando o sistema previdenciário, fundava-se na tese da falência estrutural dos sistemas de seguridade social. A PEC 33/1995 acabava com a aposentadoria por tempo de serviço, elevava a idade mínima para a aposentadoria e estabelecia o teto de benefícios dos trabalhadores do setor privado em R\$ 1.200.³ Ecoando o informe do Banco Mundial *Averting the old age crisis* (World Bank, 1994), a proposta de reforma da previdência do governo Fernando Henrique afirmava que “o rápido envelhecimento da população brasileira imporia uma pesada carga fiscal a uma força de trabalho

relativamente pequena. É evidente que esse horizonte fiscal não é desejável e nem exequível.” (Presidência da República, 1997.)

A Emenda Constitucional nº 20, aprovada em 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, deu início à contra-reforma da previdência. No argumento fiscal, a reforma da previdência deveria apontar para um sistema complementar de aposentadorias privadas por meio da constituição de fundos de pensão. Tal sistema permitiria desonerar a União e, ao mesmo tempo, constituir uma poupança interna capaz de financiar o crescimento econômico. O que é importante destacar é que o argumento fiscal estava presente no programa eleitoral da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva e foi mantido pelo seu governo.

No seu discurso de posse, o ministro da Fazenda Antonio Palocci já

O governo Lula não se cansou de manipular abertamente os números da previdência para apresentá-la deficitária.

anunciava o argumento: “Os atuais desequilíbrios das contas públicas têm que ser enfrentados com vigor e determinação. É essencial um ajuste programado do orçamento público. *Para tanto estamos comprometidos com a reforma da previdência pública como prioridade deste governo.* Além disso, dissemos na campanha, dissemos na transição e dizemos agora: faremos o superávit primário que for necessário de modo a garantir de forma inequívoca a sustentabilidade da dívida pública. Esta é a forma mais direta de reduzir o risco Brasil e as taxas de juros de modo a viabilizar a retomada do crescimento.” (Palocci, 2003.)

Na defesa das exigências fiscais

da reforma, o governo Lula não se cansou de manipular abertamente os números da previdência para apresentá-la deficitária. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) e a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (Anfip), através de suas publicações, argumentaram repetidas vezes que o déficit era forjado, descontando da arrecadação o que era destinado para o pagamento dos juros da dívida externa: “O total de arrecadação das contribuições sociais, incluídas as contribuições sobre a folha de salários, mostra neste ano uma arrecadação de R\$ 136,9 bilhões, para um gasto com saúde, previdência e assistência social de R\$ 105,4 bilhões. Observa-se, portanto, apenas neste ano, a existência de um superávit de R\$ 31,5 bilhões da seguridade, que foi repassado ao Orçamento Fiscal da

União para gerar superávit primário.” (ANFIP, 2003, p. 22.) O Unafisco e a Anfip argumentaram, também, que o impacto da reforma da previdência sobre as finanças públicas seria, a médio prazo, corroído pela redução na arrecadação provocada pela renúncia fiscal e pela sonegação fiscal, o que revela a fragilidade do argumento fiscal.

O segundo argumento é o social. O ex-sindicalista Ricardo Berzoini, ministro da Previdência, tem argumentado que essa reforma era necessária para reequilibrar o Orçamento da União, detendo a hemorragia fiscal provocada por despesas crescentes e arrecadação insuficiente do sistema previdenciário. O alibi era fornecido pelos “excluídos”: “A reforma é, sim, uma exigência, mas da população mais carente do país, que não tem acesso a políticas públicas do Estado porque o orçamento público está comprometido com outros tipos de despesa” afirmou o ministro Berzoini (2003, p. 14).

O argumento social é vazio. Na ótica governamental, os recursos necessários para as políticas sociais deveriam surgir, portanto, do corte de gastos com os direitos sociais dos trabalhadores assalariados. As políticas redistributivas se processariam, assim, de maneira horizontal, com a transferência de renda no interior da própria classe trabalhadora. Mas a reforma da previdência apresentada através da PEC 40/2003 não contém nenhuma proposta de ampliação do número de beneficiados pela previdência social. Só há propostas de redução do valor dos benefícios. Perante a contradição, o governo acrescentou à redação final uma cláusula inócua transferindo para legislação futura a criação de “sistema especial



Nesse casamento entre o “mercado” e a “sociedade” promovido pelo governo, muita gente ficou de fora da festa.

Ao invés do banquete, terão que se contentar com os poucos cartões-alimentação distribuídos.

de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda” (PEC 40/2003, art. 201, §12). A universalização dos benefícios previdenciários, ponto de destaque nas políticas estruturais anunciadas pelo programa Fome Zero, transformou-se, assim, em letra morta.

Se está claro que essas políticas sociais compensatórias não expandem direitos, então qual é sua função? Na lógica fiscalista própria do social-liberalismo tropical, elas cumprem apenas a função de legitimação do governo. Ficam reduzidas, pois, à criação de redes clientelistas com o objetivo de reduzir as pressões e os conflitos sociais. Como engenharia política é um mecanismo que conserva padrões arcaicos de dominação política no Brasil ao mesmo tempo que inova suas formas. A revolução passiva à brasileira, no governo Lula, ao invés de buscar sua legitimidade da estabilidade dos mercados como as formas do neoliberalismo latino-americano na década de 1990, procura construí-la a partir da articulação entre os imperativos do mercado e as demandas sociais canalizáveis através das políticas compensatórias (e apenas estas). Mas nesse casamento entre o “mercado” e a “sociedade” promovido pelo governo, muita gente ficou de fora da festa. Ao invés do banquete, terão que se contentar com os poucos cartões-alimentação distribuídos.



Fundos de pensão e capitalismo patrimonial

A análise da reforma da previdência é fundamental para a compreensão não apenas das diretrizes da política governamental como, também, de sua base social. Mostramos que o argumento fiscal é frágil e o social é vazio. Se tais argumentos não passam de retórica, quais são as razões da reforma? Tais razões podem ser encontradas na constante defesa, por parte do go-

verno de um sistema de fundos de pensão capaz de dinamizar o mercado acionário e a economia nacional.

A proposta ganhou força com a reforma da previdência e a constituição, prevista na PEC 40/2003, de uma nova Previdência Complementar privada. Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Força Sindical, insistiram nas negociações que os sindicatos deveriam ter o direito de constituir planos de previdência por sindicatos ou entidades profissionais. Antes mesmo de finalizada a reforma da previdência, o Conselho de Gestão da Previdência Complementar liberou a criação desses “fundos sindicais”. Rapidamente o Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e a associação dos ex-alunos da Fundação Getúlio Vargas encaminharam seus pedidos de reconhecimento. A Força sindical, central de perfil neoliberal, também começou a negociar seu próprio fundo (LULA QUER, 2003, p. A-7.)⁴.

Segundo o ministro Ricardo Berzoini e o secretário Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, Adacir Reis, “o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem reiterado seu compromisso de estimular o crescimento da poupança previdenciária brasileira, democratizando o acesso dos trabalhadores aos fundos de pensão.” (Berzoini e Reis, 2003, p. A-3.) Na estimativas de Berzoini, “a expectativa é que possamos atingir entre 4 e 5 milhões de trabalhadores. Se cada um entre 4 milhões de trabalhadores poupar em média R\$ 2 mil por ano para a aposentadoria, teremos R\$ 8 bilhões de poupança”. “É um dinheiro útil para investimentos no país e, melhor, é dinheiro interno”, completa (Lula quer, 2003, p. A-7).

A estimativa do presidente da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Fernando Pimentel, é muito mais arrojada: “Se somarmos o incremento dos fundos de órgãos de classes e de sindicatos, que estão sendo autorizados, com os planos que serão oferecidos aos novos funcionários públicos, dobraremos o potencial de R\$ 200 bilhões para R\$ 420 bilhões em 2007”, afirmou à imprensa (Setor, 2003, p. B-6). O cálculo de Pimentel é mais arrojado porque inclui os servidores públicos que recebem acima do novo teto previdenciário e que serão obrigados, por lei, a aderir aos fundos de pensão operados no sistema de contribuição definida. O sistema de contribuição definida prevê pagamentos fixos por parte dos trabalhadores, mas não se compromete com benefícios definidos no momento da aposentadoria, ou seja, o que o trabalhador receberá dependerá do sucesso do fundo no mercado.

Desenha-se, assim, por meio desses fundos, uma brutal transferência regressiva e vertical de renda dos trabalhadores assalariados para os centros financeiros. Revelam-se, desse modo, as determinações da reforma da previdência. Os ganhos fiscais reduzidos que ela produziria no curto prazo seriam compensados pela abertura de novas frentes de expansão para o capital financeiro. Para os trabalhadores sobraria apenas a falácia do acionariado salarial, a possibilidade de se beneficiarem indiretamente do crescimento do mercado financeiro através de fundos de pensão controlados pelos sindicatos.

Já em outubro de 2002, às vésperas do segundo turno das eleições, representantes da candidatura Lula,

dentre os quais o futuro ministro Ricardo Berzoini, haviam assinado documento conjunto com representantes da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), garantindo que “em complemento a um sistema previdenciário público e universal, deverão ser tomadas medidas de incentivo à constituição e desenvolvimento de fundos de previdência complementar. O crescimento da poupança acumulada nestes fundos deverá ter um papel importante para o financiamento da atividade produtiva, por meio de participação relevante no mercado de capitais, como acontece nos principais países desenvolvidos.” (O mercado, 2002.)

Nos “principais países desenvolvidos”, é verdade, a proposta que

Para os trabalhadores sobraria apenas a falácia do acionariado salarial, a possibilidade de se beneficiarem indiretamente do crescimento do mercado financeiro através de fundos de pensão controlados pelos sindicatos.

consiste em fazer das relações entre o sistema financeiro e a estrutura industrial uma espécie de pré-condição para um novo pacto salarial vem ganhando muitos adeptos. Na França em particular, “esquerdistas” – como os economistas da Escola da Regulação⁵ – e “diretistas” – tendo Alain Minc (2000) à frente – encontram-se entre os principais defensores da proposta do “capitalismo patrimonial” como modelo econômico capaz de melhor adaptar-se à realidade contemporânea. No final dos anos 1990, importantes economistas, como Michel Aglietta e Robert Boyer, defenderam a proposta de criação do acionariado salarial sob controle das empresas e dos sindicatos como, supostamente, represen-

tando um progresso na direção dos “novos direitos sociais”: não se garante o emprego, mas os trabalhadores – assim como os quadros – recebem uma parte dos lucros sob a forma de participação acionária.⁶ A corresponsabilidade seria acompanhada da partilha dos lucros.

Tal sistema alternativo construído na longa transição dos anos 1970 seria viabilizado por meio do recurso a um novo regime de crescimento, constituído originalmente nos Estados Unidos, e que estaria sendo estruturado progressivamente na Europa em razão da internacionalização das trocas e da crescente individualização do salariado. Aglietta qualifica esse “novo” capitalismo de *patrimonial*, em razão do papel de

sempenhado pela extensão do acionariado salarial e da importância dos investidores institucionais no governo das empresas. O capitalismo patrimonial, apoiado sobre os mercados de ativos e sobre a extensão do acionariado salarial, seria indissociável da mundialização econômica caracterizada por estes três fatores: as mutações tecnológicas, a individualização e extensão do acionariado salarial e a globalização financeira

“Após um quarto de século de crises e transformações estruturais, um novo regime de crescimento dirige o desenvolvimento das sociedades salariais”, chegou a afirmar Aglietta (1997). Se o capitalismo pudesse apresentar a “capacidade de

mobilizar as energias humanas para as transformar em crescimento”, o mesmo não ocorreria com a produção de uma “coerência de conjunto do choque dos interesses individuais”. Somente o modo de regulação poderia orientar o regime de crescimento de maneira a “melhorar, também, as condições de vida dos assalariados” (Aglietta, 1998). A opção pelos fundos públicos para o capital, argumento centrado na racionalidade fiscal, deve ser articulada à lembrança segundo a qual a mercadoria humana é distinta da mercadoria não-humana, ou seja, o argumento baseado na racionalidade social.

Da evolução decorrente de uma renovação do pacto salarial surgiria uma espécie de terceira via liberta tanto das instabilidades do capitalismo neoliberal quanto das amarras impostas às empresas pelo ultrapassado estatismo burocrático: “É um capitalismo de fundos próprios coletivos, uma propriedade socializada das empresas, que pode emergir por intermédio dos investidores institucionais. Esta evolução, se ela recebe o impulso de um projeto político, pode conduzir a um tipo de sociedade salarial marcadamente diferente do capitalismo de mercado de tipo anglo-saxão, distinto, também, dos capitalisms corporativos europeus da época do fordismo” (Aglietta, 1997, p. 462).

Mediada pelo acionariado salarial, a velha tese reformista, segundo a qual a colaboração de classes garante a prosperidade comum, apresenta-se mais ativa do que nunca. Se os sindicatos de assalariados reencontrarem um poder de influência sobre a repartição das rendas, eles deverão se conscientizar de que o controle acionário das empresas é a

a velha tese reformista, segundo a qual a colaboração de classes garante a prosperidade comum, apresenta-se mais ativa do que nunca.

batalha que é preciso travar e ganhar. Nesse sentido, o desenvolvimento dos fundos salariais transforma-se na principal mediação institucional capaz de produzir uma dinâmica “virtuosa” envolvendo o setor financeiro e as atividades produtivas.

Conforme a formalização econômica reformista, a montagem de um acionariado salarial assumindo o controle dos fundos de pensão poderia modificar a arbitragem entre os interesses dos poupadores e aqueles dos trabalhadores. Os sindicatos encontrariam nos fundos salariais uma mediação decisiva capaz de influenciar as normas de rentabilidade. Ao lado de um rendimento máximo de curto prazo, eles poderiam exigir uma taxa de rentabilidade garantida de longo prazo, em contrapartida de uma estabilidade do controle de propriedade: “Graças a uma elevadíssima visibilidade do horizonte econômico, a empresas poderiam reencontrar uma margem de manobra para negociar com os empregados contratos de produtividade, no interior dos quais a modulação dos salários e da duração do trabalho encontraria seu lugar. Após a fase negativa de destruição das negociações coletivas nacionais, uma fase positiva de reorganização da relação salarial no âmbito europeu poderia ser atraída em função das próprias necessidades das empresas” (Idem, p. 463). Não é difícil apontar o verdadeiro sentido da racionalidade progressista inerente à “alternativa” de saída para a crise do capitalismo.

O desdobramento ideológico do argumento econômico implica um evidente “apelo” endereçado aos trabalhadores no sentido da defesa da posição concorrencial de sua empresa e, mais ainda, da participação ativa destes em um sistema de intensa competição envolvendo grupos corporativos nacionais e blocos geográficos. A racionalidade progressista compreende que a renovação do projeto social-democrata deve ocorrer no âmbito da sujeição das sociedades nacionais à materialidade do capital. Aí reside o grande objetivo da realização de um novo compromisso social negociado entre empresas e sindicatos em torno da proposta do acionariado salarial.

No Brasil, o argumento foi endossado pelo próprio presidente Lula, durante o Seminário Internacional de Fundos de Pensão, em maio de 2003: “obviamente, tenho consciência de que os fundos de pensão têm como premissa básica a sustentabilidade da pensão, da aposentadoria, para os seus filiados. Portanto, os fundos de pensões não podem investir para perder. Precisam investir para ganhar, de preferência razoavelmente bem, porque quanto mais forte for o fundo de pensão, mais regalias ele pode oferecer aos seus filiados e mais influência ele poderá ter em algumas decisões no nosso país.” (Silva, 2003.)

Daí a justificar a participação dos fundos de pensão nas privatizações brasileiras foi um passo: “Obviamente que, se perguntado na época

ca, eu não teria dúvida de dizer que era contra que os fundos entrassem para comprar ativos públicos brasileiros, ativos públicos que, muitas vezes, no momento, contribuíam muito mais para despedir trabalhadores do que para contratar trabalhadores. Entretanto, muitas das intervenções dos fundos e empresas deram resultados. E nós assistimos, hoje, algumas empresas bem-sucedidas com a participação dos fundos de pensão importantes no Brasil.” (Idem.)

Considerações finais

Ainda durante a campanha, o candidato Lula apresenta em sua “Carta ao povo brasileiro” – que os críticos apelidaram de “Carta aos banqueiros” – e em sua visita à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), uma forte disposição de agir no sentido do “fortalecimento do mercado brasileiro de ações”. Não era pura retórica contra-alarmista, como alguns segmentos críticos no interior do próprio PT imaginaram inicialmente. Tratava-se de algo ao mesmo tempo mais amplo e mais complexo.

Amplo, por envolver uma mudança inédita e abrangente na trajetória programática petista: o apoio ao outrora tão duramente criticado setor econômico financeiro. Complexo pois envolvia novos interesses sedimentados no interior mesmo da estrutura burocrática petista: a casta de sindicalistas e funcionários dos fundos de pensão das empresas estatais. Se por um lado, é difícil enxergar nesses interesses a manifestação pronta e acabada do surgimento de uma “nova classe social” composta pelos gestores, oriundos das classes trabalhadoras e base histórica da



CUT brasileira, dos fundos de pensão estatais, como defende o economista e sociólogo marxista brasileiro Francisco de Oliveira (2003), por outro, nos parece bastante claro que o *peso relativo* e a conseqüente *capacidade hegemônica* das frações gestoras da própria classe trabalhadora corresponsável pela valorização desses fundos têm se desenvolvido enormemente. Os fundos de pensão, são assim, a ponte que viabiliza a aliança orgânica de setores da burocracia sindical com o capital financeiro.

Compreender o significado do movimento de aproximação de Lula em relação à Terceira Via não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, implica considerar a conversão do PT ao

programa do social-liberalismo. O balanço dessa trajetória é um tanto ou quanto desconfortável, quando pensamos nos milhares de sinceros militantes socialistas, dentro e fora do Brasil, que ainda depositam no governo Lula alguma esperança. Contudo, os argumentos esboçados acima não deixam margem para dúvidas: a consolidação hegemônica dessa espécie de “neoliberalismo mitigado” marca agora e continuará marcando de forma indelével o conjunto do governo. E não se trata de um diagnóstico subjetivista, centrado em impressões do tipo “o PT nos traiu” ou “falta vontade política ao governo Lula”.

Trata-se, na verdade, de um processo social objetivo que tem acompanhado o movimento sindical brasileiro e o PT há praticamente uma década e que, portanto, não será facilmente dissolvido de um ponto de vista meramente político-institucional. A aliança orgânica de setores da burocracia sindical com o capital financeiro é real e se aprofunda a cada dia. Inúmeros são os exemplos. Pensamos no programa de governo do PT, na gestão macroeconômica levada a cabo pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci e no esvaziamento do programa Fome Zero. Esses são os mais evidentes. Mas pensamos também nos proprietários de terras beneficiados pela “reforma agrária de mercado” do governo Lula, que poderão transformar suas propriedades em ativos financeiros valorizados. Pensamos na reforma da previdência aprovada pelo governo que ataca direitos sociais para favorecer um sistema de fundos de pensão capaz de “dinamizar” o mercado acionário. Pensamos na camada de sindicalistas e funcionários dos fun-

dos de pensão das empresas estatais cujos interesses sociais objetivos se confundem com os interesses do mercado acionário.

Empregamos a expressão “orgânica” para qualificar tal aliança por dois motivos: em primeiro lugar porque foram criadas estreitas relações de dependência funcional entre a burocracia sindical que se destaca do corpo do operariado brasileiro e os operadores do mercado acionário. Em segundo lugar porque essa aliança “organiza” a ação governamental, confere às iniciativas do governo Lula uma inteligibilidade clara. Serve para atribuir-lhe unidade. Pode não ser suficiente para coroar um governo ou revesti-lo de uma camada protetora hegemônica. Mas, se tivermos em conta que a revolução passiva à brasileira está sendo dirigida por um partido que até bem pouco tempo atrás patrocinava os encontros em Porto Alegre dos descontentes com a mundialização financeira, bem... é um primeiro passo.

Notas

1. Ver a esse respeito estudo de dois economistas do Banco Mundial: DEININGER e BINSWANGER (1999).
2. Para a crítica do argumento fiscalista, no governo Lula, ver ANDRADE (2003) e GRANEMANN (2003). A reforma da previdência do governo Lula: argumentos e perspectiva de classe? *Outubro*, São Paulo, n. 9, 2003 (no prelo).
3. Na época este valor equivalia a dez salários mínimos, mas sua correção anual não preservaria esta proporção e seria realizada pela inflação. Em setembro de 2003, dez salários mínimos equivalem a R\$ 2.400, mas o teto dos benefícios do setor privado é de aproximadamente R\$ 1.500.
4. Lula quer fundos para induzir crescimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mai. 2003, p. A-7
5. Para mais detalhes, ver Aglietta (1997 e 1998).
6. Para uma crítica da teoria do capitalismo

patrimonial, ver Husson (2001, p. 81 e seguintes).

Referências Bibliográficas

- AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain: note de la Fondation Saint-Simon*. Paris: Fondation Saint-Simon, 1998.
- AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*. 3^a ed. Paris: Odile Jacob, 1997.
- ANDRADE, Eli Iôla Gurgel. Governo Lula e o Estado de bem estar. *Teoria e Debate*, São Paulo, n° 53, mar. 2003, p. 21-25
- ANFIP. *Seguridade e desenvolvimento*: um projeto para o Brasil. Brasília: Anfip, 2003.
- BERZOINI, Ricardo e REIS, Adacir. A nova Previdência Complementar. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 jun. 2003, p. A-3.
- BERZOINI, Ricardo. Os desafios da reforma. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 53, mar. 2003, p. 14.
- COORDENAÇÃO DA COMISSÃO PAS-TORAL DA TERRA. *Golpe na reforma agrária*. Nota à imprensa. Goiânia, 3 set. 2003.
- DEININGER, Klaus e BINSWANGER, Hans. The Evolution of the World Bank's Land Policy: Principles, Experience, and Future Challenges. *The World Bank Research Observer*, Washington D.C., v. 14, n° 2, p. 247-76, Aug. 1999.
- GIDDENS, Anthony. O mundo ainda vai ouvir muito sobre a Terceira Via. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jul. 2003.
- GRANEMANN, Sara. A reforma da previdência do governo Lula: argumentos e perspectiva de classe? *Outubro*, São Paulo, n° 9 (a sair).
- HUSSON, Michel. *Le grand bluff capitaliste*. Paris: La Dispute, 2001, p. 81 e seguintes.
- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero*. Uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania/Projeto Fome Zero/Fundação Djalma Guimarães, 2001.
- LULA AGORA planeja assentar só 25 mil famílias em 2004. *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2003, p. A-4
- LULA QUER fundos para induzir crescimento. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 mai. 2003, p. A-7
- MINC, Alain. *Www.capitalisme.fr*. Paris: Grasset & Fasquelle, 2000.
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Política econômica e reformas estruturais*. Brasília:

Ministério da Fazenda, 2002.

O MERCADO de capitais como instrumento do desenvolvimento econômico. *Folha On-Line*, 17 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u57382.shtml>>. Acessado em 22 out. 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. O ornitorrinco (posfácio). In: *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALOCCI, Antonio. Pronunciamento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci na cerimônia de transmissão do cargo. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/-documentos/pronunci2.asp>>. Acessado em: 27 abr. 2003.

POMPEU, Roberto. Bancada ruralista, o “elo frágil” do governo Lula. *Caros Amigos Especial*, São Paulo, n° 18, set. 2003, p. 12.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Por que reformar a previdência*. Livro branco da Previdência Social. Brasília: 1997. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/PREBC.HTM>. Acessado em: 22 set. 2003.

ROSSETO, Miguel. “Teremos o maior orçamento da história para a reforma agrária”. Entrevista. *O Estado de S. Paulo*, 18 ago. 2003.

SETOR estima que nova lei deva elevar montante da carteira de R\$ 200 bi para R\$ 400 bi até 2007. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 set. 2003, p. B-6.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de encerramento do 1° Seminário Internacional de Fundos de Pensão. Brasília (D.F.): Radiobrás, 28 mai. 2003. Disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/integras/03/integra_280503_02.htm>. Acessado em: 19 set. 2003.

TEIXEIRA, Gerson. “O governo precisa mostrar serviço”. Entrevista a Marina Amaral. *Caros Amigos Especial*, São Paulo, n° 18, set. 2003, p. 10.

WORLD BANK. *Averting the old age crisis: policies to protect the old and promote growth*. Washington D.C.: World Bank, Sept. 1994.

***Alvaro Bianchi** é professor da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

****Ruy Braga** é professor da Universidade de São Paulo (USP)

ALCA Atéia... de homens?



ENSAIO FOTOGRÁFICO





ALCA téia... de homens?

Texto: **Antônio Ponciano Bezerra***

Seleção de fotos e legendas: **Marília Leite Washington****

De início, uma passagem, versos avulsos, de “Cancioneiro da Inconfidência”, de Cecília Meireles, norteia (ilumina) a nossa intenção de registro, neste espaço de **Universidade e Sociedade**, de imagens sobre reações, resistência, nos níveis nacional e internacional, às hercúleas façanhas “integralistas” do Império: “Não posso mover meus passos / Por esse atroz labirinto / De esquecimento e cegueira (...) / contra rocas de ignorância / rebenta nossa aflição (...) esse esquema sobre-humano / a força, o fogo, o ocidente (...) que ordena vidas e mundos / em pólos inexoráveis / de ruína e de exaltação / ó silenciosas vertentes / por onde se precipitam / inexplicáveis torrentes, / por eterna escuridão.”

O grito da poetisa faz-se o nosso grito, neste tempo de adesão ao mercado, à ALCA, à economia mundial. O Brasil se precipita e se unta em promessas vãs, mitos e êxitos improváveis, diante do “presente de grego” norte-americano.

O discurso do Império está recheado de vantagens e prosperidades para os aderentes da ALCA téia ianque: um negócio, aliás, um bom negócio de poucos ganhadores e muitos perdedores. Urge, antes de seguir negociando a ALCA e outras armadilhas similares, conhecer os resultados danosos, a realidade dura dos dados, do NAFTA para o México, país latino, pobre e endividado. Hoje, a nação mexicana exhibe o retrato da falsa idéia de que a “integração mercadológica” é promotora de crescimento econômico, é geradora de empregos e redutora da pobreza e da miséria.

Às boas intenções, obras e graças do Império, reagem as nações latino-americanas e o mundo. O Brasil não pode dar sinais de que o melhor projeto do país é não ter projeto de país e se deixar levar pelas águas (mergulhar) do Rio Potomac.

No horizonte das reações mundiais estampadas nas imagens fotográficas deste ensaio, se vislumbra a idéia de que outro mundo é possível, outra globalização é possível, pois já há propostas bem mais avançadas neste sentido. Ainda, com Cecília Meireles:

“A palavra Liberdade / vive na boca de todos: / quem não a proclama aos gritos, / murmura-a em tímido sopro / Liberdade - essa palavra / que o sonho humano alimenta:/ que não há ninguém que explique,/ e ninguém que não entenda”.

Às imagens seguem-se legendas extraídas da clássica obra de Lewis Carroll - “Alice no País das Maravilhas”. Qualquer coincidência é ... apenas coincidência.

* **Antônio Ponciano Bezerra** é professor na Universidade Federal de Sergipe, 2º Vice-presidente da Regional NE-III do ANDES-SN e editor da revista *Universidade e Sociedade*.

** **Marília Leite Washington** é professora da Universidade Federal de São Carlos-SP (aposentada), 1ª Vice-presidente da regional São Paulo do ANDES-SN e editora adjunta da revista *Universidade e Sociedade*.



- "Poderia me dizer, por favor, que caminho devo tomar para sair daqui?"

- "Isso depende bastante de onde você quer chegar", disse o Gato.

- "O lugar não importa muito ...", disse Alice.

- "Então não importa que caminho você vai tomar", disse o Gato.

"... desde que eu chegue a algum lugar", acrescentou Alice em forma de explicação.

"Oh, você vai certamente chegar a algum lugar", disse o Gato, "se caminhar bastante".



Assim que Alice apareceu, todos os três a chamaram para decidir a questão, e eles lhe repetiram seus argumentos (...). O argumento do carrasco era que não se podia cortar a cabeça de ninguém, se não havia um corpo de onde cortá-la; que ele nunca tivera de fazer uma coisa dessas antes, e que não ia começar a fazer àquela altura da vida. O argumento do Rei era que tudo o que tinha uma cabeça podia ser decapitado, e que não deviam falar tolices. O argumento da Rainha era que se algo não fosse feito imediatamente, mandaria decapitar todo mundo ao redor.



“Oh, não me amole!, disse a Duquesa. “Nunca suportei números.”

E com isso ela começou a embalar o filho de novo, cantando-lhe uma cantiga de ninar e dando-lhe uma sacudidela violenta no final de cada verso:

“Fale duro com seu garoto,
E bata nele quando espirra,
Sabe o que faz, esse maroto,
Sabe que irrita, se faz birra.”



Já fazia tanto tempo que seu tamanho deixara de ser o normal que ela se sentiu estranha a princípio. Mas acostumou-se com a sua realidade em, poucos minutos, e começou a falar consigo mesma como de costume: “Vamos, já consegui realizar metade do meu plano! Como são intrigantes todas estas mudanças! Nunca sei ao certo o que vou ser no próximo minuto!”



Lembrou que certa vez tentara puxar as próprias orelhas por ter trapaceado num croquê que estava jogando consigo mesma, pois essa criança curiosa gostava muito de fingir que era duas pessoas. “Mas agora não adianta fingir que sou duas pessoas!, pensou a pobre Alice. “Não resta quase nada de mim para formar uma pessoa respeitável”

O Lacaio-Peixe começou por tirar uma enorme carta que trazia embaixo do braço, quase do seu tamanho, e essa carta ele a entregou ao outro, dizendo num tom solene:

- “Para a Duquesa. Um convite da Rainha para jogar croquê”.

O Lacaio-Sapo repetiu a frase, no mesmo tom solene, apenas mudando um pouco a ordem das palavras:

- “Da Rainha. Um convite para a Duquesa jogar croquê”.

Então os dois fizeram uma grande medida, e os seus cachos se enredaram uns nos outros.



Imagem Latina



Imagem Latina



E, ao final desse grandioso cortejo, vinham O REI E A RAINHA DE COPAS. Alice estava meio em dúvida se não deveria se prostrar no chão como os três jardineiros, mas ela não se lembrava de ter ouvido falar dessa regra em cortejos. “E além disso, de que adiantaria um cortejo”, pensou, “se as pessoas ficassem todas deitadas de bruços, sem poder contemplá-los?” Por isso, permaneceu onde estava e esperou.



Folha Imagem

- "Mas eu não sou uma serpente, repito!, disse Alice. "Sou uma ... sou uma ...".
- "Bem! O que é você?, disse a Pomba. "Percebo que está inventando alguma coisa!". --
- "Sou ... sou uma menina!, disse Alice, um tanto em dúvida, ao se lembrar das várias mudanças por que tinha passado naquele dia.
- "Uma história bem pouco provável!", disse a Pomba, com um tom do mais profundo desprezo. "Já vi muitas meninas na minha vida, mas nenhuma com um pescoço desses! Não, não! Você é uma serpente, não adianta negar."

Folha Imagem



“Meu Deus, meu Deus!
 Como tudo é esquisito
 hoje! E ontem tudo era
 exatamente como de
 costume. Será que fui eu
 que mudei à noite? Deixe-
 me pensar: eu era a
 mesma pessoa quando me
 levantei hoje de manhã?
 Estou quase achando que
 posso me lembrar de me
 sentir um pouco diferente.
 Mas se eu não sou a
 mesma, a próxima
 pergunta é: ‘Quem é que
 eu sou?’. Ah, essa é a
 grande charada.”
 (...)



Alice sentiu-se um pouco irritada com o fato de a Lagarta fazer comentários tão curtos (...)
 Alice achou que era melhor esperar, pois não tinha nada mais para fazer e a Lagarta
 poderia afinal dizer alguma coisa que valesse a pena escutar.
 Durante alguns minutos a Lagarta deu algumas baforadas sem falar, mas por fim descruzou
 os braços, tirou o nar-
 quilé da boca e disse:

- “Então você acha que
 mudou, não é?”.
 - “Receio que sim, minha
 senhora”, disse Alice.
 “Não me lembro mais das
 coisas como antes ... e
 não conservo o mesmo
 tamanho nem por dez
 minutos.”
 - “De que coisas você não
 se lembra?”, disse a
 lagarta.
 - “Bem, tentei recitar
 A abelhinha diligente,
 mas saiu tudo diferente”,
 respondeu Alice com uma
 voz muito melancólica.





*“Concordo plenamente com você”, disse a Duquesa,
“e a moral disso é ...’seja o que parece ser’ ...
ou, se você quer que eu fale de forma mais simples ...
‘Nunca imagine que você não é senão o que poderia parecer
aos outros que o que você foi ou poderia ter sido
não era senão o que você tinha sido
que lhes teria parecido diferente’.”*